



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 38, QUINTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

| | |
|--|----|
| 1 – ATA DA 40ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE ABRIL DE 2018 | |
| 1.1 – ABERTURA | 11 |
| 1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE | |
| 1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) | 11 |
| 1.2.2 – Oradores | |
| Senador Lasier Martins – Manifestações positivas acerca de artigo publicado na Folha de S. Paulo de autoria do cineasta José Padilha, intitulado “O Mecanismo agradece” | 11 |
| Senadora Ana Amélia – Defesa da liberdade de expressão e do respeito às opiniões divergentes na sociedade. | 14 |
| Senadora Vanessa Grazziotin – Considerações sobre a repercussão gerada no País ante o julgamento do ex-presidente Lula pelo STF. | 15 |
| Senador Humberto Costa, como Líder – Lamento pela politização do julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula; e outro assunto. | 19 |
| Senadora Regina Sousa – Críticas ao modo como tem sido levado o julgamento do ex-presidente Lula; e outros assuntos. | 20 |
| Senadora Ângela Portela – Destaque à atuação parlamentar de S. Ex ^a em defesa do enquadramento dos servidores do ex-Território de Roraima aos quadros da União. | 23 |
| 1.2.3 – Comunicação | |
| Da Liderança do PSB, de indicação do Senador Antonio Carlos Valadares como Líder do referido Partido. | 25 |
| 1.2.4 – Oradores (continuação) | |
| Senador Antonio Carlos Valadares – Preocupação quanto a eventuais irregularidades na gestão de recursos públicos do Proinveste no estado de Sergipe; e outro assunto. | 26 |
| Senador José Medeiros – Destaque à necessidade de o STF restringir-se aos limites da lei no julgamento do ex-presidente Lula; e outros assuntos. | 28 |



| | |
|---|-----|
| Senador Paulo Paim – Comentários sobre a importância da valorização dos direitos humanos diante de uma suposta instabilidade democrática. | 33 |
| Senador Lindbergh Farias – Preocupação com as supostas ameaças à democracia brasileira; e outros assuntos. | 36 |
| Senador Paulo Rocha – Preocupação com o suposto momento de instabilidade democrática por que passa o País. | 45 |
| Senadora Fátima Bezerra – Considerações a respeito do julgamento, pelo STF, do habeas corpus preventivo requerido pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. | 47 |
| 1.3 – ORDEM DO DIA | |
| 1.3.1 – Item extrapauta | |
| Parecer nº 40/2018-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 12/2018, do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a recondução do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019. Aprovado (votação nominal) | 51 |
| 1.3.2 – Item 3 | |
| Projeto de Lei do Senado nº 488/2017-Complementar, do Senador Roberto Muniz, que altera a Lei da Técnica Legislativa para determinar que as proposições legislativas que instituem políticas públicas contenham a avaliação de impacto legislativo. Aprovado (votação nominal) | 63 |
| Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 488/2017-Complementar (Parecer nº 53/2018-CDIR/PLEN-SF). Aprovada . À Câmara dos Deputados | 100 |
| 1.3.3 – Apreciação de requerimento | |
| Nº 163/2018, do Senador Randolfe Rodrigues e outros senadores. Deferido | 101 |
| 1.4 – ENCERRAMENTO | 101 |

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 40ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazos

| | |
|---|-----|
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 118/2017. | 103 |
| Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 167/2014 (Memorando nº 9/2018-CCT). | 103 |
| Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 586/2015 continue sua tramitação. | 105 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 22/2016. | 105 |
| Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Resolução nº 14/2013 continue sua tramitação. | 105 |



| | |
|---|-----|
| Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 188/2017 (Ofício nº 34/2018-CAS). | 105 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº 73/2011 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 35/2018-CAS). | 107 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 72/2017 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 36/2018-CAS). | 109 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 84/2016 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 46/2018-CCJ). | 111 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 171/2012 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 47/2018-CCJ). | 113 |
| 2.1.2 – Comunicações | |
| Da Liderança do PDT, de indicação da Senadora Ângela Portela como Vice-Líder do referido Partido (Memorando nº 1/2018). | 116 |
| Da Liderança do PSB, de indicação do Senador Antonio Carlos Valadares como Líder do referido Partido (Ofício nº 9/2018). | 117 |
| Da Liderança do PMDB, de indicação da Senadora Simone Tebet como Líder do referido Partido (Ofício nº 40/2018). | 118 |
| 2.1.3 – Discurso e documento encaminhados à publicação | |
| Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno | 121 |
| Senador Lasier Martins – Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno | 124 |
| 2.1.4 – Inclusão em Ordem do Dia | |
| Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Mensagem nº 9/2018. | 128 |
| 2.1.5 – Mensagens do Presidente da República | |
| Nº 158/2018, na origem (Mensagem nº 15/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte | 130 |
| Nº 168/2018, na origem (Mensagem nº 16, de 2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Coreia. | 181 |
| 2.1.6 – Prejudicialidade | |
| Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 318/2016 | 215 |
| 2.1.7 – Projetos de Lei do Senado | |
| Nº 156/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, que <i>altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade</i> | 217 |



| | |
|--|-----|
| Nº 157/2018, do Senador Paulo Bauer, que altera o art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para reduzir a alíquota de imposto de renda incidente sobre os ganhos líquidos auferidos em operações 'day trade' de vinte para quinze por cento. | 223 |
| Nº 158/2018, do Senador Randolfe Rodrigues, que institui o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards". | 228 |
| Nº 159/2018, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a proibição de produtos saneantes e cosméticos que contenham micropartículas de plástico em sua composição. | 234 |
| 2.1.8 – Requerimentos | |
| Nº 172/2018, do Senador Jorge Viana, de autorização para desempenho de missão no período de 15 a 20 do corrente. | 239 |
| Nº 173/2018, do Senador Antonio Anastasia, de autorização para desempenho de missão no período de 15 a 20 do corrente. | 242 |
| Nº 174/2018, do Senador Ricardo Ferraço, de autorização para desempenho de missão em 5 e 6 de maio próximo. | 245 |
| Nº 175/2018, do Senador Cristovam Buarque e outros senadores, de realização de sessão de debates temáticos, em 9 de maio próximo, destinada a debater o tema "a paz no processo eleitoral". | 247 |
| Nº 176/2018, do Senador José Medeiros e outros senadores, de realização de sessão especial, em 25 de junho próximo, destinada a homenagear o nonagésimo aniversário da Polícia Rodoviária Federal. | 252 |
| Nº 177/2018, do Senador Eduardo Braga, de voto de aplauso e congratulações à Polícia Militar do Amazonas. | 254 |
| 2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA | |
| 2.2.1 – Parecer nº 40/2018-CCJ | |
| Lista de votação | 257 |
| 2.2.2 – Projeto de Lei do Senado nº 488/2017-Complementar | |
| Redação final (Parecer nº 53/2018-CDIR/PLEN-SF) | 260 |
| Lista de votação | 264 |
| 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS | |
| 3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES | |
| Nº 18/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93/2017 | 267 |
| Nº 16/2018-CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 72/2017 | 273 |
| Nº 17/2018-CAS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 73/2011 | 283 |
| Nº 18/2018-CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 318/2016 | 290 |
| Nº 19/2018-CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188/2017 | 296 |
| Nº 40/2018-CCJ, sobre o Ofício "S" nº 12/2018 | 305 |



| | |
|--|-----|
| Nº 41/2018-CCJ, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 148/2017 | 314 |
|--|-----|

PARTE III

| | |
|--|------------|
| 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL | 328 |
| 5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA | 331 |
| 6 – LIDERANÇAS | 332 |
| 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS | 336 |
| 8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO | 348 |
| 9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES | 351 |
| 10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS | 400 |



Ata da 40ª Sessão, Deliberativa Ordinária,
em 4 de abril de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, Antônio Carlos Valadares, Paulo Paim, Dário Berger, Roberto Muniz e Jorge Viana.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 19 horas e 53 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

40ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Período: 04/04/2018 07:00:00 até 04/04/2018 20:35:00

| Partido | UF | Nome Senador | Presença | Voto |
|---------|----|-----------------------|----------|------|
| PDT | RO | Acir Gurgacz | X | |
| PSDB | MG | Aécio Neves | X | X |
| PMDB | SP | Airton Sandoval | X | X |
| PP | RS | Ana Amélia | X | X |
| PDT | RR | Ângela Portela | X | X |
| PSDB | MG | Antonio Anastasia | X | X |
| PSB | SE | Antonio C Valadares | X | X |
| PTB | PE | Armando Monteiro | X | X |
| PSDB | TO | Ataides Oliveira | X | X |
| PP | AL | Benedito de Lira | X | X |
| PSDB | PB | Cássio Cunha Lima | X | X |
| PR | MT | Cidinho Santos | X | X |
| PP | PI | Ciro Nogueira | X | X |
| PPS | DF | Cristovam Buarque | X | X |
| PSDB | SC | Dalirio Beber | X | X |
| PMDB | SC | Dário Berger | X | X |
| DEM | AP | Davi Alcolumbre | X | X |
| PSDB | SE | Eduardo Amorim | X | |
| PMDB | AM | Eduardo Braga | X | X |
| PRB | RJ | Eduardo Lopes | X | X |
| PMDB | PI | Elmano Férrer | X | X |
| PMDB | CE | Eunício Oliveira | X | X |
| PT | RN | Fátima Bezerra | X | X |
| PMDB | PE | Fernando Coelho | X | X |
| PSDB | PA | Flexa Ribeiro | X | X |
| PMDB | RN | Garibaldi Alves Filho | X | X |
| PP | AC | Gladson Cameli | X | |
| PT | PR | Gleisi Hoffmann | X | X |
| PROS | DF | Hélio José | X | X |
| PT | PE | Humberto Costa | X | X |
| PP | RO | Ivo Cassol | X | X |
| PMDB | PA | Jader Barbalho | X | |
| PMDB | MA | João Alberto Souza | X | X |
| PSB | AP | João Capiberibe | X | X |
| PT | AC | Jorge Viana | X | X |
| PODE | MT | José Medeiros | X | X |
| PT | CE | José Pimentel | X | X |
| PSDB | SP | José Serra | X | X |
| PDT | TO | Kátia Abreu | X | |
| PSD | RS | Lasier Martins | X | X |
| PSB | BA | Lídice da Mata | X | X |
| PT | RJ | Lindbergh Farias | X | X |
| PSB | GO | Lúcia Vânia | X | X |
| PR | ES | Magno Malta | X | X |
| DEM | SE | Maria do Carmo Alves | X | |
| PMDB | SP | Marta Suplicy | X | X |

Emissão 04/04/2018 20:31:48





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

40ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Período: 04/04/2018 07:00:00 até 04/04/2018 20:35:00

| Partido | UF | Nome Senador | Presença | Voto |
|---------|----|---------------------|----------|------|
| PRTB | MA | Pastor Bel | X | X |
| PSDB | SC | Paulo Bauer | X | X |
| PT | RS | Paulo Paim | X | X |
| PT | PA | Paulo Rocha | X | X |
| PRB | MS | Pedro Chaves | X | X |
| - | PB | Raimundo Lira | X | X |
| REDE | AP | Randolfe Rodrigues | X | X |
| PT | PI | Regina Sousa | X | X |
| - | DF | Reguffe | X | X |
| PMDB | AL | Renan Calheiros | X | X |
| PSDB | ES | Ricardo Ferraço | X | X |
| PP | BA | Roberto Muniz | X | X |
| PMDB | PR | Roberto Requião | X | X |
| PODE | RJ | Romário | X | X |
| DEM | GO | Ronaldo Caiado | X | |
| PMDB | ES | Rose de Freitas | X | X |
| PSD | AC | Sérgio Petecão | X | X |
| PMDB | MS | Simone Tebet | X | X |
| PSDB | CE | Tasso Jereissati | X | X |
| PTB | RR | Telmário Mota | X | |
| PMDB | RO | Valdir Raupp | X | X |
| PCdoB | AM | Vanessa Grazziotin | X | X |
| PR | TO | Vicentinho Alves | X | X |
| PMDB | MS | Waldemir Moka | X | X |
| PR | MT | Wellington Fagundes | X | X |

Compareceram 71 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Queria a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a será atendida.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senadora Ângela Portela.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Também peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a será atendida.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Pois não, nosso Presidente eterno.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria cumprimentar V. Ex^a e os colegas também. Há espaço para inscrição para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a será atendido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria me inscrever como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador Lindbergh, como Líder. Está inscrito V. Ex^a, Senador. Teremos o prazer de ouvi-lo daqui a pouco.

Senador Lasier Martins, PSD, do Rio Grande do Sul, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Antonio Carlos Valadares.



Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nestes momentos conturbados que está vivendo o Brasil, Sr. Presidente, nós estamos assistindo a um seriado de televisão que é muito instigante sob vários aspectos e que motiva a minha vinda até esta tribuna. Trata-se desta série original, que está pelo Netflix: *O Mecanismo*. É uma obra de ficção – mas tem muito de verdadeiro, Sr. Presidente – da autoria do cineasta José Padilha, o mesmo autor do *Tropa de Elite*, um filme de enorme repercussão no Brasil nos últimos tempos e contra o qual pouco ou nada se viu de críticas, de indignações ou de protestos, quando, naquela obra, José Padilha narrava a corrupção na polícia do Rio de Janeiro. Agora está sendo muito diferente. As reações têm sido muito intensas, de alguns setores bem determinados.

Achei oportuno vir à tribuna porque eu encontrei muitas verdades nessa obra a que assisti. Dizem respeito à grande crise que o Brasil está vivendo não só agora, mas há muitos anos. Não sei se V. Ex^a já viu. Não sei quantos telespectadores que assistem à TV Senado ou ouvintes da Rádio Senado viram até agora. Mas eu recomendo a quem não assistiu que assista.

Chamou-me a atenção um artigo em que José Padilha escreve as motivações do seu filme, da sua série, na *Folha de S.Paulo* de domingo passado. Chamou-me a atenção porque ele faz referência aos cinco pressupostos da sua tese, que têm tudo a ver com o momento que estamos vivendo. É por isso que eu vim aqui para ler, lembrar, realçar, até porque teremos daqui a pouco um julgamento, lá no Supremo Tribunal Federal, de extraordinária repercussão no Brasil e em várias partes do mundo.

Mas o que justifica o seriado de José Padilha sob a denominação *O Mecanismo*? É um título abreviado, mas que significa o mecanismo da corrupção no Brasil, quais são os pressupostos da corrupção no Brasil. E com uma lucidez extraordinária, José Padilha passa a enumerar. Eu me pergunto e pergunto àqueles que nos assistem pelo Brasil afora pela TV Senado se há alguma divergência com relação ao que o autor diz:

- a) No Brasil, a corrupção não ocorre esporadicamente; ela é o mecanismo estruturante da política e da Administração Pública, o mecanismo que opera nos Municípios, nos Estados, no Governo Federal, no Executivo, no Legislativo e também nas cortes judiciais constituídas por indicações políticas.

Por que está tão discutido o Supremo Tribunal Federal? Porque é dominado por indicações políticas. Não é por outra razão que o primeiro projeto que entrei aqui no Senado quando cheguei foi no sentido de mudar a sistemática de formação do Supremo Tribunal Federal. Não é mais possível termos lá gente que está comprometida com este ou aquele partido, com esta ou aquela ideologia. Não há legitimidade para isso.

Então, menciona muito bem José Padilha:

- b) As campanhas de todos os grandes partidos do Brasil são financiadas por empresas que trabalham para o Estado. Uma vez eleitos, os políticos desses partidos montam coalizões com base na distribuição de cargos que auferem controle sobre o Orçamento público. Quanto mais poderoso for um político, maior o quinhão que lhe cabe.

Nada a opor. A mais pura verdade está inserida nessa constatação de José Padilha. As campanhas eleitorais e os grandes partidos, os financiamentos das empresas aos políticos: aí está uma das grandes causas da corrupção no Brasil.



- c) O Estado, assim loteado, contrata as mesmas empresas que financiam as campanhas políticas dos grandes partidos, superfaturando orçamentos. [Outra verdade indiscutível.]
- d) Parte da fatura se transforma em financiamento de campanha para o próximo ciclo eleitoral, e parte vira caixa dois e propina. [Será que alguém discorda disso?]
- e) O mecanismo não tem ideologia; ele opera nos governos de esquerda e de direita.

Então, aí temos os pressupostos da corrupção estruturante do Brasil, do mecanismo estruturante da corrupção, muito bem focados pelo autor dessa obra, inteligentemente.

[...] assumimos que esses enunciados são verdadeiros. Isso é fato ou ficção? O que aconteceria em um país onde o mecanismo operasse de fato? [Pergunta o autor da obra seriada e do artigo da *Folha de S. Paulo*, José Padilha.]

No mínimo, três coisas [responde ele]:

- 1) A polícia e a Procuradoria se deparariam constantemente com casos de corrupção sistêmica.
- 2) A classe política criaria legislação específica para impedir que as investigações desses casos gerassem punições para seus membros, pois, na ausência de legislação assim, o mecanismo não sobreviveria.
- 3) Se alguma contingência histórica permitisse que uma investigação de corrupção fosse levada a cabo nesse país, em uma área de orçamento público significativo, a política como um todo seria implicada na investigação.

É a situação do Brasil.

Esse é um documento histórico, Sr. Presidente. É por esse motivo que requeiro a inserção, nos *Anais do Senado Federal*, do artigo de José Padilha, do domingo passado, sob o título "O mecanismo agradece".

Não vou perder tempo me detendo, porque esse artigo é explícito demais. O seriado é por demais eloquente. Nós temos aí, para quem quiser ver, sem maiores demandas, sem maiores pesquisas, quais as causas da corrupção no Brasil. Estão aí escancaradas como a luz solar.

Foram acordos desse tipo que revelaram um extenso esquema de corrupção [por exemplo] na Petrobras, envolvendo as maiores lideranças políticas do país [...].

Em conclusão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a série *O Mecanismo*, sobre a corrupção no Brasil, é um corajoso documento de realismo e de ficção. E digo: muito mais de realismo do que de ficção, de autoria do cineasta, mesmo autor que denunciou, no filme *Tropa de Elite*, o que era a corrupção na polícia do Rio de Janeiro. E na época, repito, praticamente ninguém se manifestou.

Agora, diferentemente, vários setores inconformados, porque muitos deles estão com culpa em cartório, furiosamente atacam a série televisiva da Netflix como se não fosse mais verdadeira e legítima do que ficcional.

(*Soa a campanha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Com o mérito de inserção, eu peço, Sr. Presidente, que o artigo de José Padilha seja inserido para revisão histórica, depois que passar esta onda tenebrosa da corrupção no Brasil. Temos aí um documento que resume tudo sobre o ponto a que chegamos.



Muito obrigado, Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR LASIER MARTINS
(Vide item 2.1.3 do Sumário).

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Artigo da *Folha de S.Paulo*, de autoria de José Padilha, intitulado "O mecanismo agradece".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Obrigado, Senador Lasier Martins, pelo cumprimento do horário.

Senadora Vanessa Grazziotin, PCdoB, do Amazonas... Digo melhor, é a Senadora Ana Amélia para uma comunicação inadiável. Depois é V. Ex^a, Senadora Vanessa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Brasília, nesta época, começa a estar sempre ensolarada, uma cidade com grandes espaços verdes, mas hoje ela amanheceu um pouco tristonha, com ar nublado, talvez refletindo muito o espírito de nós todos brasileiros, que, do lado em que estejamos, temos a mesma sensação de ansiedade, de preocupação e de alguma tensão.

O mais importante de tudo isso é que estamos vivendo a plena liberdade; mas essa plena liberdade é ameaçada por aquilo que eu convenciono chamar do politicamente correto. E a ditadura do politicamente correto está amordaçando a liberdade de expressão. Para minha surpresa... E, como jornalista durante tanto tempo, fico muito impressionada com a veemência com que as pessoas aqui atacam a imprensa – a TV Globo, a Bandeirantes, a Record, o SBT – por divulgarem mensagens de autoridades militares ou manifestos de desembargadores de Ministério Público, representantes do Ministério Público, seja o Ministério Público Federal ou dos Estados, e se impressionam também com manifestações contrárias.

E aí venho à busca de duas palavras: serenidade e respeito – palavras usadas pela Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, no manifesto que ela gravou ontem para televisão. E falando para quem? Para a sociedade brasileira e para os membros da Suprema Corte. E inclui aí não apenas os magistrados, mas também os servidores da Suprema Corte do País. Também me refiro às manifestações de várias lideranças do Poder Judiciário, das autoridades militares, todos usando as mesmas palavras: respeito às opiniões divergentes, serenidade, respeito à Constituição e combate duro à impunidade.

As mesmas vozes, as mesmas palavras, todos usam a mesma linha de raciocínio para dizer aquilo que a sociedade brasileira está esperando. E não é aceitável que essa imposição, essa censura, esse amordaçamento do politicamente correto proíba qualquer autoridade, seja militar, seja do Supremo, seja do STJ, seja do Ministério Público, de manifestar as suas opiniões ou um Senador da República, acompanhado de outros Senadores, como fez o Senador Lasier Martins, de encaminhar à Suprema Corte um manifesto dos Senadores a favor da possibilidade da prisão em segunda instância de julgamento.



O bom da democracia é exatamente essa capacidade de nós todos – cidadãos comuns, autoridades militares, civis, eclesiásticos também, por que não, pastores, prelados da Igreja Católica – podermos nos manifestar.

E, quando se cobra o julgamento do caso de uma vereadora e de seu motorista barbaramente assassinados no Rio de Janeiro, o que se quer? Apuração rápida e justiça rápida. Apuração rápida e justiça rápida! Será que as pessoas que estão acompanhando com muita atenção, no Brasil e no mundo, esse caso rumoroso do Rio de Janeiro, quando for identificado o assassino da Vereadora Marielle e do seu motorista Anderson e ele, após alguns recursos, deixar de ser preso em segunda instância do julgamento, vão ficar satisfeitos com isso?

Ninguém está acima da lei!

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ninguém está acima da lei, Sr. Presidente. E V. Ex^a, que conhece bem a legislação e a Constituição, sabe do que eu estou falando. Simples assim: temos que usar os mesmos pesos e as mesmas medidas para casos semelhantes, e não pesos diferentes para situações também diferentes.

É exatamente por isto que eu venho aqui à tribuna: para dizer que estou surpresa com essa tentativa de amordaçamento de quem tem e ousa expressar a sua verdade, o seu lado, a sua posição. A democracia pressupõe a liberdade de expressão, de dizermos o que pensamos. Essa é a parte mais bonita e devemos lutar para preservá-la a qualquer custo e a qualquer preço. E eu, como jornalista, tenho esse valor da liberdade de expressão como um dos pilares mais preciosos da democracia.

Por isso, hoje eu ocupo esta tribuna. Neste dia histórico do Brasil...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... em que todos nós estamos... *(Fora do microfone.)*

Terminando, Presidente.

Todos nós, a sociedade inteira, todos os lados da sociedade, toda a composição da sociedade, desde o Congresso Nacional ao Poder Executivo, ao Poder Judiciário em todas as suas instâncias, aos militares de todas as Armas, Exército, Marinha e Aeronáutica, aos prelados das Igrejas católicas, evangélicas, protestantes, luteranas, todos, todos estão olhando para a Suprema Corte do País. Porque todos nós queremos respeito à Constituição; respeito e serenidade de todos; respeito às nossas instituições; respeito a um Brasil mais justo; e um Brasil sem impunidade, onde a lei vale igualmente para todos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Próxima oradora é a Senadora Vanessa Grazziotin, que tem dez minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

Creio que, usando esta tribuna, Sr. Presidente, não há como deixar de abordar o tema que mais tem mexido com a sociedade brasileira desde ontem à noite. Eu me refiro aqui a uma



postagem pública feita, salvo engano, nas redes sociais, no Twitter, pelo General do Exército brasileiro, Gen. Villas Bôas, cujo conteúdo, se analisarmos, é um conteúdo extremamente positivo, porque, na sua manifestação publicada na noite de ontem, o general diz o seguinte: que ele compartilha com o anseio de todos os cidadãos de bem que repudiam a impunidade e também que respeitam a Constituição, a paz social e a democracia.

Aparentemente, Sr. Presidente, não haveria nada de extraordinário, de errado nessa manifestação, não tivesse ela ocorrido na noite de ontem, dentro de um contexto em que o Brasil inteiro aguarda uma decisão do Supremo Tribunal Federal no dia de hoje, relacionada a um *habeas corpus* do Presidente Lula, um *habeas corpus* que discutirá a aplicação ou não da Constituição brasileira no que diz respeito ao seu Art. 5º, inciso LVII, que fala que nenhum cidadão, que "ninguém – esse é o termo exato – será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

E o que estamos vendo pelo Brasil afora, em relação à decisão que será adotada no dia de hoje pelo Supremo Tribunal Federal, é algo inaceitável, Sr. Presidente.

Ontem, nós vimos manifestações que ocorreram em várias cidades brasileiras. Aliás, algumas delas convocadas a peso de ouro. A peso de ouro por quê? Há uma entidade no Brasil denominada VemPraRua, que pagou publicidade em todos os meios de comunicação do Brasil. Nós fizemos o levantamento ontem em meu gabinete: somente em três meios de comunicação, em três jornais, essa entidade, Senadora Regina, gastou quase R\$1 milhão, convocando o povo para ir para a rua. Há uma empresa de canal a cabo, a empresa SKY, que, segundo me chegou a informação – não sei da veracidade, mas me chegou a informação –, liberou todos os seus funcionários para participarem dessas manifestações.

Mas, até aí, compreensível; tudo dentro da legalidade.

Só que, pelas imagens a que assistimos hoje das manifestações, ocorreram fatos deploráveis. Ontem, por exemplo, acho que em São Paulo, Senadora Fátima, foram queimados 11 bonecos – 11! E não eram de nenhum Senador, de nenhuma Senadora; não eram de nenhum Deputado, de nenhuma Deputada. Onze bonecos, representando os onze Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Então, exatamente nesse contexto, há a postagem do Gen. Villas Bôas, por quem eu tenho não apenas respeito enorme, mas uma admiração profunda, pelo brasileiro que é, pelo nacionalista que é, por ser uma pessoa que defende os interesses e os direitos humanos, que teve a coragem de, em um momento exato, criticar as intervenções feitas pelo Exército para buscar a ordem e a paz social, como ele fez com relação à estada do Exército na Favela da Maré, dizendo que, depois de uma semana, quando o Exército saiu do local, tudo continuou como antes. Então, vejam, o que me preocupa foi a repercussão desse tuíte em decorrência da hora em que ele foi feito. E me preocupa ainda mais o silêncio, até agora, do Gen. Villas Bôas, porque muitos chegaram a imediatamente analisar que aquela manifestação de Villas Bôas soava como uma pressão ao Supremo Tribunal Federal, uma chantagem ao Supremo Tribunal Federal.

Isso obviamente aumenta a temperatura da crise política em que nós vivemos. Aumenta enormemente, porque estamos assistindo no Brasil ultimamente a algo que deve preocupar todos, e não apenas nós que temos assento no Parlamento e, portanto, responsabilidade para com a democracia e a população brasileira; mas deve preocupar todos.



Há alguns dias, o Presidente Lula foi alvo de balas – foi alvo de balas! E pessoas ainda tiveram coragem de aplaudir manifestações como aquelas em que levantaram o relho, como aquelas em que jogaram ovos.

Então, Sr. Presidente, é muito grave o momento que nós estamos vivendo. E digo que é mais grave ainda, porque, no dia de hoje, também foram divulgados *posts*, de uma página oficial, acho que do Twitter, do TRF da 4ª Região, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, curtindo a manifestação pública do Gen. Villas Bôas. Vejam, um Tribunal Regional Federal, uma parte importante do Poder Judiciário brasileiro vai ao seu Twitter oficial e curte isso: uma manifestação do General Villas Bôas. Tanto que, na sequência, o próprio TRF teve que vir a público e divulgar uma nota. Disse que houve uso indevido da sua página no Twitter e que pessoa não autorizada, desde o dia 2 até o dia de ontem, estava postando Twitters não autorizados pelo TRF4, pela direção do TRF4.

Ora, senhores... Eu quero, Senador Valadares, lembrar que não é a primeira vez que esse mesmo TRF4 se envolve em polêmicas políticas. Um TRF que foi responsável, Senadora Lídice, pelo julgamento em segunda instância do Presidente Lula.

Vejam: no dia 3 de janeiro deste ano, uma senhora, Daniela Kreling Lau, publicou no seu Twitter um *banner*, dizendo: "Lula, o Brasil inteiro exige sua prisão!" Não teria nada de mais uma opinião de uma cidadã brasileira, não fosse essa senhora a Chefe de Gabinete do Presidente do TRF4. Chefe de Gabinete! E o que aconteceu com ela, de janeiro até agora? Nada! Continua trabalhando e continua no TRF, numa instância importante do Poder Judiciário, mas fazendo política.

Da mesma forma, esse Sr. Procurador Deltan Dallagnol, que publica, dizendo que hoje é um dia muito importante para o Brasil. É o Dia D. É o dia de luta, em que ele fará greve de fome, porque ele estará em jejum, torcendo pelo Brasil. Aí vem um juiz, imediatamente em apoio a ele. Ou seja, vivemos momentos difíceis!

E veja o que é que o Supremo Tribunal Federal vai analisar hoje: um *habeas corpus*, senhoras e senhores, do Presidente Lula, pedindo que, para o caso dele, seja aplicada a Constituição, Senador Valadares, e que ele, assim como nenhum brasileiro, cumpra a pena antes do processo transitado em julgado. Apenas isso!

E vejam o jornal *Valor Econômico*, do dia de hoje – eu sugiro que todos leiam o que diz o jornal *Valor Econômico* do dia de hoje, Senadora Fátima. Ele diz o seguinte: "Autores de regra constitucional refutam interpretação atual", porque a atual interpretação do Supremo Tribunal Federal – repito: "interpretação" – é pela prisão, já, após o julgamento em segunda instância.

E o que é que dizem os ex-Parlamentares, Constituintes, ex-Senador pelo Espírito Santo José Inácio Ferreira e o ex-Deputado Sigmaringa Seixas, que foram sub-relatores da Assembleia Nacional Constituinte? Disseram que a intenção dos julgadores é clara e não sujeita a interpretação. Não pode haver cumprimento de pena antes do transitado em julgado.

E diz mais: na legislação anterior à Constituição de 1988, o réu só poderia apelar contra uma decisão cumprindo a sentença – cumprindo a sentença –, de acordo, inclusive, com o art. 594, do Código de Processo Penal, que posteriormente foi modificado, para se adaptar à nova redação constitucional.

(*Soa a campanha.*)



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Para se adaptar à nova redação constitucional.

Então, não basta falar que vamos cumprir a lei: lei para todos. Lei para todos! Constituição para todos! E é isso que o Supremo Tribunal Federal deverá julgar daqui a alguns instantes. Isso. E o que é que nós estamos vendo? Parcela da sociedade... Ainda bem! Graças a Deus que é uma minoria, porque parecem mais milicianos e usam métodos destes. Usam métodos daqueles que torturaram pessoas durante a ditadura militar, que queimam bonecos que representam os membros do Supremo Tribunal Federal – em praça pública!

Ainda bem que esses são minoria; mas esses, sim, pressionam e ameaçam. E ameaçam não o Supremo Tribunal Federal, mas o Brasil: ou a decisão é de acordo com o que eles querem, ou, então, o Brasil vai pegar fogo. É uma ameaça que não é velada; é uma ameaça aberta. Então, o momento é muito preocupante.

A Senadora Gleisi, Presidente...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A Senadora Gleisi, Presidente do Partido dos Trabalhadores, que é o Partido do Presidente Lula, fez uma proposta hoje na Comissão de Constituição e Justiça que, na minha opinião, tem que ser analisada por este Plenário.

Este Plenário, independentemente das posições políticas que temos, temos que nos manifestar em relação à gravidade do momento que vivemos, porque não há saída fora da democracia – não pode haver; não há saída fora da Constituição Federal – não pode haver.

Então, manifestações como essas, de ameaças, de restrições das liberdades, não podem ser vistas pelo Parlamento, e o Parlamentar continuar de forma passiva. Nós precisamos reagir de forma responsável, e tudo de que não precisamos, neste momento, é que a fogueira receba mais lenha. Não. Tudo de que precisamos é exatamente o contrário. Não podemos nós ficar aqui aplaudindo...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... aplaudindo manifestações violentas. Não podemos. E muito menos aceitar que ameacem o Supremo Tribunal Federal, dizendo: "Ou vota contrário ao pedido do Presidente Lula, ou o Brasil vai viver problemas." Não. Nós já estamos vivendo problemas. Aliás, desde 2016.

Eu nunca esqueço de quando estivemos com a Presidenta Dilma, e ela disse: "Eu aceito. Eu aceito a antecipação das eleições diretas." E, desde aquela altura, nós dizíamos: se o governo perde a governabilidade, vamos buscar a saída na população brasileira; vamos antecipar as eleições. E, pelo que nós estamos vendo, Senador Valadares, há muita gente agindo no sentido de não permitir sequer eleições neste País – de não permitir.

Então, é hora da unidade de todas as forças progressistas, em defesa do nosso País, da nossa Constituição e da nossa democracia.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Por permuta com o Senador Lindbergh Farias, para uso da palavra pela Liderança, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, PT de Pernambuco.



O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, internautas que nos acompanham, como é do conhecimento de todos, nós já estamos tendo o início do processo de julgamento do *habeas corpus* requerido pelo Presidente Lula ao Supremo Tribunal Federal. E esse *habeas corpus*, como já foi dito aqui reiteradamente, é pelo estrito cumprimento da Constituição Federal, Constituição que diz claramente que ninguém será considerado culpado nem cumprirá pena antes que o seu processo tenha transitado em julgado.

E isso a Constituição consagrou não foi por nada; foi principalmente para garantir a presunção da inocência, o direito de ninguém ser condenado quando ainda pode ser absolvido. E bastaria que um único brasileiro ou brasileira começasse a cumprir pena e, depois, fosse inocentado por uma instância superior, para que houvesse um prejuízo irreparável, e é isso o que está acontecendo neste momento. Nós temos convicção e certeza de que, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo, a injusta condenação do Presidente Lula será desfeita. Por isso, nós queremos... E lá está, nas mãos do Supremo, a decisão sobre o cumprimento literal da Constituição brasileira.

Lamentavelmente, isso que é uma coisa corriqueira da Justiça no Brasil, o debate sobre a concessão de um *habeas corpus*, foi transformado pela direita do nosso País em um grave fato político. A inabilidade de condução por parte de dirigentes do Supremo Tribunal Federal levou a que algo que deveria ser a discussão de uma tese se transformasse num fato político centrado numa única pessoa.

Portanto, o que todos os brasileiros esperam é que, hoje, o Supremo possa cumprir o seu papel de guardião da Constituição brasileira, de defensor das garantias individuais, da liberdade e da democracia.

Por essa razão que eu, assim como muitos brasileiros, estranhamos a manifestação do Comandante do Exército, General Villas Bôas Corrêa, no dia de ontem, antecedendo essa sessão do Supremo Tribunal Federal. Estranheza, porque o General sempre se caracterizou por uma posição de equilíbrio, de moderação, de exigência do cumprimento da Constituição, por posições, eu diria, até de conteúdo nitidamente nacionalista. E jamais extrapolou a sua posição como Comandante. E, seguindo aquilo que a Constituição prevê, se omitia de manifestar-se politicamente.

Então, isso gera a nossa estranheza, e o mais grave é que essa manifestação, qualquer que tenha sido o seu objetivo, terminou servindo para a exploração, por parte de segmentos, de setores...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que apostam no caos no nosso País, que não querem o cumprimento da Constituição, do calendário eleitoral e das liberdades para o nosso povo.

Portanto, esse fato, essa manifestação, teria que, necessariamente, ser lida como uma pressão sobre o Supremo Tribunal Federal, algo que é inaceitável. Afinal de contas, a Constituição brasileira garantiu para o Poder Judiciário a inamovibilidade, a impossibilidade de serem substituídos, a vitaliciedade, para que exatamente o Poder Judiciário possa agir com absoluta e total independência e autonomia.



Daí porque manifestações políticas, principalmente emanadas de alguém...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – ... com a responsabilidade e a história do General Villas Bôas...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... terminam sendo um desserviço à democracia, geram pressão sobre o Supremo, produzem solidariedade por parte de muitos que, diferentemente do General, querem, sim, apostar no autoritarismo, em uma escalada ditatorial, e, portanto, nós entendemos que o Supremo Tribunal Federal, hoje, tem que ter a marca da sua autonomia, apostar na democracia, na separação dos Poderes e na possibilidade de posições que sejam efetivamente autônomas.

Nesse contexto todo é de se lamentar, embora esperado também, que o Senhor Presidente da República, um fraco, exercendo a posição de Comandante Maior das Forças Armadas, tenha se restringido ao silêncio e assim permanecido, sem cumprir sequer...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – ... o papel...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de defender a liberdade e a democracia que ele jurou cumprir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR BEL (PRTB - MA) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Tem a palavra V. Ex^ª.

O SR. PASTOR BEL (PRTB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui registrar a ilustre presença do Prefeito de Bom Jardim, o Prefeito Doutor Francisco, com seus assessores, que está marcando a sua presença, e a presença do Pastor Danilo e família aqui conosco, nesta Casa.

Eu quero registrar... E também... Em Brasília, hoje, está tudo parado, esperando esse julgamento. Eu acredito que o Supremo, que vai fazer esse julgamento, não pode ter dois pesos e duas medidas, porque tem que liberar o Cunha, que está lá preso, e liberar outros que estão aí. Tem que fazer justiça... Eu penso que o ex-Presidente Lula tem que pagar por tudo que fez pelo nosso País. Então, essa é a minha palavra a todo o povo brasileiro que está nos assistindo.

Eu acho que quem deve tem que pagar. Essa é a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senadora Regina Sousa, por permuta com o Senador Hélio José. E a Senadora Ângela Portela.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nós estamos há seis meses do suicídio do Reitor Cancellier, há 40 dias da intervenção no Rio de Janeiro... Cadê o



resultado? Estamos há 22 dias do assassinato de Marielle e de Anderson... E nós lemos, estupefatos, as testemunhas dizerem que a polícia as mandou embora no dia, quando chegou ao local do crime. Estamos há dez dias da chacina de Maricá, onde mataram meninos... Pasmem! Não eram meninos assistidos, não. Eram meninos que praticavam projetos sociais com outras crianças, lá em Maricá, no Rio de Janeiro, sem resultado... Estamos há nove dias dos tiros na caravana de Lula... Estamos há 50 anos da morte de Luther King, que tinha um sonho, aliás, vários sonhos. Quero resumir com uma frase dele. Ele diz:

A escuridão não pode expulsar a escuridão, apenas a luz pode fazer isso. O ódio não pode expulsar o ódio, só o amor pode fazer isso. A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar [frase de Luther King].

E hoje é o dia de julgamento de Lula. O ódio pode levar um inocente para a cadeia.

Desafio qualquer um a mostrar uma prova de que aquele apartamento pertence a Lula. Cada Ministro, ao votar para prendê-lo hoje, deveria apontar uma prova, mas não pode ser uma fotografia da visita dele ao apartamento, nem a convicção do Juiz Moro, nem o PowerPoint do Dallagnol. Se nunca recebeu o bem, onde está a lavagem de dinheiro? Envergonha qualquer estudante do segundo ano de Direito condenar sem prova.

Quem quer prender o Lula? Quem está lá naquelas fileiras?

Uma elite que odeia o que Lula fez pelos mais pobres. Prepararam isso durante quatro anos. Desde 2014 estão preparando isso, a partir do cuidado de prepararem o golpe contra a Presidenta Dilma. Um processo aligeirado, quatro anos. Não há um processo que tenha andado assim tão rápido.

Estão lá os que praticam o trabalho escravo. A memória escravocrata está muito presente nesses que estão aí – inclusive, dizem que há 10 mil ruralistas.

Estão lá os que demitiram para praticar trabalho intermitente; os donos dos relhos e dos chicotes; os setores separatistas do Sul, que acham que a gente tem que pedir permissão para entrar lá ou ter passaporte; os que atiram em ônibus de caravana identificada – quer dizer, crime premeditado –; os que privatizam a água com suas cercas de arame farpado, para deixar o povo morrer de sede; os que torturaram e mataram na ditadura militar e não pagaram pelos seus crimes; os que mataram, em Colniza, em Pau D'Arco, em Gamelas, os tantos outros trabalhadores que lutavam por reforma agrária, simbolizados em Margarida Alves; os que exterminaram os nossos índios e tomaram suas terras; os que mataram Cancellier, Marielle, Anderson e os cinco meninos de Maricá, estes simbolizando a nossa juventude negra, o extermínio da juventude negra, que as Mães de Maio, lá na Praça da Sé, teimam em não deixar a gente esquecer.

Estão lá também os que, sob a pureza da roupa branca, colocam prótese em quem não precisa; os que receitam remédio para glaucoma para quem não tem glaucoma; os que cobram cirurgia do SUS e do paciente; os que assinam o ponto nos hospitais e vão para as suas clínicas – esse é o pessoal que está lá contra o Lula –; os que patrocinaram as chamadas em capas de jornalões para manifestantes irem para a rua. Estou sabendo, a Senadora Vanessa falou aqui, que quase R\$1 milhão foram gastos nesses anúncios, porque publicar na primeira página da *Folha de S.Paulo* e do *Estadão* não é barato. Certamente há os patrocinadores.

Estão lá os sonegadores de impostos, inclusive da Previdência, que depois recebem o perdão; os que desfilam aviões e mais aviões recheados de cocaína, e ninguém nunca vai saber



quem é o dono do avião, nem da droga, nem o destino dado a ela; e os que ameaçam com intervenção militar, sob o silêncio ensurdecedor de quem deveria se manifestar contra.

Também deve estar lá – vai estar, com certeza – a mídia golpista, que incita as pessoas contra o PT e que pressiona para o resultado ser o que ela quer.

Também os que salvaram Temer, duas vezes, e Aécio Neves, apesar das provas consistentes do envolvimento deles, da corrupção deles – mas houve um diretor da PF que disse que mala de dinheiro não necessariamente prova alguma coisa.

Senhoras e senhores, se vocês acreditam no que dizem – principalmente aqui neste Senado em que até alguns assinaram, que se manifestaram dizendo que a prisão tem que se dar em segunda instância, que é legal –, por que nunca se manifestaram sobre o mensalão mineiro, que está com 20 anos, que vai prescrever este ano, em que o Azeredo foi condenado em segunda instância e nunca pisou na porta de uma cadeia? Nem vai, porque vai prescrever agora.

Por que é que os senhores nunca se manifestaram se vocês defendem que é legal macular o art. 5º da Constituição, levando para a cadeia uma pessoa que ainda não teve todos os seus recursos julgados se o art. 5º diz que ninguém pode pagar uma pena antes que transite em julgado todos os seus recursos?

Então, é falso. Ainda dizem que a lei é para todos. Não, não é não. É para alguns só. E as coisas estão provadas aí. A pressa com que esse processo se deu: passaram por cima de todos os outros processos, quatro anos e o processo chegou ao final, enquanto o outro lá está com 20 anos e vai prescrever.

Paulo Preto: descobriram agora R\$113 milhões em sua conta, e todo mundo sabe de quem ele era assessor: de Alckmin e de Serra. Vai acontecer alguma coisa? Não. Posso garantir que não vai: vai prescrever. Porque, se já prescreveu para o Senador Serra, não vai ser o Paulo Preto que vai pagar a conta sozinho. Agora, o dinheiro está lá. De quem é?

Quero que mostrem um dinheiro de Lula em uma conta no exterior. Venham mostrar que a gente se convence e diz: estamos errados. Ou dele, da família ou de qualquer pessoa. Lula é a pessoa mais investigada desde que ele entrou para a política. A vida dele era bisbilhotada a vida inteira, desde que ele era sindicalista, e nunca encontraram nada. Então, tem que se inventar um PowerPoint para condenar um inocente. E as pessoas ficam batendo palma como se estivesse tudo resolvido.

É o mesmo povo que espoliou este País há 500 anos – 500 anos de roubalheira. É só estudar a história. Quantos escândalos no Banco do Brasil? Escândalo da mandioca, escândalo não sei mais das quantas, escândalo dos usineiros. Esqueceram a história deste País. E agora o crime está resumido na pessoa do Lula.

Então, senhores que torcem contra o Lula, leiam o processo. Eu tenho certeza de que nenhum de vocês leu um resumo desse processo – nenhum desses que assinaram esse negócio de manifesto contra o Lula. Não leram. Como o juiz de Porto Alegre, do TRF 4, que disse aquilo que em qualquer outro país seria um escândalo: que não leu, que ele formou o voto dele a partir da fala de seu colega. Um juiz, um desembargador ou sei lá o que do Tribunal – é desembargador – disse isto lá naquele julgamento: ele formou o voto depois de ouvir os dois colegas dele. Voto já pronto, antes de qualquer coisa, já formado no preconceito.

Leiam o processo e encontrem uma prova contra Lula que a gente se convence. Mas não têm prova contra Lula, vão condenar um inocente. Este País hoje vai dizer se ele é um Estado



democrático de direito ou se ele vai descambar para uma ditadura. Porque as ameaças estão aí. Ameaças claras, sem nenhum subterfúgio.

(Soa a campainha.)

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Estão ameaçando uma intervenção militar se o resultado não for o que eles querem. Que absurdo é esse? Que País é esse? Então, este País vai ter que dizer: é um Estado democrático de direito ou vai logo escancarar e vai virar uma ditadura? – porque faz tempo que ele está com essa vocação.

Este País tem uma história de pouco tempo de democracia, sempre intercalada com período de exceção. Então, o último foi lá, saímos dele em 1985, e o pessoal já quer voltar, está com saudade. Mas esses saudosos da ditadura vão se arrepender se a ditadura se instalar neste País, porque ela não vem só para uns, não; ela vem para todos – ao contrário da lei que é para um e não é para todos. Mas a ditadura, se se instalar, muita gente eu vou ver arrependida; e a Rede Globo, que pede desculpa por ter apoiado a ditadura de 1964, não vai ter direito de pedir desculpa se outra ditadura se instalar neste País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senadora Ângela Portela, próxima oradora inscrita. Dez minutos.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ontem nós tivemos aqui, no Senado Federal, uma reunião da MP 817, que trata do enquadramento dos servidores dos ex-Territórios de Roraima, Amapá e Rondônia, de servidores que prestaram serviço de 1988 a 1993. Houve um intenso debate e, na semana que vem, nós estaremos reunidos novamente para discutir o relatório e as emendas apresentadas a esse relatório, visando aprimorar o texto, visando fazer com que essa medida provisória possa efetivamente assegurar e garantir que esses servidores que prestaram serviço aos ex-Territórios possam ser, finalmente, enquadrados na União.

A batalha daqueles que trabalharam na instalação do Estado de Roraima, para que sejam tratados com justiça, tem conseguido sucessivos êxitos. No entanto, sempre aparecem, à última hora, entraves que prejudicam o processo.

A mais recente surpresa desagradável veio com o decreto presidencial que deveria regulamentar a Medida Provisória 817. Esse decreto embutiu nas entrelinhas dispositivos que podem causar sérios prejuízos aos servidores de Roraima, e nós estamos com a nossa assessoria estudando, cautelosa e cuidadosamente, esse decreto para identificar essas falhas.

Há um artigo no decreto, por exemplo, que pode impedir o enquadramento na União daqueles que atuaram como prestadores de serviço para o Estado e os Municípios de Roraima. Isso ameaça deixar de fora mais de 3 mil pessoas, juntamente com as suas famílias. Olha só, a possibilidade de excluir do enquadramento 3 mil pessoas de Roraima.

O Senador Jucá anunciou com pompa a publicação do decreto, mas sobre essa falha grave do decreto ainda não ouvimos nenhuma palavra dele, que é o Relator da Comissão Mista no Congresso que trata da MP do Enquadramento. Então, nós esperamos um posicionamento, na reunião da semana que vem, muito claro do Relator, que fez uma divulgação ampla da



publicação desse decreto que, pelo que nós estamos observando, vai excluir 3 mil servidores só de Roraima, fora Rondônia e Amapá.

Não bastasse tudo isso que já enfrentamos para enquadrar quem tem direito ao reconhecimento de um cargo federal, agora temos que enfrentar mais esse obstáculo: as omissões e as falhas do decreto presidencial – o decreto presidencial que está sendo divulgado amplamente nas redes sociais, nos meios de comunicação do Relator.

Da minha parte, eu continuo lutando na Comissão Mista para aprovar minhas emendas, inclusive aquelas que foram rejeitadas pelo Relator e que beneficiam professores, servidores do Judiciário e outras categorias. Tanto a medida provisória quanto o decreto precisam de aperfeiçoamento, para que todos aqueles que têm direito ao enquadramento realizem, finalmente, o sonho de verem a justiça feita. É uma luta intensa. Nós temos, aí, acompanhado a ansiedade desses servidores, desses trabalhadores em Roraima, no Amapá, na esperança de serem enquadrados na União.

Sr. Presidente, ainda tratando do tema do enquadramento, eu gostaria de relatar aqui, mais uma vez – porque já falei sobre esse tema outra vez aqui no Senado Federal –, que eu também considero uma injustiça porque se trata de um grupo de servidores federais, lotados na Secretaria de Segurança Pública lá de Roraima, que exerceram atividade de natureza policial e têm direito ao enquadramento na carreira da Polícia Civil. Foi assegurado a esses servidores o direito a assumirem cargo policial desde a aprovação, aqui no Congresso Nacional, da Emenda Constitucional nº 79, de 2014. No seu art. 6º, garante-se, em texto claro, que eles serão incluídos na carreira policial.

Consta da Emenda Constitucional 79 prazo de 180 dias para incluí-los nos cargos policiais, mas o Ministério do Planejamento descumpriu esse prazo de 180 dias. Pior, analisa os processos a passos muito lentos, e, com isso, nenhuma portaria com o nome de nenhum servidor foi publicada até o momento.

Eu apresentei a Emenda Parlamentar nº 65 à Medida Provisória nº 765. Foi aprovada a minha emenda. Já tem força de lei. Dela consta também um prazo de 120 dias para o Governo Federal enquadrar os servidores. Esse prazo, Senador Paim, venceu em novembro de 2017, e as portarias com a devida concessão do direito, mais uma vez, não foram publicadas.

Então, nós queremos apelar mais uma vez, pedir ao Ministério do Planejamento, aos técnicos da Comissão Especial de Enquadramento para que atendam ao verdadeiro apelo dos servidores que têm o direito assegurado tanto pela Emenda Constitucional 79, no seu art. 6º, como também pela Emenda Constitucional 98, em seu art. 6º também; e que essa comissão conclua logo esse tão aguardado enquadramento no quadro da Polícia Civil.

São servidores que há muito tempo prestam serviço ao nosso Estado. São servidores que precisam, efetivamente, que o Governo Federal cumpra o seu papel – já assegurado por lei – e que o Ministério do Planejamento faça definitivamente a publicação das portarias, incluindo esses servidores que já estão assegurados pela Emenda Constitucional 79 e pela Emenda Constitucional 98.

Então, eu quero reafirmar aqui o nosso compromisso para dar agilidade, para fazer toda a tramitação necessária para que a Medida Provisória 817 seja aprovada com as emendas que beneficiam, que aprimoram o texto dessa Emenda Constitucional, para que todos esses servidores, os professores, os servidores da Secretaria de Planejamento, os professores do antigo PUCRCE, para que todos aqueles que estão assegurados, amparados por essa Emenda



Constitucional possam ser incluídos nos quadros da União até 7 de julho. Passando desse prazo limite, não teremos mais enquadramento, pois a lei eleitoral é muito clara em relação a isso.

Então, quero informar a todos os nossos amigos de Roraima que nós continuamos aqui firmes na luta em benefício do enquadramento dos nossos servidores com todas as medidas necessárias, lutando para a aprovação das nossas emendas, que ampliam e aprimoram o texto constitucional, para que vocês, trabalhador, trabalhadora roraimense, que prestaram serviço de 1988 a 1993, no período de transição de ex-Território para Estado de Roraima, possam ser beneficiados. Nós estamos lutando por isso, Senador Paulo Paim.

E, se Deus quiser, a Bancada Federal de Roraima vai fazer todo o esforço, juntamente com a Bancada do Amapá e de Rondônia, para que se conclua logo esse processo e a gente possa ter efetivamente esses servidores enquadrados na União.

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Tudo mais que for divulgado será considerado *fake news*, porque a Bancada de Roraima e eu, como Senadora, representando Roraima, vamos estar firmes na luta para que esses servidores sejam enquadrados na União.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

(Durante o discurso da Sr^a Ângela Portela, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 3^o Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ângela Portela, pela sintonia fina com as *fake news*. Tudo aquilo que a gente não quer são as *fake news*. Parabéns! Eu fiz um pronunciamento esses dias falando sobre o papel irresponsável das *fake news*.

Antes de passar a palavra para o nosso querido Senador, eu vou ler aqui o que chegou neste momento por parte da Senadora Lídice da Mata.

A Liderança do PSB (Partido Socialista Brasileiro) comunica à Mesa Diretora do Senado Federal que a Bancada do Partido no Senado Federal decidiu pela indicação do Senador Antonio Carlos Valadares como o novo Líder do Partido, a partir desta data, de acordo com os termos regimentais desta Casa legislativa.
Senadora Lídice da Mata.

Parabéns, Senador Carlos Valadares! V. Ex^a sempre foi um Líder, eu diria, de grande parte de nós que temos um pensamento semelhante. E agora, mais do que nunca, V. Ex^a cumprirá o papel de Líder aqui do PSB, com influência positiva em outras Lideranças. Parabéns!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu agradeço as palavras de V. Ex^a, palavras generosas, nascidas de um amigo de muitos anos, que aqui, no Senado Federal, pontifica como um dos grandes defensores da causa trabalhista brasileira.

Também aproveito para agradecer aos Senadores do meu Partido, à Bancada do meu Partido pela indicação do meu nome para, mais uma vez, exercer esta função tão importante de



liderar uma Bancada de Parlamentares tão eficientes, tão dedicados e tão comprometidos com a Nação brasileira.

A Senadora Lídice da Mata, nossa Líder, por tantos anos trabalhando no Senado Federal, teve uma participação extraordinária quando, ao longo do ano de 2017 e começo de 2018, fez pronunciamentos importantes, liderou a nossa Bancada com muita eficiência e com muita coragem. Quero dizer que, seguindo a trilha da Senadora Lídice da Mata, haverei de me esforçar para cumprir à risca o meu dever.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Valadares, se me permitir...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por uma questão até minha, com o mesmo carinho com que me referi a V. Ex^a – eu desconto o seu tempo, pode ficar tranquilo –, eu quero também me dirigir, embora não esteja aqui, à Senadora Lídice da Mata, que, nesse período em que ficou na Liderança do PSB, sempre foi parceira, companheira das grandes causas, como é V. Ex^a.

Era só esse registro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Obrigado.

Também quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Capiberibe pela confiança que depositaram na minha pessoa ao indicar o meu nome como Líder do PSB no Senado Federal.

Sr. Presidente, no último dia 28 de março de 2018, a sociedade sergipana foi surpreendida com uma declaração bombástica do Governador Jackson Barreto, uma declaração que, como eu disse, pegou todos nós de surpresa já que ele afirmou peremptoriamente que, ao assumir o Governo do Estado, na condição de substituto do saudoso Governador Marcelo Déda, encontrou a conta única totalmente zerada.

Nós que conhecemos a história política, pessoal e familiar desse homem público exemplar que se chama Marcelo Déda ficamos indignados e revoltados, notadamente porque, no período em que o dinheiro do Proinveste – porque o Governador Jackson Barreto se referiu ao dinheiro do Proinveste –, que é um programa de obras de infraestrutura, financiado pelo Governo Federal, através do BNDES, com repasse para a Caixa Econômica Federal... Quando ele disse que a conta estava zerada, também falou que o dinheiro do Proinveste teria sido utilizado para pagamento da folha de servidores quando governava o Estado o saudoso Marcelo Déda. Nós protestamos, tanto aqueles que admiravam o Governador Marcelo Déda, como nós que fazemos o nosso Partido e que participamos do seu governo, e mostramos por "a" mais "b" que, naquele período de 2017, o Governador Marcelo Déda estava entre a vida e a morte num hospital em São Paulo, cuidando da sua saúde, e que havia assumido em caráter interino o então Vice-Governador Jackson Barreto, que, no começo de dezembro, assumiu o comando do Estado definitivamente. Se o dinheiro do Proinveste desapareceu da conta única do Estado, é claro que o ex-Governador Marcelo Déda nada tinha a ver com isso já que, quando o Vice-Governador assume cargo do Governador eleito, ele assume em toda a sua integralidade, assumindo responsabilidades pelos gastos, pelas finanças e cuidando da conta única do Estado.



A denúncia, Sr. Presidente, feita pelo Governador de Sergipe foi um verdadeiro tiro no pé, porque, depois, ele viu o erro que cometeu, o equívoco que cometeu, em duas entrevistas seguidas no mesmo dia, e pediu desculpas à sociedade e à família de Marcelo Déda. Mas o mal já estava feito, porque, ao dizer que encontrou a conta única zerada do Estado e que o dinheiro do Proinveste havia sido desviado para pagamento da folha de servidores, ele, de certa forma, comprometeu os órgãos fiscalizadores, comprometeu também os órgãos repassadores dos recursos do BNDES à Caixa Econômica Federal, os órgãos de controle, o Tribunal de Contas da União, a CGU, o Ministério Público.

Nós já havíamos aprovado aqui, em 2016, um requerimento da minha autoria, do Senador Eduardo Amorim e do Senador Pr. Virgínio, pedindo à CGU e ao TCU e também ao Ministério Público que se detivessem sobre as contas do Proinveste, do contrato do Proinveste no Estado de Sergipe. Infelizmente, nada foi feito de forma elucidativa, de forma profunda. Apenas informações superficiais nós recebemos desses órgãos, principalmente da CGU e do Tribunal de Contas da União, dizendo que não havia nada de grave naquelas contas.

No entanto, Sr. Presidente, devido a essa entrevista que foi feita pelo Governador Jackson Barreto, não temos outra saída a não ser irmos ao encontro da CGU, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal outra vez para reclamar. Agora sim, com a denúncia feita pelo próprio Governador, fica mais do que provado, fica mais do que evidente que algo de errado está acontecendo em relação à aplicação dos recursos do Proinveste no Estado de Sergipe.

A revelação sobre a má gestão dos recursos do Proinveste só não surpreendeu, como eu disse, os Senadores sergipanos, porque nós apresentamos aquele requerimento. E os objetivos daquele requerimento quais eram? Conhecer o real estágio da aplicação dos recursos oriundos do financiamento vinculado ao Proinveste, especialmente o empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal através do Contrato nº 0395085-63, e saber o grau de acompanhamento da execução das obras relacionadas no Anexo Único da Lei Estadual nº 7.615, de 2013, de Sergipe, com as respectivas prestações de conta.

Então, Sr. Presidente, com base nessas informações públicas, as quais podemos transformar em denúncia de má aplicação de recursos federais que são movimentados através da Caixa Econômica Federal e do BNDES, não temos outro caminho, não temos outra alternativa: vamos atrás dos órgãos responsáveis, aqueles que controlam a aplicação dos recursos, inclusive o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para que eles revelem à sociedade qual a destinação específica desses recursos, se realmente houve essa irregularidade e quem é o verdadeiro responsável pela prática de tal irregularidade.

Sergipe vive um verdadeiro caos financeiro. Nesta semana, o Governador do Estado comunicou ao nosso povo que a Secretaria do Tesouro Nacional estava bloqueando a conta única do Estado, e mais de 80 milhões ficaram ali parados sem poderem ser aplicados, inclusive em benefício dos servidores públicos. Hoje, nós tomamos conhecimento e, finalmente, graças a uma liminar concedida por um dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o Estado agora pode movimentar esses recursos e começar a pagar as folhas, que sempre são pagas de forma atrasada, tanto dos servidores ativos quanto dos aposentados, que reclamam mensalmente dessa irregularidade nos seus salários. Isso repercute, sem dúvida alguma, na economia local, no pagamento das despesas familiares e das contas dos servidores públicos, que sempre estão recebendo com um atraso permanente.



Ante o exposto, Sr. Presidente, expresso neste momento a nossa temeridade. Diante dessa denúncia grave, feita pelo próprio Governador, estamos, então, solicitando à Caixa, ao TCU e à CGU que ofereçam respostas claras para o povo de Sergipe sobre que tipo de fiscalização foi feita até agora no acompanhamento da aplicação de tais recursos e qual a real situação das obras definidas no Proinveste. São mais de 30 obras, Sr. Presidente, que estavam projetadas.

Em se tratando de dinheiro público, porque o BNDES, quando empresta dinheiro, o dinheiro vem do Tesouro Nacional. Ou seja, é um dinheiro proveniente da cobrança de impostos, da arrecadação federal. É o nosso povo que contribui com 100% daqueles recursos que são colocados à disposição do BNDES, para emprestar aos Estados, nesse programa de obras de infraestrutura, que é o Proinveste.

Ora, sendo um dinheiro do povo, mesmo emprestado a juros subsidiados, como é o caso, os órgãos de fiscalização não podem cruzar os braços; não podem fazer de conta que não aconteceu nada. Especialmente quando é o próprio governador que vem a público para afirmar, alto e bom som, para todo mundo ver e ouvir, que os recursos do Proinveste foram desviados para outras finalidades que não aquelas para as quais os recursos foram destinados, em contratos assinados na Caixa Econômica Federal, da ordem – na primeira etapa – de 252 milhões, sendo que, desses 252 milhões, já foram liberados 150 milhões, cuja prestação de contas era para ser feita muito tempo atrás. E estou sabendo que só agora o Governo está disponibilizando essa prestação de contas.

Mas saber como o dinheiro foi aplicado, se houve algum sobrepreço, se houve alguma irregularidade, nós sergipanos não sabemos de forma alguma. Por quê? Porque nem o Tribunal de Contas do Estado informa, nem a CGU informa, nem o Tribunal de Contas da União, apesar de cada um ter sabido da pretensão do Senado Federal de que esses órgãos fiscalizassem, detidamente, a aplicação dos recursos do Proinveste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Senador Valadares, cumprimento V. Ex^a.

Sei que V. Ex^a retornou na semana passada, mas quero registrar a minha admiração, o meu apreço a V. Ex^a, por tudo aquilo que já representou e que ainda vai representar para o Senado Federal. E sobretudo na nossa parceria, que tivemos juntos, na Comissão Mista de Orçamento, onde fui empossado por V. Ex^a, a quem agradeço. E fico muito feliz de vê-lo retornar aqui, à tribuna do Senado Federal, onde V. Ex^a só eleva a discussão neste plenário.

Com a palavra o Senador José Medeiros. Depois o Senador Paulo Paim e, em seguida, o Senador Lindbergh.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos que nos assistem pela TV Senado, que nos acompanham pela Rádio Senado e também pelas redes sociais.

Quero cumprimentar também, Senador Dário Berger, três representantes do Estado do Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, Estado irmão de Mato Grosso. Estão aqui o Dr. João Carlos da Silva, Ex-Secretário de Turismo do Estado, pessoa da mais alta estima ali do Estado



de Mato Grosso do Sul; o Dr. Roberto Razuk, pré-candidato a Deputado Estadual pelo Mato Grosso do Sul, da Grande Dourados; e o Dr. Helder Figueiredo. Eles, que também têm relações com o Estado de Mato Grosso.

Aqui deixo os meus cumprimentos e as minhas homenagens. Estão aqui nos assistindo, na tribuna de honra.

Senador Dário Berger, hoje é um dia *sui generis* aqui na República. Nós estamos, vamos dizer assim, com os nervos de muita gente à flor da pele numa discussão, e vieram me perguntar ali, ainda agora, o que é que eu achava dessa discussão sobre o *habeas corpus* do ex-Presidente Lula. Eu falei que acho muito triste que o País esteja parado por causa de um *habeas corpus*. *Habeas corpus*, que todos os dias são impetrados na Justiça, aos montes, aos quilos, e que isso não deveria ser pauta nacional.

Eu digo isso porque o Brasil tem uma Constituição que, no seu art. 5º, diz o seguinte: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de cor, raça, religião...". E por aí vai.

Acontece, Senador Dário Berger, que nós temos inúmeros prefeitos no Brasil inteiro que ficam no cargo e, devido à estrita, à imensa gama de filigranas que eles têm que cumprir, quando esses prefeitos saem... Eu tenho dito até que é mais fácil alguém sair de um homicídio sem processo do que um prefeito sair de um mandato sem processo. Eu até digo para alguns que, quando ele está tomando posse, já é um processado em potencial.

E, quanto aos secretários de saúde, eu já os chamo de presos em potencial. Por quê? Porque as demandas são grandes, e nem sempre os secretários de saúde conseguem atender a todas – e geralmente não conseguem atender –, e vão presos. Essa é a discussão.

Mas aí, de repente, com a capacidade que o Partido dos Trabalhadores e os anexos têm, de tornar todo problema particular um problema nacional, hoje a Nação está discutindo um *habeas corpus*. Veja a que ponto chegamos e veja se o País tem condições de crescer com um material, com um tecido político desses. Porque é discussão umbilical, Senador Dário Berger. A discussão que essa gente traz é umbilical, é pessoal, é "meus problemas", é o mi-mi-mi o tempo inteiro. Nada de Nação, nada de rumo de Nação. É eu, em mim mesmo, ensimesmado.

Então, o que é que acontece? A Nação começa a se apequenar; fica pequeno o debate.

Mas não percam tempo mais com esse *habeas corpus*.

O sentimento que a gente nota, Senador Dário Berger, é que a população brasileira... E não se trata de Lula, não se trata desse ou daquele, até porque há bastante tempo as coisas já vêm meio que degradingoladas. O sentimento que a população tem na garganta, aquele gosto de caixão velho, é o tal do sentimento da impunidade, é das coisas não acontecerem. Porque, antigamente, quando um sujeito matava outro, aconteciam duas coisas: ou a família já o trucidava ali mesmo – e acontecia isso muito no Nordeste, famílias inteiras até... Não estou defendendo que esse seja o modelo –; ou os parentes e os amigos já resolviam, na vingança privada; ou o Estado punia. E é por isso que é importante a tutela jurisdicional do Estado, para evitar o quê? A vingança privada. Para evitar que as pessoas comecem a tomar para si o sentimento de reparação daquele mal.

As pessoas dizem: "Olha, o controle, a pena, a função social da pena, a pena como recuperação...". Conversa. A pena é uma vingança. Uma vingança tutelada pelo Estado. Porque senão vira barbárie. Senão o sujeito vai lá e mata um meu, e eu vou lá e mato um dele. E para isso que funciona. Em todos os outros segmentos, o Estado tomou para si. "Não, não, não. Vocês não vão mexer com isso. Eu, Estado, através dos meus organismos, vou tutelar isso.



Então, eu tenho polícia, eu tenho Judiciário, eu tenho Ministério Público, e eu vou cuidar disso."

Mas quando o Estado começa, Senador Dário Berger, a não dar vazão a esses anseios, as coisas ficam muito ruins. As coisas começam a... O tecido social começa a se esgarçar.

E por que é que eu digo isso? Ontem, saiu uma reportagem em que um sujeito, por causa de um ciúme, num crime fútil, deu um tiro na cara do outro – um, não: dois –, atingindo a coluna dele e, em seguida, a boca também. Foram dois tiros, por causa de ciúme. E, aí, esse sujeito escapou, mas dá uma entrevista, dizendo: "Eu ainda estava na UTI, e o rapaz já estava solto."

Então, eu estou colocando um projeto aqui, para que principalmente crimes contra a vida tenham um limite. O sujeito não pode ser solto.

Eu vi, ontem, uma questão no veto que estávamos discutindo lá: morrem mais de 50 mil pessoas todo ano no trânsito, Senador Dário Berger. É uma carnificina. Muitos desses são assassinatos, e nós tratamos disso como se a vida não tivesse nenhum valor.

Então, esse sentimento de impunidade é que traz, que, de repente, começa a levar as pessoas às ruas. E eu começo a me preocupar, porque aí começam os exaltados. Eu vejo gente pedindo intervenção militar.

Gente, isso é uma sandice! E é uma sandice por quê, Senador Dário Berger? Quem está pedindo intervenção militar deveria passar pelo menos uma semana dentro do Exército, para saber como é que é a vida militar; para ver se aguenta ser tratado de acordo com aqueles códigos ali, para depois ele começar a pedir, porque é assim que ele vai ser tratado.

E não adianta vir depois de "mi-mi-mi", falando assim: "Não, mas eu apoiei que vocês entrassem". Não existe isso não! Por quê? Porque ali existe um código que é daquele jeito e funciona daquele jeito! Funciona assim! Não estou aqui fazendo juízo de mérito, mas estou falando que quem gosta daquilo se adapta àquilo. Mas, às vezes, por vezes, nem os militares conseguem suportar aquele código draconiano que é.

Cito, por exemplo, o código das polícias militares, que precisa ser revisto, porque é antigo e obsoleto, no qual, ainda, por qualquer falta administrativa, um soldado da Polícia Militar vai preso. E, ao mesmo tempo, o coronel não vai! O coronel não vai!

Então, vamos devagar com o andor, gente! Vamos com serenidade nos ânimos! A saída é pela política. A saída é pela política.

Agora, nós precisamos de uma Corte que dê estabilidade a este País. O Supremo Tribunal Federal, mal comparando... Se o País fosse um carro, o Supremo Tribunal Federal teria que ser o quê? Os amortecedores! Mas, ultimamente, o que é que tem sido?

O Ministro Barroso todo dia dá uma entrevista, dizendo que "aqui nós somos uma corte contramajoritária, iluminista e representativa." Contramajoritária tudo bem, mas, quando ele parte para "representativa", ele vem dizer que cabe à Corte Suprema do País interpretar a lei de acordo com os anseios sociais. Que conversa é essa? Que conversa é essa? Está parecendo Pilatos: "A quem quereis crucificar? Cristo ou Barrabás?" "Cristo". "Então põe Cristo aí. É porque o povo está pedindo e eu interpretei, acabei de interpretar o anseio social." Não é assim! As pessoas... Não existem essas coisas. Representativa é quando a pessoa é eleita, passa pelo crivo das urnas e vem para cá. Agora, não é o sujeito... Está lá é para ser escravo. Nós somos escravos, inclusive cada Senador aqui. Nós somos escravos da lei. E é por isso que eu disse: eu sinto muito que o ex-Presidente Lula esteja nessa condição. Mas, a partir do momento em que



foram apresentadas provas e se passou pela segunda instância, é transitado em julgado. É assim que eu entendo.

Sim, mas a minha verdade tem que prevalecer? Não. É por isso que existe um STF lá que vai julgar isso. Mas a nossa Corte precisa se ater aos limites da lei. Um Ministro da nossa Corte não pode chegar e dizer: "Olha, eu interpreto aqui a fumaça do bom direito que está reinando..." Que conversa é essa? Tem que ser escravo da lei! Tem de ser escravo do que é aprovado aqui! Mas agora não.

Na esteira disso, começa, qualquer um que tem posse de uma caneta, a fazer portaria e revogar o que é aprovado aqui nas comissões, o que é aprovado na Câmara e no Senado, porque "agora cabe a mim, como componente de qualquer órgão, interpretar esse sentimento." Que conversa é essa? Então vamos trazer as ciganas e fazer essa interpretação holística!

Não funciona assim. Um país não pode funcionar, não tem como funcionar, com tanta insegurança. Tanto é, Senador Dário Berger, que nós estamos perdendo muito – sabe para onde, Senador Roberto Muniz? – para o Paraguai. As pessoas estão indo para o Paraguai investir. Sabem por quê? Pasmem: estão conseguindo segurança jurídica – segurança jurídica –, bom ambiente negocial e paz para tocar seus negócios. Agora, num país com uma capacidade imensa dessas, é esse rebuliço. E é por filigranas! Por questiúnculas!

Eu não sei se o Senador Paulo Paim pediu um aparte...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Medeiros, eu queria cumprimentar V. Ex^ª pela lucidez – estou aqui desde que V. Ex^ª começou a falar – em relação àqueles que querem – e V. Ex^ª mostra bem o que é a vida na caserna – a volta dos militares. V. Ex^ª condena aqueles que têm essa visão e, por isso, tem aqui os meus cumprimentos. E, ao mesmo tempo, com muita tranquilidade, diz que a última instância é o Supremo, e o Supremo vai decidir. É nessa linha, Senador, que eu pauto a minha atuação. Eu tenho dito que, de incendiários, nós estamos com um monte aí na rua. Nós precisamos de bombeiros, nós precisamos de estadistas. Nós precisamos de homens de bom senso. Eu dizia, quando perguntado, hoje pela manhã, que eu estou muito mais para Gandhi, para Mandela... Eu me lembrei do Martin Luther King – faz 50 anos da sua morte hoje, não é? Nós temos que buscar estadistas. Ou alguém tem dúvida de que nós todos amanhecemos assustados? Eu recebi telefonemas de todo o Brasil perguntando se tinham fechado o Congresso. De todo o Brasil não, mas de pessoas do meu Estado. Criou-se um terror! Eu nunca faço ataque pessoal a ninguém, nem estou fazendo. Estou elogiando a sua forma moderada, tranquila, equilibrada de dizer que não é por aí e, ao mesmo tempo, chamando à responsabilidade os três Poderes. Mas, no momento em que chegamos a esse patamar, onde estão os estadistas? Eu sinto falta de Ulysses Guimarães. Sinto! Sinto falta. No tempo da Constituinte, quando a crise pegava, esses homens mais experientes, calejados – e não só pela idade, mas pela vida e pela faculdade da vida – se reuniam e buscavam saídas. É nesse momento que nós passamos... Eu tinha 14 anos. Em 1964, eu já tinha 14 anos. Sou de 1950. Eu sei bem o que foi aquele período. Por isso, eu disse uma frase que vou repetir aqui: a minha vida, a minha alma, é iluminada pela democracia. Sem democracia, eu não serei nada. Ninguém é nada. Nem os militares, para mim, querem isso. Eles



sabem que o papel deles é outro. E V. Ex^a foi feliz: vamos deixar que as urnas democraticamente elejam quem serão Deputados, Senadores, Governadores e Presidente da República, claro, nos parâmetros da legalidade. Por isso, eu queria só cumprimentar V. Ex^a pelo equilíbrio do pronunciamento. V. Ex^a, em certos momentos aqui, foi muito mais duro, muito mais incisivo, mas, neste momento, faz um discurso equilibrado, dizendo aos grandes estadistas que é hora do bom senso, da razoabilidade e de pensar no Brasil. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

E, já encerrando, Senador Dário Berger, aproveito para falar aqui um pouco sobre o Município de Vila Rica, no Estado de Mato Grosso, que foi imensamente prejudicado com o fechamento das plantas frigoríficas. Aliás, em toda região ali do Estado de Mato Grosso, com o advento de terem sido escolhidas as campeãs, fecharam-se vários frigoríficos, e a população ficou sem emprego. Vila Rica é a cidade polo do nordeste de Mato Grosso, com quase 30 mil habitantes. Eu digo 30 mil habitantes porque tem 25 mil habitantes, mas tem sempre a população que passa por ali, a população flutuante. Mas ali quase mil empregos eram ofertados por aquele frigorífico, que está fechado.

Hoje, lamento muito porque foi fechada a usina de gás no Estado de Mato Grosso também, pela JBS também. São 625km de gasoduto, e aí, por esses problemas todos, também estão fechando a usina de gás.

Então, peço encarecidamente ao pessoal da Petrobras... Problemas com a JBS não nos interessam. Problemas com a Odebrecht não nos interessam. Queremos que se resolva o problema do Estado de Mato Grosso.

Portanto, estão lá paradas praticamente as obras, a concessão da rodovia BR-163. Nós estamos pagando pedágio por causa disso, e a rodovia lá sem ser duplicada. "Ah, porque existe problema com a Odebrecht, o BNDES não libera recursos." Mas a população está pagando pedágio. Agora, fecha essa usina. Tudo bem, existe problema com a JBS? Mas e aí? E a população do Estado de Mato Grosso? É a usina, há um gasoduto que custou bilhões ao País! E vai ficar parado? Não vai vir mais gás? Então a Petrobras precisa...

Agora estou sabendo que a Petrobras vai fechar a questão da ureia. Vamos passar a importar ureia, sendo que cada Estado nosso produz também ureia? Então nós precisamos tratar desses temas para que o Estado não seja prejudicado.

E aqui nós estamos como representante do Estado de Mato Grosso e aproveito para dizer aos habitantes ali de Vila Rica, aos moradores de Vila Rica, que estamos atentos a isso aqui, já conversamos com o Ministro Blairo Maggi, que também está atento, para ver se a gente consegue reabrir essas plantas.

No final de semana estarei em Alta Floresta, deixando também claro aos moradores de Luciara que eu ia pousar lá recentemente, mas não foi possível, devido a muita chuva. Porém, quero voltar em Luciara brevemente.

Então, agradeço a sua tolerância, Senador Dário Berger, e quero dizer que, hoje – eu já vou aproveitar para fazer a minha fala neste um minuto que me resta –, de certa forma, com um misto de alegria e de tristeza... Tristeza porque nós estamos perdendo aqui a companhia do nosso querido Senador, um Senador de muita qualidade, que é o Senador Roberto Muniz. E não falo isso porque é o último dia em que ele está aqui conosco.

(Soa a campanha.)



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – É porque ele agregou muito valor ao debate aqui no Senado Federal. Ele, como a maioria dos baianos, com uma cabeça privilegiada, trouxe aqui a sua experiência, a sua serenidade, o seu carinho, e aqui deixou 80 amizades, com certeza – deixou não, vai estar sempre conosco. Mas aqui fica essa tristeza porque ele está nos deixando. E alegria também porque está vindo aquele outro baiano inquieto que é o nosso colega Walter Pinheiro.

Mas eu queria deixar aqui o meu depoimento pessoal, Senador Roberto Muniz. Fiquei extremamente honrado de ter tido essa oportunidade de estar aqui no Senado neste momento em que V. Ex^a participou conosco. V. Ex^a realmente engrandeceu o Senado Federal brasileiro.

E aproveito para, em seu nome,...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... mandar aquele abraço para o seu sogro Duarte – não é verdade? –, que sempre o acompanha – eu sei que acompanha o trabalho do sogro com muito carinho. Mas vou deixar aqui as minhas palavras.

O Sr. Roberto Muniz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Quero só dizer aqui que é recíproco esse carinho e essa admiração, Senador José Medeiros.

Quero dizer que V. Ex^a é, sem sombra de dúvida, uma grande liderança jovem deste País, e fico feliz de poder estar tendo a oportunidade de conviver com V. Ex^a aqui nestes instantes e, como sempre, aprendendo, para que a gente possa continuar sonhando com um Brasil melhor.

Mas muito obrigado pelas palavras.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Além de baiano inteligente é modesto.

Gente, esse é o Senador Roberto Muniz, um grande Senador da República que engrandeceu o Senado Federal brasileiro neste tempo.

Muito obrigado, Senador Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu é que cumprimento V. Ex^a.

E agora usa a palavra, nada mais nada menos, do que o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. V. Ex^a tem a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Dário Berger, satisfação em usar a tribuna num momento em que V. Ex^a está presidindo.

Hoje pela manhã ainda, no debate de medidas provisórias – uma que eu presidi e outra, V. Ex^a –, nós já dizíamos que estamos mais para conciliador do que para outra coisa em relação ao que acontece no nosso País. Se pudermos ajudar na conciliação estaremos nessa linha de atuação.

Senador Dário Berger, eu, há mais ou menos três ou quatro dias, preocupado com para onde o País estava indo, escrevi um artigo que foi publicado em diversos jornais, inclusive do seu Estado de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de alguns outros do centro do País.

Parece que nesse artigo eu estava alertando, porque poderíamos chegar a um momento de instabilidade democrática, o que é gravíssimo. Para um Senador vir à tribuna e dizer que nós estamos num momento de instabilidade democrática, por tudo que vimos de ontem para hoje, é



porque alguma coisa está acontecendo. E nós não podemos dar uma de avestruz, enfiar a cabeça na areia e achar que não está acontecendo nada.

Essas coisas, Senador, a gente sabe como começa, mas nunca sabe como termina.

Há fatos na história, nesse período em que estou no Parlamento, que nunca imaginei que poderiam acontecer, e aconteceram, para o mal ou para o bem.

Eu, nesse período, vi o afastamento, por exemplo, de dois Presidentes. Nesse período, vi o afastamento de dezenas de Deputados e, também, não digo de dezenas, mas de alguns Senadores. Eu nunca imaginava que se poderia chegar àquele ponto, até porque não conhecia a vida individual, de cada um.

Mas vou ao artigo que escrevi, Sr. Presidente. Começo, dizendo:

Tolerância [tolerância], abre as asas sobre nós.

Quão enorme está a intolerância [...] [no País]! Essa intolerância não é de agora [não surgiu há dias]. Não importa de onde ela venha. Ela vem de [uma escola de] décadas. Mas, aos poucos ela está extrapolando os limites do bom senso [indo para as raias da violência].

Honramos as nossas tradições e a nossa [própria] história. [Nós somos amantes da democracia, a democracia que ilumina as nossas almas e os nossos corações]. As guerras do passado [as grandes batalhas] servem hoje para alimentarmos a paz. [Ninguém mais quer guerra, ninguém mais quer batalha. Nós queremos liberdade, democracia e direitos iguais. Aí me socorro – V. Ex^a que também é do Sul.] Os festivais de músicas nativistas são exemplos de que isso já está na nossa cultura... [O querer bem, o amar, o respeitar, ser solidário, ser alguém que usa a fraternidade como eixo de relações e não de agressão. E diz uma música nativista: "Que homens são esses?"]

"Eu quero ser gente igual aos avós, eu quero ser gente igual aos meus pais, eu quero ser homem sem mágoas no peito, eu quero respeito e direitos iguais. Eu quero este pampa semeando bondade, eu quero sonhar com homens irmãos. Eu quero meu filho sem ódio nem guerra, eu quero esta terra ao alcance das mãos".

[...] lutamos [tanto no passado, e aqui muitos travaram essa boa luta que a chamam de o bom combate, e conquistamos] as Diretas Já?

Eu era ainda – considerava-me – um moleque naquela época, subia no palanque com Lula, com Covas, com Leonel Brizola. Quantos palanques eu subi, eu era sindicalista. O que foi a luta para conquistar a democracia? E, essa noite, confesso que quando fui vendo os jornais, os telejornais, foi me dando uma tristeza muito grande.

E aqui eu me lembro de figuras como Ulysses Guimarães, que, queiramos ou não, na Constituinte foi um líder – foi um líder! Não é do meu Partido, mas ele falava da Constituição cidadã, falava que a democracia era luz para a geração presente e as gerações futuras. "Com a democracia, tudo; [palavras dele, não minha] sem a democracia, nada."

Queiram ou não, estamos no mais longo período democrático do [nosso] País [da nossa querida Pátria]. Para que serve [então] a nossa Constituição? Por que entoamos com galhardia "liberdade, abre as asas sobre nós"? Perguntas e perguntas.

A Constituição diz que a liberdade de pensamento e expressão e o direito de ir e vir estão garantidos para todos os brasileiros, sem distinção alguma.



Desrespeitar esses preceitos é calar a voz das ruas e, com a devida licença poética, é silenciar [até] o som das águas [amanhã ou depois] e [proibir] o assoviar dos ventos [ou o barulho na floresta]. É afiançar as demências da ignorância. É retroceder aos tempos das masmorras e dos cativeiros. É sucumbir [...] [a parte pior que há em cada ser humano que é o canto, aquele canto da raiva, do ódio, que não podemos deixar extrapolar em cada um de nós. Que a bondade e que o amor sejam o vento a soprar sobre a nossa gente].

A pregação do ódio e da violência só serve para destruir as pessoas. Imaginem vocês o que se passa na cabeça de uma criança, de um jovem ou de um adolescente ao ouvirem palavras que não condizem com a espiritualidade do ser humano? [Com a alma, com o querer bem, repito aqui].

Existe uma frase do Mandela que é linda. Mandela disse um dia como é triste, como é hediondo, como é truculento você querer ensinar uma criança a odiar a outra pela cor da pele. É tão irracional que ele teve que dizer isso, e conseguiu unir a África do Sul e acabou com o *apartheid*.

Presidente:

Isso é algo terrível para a construção das [...] personalidades [dessas crianças, sejam brancas ou negras]. Não nos esqueçamos que [...] [essas crianças de hoje] serão o futuro do Brasil [do amanhã] [...]. E quem serão esses homens e essas mulheres?]

O segredo da tolerância política é acreditar no poder da palavra em forma [eu diria] de oração para transformar as pessoas.

Devemos seguir sempre o caminho do bem. Sim, é possível pintar o mundo em cores vivas de paz, amor, justiça, igualdade e solidariedade [e fraternidade].

Mesmo que alguns poucos queiram transformar em ruínas a dignidade das pessoas [não vão conseguir, não vão conseguir] [...]

Eu postei hoje uma frase de Martin Luther King que, em resumo, diz o seguinte: aqueles que pregam o ódio podem ter uma vitória da raiva momentânea, mas serão derrotados amanhã. Isso é a justiça divina. E ela há de sempre estar em primeiro lugar.

Enfim:

[...] eu ainda [e termino aqui, Presidente] continuo sonhando nos escaninhos do Diário de Anne Frank: "Apesar de tudo eu ainda creio na bondade humana".

Peço, Sr. Presidente, respeitosamente, que essa escrita que fiz dias atrás fique nos *Anais* da Casa.

E, por fim, Presidente, para ficar exatamente no meu tempo, quero deixar nos *Anais* o meu reconhecimento ao movimento que se iniciou na Câmara dos Deputados – eu tive a alegria de ser o Relator do projeto aqui, no Senado – que transformou 2018 no ano de valorização em defesa dos direitos humanos da pessoa idosa. Houve um ato ontem lá na Câmara para o qual fui convidado. Fui autor do Estatuto do Idoso, que completou 15 anos. Agora, felizmente, nós vamos ter um ano em que se vai cobrar a implementação na íntegra de todos os direitos que estão ali assegurados.

Quero, neste momento, lembrar que a celebração de tratados importantíssimos dos direitos humanos teve lugar em Washington, nos Estados Unidos, no dia 15 de junho de 2015, e a sua



composição se completou sob os auspícios da OEA, com sede na capital dos Estados Unidos da América – direitos humanos em relação à pessoa idosa, que agora nós estamos aplicando no Brasil.

Em 2018, comemoramos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento internacional que fortaleceu a compreensão de que todos os seres humanos carecem de direitos mínimos e essenciais para que lhes sejam garantidas a liberdade e a autonomia necessária para viverem. Defendemos a vida – a vida!

Por fim, eu aplaudo aqui, da tribuna do Senado, o estabelecimento – estou sintetizando, Sr. Presidente – de 2018 como o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. Que toda e qualquer iniciativa, internacional ou doméstica, seja aqui no nosso País, seja em qualquer cidade do mundo, sirva para proteger e garantir todos os mais vividos, mulheres e homens que, no passado, cuidaram das nossas vidas e que no presente tanto nos ensinam e nos inspiram, mas também precisam da nossa atenção e dos nossos cuidados.

Meu profundo agradecimento à Autora do projeto, Deputada Leandre Dal Ponte, à Relatora, Deputada Carmen Zanotto, e à Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Maria do Socorro Medeiro.

Considere na íntegra, Presidente, esse aqui. O artigo eu li todo, mas desse eu fiz uma síntese, porque eu não podia deixar de homenagear essa brilhante iniciativa que veio da Câmara e que aqui, no Senado, foi aprovada por unanimidade, por todos os Senadores e Senadoras.

Obrigado, Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM (Vide item 2.1.3 do Sumário).

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que cumprimento V. Ex^a mais uma vez pelo artigo, que é muito mais um poema do que um artigo – pelo menos foi o que me pareceu, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem a veia poética mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Tem uma veia, não tem?

Então, V. Ex^a mais uma vez está de parabéns! Orgulha muito esta Casa. E eu cumprimento V. Ex^a por isso.

E concedo a palavra, agora, para o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu confesso que, quando fui eleito Senador da República, eu não conseguiria me ver nessa situação de hoje, de estar aqui, no Plenário do Senado Federal, fazendo um apelo aos Senadores, para que a gente faça um grande manifesto em defesa da democracia brasileira, cada vez mais atacada, cada vez mais ameaçada.

A gente aqui já denunciou, naquele processo do golpe, do *impeachment* da Presidenta Dilma, que não cometeu crime de responsabilidade, que ali eles estavam rasgando um pacto pela redemocratização de 1988, que se assentava em cima de quê? Da soberania do voto popular, de eleições livres e democráticas. Rasgaram a Constituição, afastaram uma Presidenta eleita com



54 milhões de votos, mas, de lá para cá, a gente está vendo crescer o autoritarismo, o discurso do ódio e da intolerância e, agora, Senadora Fátima, agressões fascistas. O nome é esse.

Eu vi, numa reportagem na TV Globo, o jornalista perguntando: "Como nós chegamos até aqui?" O Senador Paulo Paim acabou de falar e falou do Mandela. O Mandela tem uma frase em que ele diz que ninguém nasce com ódio, o ódio é ensinado.

Foram três anos, Senador Jorge Viana, de uma campanha violentíssima, criminalização da política, o ataque ao Presidente Lula. Aí, há pessoas hoje que querem eliminar... Há uma parte da sociedade com um discurso fascista de eliminar o adversário.

E a gente chega, no dia de hoje, preocupado com o que houve ontem. Mais do que o Twitter do Gen. Villas Bôas, eu acho que a maior gravidade foi a forma como a TV Globo, Senador Jorge Viana, colocou aquilo: o apresentador William Bonner, em tom solene, encerra o Jornal Nacional com aquele tuíte.

Mais grave do que o tuíte do Comandante do Exército, o Gen. Villas Bôas, foi a repercussão dentro. Eu vi, com muita preocupação, o Gen. Miotto, em resposta ao Gen. Villas Bôas: "Comandante! Estamos juntos na mesma trincheira! Pensamos da mesma forma! [...] Aço!" Vi um outro que diz: "Caro Comandante, Amigo e líder receba minha respeitosa e emocionada continência. Tenho a espada ao lado, a sela equipada, o cavalo trabalhado e aguardo suas ordens!!"

A forma como a Globo usou foi para chantagear o Supremo Tribunal Federal, uma chantagem à democracia brasileira.

Eu trago aqui, Senadora Fátima Bezerra, Ulysses Guimarães hoje, porque acho que nunca foi tão necessário defender a nossa Constituição de 1988, que eles estão cada vez destruindo – com o golpe, com a Emenda à Constituição 95... Disse Ulysses Guimarães:

Traidor da Constituição é traidor da pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.

[...] temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina.

Então, senhores, eu estou aqui para fazer um apelo. Sinceramente, até agora não escutei a palavra de um Líder tucano, num momento de maior gravidade como esse. Quero fazer um apelo aos Senadores de todos os partidos: eu acho que a sessão de hoje, quando chegar o Presidente Eunício Oliveira, tem que se transformar numa sessão em defesa da democracia brasileira. É fundamental que o Senado se pronuncie nesse momento.

Concedo o aparte ao Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Senador Lindbergh, quero primeiramente apoiar a manifestação de V. Ex^a no sentido de que a Ordem do Dia de hoje seja transformada em um debate sobre a democracia. Tenho as minhas convicções em relação à sentença de segunda instância, mas, desde a noite de ontem, o que está em jogo não são as convicções ou os lados de ser favorável à prisão após a segunda instância ou contrário. As manifestações do Comandante do Exército são gravíssimas; e, no meu entender, são ameaçadoras à democracia. O Congresso não pode ficar imune, não pode ficar sem dar resposta a isso. Esse é o momento em que eu diria, Senador Paim, que nós, na sessão de hoje do Senado, teríamos até que ficar em vigília cívica pela democracia, porque não pode ser aceito...



Em qualquer democracia, chefes militares, generais só têm um papel a cumprir: garantir a ordem e a serenidade. É esse o único papel. O julgamento de hoje do Supremo Tribunal Federal vai passar. Seja qual for o recado, o resultado do julgamento, a Suprema Corte brasileira, como corte suprema, tem que ser respeitada no seu parecer, na sua decisão de hoje, seja qual for ela. Há quem defenda uma posição, há quem defenda outra. Não pode – eu considero uma chantagem, uma chantagem – haver manifestações, na véspera de um julgamento dessa dimensão, de parte de alguma liderança militar, de algum chefe militar, tanto fosse tendendo para um lado quanto para o outro. Então, V. Ex^ª tem aqui a minha palavra no sentido de que as manifestações de lideranças militares do dia de ontem foram absurdas e incompatíveis com o Estado democrático de direito. E é dever desta Casa – eu concordo com V. Ex^ª –, é dever de todas as Lideranças políticas desta Casa, de todos os partidos se manifestarem. Eu vi com péssimos olhares a manifestação, inclusive, de candidatos à Presidência da República apoiando as manifestações do General. Aliás, este seria o momento em que todos os candidatos – e eu faço aqui este chamamento – à Presidência da República deveriam, em um só tom, em tom uníssono, subscrever... Eu falo todos os candidatos, mas há um que claramente representa o fascismo; eu nem conto com ele. Mas todos os demais candidatos à Presidência da República deveriam ter o dever de, no dia de hoje, assinar uma carta conjunta em defesa da democracia, em defesa da estabilidade democrática, em defesa das instituições, em defesa, principalmente, de que – neste ano há as eleições – o resultado das urnas seja respeitado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço a V. Ex^ª, Senador Randolfe. E quero dizer que há um manifesto, que está circulando aqui no Senado – era importante V. Ex^ª assinar, e outros Senadores também –, que é muito simples, mas se faz necessário, reafirmando o nosso compromisso com a democracia.

Eu espero que a gente consiga mais da metade...

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – V. Ex^ª conte com o meu apoio e a minha assinatura. Conte conosco.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. Eu sei disso.

Eu quero conceder o aparte ao Senador Jorge Viana, antes dizendo que o Senador Jorge Viana tinha mandado para mim, hoje, um comentário do jornalista Chico Pinheiro:

Michel Temer, com empresários e políticos na diretoria da Fecomércio-SP: "Em 64, o povo se regozijou, porque, novamente, uma centralização absoluta do poder que, mais uma vez, durou de 64 a 88. (...) não houve golpe de Estado. Houve um desejo de centralização'."

[Aí diz Chico Pinheiro:] Era um anúncio?

Essa frase é de Michel Temer; e o Chico Pinheiro a publica e diz: "Era um anúncio?"

Concedo o aparte ao Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria aqui me somar um pouco ao aparte do colega Randolfe, que, de maneira muito clara e explícita, apoia o discurso de V. Ex^ª, Senador Lindbergh. E nós só estamos aqui fazendo algo que, como ele bem disse, todos os candidatos...

(Soa a campainha.)



O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... deveriam fazer: se manifestar, no dia de hoje, por algo que nos une e, talvez, pacifique até nossas diferenças, que é a democracia. Sem ela, não há saída a não ser a barbárie, a não ser aquilo que alguns, inclusive, estão defendendo em redes sociais e até em candidatura, que é o autoritarismo com ações fascistas. Então, eu confesso que fico triste, de certa forma – mas a palavra certa é muito preocupado –, com esse ambiente que nós estamos vivendo no País, essa ação em cima do Supremo Tribunal Federal. Nós estamos aqui no Congresso; para chegar aqui tem que ter tido voto; a chancela mais importante no regime democrático, o voto; a autoridade do voto. Temos o Presidente da República mais impopular da história do Brasil e um Congresso fragilizado. A crise institucional de que nós falamos, em que alguns não acreditam, teve o ápice no *impeachment*, no golpe, numa farsa: sem tipificação de crime de responsabilidade, uma Presidenta, com 54 milhões de votos, foi apeada do poder. E, a partir daí, a insensatez tomou conta. Eu sei que o General Villas Bôas – eu o conheço bem – é um grande brasileiro, um nacionalista. E é desse grande brasileiro e desse nacionalista que o País está precisando, mas para não cometer atos que vou chamar de atos falhos, como os de ontem. Certamente, ele deve ter suas razões. Eu li o Twitter. O problema não é o Twitter do General Villas Bôas, que nós sabemos ser um democrata e um grande brasileiro. O problema é o uso que se faz de uma manifestação dele. Foi num momento errado, no tom errado, sobre o tema errado. Em nenhum país do mundo que vive a plenitude da democracia, os que têm o poder de conduzir as Forças Armadas se manifestam. Em democracia, não. E, todas as vezes em que se manifestaram, o resultado foi péssimo. Então, eu espero, sinceramente, até por conhecê-lo bem, que ele possa, de algum jeito, trazer a tranquilidade e se some a essas declarações que estamos fazendo aqui, de apreço, de compromisso e de subordinação à democracia. É isso que esse manifesto nosso faz. Por isso que eu o assinei também. Então, parabênizo V. Ex^a. É isso que dá pôr no poder aqueles que não passaram nas urnas, agravar crise com um Governo ilegítimo, que destrói as conquistas sociais, que vende e põe à venda o Estado brasileiro, o patrimônio do povo brasileiro, e que leva o País a uma situação de absoluta insegurança institucional. Estamos vivendo, sim – é bom assumirmos –, a maior crise institucional das últimas décadas. Parabéns, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Jorge Viana, eu agradeço o aparte.

Eu quero ler aqui, Senadora Fátima Bezerra, uma carta que é uma carta história, do grande jurista Geraldo Prado, dirigida a Fachin e ao Ministro Luís Roberto Barroso, que ele respeita. É uma carta importantíssima. Eu nunca faço essa leitura, mas quero fazer aqui.

Antes dizendo, Senador Paulo Rocha, que José Afonso da Silva, um dos maiores constitucionalistas deste País, fundador do PSDB, secretário de Mário Covas, fez um parecer desmontando, ponto a ponto, a tese da prisão após condenação em segunda instância.

Ele diz o seguinte... Fala da nossa Constituição, do texto da Constituição: "Pode-se criticar o texto, pode-se condená-lo, mas o texto de uma Constituição rígida tem que ser respeitado, principalmente pela instituição incumbida de guardá-lo e garantir sua eficácia e aplicabilidade na sua inteireza."

Mas vamos lá.

E eu peço desculpas e vou tentar fazer o mais rápido possível, mas essa carta é importantíssima.

Geraldo Prado, um dos maiores juristas do País:



Escrevo aos Ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, em homenagem à sincera admiração que nutro por ambos, há mais de duas décadas, fruto do imenso respeito por suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Escrevo publicamente porque, em se tratando do tema que diz com a República não se recomenda a confortável opção pela reserva, cabendo à publicidade o papel de veículo de receios, mas também de legítimas expectativas.

Finda a ditadura empresarial-militar, o Brasil experimentou dois processos de *impeachment* de Presidentes eleitos. Foram momentos críticos em nosso recente estágio de amadurecimento institucional democrático. Ainda não sararam as feridas do que cassou o mandato de Dilma Rousseff.

Fato é que quaisquer que sejam nossas opiniões sobre as relações de causa e efeito entre a crise política gerada no último impedimento presidencial e o atual momento de instabilidade, a manifestação do Comandante do Exército, às vésperas do julgamento pelo STF do *habeas corpus* impetrado pela Defesa do ex-Presidente Lula, que tem por matéria central a definição do âmbito da presunção de inocência, traz implícita inédita grave ameaça à ordem democrática.

Chegar a esse ponto – que intranquiliza os brasileiros comprometidos com a democracia e a República – apenas foi possível porque antes, a passos largos e decididos, os vários setores responsáveis pela estabilidade democrática decidiram tensionar ao máximo a nossa jovem democracia, levando a Constituição ao estresse, em seu grau mais avançado.

Quer pelos motivos menos honestos, como os que inspiraram o ex-Deputado Eduardo Cunha, quer por razões que à vista de seus autores seriam justificáveis pelo apego a valores de probidade, a realidade é que esses setores colocaram concretamente à prova o sentido mais essencial de integridade das cláusulas fundamentais da Constituição, da legitimidade do exercício dos Poderes, ao significado textual inquestionável da presunção de inocência, assegurado pelo histórico de sua delimitação na Constituinte de 1987-1988.

As cláusulas pétreas [porque o que nós estamos discutindo nesse *habeas corpus* do Presidente Lula são as cláusulas pétreas] foram testadas, como foi testada a resistência da democracia, ao desrespeito dessas franquias, violações dissimuladas, em superação das suas razões históricas.

O resultado não poderia ser diferente. Se as principais instituições responsáveis por assegurar e aplicar a Constituição acham-se com poder para modificar as regras constitucionais, à revelia da proibição expressa na própria Carta, outras pessoas e instituições sentem-se incentivadas a também violar a Constituição, a propósito de preservar o seu espírito.

Senadora Fátima, o art. 5º, inciso LVII, esse que fala que a pessoa só pode ser presa com trânsito em julgado, é cláusula pétrea. Nem por emenda constitucional nós podemos modificar. Só pode modificar em outra Assembleia Nacional Constituinte. Imaginar, então, que uma interpretação do Supremo pode modificar a cláusula pétrea... É para isso que chama a atenção aqui o grande jurista Geraldo Prado.

E diz mais:



Havia um motivo político para a proibição de emendas constitucionais relativamente a determinados temas. As três décadas passadas, desde 1985, empalideceram a memória desse motivo, mas não o fizeram desaparecer.

A crença constitucional de que determinados temas são intocáveis tem a ver com a experiência histórica de que apenas o amplo e escrupuloso respeito às regras do jogo democrático pode garantir o não retorno ao arbítrio e, assim, impedir aventuras políticas caprichosas, violentas, decididamente criminosas, como são os crimes de Estado praticados contra a soberania popular.

Se um pode violar a Constituição, em virtude de sua confiança pessoal nas melhores razões, por que outro não poderá? [Pergunta o Prof. Geraldo Prado.]

Para alguns trata-se de garantir a governabilidade, procedendo-se ao *impeachment* mesmo sem crime de responsabilidade.

Para outros, a questão consiste em "pôr fim à corrupção", contornando-se o aparente obstáculo da presunção de inocência.

No andar da carruagem, era previsível que as forças políticas reacionárias e ultraconservadoras também se sentissem à vontade para, igualmente, exprimir seus "anseios patrióticos", postulando "corrigir os rumos" desviados pelas principais instituições do Estado, mesmo sendo uma delas o STF.

Ao ser o porta-voz da promulgação da Constituição, Ulysses Guimarães advertira: 'A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca.' [Olhem essas palavras de Ulysses na promulgação da Constituição 30 anos atrás!]

Ao enfatizar que temos ódio e nojo à ditadura, Ulysses, perseguido que havia sido pelos militares pós-64, registrava para a história: 'Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério (...)

Sr. Presidente, a carta continua. Eu vou parar aqui, porque, na verdade, eu sei que há outros Senadores inscritos. Eu vou parar aqui por isso. Agora, é uma carta da qual digo: todos têm que ler. A carta do Prof. Geraldo Prado dirigida ao Ministro Luís Roberto Barroso e ao Ministro Fachin, explicando e mostrando como foram criadas essas cláusulas pétreas: findo o período da ditadura militar, para impedir retrocessos. Então, eu acho que ela vem num momento importantíssimo.

Eu já tinha, Senadora Vanessa, citado José Afonso da Silva também, que é um constitucionalista do PSDB que fez um parecer irretocável. Mas eu concedo um aparte a V. Ex^a antes de terminar meu pronunciamento.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu serei breve, porque, na mesma linha de V. Ex^a, Senador... Hoje, o jornal... E eu repito aqui: tive oportunidade de falar, mas acho importante, Senador Paim, que a população brasileira procure se informar, ouvir os argumentos, conhecer inclusive a história, algo em que V. Ex^a nos ajuda muito, com esse pronunciamento. O jornal *Valor Econômico* traz hoje uma matéria em que ouviu dois ex-Parlamentares constituintes, um ex-Deputado e um ex-Senador, Constituintes ambos. Eles falaram do espírito do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal.



Segundo eles, não há dúvida nenhuma, até porque saíam, Senador Lindbergh Farias... A Constituição, nós sabemos, superou um período de 21 anos de liberdades restritas. Então, a Constituição, que até então permitia o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado, foi modificada em 1988. Por isso mesmo o Código de Processo Penal foi adaptado no Brasil. Então, o ex-Senador José Ignácio Ferreira e o ex-Deputado Sigmaringa Seixas deveriam ser ouvidos também, assim como o Relator da Constituição brasileira, o Senador Bernardo Cabral, do meu Estado, que vai dizer a mesma coisa. Então, não há que interpretar aquilo que a lei mostra de forma muito clara. E o que nós estamos defendendo não é desobediência. Nós não estamos defendendo a impunidade de ninguém. O que nós estamos defendendo é o cumprimento da Constituição para todos: para Lula e para qualquer cidadão e cidadã do Brasil. Parabéns pelo pronunciamento, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Eu passo à Senadora Fátima Bezerra, essa lutadora, Senadora do Rio Grande do Norte.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Lindbergh, apenas para complementar aqui o aparte que a Senadora Vanessa acaba de lhe fazer, quando cita aqui exatamente os dois Constituintes à época, o Senador José Ignácio Ferreira e o Deputado Sigmaringa Seixas. O Senador José Ignácio foi exatamente quem apresentou, Senador Lindbergh, a sugestão, à época, de incluir a proibição de prisão antes do trânsito em julgado. O Deputado Sigmaringa Seixas, que também defendia a mesma tese, disse exatamente o seguinte, na defesa da tese da prisão só depois do trânsito em julgado. Abro aspas: "O que se tinha era realmente uma preocupação muito grande com a possibilidade de se impor uma pena forte, e depois, no recurso, ficar provado que a pessoa não havia cometido o delito. Então [dizia Sigmaringa Seixas], é preferível aguardar o julgamento final em liberdade, a manter presa uma pessoa que depois se revela inocente." Fecho aspas. Portanto, quero aqui concluir, dizendo o seguinte, que esses dois Parlamentares, repito, Constituintes à época...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que participaram ativamente da redação da regra constitucional, ora aqui em debate, afirmam ainda que a inserção do dispositivo na Carta Magna não provocou polêmica. Ou seja, não havia dúvida sobre a interpretação do dispositivo. Para eles, se o Supremo, portanto, quiser respeitar a intenção dos Constituintes, deve considerar ilegal a prisão antes do trânsito em julgado. É isso que nós esperamos, Senador Lindbergh, que seja o resultado do julgamento ora sendo feito pelo Supremo Tribunal Federal do *habeas corpus* pedido em favor do Presidente Lula.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Fátima.

O Professor Geraldo Prado acaba dizendo o seguinte:

No julgamento de hoje, 04 de abril de 2018, reconhecer que o STF não é Constituinte e não tem poderes para reescrever o texto da presunção de inocência cumprirá, nas circunstâncias, o papel de mensagem inequívoca dirigida a toda a sociedade: a de que o poder civil governa o Brasil. E somente o poder civil, na forma da Constituição, poderá legitimamente nos governar, hoje e sempre.



Confio, sinceramente, pela história de vida dos amigos e mestres, que, ao se alinharem ao sentido literal do texto de 1988, do dispositivo constitucional que assegura que ninguém será considerado culpado senão após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ainda que sob a crença de que a Constituição não é perfeita, estarão reafirmando o compromisso do STF, como instituição, de ser o guardião da Constituição, porque ser o guardião da Constituição é ser o guardião da democracia.

Ulysses Guimarães não está mais entre nós, mas são os eventos que constituem as grandes figuras públicas para a história.

Professor Geraldo Prado.

Eu concedo o último aparte ao Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Lindbergh, em que pese achar que V. Ex^a está fazendo, hoje, talvez um dos seus discursos históricos, permito-me divergir em alguns pontos. Eu vejo que a Constituição brasileira começou emblematicamente a ser muito desrespeitada naquele dia do julgamento, e V. Ex^a foi um dos artífices daquele particionamento do julgamento do *impeachment*, aqui, quando se particionou... E ali foi rasgada, realmente, não somente a Constituição, como foi rasgado um artigo. Então foi relativizado, e começou-se ali, a partir dali, uma relativização total do nosso ordenamento. Bem, mas vamos ao caso em tela que nós estamos tratando aqui, que já vem desde 1940, do nosso Código Penal. Há um entendimento quase – não, é geral –... E aí vamos fazer um parênteses: eu respeito toda essa, vamos dizer, discordância de vocês pelo fato de ser quem é que está hoje na base desse *habeas corpus*, que é o ex-Presidente Lula, figura mítica, personalidade do Partido dos Trabalhadores, mas esqueçamos, tiremos o Lula desse negócio e vamos observar à luz do caso concreto. Veja bem, Senador Lindbergh, a partir da segunda instância, V. Ex^a sabe que não tem mais... tribunal nenhum verifica mais prova. Portanto, réu nenhum vai ser condenado ou inocentado por questões de provas. As provas são analisadas até a segunda instância. A partir daí são questões formais. Portanto não há que se dizer que um réu lá, depois da segunda instância, foi condenado sendo inocente. As provas já foram analisadas. A gente retirar isso por causa de uma casualidade, retirar a segunda instância... E aqui não estou condenando. Respeito totalmente e concordo com V. Ex^a: o que o Tribunal, o STF decidir hoje eu respeito porque eu sou escravo da lei e respeito aquele Poder. Mas eu acho uma temeridade que nós mudemos esse entendimento a respeito da segunda instância, porque nós vamos ter, amanhã ou depois,... Os assassinos de Marielle, por exemplo: vão ser presos? E aí, não: nós só vamos poder ver eles na cadeia depois, daqui a 20 anos, quando chegar ao último recurso lá do STF. Nós não podemos conduzir um país com um grau de impunidade dessa forma.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Então é por isso que eu peço uma reflexão: que se possa separar esse caso, que é um caso umbilical de vocês, do ordenamento jurídico geral deste País, porque não é possível que a gente possa contaminar tanto uma coisa que é particular do Partido dos Trabalhadores com a vida da Nação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Medeiros, é claro que eu discordo completamente de V. Ex^a.



V. Ex^ª faz o raciocínio oposto ao que aconteceu na verdade. Os irresponsáveis foram os senhores, que colocaram o País nesta crise, não respeitando o resultado das eleições, rasgando o voto popular. O senhor sabe que não houve crime de responsabilidade da Presidenta Dilma. Colocaram o País nessa situação! Fabricaram o fascismo! O fascismo surgiu disto: da covardia dos senhores, que foram para as ruas com quem defendia a intervenção militar, e não demarcaram um campo.

Eu me lembro de falar aqui em 2015 para os tucanos: os senhores estão estimulando manifestações com quem defende intervenção militar, e não estão se diferenciando. Foram comidos pela extrema direita, por esse discurso de práticas... Não é só discurso de ódio e intolerância, de agressões fascistas...

E agora, concretamente, eu já falei muito sobre o tema da presunção de inocência, mas eu quero responder a V. Ex^ª com José Afonso da Silva. Eu, na verdade, não conheço um bom jurista que defenda essa tese.

José Afonso da Silva. Eu citava... Estudei Direito, Senadora Lídice da Mata, e os maiores livros de Direito Constitucional são de José Afonso da Silva, que é o autor mais citado em acórdãos do Supremo Tribunal Federal. Ele começa seu parecer do Presidente Lula, dizendo o seguinte: "Não sou eleitor do consulente nem de seu Partido". E ele diz que foi do PSDB, que foi Secretário de Segurança. E não há como tomar uma posição de interpretação contra a letra da Constituição. O art. 5º, inciso LVII, é claro: só pode haver prisão após o processo ter transitado em julgado.

Então, sinceramente, espero que o resultado de hoje facilite a reconciliação do País com a sua democracia. Quem aposta na prisão do Presidente Lula está apostando em dar vitória a esses grupos de extrema direita, em colocar mais radicalização na pauta política do País.

Eu espero que hoje vença a Constituição, vença a democracia brasileira.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E o art. 52 algum jurista defendeu?

(Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente.

O próximo inscrito... Houve uma troca. Eles trocaram.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Peço a V. Ex^ª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, estou concordando com V. Ex^ª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Não...



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já o chamei.

Senador Paulo Rocha com a palavra, seguindo a orientação da Mesa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senadores e Senadoras, caros companheiros e companheiras, eu sinceramente...

Ouviu, Medeiros? Medeiros... Senador Medeiros... Senador Medeiros... Senador Medeiros, ouça-me.

Eu sinceramente não esperava, depois de tantos anos de luta – passei dez anos, construindo a CUT lá no Pará, vinte anos como Deputado Federal –, que agora, como Senador da República, iria fazer uma intervenção como essa que estou fazendo hoje; e nem que iria escutar uma intervenção sua aqui, porque sei que você veio também dessa história e que foi até dirigente sindical naqueles momentos. Eu sinceramente não contava estar nesta tribuna reclamando exatamente daquilo que nós já deixamos para trás, há algum tempo.

Eu me lembro de que fui preso na época da ditadura militar. Eu tomava conta de uma gráfica, e, porque imprimi lá um panfleto criticando os militares, a Polícia Federal cercou a gráfica e me levou preso com os panfletos, com a chapa, com tudo. Hoje estamos de novo...

Depois de eu assistir – como dirigente da CUT lá no Pará – não a dezenas, mas a centenas de liderança de trabalhadores rurais sendo assassinados pelos latifundiários, porque brigavam por um pedacinho de terra, para poder trabalhar e produzir, matar a sua fome... Depois de assistir a tantos e tantos companheiros que foram mandados embora do País, presos, assassinados, torturados...

E a nossa luta ali, naquele momento, era pela democracia, era para ter oportunidade de os trabalhadores terem o direito de se reunir, de se organizar para defenderem um mínimo de dignidade como trabalhador, por exemplo, a jornada de trabalho ou um salário mínimo mais decente para os trabalhadores.

Tantas lutas...

Foi a nossa geração que foi para as ruas brigar por eleições diretas ainda contra esses ditadores militares, porque impunham a nós os seus governantes, porque o povo não tinha o direito de eleger os seus governantes, não tinha o direito de eleger até prefeitos, porque eles inventaram nas prefeituras mais estratégicas dos nossos Estados a tal de segurança nacional – área de segurança nacional. Era nomeado de baixo para cima. Foi a nossa geração, a luta dos democratas deste País para conquistar o direito de escolher os nossos governantes.

Foi essa democracia que criou as condições de homens e mulheres que estão aqui – brancos e negros, pobres, operários – de terem acesso a esta Casa, onde se decide a vontade do povo. Foi a democracia que criou condições de um operário como eu virar Deputado Federal e agora Senador da República. Foi a democracia que criou as condições de um operário, que sequer falava bem o português, virar o melhor Presidente da República deste País.

Infelizmente, alguns democratas, parceiros nossos, inclusive dessa época, companheiros que estão hoje no PMDB e no PSDB, se aliaram aqui para dar um golpe nesta democracia que nós tínhamos construído; um golpe parlamentar através da justificativa de uma tal de pedalada, para tirar uma Presidenta da República que foi eleita diretamente pelo povo.

Há responsáveis pelo estado de coisas a que nós chegamos. Há responsáveis; eu já dizia isso na época para Aécio Neves. Quando ele levantou a questão dessa conspiração, eu dizia para ele:



"Isso vai ter um efeito bumerangue", à medida que ele acusava que ele perdeu para uma organização criminosa, que era o PT. Está aí o processo. A elite brasileira se aproveitou desse golpe e avançou no golpe na democracia, no golpe no governo, no golpe na economia, no golpe no Orçamento da União. Por isso, nós estamos vendo aí o corte no orçamento das nossas universidades, o corte nos direitos dos trabalhadores que foram ganhos nas ruas, na greve, no sacrifício e morte de algumas lideranças.

Pois bem, foi para o ralo também os nossos direitos trabalhistas que nós conquistamos a duras penas neste País.

Ameaçaram, inclusive, outro ganho importante: a aposentadoria das mulheres, dos trabalhadores rurais, uma luta que conquistamos na Constituição. A Constituição de 88 foi um marco na convivência democrática, foi um selo desse ato de conquista da democracia, das liberdades, dos direitos individuais, dos direitos coletivos.

Pois bem, o que está acontecendo hoje? Vêm aqui alguns e dizem: "Não, mas o julgamento na segunda instância; o julgamento na primeira instância..." O problema é que o juiz, parte do Judiciário e parte do Ministério Público se aliaram aos golpistas para fazerem julgamento político, para direcionarem a investigação, para selecionarem a investigação, para criminalizarem aqueles que estavam construindo um poder democrático no País, um Brasil para todos. E direcionam as suas investigações para proteger a elite que retoma para si o poder do País, através do golpe.

Portanto, o maior problema deste País não é o que está em julgamento; o maior problema deste País são as desigualdades sociais; o maior problema deste País é que a nossa economia retoma de novo os interesses internacionais, causando mais desigualdades sociais, desemprego, precarização das relações entre capital e trabalho. Tudo o que nós já tínhamos deixado para trás.

Um Supremo que se posiciona politicamente de um lado ou de outro... Está aí o que levaram os golpistas: um Supremo dividido na metade, sendo pressionado tanto para um lado quanto para o outro. Há responsáveis por isso? A Sr^a Presidenta Carmen Lúcia é uma das principais responsáveis, porque, antes de ela assumir a Presidência, um ano antes, ela recebeu uma comenda da Rede Globo, esta, uma das maiores e principais incentivadoras do ódio e do golpe que está sendo implementado em nosso País. De novo a Rede Globo, que esteve, lá atrás, na ditadura militar, agora está incentivando e dividindo a sociedade brasileira meio a meio, colocando em cheque, inclusive, os generais, com aquele edital de ontem do Jornal Nacional.

É vergonhoso para o nosso País a força da mídia que representa os interesses dos ricos deste País. Aliás, a própria família Marinho é uma das seis principais. Este é o problema do País: a desigualdade, em que a nossa economia...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... o nosso patrimônio, a riqueza do Brasil está apenas em seis, sete ou oito famílias, enquanto o resto detém a outra metade. Esses são os problemas do nosso País.

Nós, através do Governo Lula, do Governo Dilma, estávamos consertando essas desigualdades; estávamos avançando num País para todos. O Lula democraticamente fez um governo para todos; um governo para os grandes, para os pequenos, voltado para uma economia que se desenvolvesse e criasse condições de gerar emprego, gerar oportunidade para todos.



Por isso é vergonhoso a gente assistir ao que está acontecendo ali no Supremo e mais vergonhoso ainda os nossos generais, que foram colocados democraticamente no nosso Governo inclusive, como comandantes. O que o Comandante Villas Bôas devia estar fazendo agora é dizendo o que o Lula fez pelas Forças Armadas. Foi na época do Lula que se resgatou o bom salário dos militares, porque na época do Fernando Henrique Cardoso houve arrocho para os militares. Foi no governo Lula que recuperamos o que no governo Fernando Henrique tinha sido sucateado nas Forças Armadas, com a compra de equipamentos, com o fortalecimento da infraestrutura. Está aí o projeto da Marinha; estão aí os caças da Aeronáutica; está aí a infraestrutura das armas para o Exército Brasileiro.

Então, o momento que nós estamos vivendo exige não somente a nossa atenção, mas também a resistência democrática, com muita preocupação. Por isso, aquilo que já foi dito aqui: é o momento de o Congresso Nacional, principalmente o Senado Federal, mostrar a sua força política de Poder neste País, porque este é o Poder que mais representa a democracia deste País. Aqui estão todas as forças políticas, democráticas ou não; aqui estão todos os homens mais importantes na responsabilidade da construção do nosso País; aqui, entre os Senadores, temos ex-governadores, ex-ministros, ex-trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres que têm responsabilidade por isso e por chamar a atenção dos outros chefes de Poder, para que a gente não deixe o nosso País cair de novo nas escuras de uma ditadura.

O que nós deveríamos estar fazendo agora é defendendo que funcionem verdadeiramente as nossas instituições, democraticamente, e não um Supremo dividido, porque uma parte resolveu tomar posição política ou fazer o seu julgamento político. Isso é a desmoralização da democracia. Nós não concordamos com isso. E a lamparina que aponta o processo da democracia é a Constituição brasileira, que nós aprovamos em 1988. Estão lá todos os preceitos constitucionais para que o Supremo, para que o Exército, para que o Congresso, para que o Planalto dirija o País. Ali estão as orientações democráticas de um País que já passou por vários momentos de autoritarismo.

A Constituição de 88 é a nossa mãe mestra no processo da democracia, e é só pela democracia que o País vai encontrar o seu rumo, o rumo da dignidade do nosso povo e da felicidade das nossas famílias.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Concede-me um aparte, Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Paulo Rocha concluiu.

Agora, estão aqui em entendimento o Senador Jorge Viana e a Senadora Fátima Bezerra. V. Ex^a está na segunda fila aqui.

Agora, então, passamos para a Senadora Fátima Bezerra, Jorge Viana e Lídice da Mata.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, eu não poderia também deixar de ocupar aqui a tribuna para falar, enfim, deste momento histórico que o País vive, uma semana decisiva para a democracia brasileira. Refiro-me, exatamente, ao julgamento, neste exato



momento, que está sendo feito do *habeas corpus* preventivo, requerido pela defesa do ex-Presidente Lula.

E quero aqui, Sr. Presidente, iniciar dizendo o seguinte: o Brasil está diante de um momento histórico. O crescimento visível do fascismo; o ódio espreado pelas ruas e redes; a execução covarde de Marielle e Anderson; o atentado contra Lula e sua caravana; o Presidente ilegítimo acuado por investigações; a manifestação ilegal do Comandante do Exército, chantageando os Poderes e sua ampla repercussão midiática, tudo isso, Sr. Presidente – tudo isso –, compõe um perigoso cenário de ameaça à democracia.

O Supremo Tribunal Federal está diante de um julgamento que não diz respeito a uma pessoa, mas que representa a preservação ou a ruptura da Constituição de 88.

Cabe aos Ministros do Supremo julgarem pela manutenção do Estado democrático de direito e aos demais poderes e instituições cumprirem o seu papel para manter a normalidade em um momento de tanta turbulência na política nacional.

Precisamos estar atentos para não permitir esse inaceitável retrocesso.

Ditadura nunca mais!

Respeitem a Constituição!

Lula livre!

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que esta semana, na verdade, já vem sendo marcada por uma grande mobilização social e também quero aqui destacar um fato muito importante, que é a união das esquerdas em prol da democracia. Essa grande mobilização prova que não adianta tentar sufocar a democracia com violência, ameaças, emboscadas e mesmo assassinatos. O povo brasileiro não está disposto a abrir mão dessa liberdade, da democracia tão arduamente conquistada.

Quero deixar bem claro – associando-me ao Senador Lindbergh e aos demais Parlamentares que aqui já ocuparam esta tribuna na defesa, acima de tudo, da democracia – que, associados ao sentimento das ruas, ao lado dos movimentos sociais e populares, nós estamos juntos contra a ascensão do fascismo, unindo partidos, movimentos sociais, artistas, juristas, intelectuais e todos aqueles que têm compromisso com a causa democrática. O fascismo não passará! O fascismo não passará! Ele não intimidará as lutadoras e os lutadores do nosso País! O fascismo não nos impedirá de ocupar as ruas em defesa da democracia, em respeito à Constituição e ao direito de Lula ser candidato!

Um belo exemplo inclusive dessa união, repito, dos partidos e de todos aqueles que, acima de tudo, têm zelo pela Constituição e, acima de tudo, têm respeito e amor pela democracia é o manifesto que foi entregue essa semana, com mais de 3 mil assinaturas, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

É um manifesto assinado por quem? Por entidades jurídicas do porte, da seriedade e da trajetória da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, todas elas reivindicando que o Supremo analise inclusive as ações declaratórias de constitucionalidade, a fim de reconhecer a correta aplicação do dispositivo constitucional que veda a prisão antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Aqui já foi dito por vários oradores, como a Senadora Vanessa e o Senador Lindbergh, do belo parecer do professor titular aposentado da Faculdade de Direito José Afonso da Silva, um dos juristas mais citados pelo Supremo Tribunal Federal, em defesa do *habeas corpus* preventivo para o ex-Presidente Lula.



Portanto, Sr. Presidente, quero aqui dizer, repito, o quanto a maioria da sociedade brasileira, neste exato momento, está atenta, acompanhando todos esses acontecimentos, porque o que nós queremos é que a Constituição seja respeitada. E respeitar a Constituição, neste exato momento, significa resgatar o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal.

Eu quero aqui, ao terminar esta nossa fala, Sr. Presidente, mais uma vez aqui, saudar o histórico ato, Lindbergh, realizado segunda-feira, lá no Circo Voador, no Rio de Janeiro. O simbolismo que teve aquele ato em defesa da democracia e de justiça para Marielle Franco e Anderson Gomes, no momento reunindo Lideranças do PSOL, do PCdoB, do PDT, do PSDB, bem como os movimentos sociais que constroem a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, além de artistas e de intelectuais do porte e do respeito de Chico Buarque de Hollanda.

Eu quero aqui, mais uma vez, fazer coro aos que aqui têm defendido a unidade do campo democrático e popular, unidade essa que está sendo a grande responsável pela resistência que os lutadores e lutadoras do povo brasileiro continuam fazendo em defesa da democracia.

Tivemos agora há pouco, Senador Lindbergh, aqui na Esplanada dos Ministérios, um ato em defesa da Constituição, em defesa da democracia e, portanto, em defesa também do Presidente Lula, por considerarmos a inocência do Presidente Lula, por não aceitarmos esse absurdo e essa barbárie que é condenar um homem sem provas e sem crime.

Estão aí as mobilizações sociais, não só aqui em Brasília. Neste exato momento também lá em Natal, no Rio Grande do Norte, no Nordeste, em todo o País. É o povo nas ruas dizendo que não se trata aqui da defesa do Lula pelo Lula, se trata aqui do zelo pela Constituição, se trata aqui, portanto, da defesa da democracia.

Nós trazemos na mente até hoje as marcas irreparáveis da ditadura de 1964. Aquela ditadura que deixou feridas que até hoje não foram cicatrizadas. Por isso que aqueles que têm amor e que têm compromisso real com o Brasil...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não podem, de maneira nenhuma vacilar, não podem, de maneira nenhuma, se omitir em um momento grave como esse, em um momento infelizmente de crescimento da intolerância, do ódio, da violência e da injustiça que querem fazer inclusive com o Presidente Lula, repito, condenando sem provas, sem crime, com a motivação exclusivamente de natureza política, porque eles querem fechar a conta daquele golpe vergonhoso que foi aquele *impeachment* fraudulento e querem ganhar as eleições na marra, inclusive escolhendo quem deva ser o adversário deles ou não, agora nas eleições de 2018.

Eu quero aqui dizer com muita tranquilidade. Ocupo esta tribuna aqui não apenas porque eu sou Senadora, com muito orgulho, do Partido dos Trabalhadores...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Concede-me um aparte, Senadora?

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... representando com muita honradez o povo do Rio Grande do Norte...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)



A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu ocupo com a clareza que eu tenho do compromisso que nós devemos ter com a democracia, com a liberdade.

Nós sabemos o quanto as gerações que nos antecederam fizeram para que essa democracia fosse conquistada. Nós sabemos e as gerações que nos antecederam, que doaram inclusive as suas próprias vidas para que nós, enfim, construíssemos um País com democracia, com liberdade, portanto sem violência e sem fascismo.

Por isso, Sr. Presidente, aqui, mais uma vez, o nosso grito em defesa da democracia, em respeito à Constituição e Lula livre.

(Durante o discurso da Sr^a Fátima Bezerra, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Há número regimental. Declaro aberta a Ordem do Dia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Presidente, antes de começarmos as nossas votações, eu quero chamar atenção para a gravidade da crise que nós estamos vivendo, a preocupação com a defesa da democracia. E até por isso eu quero levar para V. Ex^a agora um manifesto, que é um manifesto muito simples, mas que eu acho que, neste momento, é um manifesto importante.

É um manifesto que só fala de democracia. Não dá para ninguém ser contra esse manifesto. Agora, queríamos de fato que fosse um manifesto assinado pela maior parte dos Senadores desta Casa neste momento, principalmente pelo que aconteceu ontem à noite.

Então, eu quero ler rapidamente esse manifesto aqui, passar para V. Ex^a. Eu sei que a Senadora Lídice da Mata também está querendo falar no mesmo sentido.

Manifesto à Nação em defesa da democracia

Nós, membros do Congresso Nacional que assinamos este documento, consideramos que a democracia brasileira vem enfrentando, nos tempos recentes, seus maiores desafios desde a entrada em vigor da Constituição cidadã de 1988.

Ideias autoritárias vêm transitando nas redes sociais, em plataformas eleitorais e, de forma preocupante, em setores civis e militares com responsabilidade institucional.

A intolerância e o ódio ultrapassaram as disputas verbais e já se materializam em atos criminosos estimulados pelo discurso autoritário.

Este momento grave exige a união de todas as forças comprometidas com o processo democrático, independentemente de posições ideológicas, em defesa das liberdades, dos direitos e garantias consagrados na Constituição.

Não há saída para o País fora do estrito respeito à Constituição e do funcionamento harmônico das instituições civis e militares, cada um cumprindo o seu papel.

A democracia em nosso País foi uma conquista histórica que custou a luta de milhões e o sacrifício de muitos. Temos obrigação de defendê-la.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou começar... Se a senhora me permite, eu começaria a Ordem do Dia.

Como há uma votação nominal, eu abro a votação nominal e dou a palavra aos Senadores, pode ser? Para a gente poder abrir a Ordem do Dia, que há alguns Senadores que precisam viajar, inclusive, e essa votação será nominal.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, exato. Eu fui a Relatora desse projeto complementar. O senhor acha, V. Ex^a acha que nós alcançaremos?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não, nós vamos votar, primeiro, autoridades, para chamar os Senadores. Na sequência, se houver, nós vamos fazer uma votação complementar. O dia de hoje não é um dia...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não é bom.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... muito saudável para se fazer um debate mais longo...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... sobre matérias que não digam respeito ao País, à democracia e aos interesses da sociedade brasileira.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, Parecer nº 40, de 2018, da CCJ, o Relator *ad hoc* foi o Senador Cidinho Santos, sobre o Ofício nº S/12, de 2018 (nº 340, de 2017, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a recondução do Juiz Federal Valter Shuenquener de Araújo, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio de 2017/2019.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A matéria depende, para aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico nos termos do art. 130-A da Constituição Federal, combinado com o art. 288 do Regimento Interno.

Em votação o parecer.

Eu convido os Senadores e Senadoras para que venham ao plenário. Nós vamos ter essa votação nominal e talvez mais uma, que é um projeto de lei complementar.

Eu vou convidar os Senadores para que venham.

Autorizo a abertura do painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Dou a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem! Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Lídice da Mata, depois V. Ex^a e depois o Senador Jorge Viana.



A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Tem que abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O painel está aberto. (*Pausa.*)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tive que me dirigir ao voto.

Sr. Presidente, como V. Ex^a, que foi Constituinte como eu, sabe da importância do momento político que vivemos e se pronunciou muito bem dizendo que o centro desse debate hoje é a defesa da democracia, gostaria de dizer que, além desse manifesto em defesa da democracia, diversos partidos políticos se reuniram ontem para também discutir e elaborar um manifesto, que será lançado posteriormente com a mesma intenção.

E aí, Sr. Presidente, meu caro companheiro Roberto Muniz, que hoje vai se despedir de nós, deixando uma enorme saudade, mas que, neste momento, dirige esta Casa, dirige esta Mesa, eu, como Constituinte que fui – e fui junto com outros Senadores que estão nesta Casa –, nós temos a obrigação, na minha opinião modesta, de defender a Constituição que construímos. E a Constituição que construímos foi uma Constituição que veio de um período pós-ditadura militar e que, portanto, se constituiu como Constituição cidadã, porque ela buscou, Senador Jorge Viana, ser uma Constituição garantidora dos direitos coletivos e individuais.

E gostaria, portanto, ao chamar a atenção disso, de ler aqui um trecho de uma matéria que saiu hoje no *Valor Econômico* sobre justamente a seguinte questão:

Autores de regra constitucional refutam interpretação atual.

Se quiser ser fiel às intenções dos parlamentares que se debruçaram sobre a questão da presunção de inocência na Assembleia Constituinte de 1987 e 1988, o Supremo Tribunal Federal [...] não tem outra alternativa hoje a não ser conceder habeas corpus para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva [...].

Porque não está em discussão apenas um *habeas corpus* do ex-Presidente, está em discussão o texto constitucional, está em discussão a intenção do Constituinte. E nós que participamos daquele momento sabemos que a intenção do Constituinte foi garantir o direito da presunção de inocência.

Está aqui reafirmado por dois dos principais Constituintes, que foram autores desse texto, o ex-Senador, ex-Governador do Espírito Santo José Ignácio Ferreira, e o ex-Deputado petista Sigmaringa Seixas, meu querido amigo.

Toda polêmica está em torno do item LVII do Artigo 5º da Constituição. Diz o texto que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

(*Soa a campanha.*)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) –

Trânsito em julgado é a expressão jurídica usada para processo encerrado sem nenhuma hipótese de recurso.

Na legislação anterior à Constituição de 1988, o réu só podia apelar contra uma decisão cumprindo a sentença, de acordo com o art. 594 do Código de Processo Penal [...]. O Código foi posteriormente adaptado à Constituição [disse o ex-Governador José Inácio].



O maior responsável pela colocação da polêmica norma na Constituição de 1988 foi o tucano José Inácio. [...] partiu dele a sugestão original de redação que resultou no atual item LVII do art. 5º.

José Inácio era relator-adjunto da Constituinte designado pelo Relator, Bernardo Cabral. Ele atuou na função com Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim e José...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Vou terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Para concluir, Senadora, mais um minuto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Concluindo:

...todos do PMDB na ocasião. Em entrevista ao *Valor* ontem, disse que não há hipótese de os constituintes terem aprovado a redação do item LVII do art. 5º imaginando que estavam permitindo prisão após segunda instância.

Eu posso admitir que Senadores, advogados e mesmo membros do Supremo queiram discutir novas interpretações, mas não podem dar uma interpretação afirmando que a intenção do Constituinte não foi essa. A intenção do Constituinte foi, sim, dar garantias à presunção de inocência no País.

E, mais, aqueles que defendem – como alguns defenderam aqui – muito mais, na minha opinião, em função do seu posicionamento político e em função da figura que está em...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... nesse momento, por serem...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Para concluir, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ...oposição ao Presidente Lula, esquecem que 40% daqueles que estão nos presídios brasileiros estão sem condenação, estão sem sentença, e isso é que é o absurdo.

Nós temos que discutir que Supremo Tribunal nós podemos ter para fazer com que a justiça seja célere, mas sem modificar o direito à presunção de inocência que tem qualquer brasileiro neste País.

E, finalmente, dizer que o problema não é quanto tempo vai levar para que sejam condenados aqueles que mataram Marielle e Anderson; o problema é descobrir quem matou Marielle e Anderson. E essa discussão leva à identificação objetiva...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)



A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não podemos transformar em um ato de...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora, para concluir.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... violência, como os que estamos assistindo no País, e politizá-los ideologicamente.

Quem matou Marielle e Anderson? Ponha a responsabilidade na polícia deste País e na necessidade de investigação. E todos que convivem com esse mundo sabem que cada dia que passa sem que se identifique o assassino ou os assassinos, ou os mandantes do assassinato, mais dificuldade teremos para identificá-los.

Não confundam isso com o direito constitucional da presunção à inocência.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Lídice da Mata, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Muniz.)

(Durante o discurso da Sr^a Lídice da Mata, o Sr. Roberto Muniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)

(Durante o discurso da Sr^a Lídice da Mata, o Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Muniz.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito bem, Senadora Lídice.

Eu queria passar a palavra, pela ordem, ao Senador José Medeiros, e, na sequência, passar a palavra ao Senador Jorge Viana para fazer o uso do púlpito desta Casa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Roberto Muniz.

Fico muito contente por ver V. Ex^a presidindo a Ordem do Dia, hoje, aqui, no Senado Federal, porque é simbólico, já que hoje é o último dia que V. Ex^a está aqui conosco. Este momento em que V. Ex^a conduz a Ordem do Dia lhe é merecido, faz-lhe honra, faz-lhe jus pelo que o senhor fez aqui no Senado Federal.

Senador Presidente, Roberto Muniz, eu tenho visto, no debate, muita arenga e principalmente muita espuma para pouco chope, no que diz respeito ao pronunciamento do Chefe Maior do Exército, Gen. Villas Bôas.

O Gen. Villas Bôas já esteve aqui no Senado por diversas vezes conversando com os Senadores. Nunca se furtou ao debate. Já esteve por diversas vezes conversando na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Relações Exteriores. É um profundo conhecedor das realidades brasileiras. E ele, mais do que ninguém, sempre disse: "Dentro da Constituição, tudo; fora dela, nada". Ele foi, por diversas vezes, elogiado pela sua serenidade.

Senador Waldemir Moka, o Gen. Villas Bôas tem sido um exemplo na condução do Exército brasileiro. E, ontem, ele se pronunciou em rede social. Como cidadão brasileiro se pronunciou em rede social. Inclusive o próprio Exército depois disse: "É uma opinião pessoal do Gen. Villas Bôas."



E aí eu pergunto: "Se nós vivemos numa democracia, por que um chefe praticamente de um poder – porque é um chefe de uma das Forças importantes da República – não tem direito a expressar sua opinião?"

Eu vi fazerem muito pior...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Eu vi fazerem muito pior: alguns procuradores disseram que iam fazer jejum para Lula ser preso. Sim, isso é pessoalidade. Eu discordo daquilo, porque isso é pessoalidade.

Agora, você condenar o General porque ele expôs... Eu penso que, se ele fosse um General de qualquer outra divisão, Senador Moka, eu discordaria de ele se posicionar, porque não caberia, mas ele é o Chefe das Forças Armadas.

Estou vendo ministro... Veio um Ministro do STF ontem dizer que o STF tem o papel representativo, e, por isso, deveria interpretar a Constituição e a lei de acordo com os anseios sociais. Acho que este Senado deveria estar ouriçado é com isso, não é com uma fala, que eu achei até serena, quando o General diz o seguinte:

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... do PT. Não vamos transformar isso numa coisa nacional.

O problema policial do Lula resolve-se com os seus advogados, não é um problema nacional. Eu entendi assim. E mais, a expressão quando ele diz sobre impunidade é o que cada brasileiro está sentindo.

Eu vejo aqui pedindo prisão do pessoal da Marielle. Sabe o que vai acontecer com os bandidos que forem presos, da Marielle? Vão ser soltos no outro dia, porque é um contrassenso: prende numa porta e sai solto na outra, pois a impunidade está grassando neste País. A menos que criemos um sistema jurídico em que possamos ter uns brasileiros de primeira categoria e outros de segunda. Do contrário, os presos de Marielle vão ser soltos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador José Medeiros, muito obrigado também pelas palavras elogiosas.

Queria passar a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente desta sessão, querido colega Roberto Muniz, eu queria, antes de iniciar, cumprimentá-lo e dizer que vamos sentir saudades de V. Ex^a, falta do trabalho de V. Ex^a.

Eu fui parceiro em muitos eventos importantes aqui. Sei da sua dedicação nesse período em que assumiu o lugar do nosso também querido Senador Walter Pinheiro. V. Ex^a deixou registrado, aqui na Casa, um trabalho que vai marcar a sua passagem aqui, como agora no Fórum Mundial da Água, que é um tema que V. Ex^a trata com tanta competência e dedicação, e em outras matérias. Então, quero fazer este registro.

Eu acho até bonito que o Presidente Eunício tenha passado a Presidência para V. Ex^a, para que, neste último dia, pelo menos neste tempo, V. Ex^a esteja presidindo a sessão.



Parlamento é bom por isto: não quero entrar no mérito do colega que me antecedeu, mas acho que algumas questões precisam ser mais bem colocadas. Nós não podemos, em hipótese nenhuma, achar que foi algo pequeno e corriqueiro o pronunciamento, pelo Twitter, do Comandante do Exército do Brasil. Eu conheço muito bem o Gen. Villas Bôas. Ele é um grande brasileiro, é um nacionalista. Não tenho dúvidas sobre o seu compromisso com a democracia, mas os seus dois tuítes foram seguidos por outros comandados dele, que já ficaram prontos para a guerra. Isso é muito grave.

Eu fiz um pronunciamento na Comissão de Constituição e Justiça do Senado hoje, junto com o meu colega Ricardo Ferraço, nessa ponderação. Lá, aparentemente, não há nada de mais. Eu não acredito que o Gen. Villas Bôas falaria algo de mais, mas, neste momento, nesta quadra, neste dia, setores da imprensa já usaram como se aquilo fosse uma ameaça ao Supremo. E muitos dos comandados do Chefe do Exército, do Comandante do Exército imediatamente se prepararam para uma guerra.

Eu acho que todos nós temos que reafirmar aqui, inclusive o próprio Gen. Villas Bôas, que conheço bem, sei que ele tem esse compromisso com a democracia... Agora, não é pouca coisa. Não está correto. Há juízes e promotores nas redes sociais. Essas pessoas têm um papel constitucional bem estabelecido. Em nenhum país, um general fica, pelo Twitter, posicionando-se sobre tudo e todos. Não se trata de democracia nesse aspecto. Trata-se de função institucional que cada um tem.

Então, eu não tenho dúvidas de que o Gen. Villas Bôas haverá de esclarecer definitivamente isso e reafirmar o compromisso dele e das Forças Armadas com a democracia. Isso é fundamental nesta hora, é essencial.

Vários jornalistas da Rede Globo de Televisão, dos diferentes jornais – cito o Kennedy Alencar, cito o Chico Pinheiro, cito o André Trigueiro e tantos outros –, fizeram manifestações, porque, também pelo ofício de jornalismo que desempenham, sabem o que significa uma manifestação do Comandante do Exército.

Vamos pegar os Estados Unidos, que são uma referência para muitos, e sempre se debate a democracia, a maior democracia do mundo, pela população que há nos Estados Unidos. Há lá o Presidente Donald Trump, que fica demitindo importantes ministros, humilhando outros, tomando decisões, ameaçando, mas ele foi eleito. E a Constituição dos Estados Unidos e o povo americano certamente vão corrigir, se tiverem que corrigir, se for a decisão deles, mas lá não há manifestação. Imaginem se um general dos Estados Unidos, a maior potência bélica do mundo, ficasse se manifestando sobre política. Isso não existe nem lá nem nas grandes nações do mundo.

Por isso, com todo o respeito ao Gen. Villas Bôas – porque conheço e sei da integridade dele –, eu acho que foi uma manifestação infeliz, num momento absolutamente inadequado, que espero possa ser superado. Eu acredito no sentimento pátrio do Comandante do Exército, que conheço profundamente e não posso negar meu testemunho. Para mim, é muito importante.

Eu queria também dizer que – neste momento em que temos o mais impopular Presidente da República da história do Brasil, e alguns colegas fazem manifestações, dizendo que o povo quer isso ou aquilo – se há uma coisa que o povo não quer é o Governo que nós temos instalado no Palácio. Mas, como ele não passou nas urnas, ele segue. E nós temos que ter tolerância – houve uma manifestação aqui –, temos que esperar a eleição. É assim que a democracia funciona.



Eu lamento ter acontecido o *impeachment*, que é o centro dessa crise institucional, que agora está lá no Supremo. E eu espero que o Supremo – não vou fazer nenhum juízo, não posso, nem devemos – cumpra o papel de Poder Moderador nesta hora, sem levar em conta a opinião a, b, c ou d e se manifeste de acordo com a Constituição.

Não é porque é o Presidente Lula. O Presidente Lula não quer ser tratado acima da lei, nem pode. Tem falado isso várias vezes. Aliás, foi um grande Presidente para o Exército, para a Polícia Federal, para o Ministério Público, para o Judiciário brasileiro. O Presidente Lula não quer, mas também não pode aceitar – nem nós podemos – ser tratado abaixo da lei.

Ora, está escrito na Constituição. Não se trata de jurisprudência do Supremo. Está escrito na Constituição, no art. 5 – está escrito lá –, que ninguém pode ser condenado, ser preso sem transitar em julgado o processo, sem concluir o processo. Se querem alterar isso, não tem problema. Faz-se uma emenda à Constituição, altera-se a Constituição, e as regras serão outras. Nisso estamos de acordo.

Eu, sinceramente, acho que o Brasil, neste momento, precisa de sensatez. Essa história de todos contra todos, um xingando o outro, isso não leva a lugar nenhum.

Eu andei agora, Sr. Presidente Eunício, no Rio Envira. Passei minha Semana Santa numa viagem de cinco dias pelo Rio Envira, um longo rio que nasce no Peru e tem quase 600km. Eu andei naquele rio, conversei com brasileiros e brasileiras, pessoas do bem, pessoas trabalhadoras, que estão preocupadas com o que acontece com o País. Lá eu senti o que significa um governo como este que nós temos, cortando dinheiro do Bolsa Família. Tem que andar lá para saber.

Eu lamento que este Plenário tenha dado o aval para termos o Governo que temos.

Quando chega lá uma família que estava sendo feliz, que construiu sua casa, que tem sua embarcação para fazer viagem de três dias até o Município mais próximo e que agora, graças a essa intervenção que foi feita no Brasil, na Petrobras... A Petrobras agora, Senador Lindbergh, está sendo assaltada todo dia, entregando o patrimônio. Agora, na última venda que estão fazendo, chamando de desinvestimento, que é uma negociata, mais de R\$21 bilhões do patrimônio brasileiro estão sendo entregues para as grandes petroleiras do mundo, além do patrimônio nosso, que é o pré-sal. E sabem onde está se refletindo isso? Está se refletindo na vida das pessoas simples, estão tendo cerceado o direito de ir e vir. Lá no Rio Envira, no Rio Purus, as pessoas não aguentam pagar mais o preço da gasolina, do óleo diesel, que passa de R\$7 lá. Elas estão sendo proibidas porque houve 15 aumentos, tivemos 15 aumentos da gasolina. Vá morar no Acre! Vá morar na cabeceira de um rio da Amazônia para sentir os efeitos maléficos de um Governo que não passou nas urnas!

Mas não é só isso,...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... estão voltando para a lenha e para o carvão porque o bujão de gás, que custava R\$38, agora é vendido a mais de R\$100. As donas de casa falaram: "Senador, não temos mais como comprar, nós temos um batelão que nós compramos, estão tirando o Bolsa Família, não levam o Bolsa Escola, estão tirando saúde e educação." Não há nenhum programa em andamento do Governo Federal nos Municípios brasileiros hoje, porque não há esse programa, e isso está afetando a vida das pessoas.



Vou vir aqui, Sr. Presidente, para agradecer às pessoas que me receberam, que me acolheram nas suas casas, pessoas simples, mas que me pediram, que me mandaram recados.

Eu estava acompanhado do Francimar, que é ex-Prefeito de Feijó; do Mêrla, ex-Prefeito de Feijó, e do Vereador Mauro. Andamos aquele rio com calma, ouvindo as pessoas. Dormimos lá, no primeiro dia, na casa do Raimundo Calango. Eu nunca fui tão bem tratado na minha vida.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ele e sua esposa estavam lá junto com a gente, a D. Rosa. Trataram-nos bem e queriam entender o que está acontecendo com o nosso País, pois querem a melhora do nosso País.

No segundo dia, nós estivemos lá na casa do Seu Expedito com a D. Antônia, como se eu estivesse na melhor casa da minha família. Pessoas simples, fazendo coisas aparentemente sem importância, como diz aquele provérbio africano, mas nos ajudando a entender como podemos ser felizes com pouca coisa. Tendo um governo, um Estado que garanta aquele mínimo, o resto acontece com as pessoas.

Nós visitamos mais de 20 comunidades, desde Porto Rubinho, onde encontramos as pessoas, até mesmo já no Currealinho e na comunidade Barés. Visitei três aldeias indígenas. Tivemos um contato...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... direto com as pessoas. *(Fora do microfone.)*

Vou concluir, Presidente.

Tudo o que essas pessoas querem é que o Brasil volte a dar certo. Podem satanizar o Lula – quem queira usar esse termo pesado –, podem fazer o que quiser, mas não vão apagar nunca aquilo de bom que está semeado no Nordeste e no Norte do País.

Foi isto que eu encontrei: sementes que germinaram da boa política. Se estão no poder, se tomaram de assalto o poder, que façam alguma coisa até termos um presidente legítimo que saia das urnas. Mas nós estamos na hora de viver uma pacificação deste País, uma união nossa, daqueles que realmente querem o bem deste País e do povo brasileiro.

É isso, Sr. Presidente, eu agradeço a V. Ex^a pela oportunidade. Depois eu vou detalhar essa agenda que cumpro, citando comunidade por comunidade que me acolheu, que se reuniu comigo, que me ouviu, mas que falou e pediu minha intervenção por políticas públicas.

Obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Roberto Muniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

Eu peço aos Senadores e Senadoras que venham ao plenário. Estamos em processo de votação nominal.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Depois do Senador Magno.



O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mania de atrapalhar os outros... Nunca perde! Mas hoje está perdoada; me dê a mão, eu lhe perdoei!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Magno Malta

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro muito importante.

O Gen. Villas Bôas escreveu alguma coisa patriótica, democrática no *Twitter*. Em nada violou aquilo que pensa o pessoal da esquerda, os mais moderados e os esquerdopatas. Eles chiaram logo no primeiro momento. E aí a conversa foi a seguinte: "O general na sua posição não pode falar o que falou." O que ele falou? Que o Brasil precisa de ordem democrática? Que a lei precisa ser respeitada e que o Exército Brasileiro está no seu lugar e sabe qual é o seu papel? Onde, pois, errou o Gen. Villa Lobos – Villas Bôas, mas falou como um lobo uma palavra das boas.

Villas Bôas Correia falou algo que milhões de brasileiros queriam e querem falar. Agora, os defensores e aqueles que pregaram e lutaram pela ditadura do pro-le-ta-ri-a-do não queriam democracia. Aliás, nenhum deles nunca lutou por democracia. Isso é conversa fiada. Eles queriam era a ditadura do proletariado contra a ditadura militar. Eles todos já se espinharam. Ora, Villas Bôas não disse nada disso. Ele não disse nada de colocar canhões na rua. Por que tanto susto?! Porque isso vira discurso para esses esquerdopatas que nunca brigaram por democracia neste País e contam uma história absolutamente mentirosa.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, para fazer meu registro de felicitações, de solidariedade ao General. General, o senhor pode citar a Constituição, sim. O senhor tem o direito e é dever. O senhor é um homem de caserna e o senhor estava falando em respeito à Constituição.

Sabe o que é diferente disso, Senador Ataídes? É que eu não vejo nenhum homem corajoso assumir esta tribuna para falar de um Supremo Tribunal Federal que cospe, que rasga, que escarra, que pisa na Constituição Federal. O papel do Supremo é ser guardião, interpretar a Constituição. Diferente disso, cada um deles é uma constituição. Cada um deles se comporta como quer. Não existe foco na lei. Existe foco na oportunidade, no interesse ocasional. Ora, o que estamos votando hoje lá no Supremo? É claro que não havia necessidade disso, pois há uma jurisprudência. O Supremo hoje está se reunindo para se desmentir, para "se auto desfalar", para desmontar aquilo que montou?

O senhor sabe quantas ações judiciais, quanta gente que foi presa em segunda instância e que o País vai ter que indenizar, quando o Supremo disser: "Nós erramos ou naquele momento criamos aquela Constituição, mas agora resolvemos criar outra." Espero que essa aberração, que essa anomalia, que essa mula de sete cabeças, não se estabeleça hoje ao final desta sessão, para que o Supremo comece a recobrar um pouco o respeito do Judiciário brasileiro.

Está chegando a hora em que vai ficar difícil ministro de tribunal superior andar na rua. Prestem atenção no que estou falando! Estão zombando do povo, estão rindo das pessoas.

Sr. Presidente, qual é o tamanho do orçamento da Polícia Federal? Petecão, qual é o tamanho do orçamento do Ministério Público Federal? Qual é o tamanho? Agora, para que gastar dinheiro com a Polícia Federal, para que gastar dinheiro com operação, com investigação, com equipamento, com inteligência, gastar tempo, gastar a vida das pessoas? Para que isso se você leva um ano em uma investigação, desbarata uma quadrilha que rouba, que leva dinheiro público, distribui com seus asseclas e deposita em paraísos fiscais? Para que essa investigação se três dias depois o Supremo solta? Não é jogar dinheiro pelo ralo? Não é fazer piada? Não é fazer



brincadeira? Então, que essa mula sem cabeça não se estabeleça, que essa anomalia não se estabeleça. É o que nós esperamos.

Agora, o Gen. Villas Bôas faz uma colocação serena, inteligente e vira tema das redações de jornalistas esquerdopatas, daqueles que lutaram pela ditadura do proletariado. Nunca lutaram por democracia, agora estão todos assustados como se ele estivesse dizendo: "Amanhã, vamos colocar os canhões na rua!". Não vão colocar canhão na rua, não! Agora, vou dizer uma coisa a vocês: se colocassem, de cada dez brasileiros, oito iriam bater palma.

General, receba o meu respeito, o meu abraço, a minha solidariedade. O senhor está respeitando a Constituição, diferente do Supremo Tribunal Federal, que cospe, que escarra, que pisa em cima.

E este Parlamento, ou os Paramentos, que têm um microfone que poderia abrir e fazer a defesa da Constituição e enfrentá-los, ao contrário, não o fazem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Vanessa.

Na sequência, vou encerrar essa votação, abrir uma outra e darei a palavra a V. Ex^a, com mais tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, na sequência de V. Ex^a, depois da Senadora Vanessa, me inscrever para fazer uma colocação sobre o noticiário dos últimos dois dias, sobretudo a respeito de uma nota que foi emitida por 20 Senadores desta Casa, ontem, que, tais quais as vivandeiras que foram repelidas pelo Castelo Branco, foram ao Supremo Tribunal Federal – o Poder da circunstância – bulir com o sistema Judiciário e cobrar extravagâncias contra a Constituição Federal.

Queria dar uma palavra sobre isso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Eu, Senador, falarei rapidamente, até porque acho que vão ser muito importantes as observações que o Senador Renan tem para fazer.

Sr. Presidente, acho que alguns pingos têm que ser colocados nos is. O que nós estamos ouvindo aqui é que há muita gente criticando a fala do General. Não é verdade. Nós tivemos uma sessão, estamos votando uma autoridade, um desembargador. É o Dr. Valter de Araújo, que é Desembargador do TRF da 2^a Região.

Nós tivemos a sabatina do indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público hoje e debatemos muito essa questão, e eu não vi ninguém, de todos os lados, ninguém criticar o conteúdo do que foi publicado pelo Gen. Villas Bôas. Pelo contrário, o problema, Presidente, não é o texto; o problema é o contexto, porque foi uma observação justíssima. Todos nós defendemos a Constituição e somos contra a impunidade. Então, claro que todos nós nos identificamos com aquilo. Mas o problema foi o momento em que ele publicou aquelas observações, que levou muita gente, inclusive alguns generais, alguns membros das Forças Armadas brasileiras, não só da reserva, mas também da ativa, a fazerem manifestações muito mais duras – duras e antidemocráticas.

Portanto, Sr. Presidente, o momento que nós vivemos é muito delicado, muito. O Senador Lindbergh, logo que V. Ex^a abriu a Ordem do Dia, pediu a palavra pela ordem, sugerindo que se fizesse uma manifestação, uma moção; uma moção que não seria de V. Ex^a, Presidente Eunício, que não seria de nenhum Líder, mas que seria da maioria, ou da totalidade dos Senadores e Senadoras. Uma manifestação em defesa da Constituição brasileira, em defesa da democracia, em defesa do Estado de direito.



O que nós não podemos é permitir, Presidente, num momento tão delicado, de tanta sensibilidade, que o discurso do ódio tome corpo, nesse momento tão grave por que passa a Nação. Se de um lado nós estamos aqui defendendo o direito do Presidente Lula, a favor do *habeas corpus*, é porque nós estamos defendendo a Constituição. E é necessário que alguns Senadores que falam de forma muito *en passant* se dediquem mais à leitura. Jurisprudência não está acima de qualquer texto constitucional. Jurisprudência não pode e nunca pôde estar acima daquilo que escreveu a Constituição. E a Constituição é clara, no seu art. 5º, inciso LVII, ao dizer que ninguém cumpre pena ou ninguém é considerado culpado antes do trânsito em julgado. Hoje o jornal *Valor Econômico* – e eu falei sobre isso, a Senadora Lídice falou – tem uma matéria com dois ex-Constituintes: um ex-Senador, José Ignácio, do Espírito Santo, Sub-Relator da Constituição; e um Deputado Federal, Sigmaringa Seixas, que deram um relato à imprensa brasileira do espírito que moveu os Constituintes para a elaboração da lei.

Então, eu acho que tudo o que nós não precisamos nesse momento, Presidente Eunício, é do discurso do ódio. Nós precisamos do discurso da paz. Nós precisamos resgatar a paz, a tranquilidade e defender acima de tudo, antes de mais nada, a democracia, a democracia brasileira. Portanto, eu acho que, nesse momento, uma manifestação de V. Ex^a, Presidente do Senado, em defesa da democracia é muito importante. Porque o que nós estamos vendo nos últimos dias não é algo que cabe no vocabulário daqueles que defendem a liberdade de expressão, que defendem os direitos humanos e que defendem a democracia, a Constituição brasileira e o Estado de direito.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Gleisi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não, V. Ex^a não foi citado.

Senadora Gleisi; depois o Senador Renan, com um pouco mais de tempo.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, na realidade, pedi a palavra, Sr. Presidente, em razão das discussões aqui que me antecederam, das colocações que os colegas fizeram, e queria, para que ficasse clara a posição do Partido dos Trabalhadores sobre o que aconteceu ontem e o que está acontecendo no dia de hoje em relação ao incitamento de um golpe militar no Brasil.

Queria ler a nota que nós fizemos pelo PT. Uma nota curta, mas objetiva, falando como nós qualificamos e entendemos os acontecimentos de agora.

Começa a nossa nota:

É escandalosa a pressão da Rede Globo para que o Supremo Tribunal Federal negue ao ex-presidente Lula o direito constitucional de se defender em liberdade da condenação ilegal e injusta, sem crime nem provas, imposta por Sérgio Moro e agravada em decisão previamente combinada da 8ª Turma do TRF-4.

Chegaram ontem (3/4) ao cúmulo de encerrar o Jornal Nacional associando uma declaração do comandante do Exército, general Villas Bôas, ao julgamento marcado para hoje do *habeas corpus* em defesa de Lula no STF.

Não é natural da democracia que chefes militares se pronunciem sobre questões políticas ou jurídicas, como vem ocorrendo nos últimos dias. Mais estranho ainda é que uma



manifestação do comandante do Exército, general Villas Bôas, em rede social, seja divulgada e manipulada no decorrer de uma edição do Jornal Nacional especialmente dedicada (23 minutos) a pressionar os ministros do STF.

Nos governos do PT, prestigiámos as Forças Armadas como nenhum outro desde a redemocratização do País. Em nossos governos, não faltou fardamento nem rancho para os recrutas. Investimos na defesa das fronteiras terrestres, das águas territoriais e do espaço aéreo, devolvendo a dignidade aos militares.

E assim como defendeu o general Villas Bôas nas redes sociais, nós do PT sempre combatemos a impunidade e respeitamos a Constituição, inclusive no que tange ao papel das Forças Armadas definido na Constituição democrática de 1988.

A defesa da Constituição implica em reconhecer a presunção da inocência, conforme definida no parágrafo 57 do artigo 5º. É o que esperamos que seja ratificado hoje pelo plenário do STF.

A Globo quer repetir o que fez em 1964, quando incitou chefes militares contra o governo constitucional de João Goulart. E o faz agora para pressionar o Supremo. A Globo tem sido historicamente um veneno à democracia.

Colunistas amestrados da imprensa, porta-vozes do fascismo e até oficiais da reserva vêm brandindo a ameaça de um novo golpe militar contra o reconhecimento dos direitos de Lula. São as vozes do fascismo e da intolerância.

A saída para a crise política, econômica e social está na realização de eleições livres e democráticas, com a participação de todas as forças políticas e sem vetos autoritários a Lula. E no respeito ao pacto político consagrado na Constituição de 1988. É este pacto, democrático, que o STF tem o dever de proteger.

Essa é a nossa nota, Sr. Presidente, do Partido dos Trabalhadores.

Eu quero reiterar aqui o manifesto que circulou – e diversos Senadores e Senadoras desta Casa assinaram –, um manifesto à Nação em defesa da democracia. É o mínimo que temos que fazer. Se não reagirmos neste momento em que a democracia está entrando numa situação de degeneração no Brasil, não adianta chorarmos o leite derramado quando vierem para cima deste Congresso Nacional, quando quiserem novamente apagar as luzes do Congresso. Aí pode ser tarde não para nós, Parlamentares; pode ser tarde para o Brasil e para as suas conquistas democráticas.

V. Ex^ª, Senador Eunício, é Presidente do Congresso Nacional. V. Ex^ª representa um Poder que representa as pessoas, representa o povo brasileiro. V. Ex^ª tem que levantar a voz quanto ao que está acontecendo no Brasil e dizer que o Congresso Nacional, como uma instituição da democracia brasileira, não permitirá isso e não se curvará a ações pretendidas como esta incentivadas pela Rede Globo de Televisão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan, deixe-me fazer só uma ponderação a V. Ex^ª. Eu encerraria esta votação agora para dar tempo a V. Ex^ª, pois vejo que V. Ex^ª tem bastante papel na mão.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não... Para dar um tempo maior a V. Ex^ª, eu encerraria esta votação, abriria outra, Senador Renan, e daria a palavra a V. Ex^ª, de imediato. Pode ser?



O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (**Lista de votação – Vide item 2.2.1 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram SIM 48; votaram NÃO 6.

Abstenção, 1.

Está, portanto, aprovado, o nome do Sr. Valter Shuenquener de Araújo para exercer e compor o Conselho Nacional do Ministério Público, de 2017/2019.

Será feita a devida comunicação ao Supremo Tribunal Federal.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Item 3 da pauta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Projeto de Lei do Senado 488, de 2017–Complementar, do Senador Roberto Muniz, que altera a Lei da Técnica Legislativa para determinar que as proposições legislativas que instituem políticas públicas contenham a avaliação de impacto legislativo.

O Parecer favorável nº 7, do Senador Anastasia, pela CCJ.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão...

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Eu me levantei rapidamente, Presidente, mas V. Ex^a foi muito rápido.

É tão somente para comentar, como Relator, a perfeita procedência, criatividade e importância deste projeto e para louvar o Senador Roberto Muniz por sua iniciativa. Tive a honra de relatá-lo e quero dizer que será um projeto muito útil ao Brasil. Aproveito para cumprimentar S. Ex^a pelo seu mandato no Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Para discutir, Presidente.

Eu quero inicialmente dizer que esta é mais uma iniciativa que tem todo o brilhantismo que o Senador Roberto Muniz compartilhou conosco aqui. É uma iniciativa de modernização da



Lei de Técnica Legislativa, que é a Lei Complementar nº 95 – de modernização, de ajustamento, de adequação. É uma contribuição que esse ilustre Parlamentar deixa aqui pelo Senado. Eu falava para ele e para a Senadora Lídice agora: nós poderíamos conceder à Bahia, excepcionalmente, pelo menos até 31 de janeiro, a possibilidade de ter quatro Senadores, pela forma com que o Senador Roberto Muniz compartilhou desse tempo conosco, pela forma como ele se posicionou com coerência, exercendo o mandato com brilhantismo.

Aliás, é uma das situações em que o suplente é tão brilhante quanto o titular do mandato. Sou particular amigo do Senador Walter Pinheiro e construí, nesse período aqui com o Senador Roberto Muniz, uma particular admiração.

Senador, eu voto primeiro exultando a sua iniciativa, que moderniza a Lei da Técnica Legislativa. Ao mesmo tempo em que cumprimento V. Ex^a por esta iniciativa e por tantas outras, quero dizer que V. Ex^a passa por esta Casa exercendo o mandato de Senador dignificando a Bahia, dignificando os baianos, estando à altura das melhores tradições que a Bahia já contribuiu com o nosso País. V. Ex^a exerceu este mandato na condição de suplente. Eu digo que V. Ex^a poderia ter sido titular, escolhido pelo povo baiano, e V. Ex^a está à altura disso. Nós não sabemos se nós estaremos depois de 31 de janeiro, mas espero que, tão logo, o Senado da República possa ter mais contribuições de V. Ex^a. Soube e aprendi que a trajetória de V. Ex^a na vida pública tem sido uma trajetória marcada pela probidade e pela competência. Foram essas marcas que marcaram e marcam a sua trajetória aqui pelo Senado. Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a não somente pela iniciativa legislativa, mas eu quero cumprimentar V. Ex^a em especial pela passagem brilhante que teve pelo Senado da República.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Para manifestar, para manifestar.

Eu queria, Presidente Eunício, me associar às manifestações que me antecederam do Relator, Senador Antonio Anastasia, e do Senador Randolfé Rodrigues a respeito da contribuição valiosa nesse espaço de tempo em que o Senador Roberto Muniz conviveu conosco como titular da Bancada da Bahia do Senado Federal. Em particular, no meu caso, Senador Roberto Muniz, eu queria dizer a V. Ex^a que, como membro da Bancada do Partido dos Progressistas, V. Ex^a deu brilho e relevo à nossa Bancada. Então, além da contribuição legislativa de alta qualidade, preocupado com temas nacionais, com a experiência de um gestor municipal, conhecendo as dores e os amargores de um gestor municipal, V. Ex^a teve aqui na Casa da República um vigor extraordinário e uma contribuição muito, muito relevante na qualidade da produção e nos temas que foram abordados ao longo da sua passagem por aqui.

Tenho uma grande admiração por V. Ex^a, como tenho pelo seu amigo Walter Pinheiro, com os demais Senadores da Bahia, particularmente pela convivência mais intensa que tivemos ao longo desse tempo.

E eu, como Presidente da Fundação Milton Campos, revelo aqui também a sua dedicação, do ponto de vista acadêmico, nos estudos necessários para a liderança, com a contribuição valiosa que V. Ex^a deu à Fundação Milton Campos também, que eu tenho a honra de presidir.

Parabéns.



Esta votação que o Senador Eunício Oliveira faz presta uma homenagem a um Parlamentar tão digno, quanto V. Ex^ª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou abrir a votação e vou dar a palavra ao Senador Renan Calheiros, como tinha me comprometido.

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Sem revisão do orador.) – Senador Lindbergh, se V. Ex^ª pudesse aguardar dois minutinhos, nós faremos uma rápida comunicação ao Senado Federal e ao País sobre este momento dramático, sombrio que nós vivemos no Brasil.

Ulysses Guimarães, ao proclamar a Constituição Federal, advertira, Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca.

Pelo que vemos, continuam atualíssimas as palavras de Ulysses Guimarães, que, nesse mesmo discurso, Senador Jorge Viana, enfatizou que traidor da Constituição é traidor da Pátria. Continua Ulysses:

Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.

[...]

Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra [e enfatizou Ulysses]: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.

Sr. Presidente, eu estava nessa sessão e saboreei palavra por palavra o discurso de Ulysses Guimarães. Como um jovem Constituinte, depois como Presidente do Congresso Nacional, cargo que honrosamente ocupei por quatro vezes, Sr. Presidente, a circunstância me levou a fazer várias reformas na Constituição. Eu mesmo promulguei 37 reformas à Constituição, reformas feitas, Sr. Presidente, pelo Congresso Nacional, a quem cabe fazê-la, desde que ela própria admite ser revisada por três quintos dos votos, em dois turnos, nas duas Casas do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, eu queria pedir permissão a todos para citar uma declaração do conhecido jurista paulista José Afonso da Silva, que diz que o que nós estamos vivendo é uma deformação eloquente do Constituinte. Como constitucionalista, afirma o citado: "Fico muito pesaroso, se não triste, ao ler isso em um julgado do Supremo Tribunal Federal, a respeito de uma norma que alberga um direito fundamental." Continua José Afonso: "Pode-se criticar o texto, pode-se condená-lo, mas um texto de uma Constituição rígida tem que ser respeitado, principalmente pela instituição incumbida de guardá-lo e garantir sua eficácia e aplicabilidade na inteireza" – fecha aspas para José Afonso.



Isso tudo, Sr. Presidente, me fez lembrar – e eu peço a atenção de V. Ex^a e dos Senadores – um discurso publicado pela Secretaria de Imprensa, em 1965, do Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco, que diz o seguinte – aspas: "Eu os identifico a todos e são muitos deles os mesmos que, desde 1930, como vivandeiras alvoroçadas, vêm aos bivaques bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do poder militar".

Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco identificava, com esse pronunciamento, simpatias dentro dos altos setores da sociedade civil, pela substituição do presidente João Goulart, servindo-se dos militares para a consecução de seus objetivos, que ele chamou de extravagâncias do poder militar.

Sr. Presidente, fui informado pelo noticiário que ontem vinte Senadores – vinte Senadores! – fizeram questão de escrever uma nota, como vivandeiras alvoroçadas, Senador Lasier, e foram entregar essa nota ao Supremo Tribunal Federal, pedindo ao Supremo Tribunal Federal para que ele rasgue a Constituição e não garanta a presunção de inocência, como se discute hoje no País. Tenho aqui os nomes. Como Castelo, eu identifico a todos.

Fico triste com algumas assinaturas que vejo aqui: Lasier Martins. Em todos os episódios nós o identificamos como um defensor desse pensamento, inclusive quando esteve aqui o juiz Moro, V. Ex^a fez questão de colocar o Poder que V. Ex^a integra, em segundo plano, defendendo, sem motivação judicial nem outra qualquer, a superposição da instância inferior da Justiça aos tribunais, porque o Moro entendia, num discurso que foi referido por mim na oportunidade, que qualquer mudança no Brasil tem que vir pela massa de juízes jovens, concursados. Elas não podem vir jamais pelos tribunais superiores, porque os tribunais superiores são produtos da política.

Lasier Martins, Simone Tebet. Ontem, a Senadora Simone Tebet foi escolhida para ser Líder do PMDB, fiz questão de assinar sua indicação. Confesso, e tenho esse triste defeito de dizer o que penso, eu confesso que se soubesse que a Simone teria assinado este documento, eu não votaria na Simone para ser minha Líder,...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Concede-me um aparte, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – ...porque jamais um Líder pode ser Líder senão nos limites da Constituição.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Concede-me um aparte, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Já concedo o aparte a V. Ex^a, que talvez não seja uma das vivandeiras. Estou apenas começando a ler aqui os nomes.

Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Airtton Sandoval, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Cristovam Buarque,...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Já chamarei V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Eu chamarei já V. Ex^a.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – ...preocupação. É muito justo. E se tiver qualquer projeto dessa natureza, qualquer emenda de Constituição, estarei...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Até porque V. Ex^a, se alguém aqui...



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Se alguém nesta Casa...

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Eu estarei...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – ...não precisa respeitar a Constituição é V. Ex^a...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Calma.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – ...que não foi eleito.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – ...não tem o direito...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Se alguém não precisa respeitar essa Constituição é V. Ex^a que não foi eleito, e veio aqui para puxar o saco do Governo, de um Governo moribundo que está entregando, vendendo o País.

Eu chamaria...

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Moribundo está V. Ex^a que já está fedendo nesta Casa!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – V. Ex^a não se elegeu para vir representar o Estado de São Paulo...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador, aqui fala um Senador eleito, Lasier Martins.

Tão logo V. Ex^a entender oportuno, peço que me conceda um aparte.

Peço a inscrição.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Eu já identifiquei...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu quero só coordenar os trabalhos, só coordenar os trabalhos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Deixa eu terminar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não cabe aparte. Depois os Senadores que foram citados podem pedir pelo art. 14 que eu darei a palavra. Não cabe aparte.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Cristovam Buarque, Raimundo Lira. O Raimundo Lira era Líder do PMDB até ontem. Ontem, eu fui chamado para votar no Congresso Nacional e não tinha quem orientasse a votação da Bancada do PMDB porque o Líder do PMDB abandonara a nave. Nós perdemos o piloto que, naquele mesmo dia, saiu, foi para o PSD.

Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Magno Malta, Alvaro Dias, Romário, Reguffe, Waldemir Moka, Ataídes e José Medeiros. Muitos, Sr. Presidente – não há aqui nenhum descrédito para nenhum, porque eu tenho a melhor convivência com todos –, muitos podem até rasgar a Constituição porque não foram eleitos para defendê-la, para protegê-la. Fizeram um improvisado juramento na forma da Constituição que querem rasgar, que querem rasgar e ir ao Supremo Tribunal Federal entregar um documento e pedir que não se cumpra a Constituição, traindo a Constituição, Sr. Presidente. Esse é um momento que esta Casa não pode viver, não pode viver.

Quando, na democracia, um dos Poderes deixa de exercer o seu poder moderador para colocar limites nos outros Poderes, Sr. Presidente, a democracia sofre, se fragiliza.



O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Me serve um aparte, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Ora o Poder Judiciário tem que ser o moderador, tem que colocar limite nos outros poderes e, ora o Poder Legislativo tem que colocar limites nos outros poderes.

Eu não entendi – e confessei a V. Ex^a ontem – o porquê do Supremo Tribunal Federal, por liminar, Senador João Alberto, ter cassado a decisão do Senado e tornado Demóstenes Torres elegível. O Supremo Tribunal pode fazer isso? Ele pode até cassar o processo por problemas judiciais, mas caçar uma decisão do Senado Federal, que foi tomada regimentalmente na forma do Conselho de Ética com todos os seus prazos sendo cumpridos? Isso não pode! Isso não pode, mas alguém tem que exercer o papel de poder moderador na democracia. Não é o Gen. Villas Bôas que vai fazer isso.

A fragilidade desse Governo – que muitos dos Senhores aqui representam – já fez com que os militares voltassem a comandar a Defesa. O Jungmann foi expelido da defesa e foi colocado numa intervenção da polícia do Rio de Janeiro, sem que o decreto de intervenção sequer contenha os meios necessários como exige a Constituição Federal.

Eu até votei, porque não se vota contra intervenção, mas fiz questão de dizer que isso estava fadado a não ter resultado nenhum, nenhum, mas nós não podemos permitir que companheiros, na forma do que falou Ulysses Guimarães, traíam a Constituição, até mesmo suplentes, que não se elegeram para representar aqui os seus Estados – eu sempre defendi os direitos dos suplentes –, mas para defender a Constituição, conforme o juramento deles aqui perante todos nós.

Sr. Presidente, o Senado construiu esta Nação. Tudo foi construído aqui nos escaninhos deste Senado Federal, e nós, em nome da coerência e da participação histórica desta instituição, que é uma das mais relevantes da República, não podemos, Sr. Presidente, deixar registrado nos *Anais* essa traição à Constituição, que mais do que nunca está sendo ameaçada.

Quanto à nota do Gen. Villas Bôas, é uma nota que não diz nada, mas está cheia de insinuações nas entrelinhas. Quando esse Gen. Mourão, lá atrás, fez uma insubordinação à Presidência da República, ele foi demitido. Ele foi demitido pela então Presidente Dilma Rousseff. Se houvesse Governo, nós já teríamos tido a demissão desse General, que publicou uma nota, que não se sabe para quê, mas carregada de insinuações contra a democracia, contra a paz social e contra a própria Constituição.

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – O Governo está acabando, os militares já voltaram para a Defesa, o Jungmann foi expelido para conduzir uma intervenção à Polícia Militar do Rio de Janeiro sem dinheiro, sem dinheiro, suscitando uma contraposição, um contrafogo da própria polícia ao assassinar a Vereadora Marielle, ou a milícia, tanto faz, ao assassinar a Vereadora Marielle. Mas o fato é que a democracia não pode periclitar. Alguém tem que colocar, ora, o Poder que representa como Poder moderador, porque democracia é um sistema de pesos e contrapesos, porque, se nós ficarmos achando que são bonitinhas essas vivandeiras alvoroçadas, que, tal qual lembrou Humberto Castelo Branco, podem ir 20 representando o Senado Federal pedindo para rasgar a Constituição, isso é um horror, Senador



Ataídes, isso é um horror, Senador Lasier, isso é um horror, outros ilustres Senadores que assinaram essa nota, com a qual eu jamais vou concordar. Jamais vou concordar, jamais!

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Defendo o direito de os senhores fazê-lo, mas isso é contra a nacionalidade, é contra a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Ataídes pede a palavra.

Calma.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Calma, eu vou dar a palavra pelo art. 14 a todos que me pedirem.

Senador Ataídes.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu serei breve.

O Senador Renan tem todo o direito de ir à tribuna expôr o que ele pensa, e nós respeitamos. Mas o Senador Renan falou duas coisas que não dá para admitir. Primeiro, foi ler o nome destes Senadores que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agora, eu gostaria que V. Ex^a me ouvisse.

Vou continuar.

Primeiro, quando se referiu ao nosso colega Senador Airton Sandoval, dizendo que ele não tem legitimidade para estar nesta Casa uma vez que ele é suplente...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu não disse isso. Eu respeito os suplentes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Disse!

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu também sou suplente, e a minha carteira como Senador da República não é diferente da carteira do Senador Renan Calheiros. E digo mais: esta carteira aqui não custou R\$1. O voto que me colocou aqui não custou R\$1 de dinheiro público. Não sei se o Senador Renan pode falar o que eu também estou aqui dizendo.

Segundo, ele disse que nós estamos rasgando a Constituição Federal. Isso é uma afronta a todos nós. Isso é uma afronta a todos nós. Eu jamais, como advogado que fui, iria afrontar a nossa Constituição, a nossa Lei Maior.

E eu digo um pouco mais para o nosso Senador Renan Calheiros: a Suprema Corte também rasgou a Constituição Federal, Senador Renan Calheiros, em 2016. V. Ex^a está dizendo que a Suprema Corte Federal rasgou quando determinou, quando proferiu a jurisprudência, por 6 votos a 5, dando a prisão em segunda instância.

V. Ex^a tem todo o direito de expor as suas ideias. Entretanto, eu acho que, no debate que V. Ex^a comprou nesta tarde de hoje, V. Ex^a não foi bem-sucedido.



(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Ex^a poderia ter feito as suas colocações, mas, acima de tudo, respeitando os seus colegas de trabalho, principalmente os suplentes e todos os que assinaram essa carta.

E eu digo mais: se eu tiver que assinar essa carta mil vezes, eu assinarei. Eu assinarei com todo o prazer porque a impunidade fez deste País um País de última categoria, onde as pessoas podem roubar, podem matar e nunca vão para a cadeia. Aqui eu uso o caso daquele jornalista Pimenta, que foi preso em flagrante, foi solto imediatamente e não cumpriu a pena, como tantos outros.

Nós precisamos moralizar este País, começando aqui do Congresso Nacional, nós que editamos e fazemos as leis brasileiras.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu tenho respeito pelo colega Senador Renan Calheiros, mas V. Ex^a foi muito malsucedido hoje, na sua fala, com relação a essa carta aberta.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nós não rasgamos a Constituição Federal. Eu jamais seria capaz, Sr. Presidente, de pegar a Constituição Federal e jogá-la no chão. Eu jamais seria capaz de fazer isso, muito menos de rasgá-la.

Portanto, eu peço ao Senador Renan Calheiros que se dirija a mim com muito respeito, como eu sempre me dirigi a ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Lasier.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Art. 14, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan, os que foram citados por V. Ex^a estão respondendo. Depois eu dou a palavra a V. Ex^a.

Senador Lasier.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Lasier.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Lasier.



O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Eu peço a V. Ex^a que garanta o tempo dos demais inscritos, Presidente.

Em primeiro lugar, surpreende-me o pronunciamento do Senador Renan, que sempre se disse um democrata e que, pelo jeito, não admite contrariedades. Há bem poucos dias, Sr. Presidente, senhores colegas, senhores pares, nós vimos aqui a mais veemente pressão de uma sucessão de Senadores que foram à tribuna e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Com sua licença, Senador Moka.

Exigindo daqui do Plenário que a Presidente do Supremo colocasse em pauta o julgamento do *habeas corpus* do Lula. Houve uma pressão fortíssima aqui. Depois, houve uma verdadeira tocaia de gente que foi para o gabinete da Presidente do Supremo exigindo que fosse recebida. Isso é pressão, Sr. Presidente.

Agora, abertamente, transparentemente, ontem houve um número de 20 Senadores, que não são vivandeiros do tempo do Castelo Branco; ao contrário, são Senadores eleitos e que têm uma ficha limpa. Nenhum daqueles Senadores subscritores do requerimento, da carta de ontem, está implicado na Lava Jato. Nenhum! São Senadores que correspondem àquelas multidões que ontem foram às ruas em todo o Brasil. Esses 20 Senadores estão ao lado dessa população, que é a maioria dos brasileiros, que entendem que se trata de um réu que saltou na frente, que furou a fila: em mais de 4 mil *habeas corpus*, esse teve prioridade para o julgamento que está acontecendo neste momento. Isso é injusto! Isso é incoerente!

E não se admite que este nosso Senado Federal continue sendo desacreditado, ofendido, todos os dias, por uma grande parte da imprensa brasileira e por parte daqueles que, veementemente, acusam este Senado de não ter moral etc. É isso que está na palavra de todo mundo, que todo mundo sabe.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós entendemos que, uma vez vencida a segunda fase, a segunda instância, está comprovada a materialidade dos delitos. A prova cabal já foi feita. Portanto, dali para adiante, o que se discute no processo é matéria de direito, é matéria de legislação. Não é por outra causa que, há dois anos, o Supremo Tribunal Federal, sem estar atropelando...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... a Constituição, entendeu que cabia prisão. Nós entendemos da mesma forma que aqueles Ministros que estão votando nesse sentido neste momento.

Portanto, é estranhável o pronunciamento do Senador Renan. E eu só atribuo, Senador Renan, com todo respeito, porque sempre aprendi a respeitá-lo: V. Ex^a está preocupado com sua reeleição, então, o senhor tem o seu eleitorado lá em Alagoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu fui eleito três vezes...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu sei, o senhor participa de todos os governos. E o senhor via uma perspectiva...



(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O senhor via uma perspectiva do PT, ao qual agora V. Ex^a está aliado, de vencer esta eleição, o que é muito difícil. Então, entendemos a sua posição. Agora, o senhor é um democrata, o senhor não pode impedir, da maneira como todos nós, 20 Senadores, ontem fomos, sem atropelar a Presidente do Supremo, sem fazer tocaia, fomos lá respeitosamente...

(*Soa a campanha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ...pedir para protocolar uma carta de apoio à prisão em segunda instância, porque esse réu já foi condenado duas vezes, e, provavelmente, será confirmada essa sentença. Da forma como está ficando a coisa, serão abertas as cadeias de todo o Brasil para centenas, quem sabe, milhares de réus, para justificar aquele mau conceito do Brasil – o Brasil da impunidade.

(*Soa a campanha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então, Senador Renan, com todo respeito, eu acho que V. Ex^a perdeu um bom momento para respeitar os seus colegas que, democraticamente, lisamente, têm um pensamento diferente do de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Amélia, pelo art. 14...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não sou eu, é a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Ana Amélia pelo art. 14, Senador. Há o Senador Moka, que pediu pelo art. 14. Tenho que dar a palavra a eles.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Eu espero que o Senador Renan Calheiros, que citou aqui também uma Parlamentar respeitadíssima neste Senado Federal, que eu admiro muito, Senadora Simone Tebet, que também tenha para as mulheres – e aqui as estou representando... Nem sempre nós temos aqui de alguns líderes, o atendimento e o respeito que merecemos ter, não por sermos mulheres, mas por termos a mesma legitimidade do mandato que exercemos.

Recebi 3,342 milhões de votos, Senador Renan Calheiros, em 2010. E eu fico surpresa aqui que V. Ex^a, com a experiência que teve de comandar esta Casa... Hoje, o nosso Presidente – em quem eu não votei – colocou uma mensagem exatamente sobre serenidade, sobre respeito, sobre equilíbrio das instituições e dos líderes que comandam as instituições. É dessa forma que queremos ver. O que me surpreende é que V. Ex^a venha cobrar aqui coerência e respeito à Constituição.

Eu fico surpresa, Senador Renan Calheiros, porque, no dia 31 de agosto de 2016, sentado na cadeira em que está o Senador João Alberto, V. Ex^a, ao lado do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que aqui presidiu o *impeachment*, Ricardo Lewandowski, arditamente violentou a Constituição brasileira...



O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não, eu defendi publicamente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Violentou a Constituição brasileira ao aceitar uma chicana na Constituição...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...um corte na Constituição que a interpretou de uma maneira absolutamente casuística, graças a sua ação, para que ela tivesse mantidos os direitos políticos na cassação do mandato. V. Ex^a estava lá fazendo essa defesa. Onde está a coerência disso, Senador Renan Calheiros? Onde está?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Ao contrário.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu posso assinar um documento ao Supremo Tribunal Federal junto com magistrados, com representantes do Ministério Público, Senador Renan Calheiros. Eu posso fazer isso!

Eu tenho respeito à Constituição, exatamente por ter liberdade, por ter sido uma jornalista que preza a liberdade de expressão, que é aquilo que V. Ex^a não quer que tenhamos, que um general não possa se manifestar.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Como jornalista, eu sempre a respeitei.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas não está me respeitando como colega agora, que eu estou falando. Não está me respeitando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador, a Senadora Ana Amélia... V. Ex^a está com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não está... Não está me respeitando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Não está respeitando, porque não está ouvindo a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan, por gentileza, serenidade. Senador Renan, serenidade na Casa, por favor. Vamos ouvir a Senadora pelo tempo a que ela tem direito regimentalmente. Eu vou dar a palavra à Senadora... A Senadora Ana Amélia está com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A democracia do Senador Renan Calheiros é esta: quer calar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan, V. Ex^a... Art. 14 foi pedido. V. Ex^a os citou na tribuna.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o coronel querendo calar as mulheres aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não quero fazer um debate. Está a palavra com a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E é ao coronel que eu me dirijo, certamente; é o coronel que está impedindo que eu fale, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Estou sendo citado, é importante que eu me defenda.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a citou primeiro, ela tem direito à palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Eunício Oliveira, agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Serenidade é bom nesta Casa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço a V. Ex^a por essa compreensão, por essa elegância, por esse refinamento.

Eu quero dizer também que eu posso atravessar a Praça dos Três Poderes pela relação institucional e pelo respeito que tenho pelas instituições, pela Suprema Corte, que, em 2016, em fevereiro e em outubro, teve um entendimento sobre a questão de prisão em segunda instância muito claro, que não deixava nenhuma margem à dúvida, ao ponto em que a Presidente Cármen Lúcia disse que não botaria novamente à votação essa matéria.

Portanto, a Suprema Corte muda de posição, criando uma insegurança jurídica. Isso nós não podemos debater nesta Casa política? Valha-me ter paciência, Senador Renan Calheiros. V. Ex^a, que presidiu esta Casa, não permitir que a sociedade, representada por militares, por civis, por lideranças de todas as áreas, se manifeste como quer... Que liberdade é essa? Que democracia é essa em que não se pode falar, não se pode emitir os seus juízos de valor? Que democracia é essa que vem aqui defender que um comandante do Exército, da Aeronáutica...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... um Presidente de um Poder não pode se manifestar? Eu posso discordar de tudo o que dizem, mas jamais, jamais vou impedir que possam dizer o que pensam, porque, para mim, democracia é esta: a liberdade de expressão, doa a quem doer.

Obrigada, Presidente Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Airtton Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos têm acompanhado a minha posição nesta Casa. Eu não cheguei aqui caído do céu, Sr. Presidente. Existem muitos colegas nesta Casa que conhecem a minha história. Eu fui Deputado Federal por quatro legislaturas, fui Constituinte e assinei essa Constituição. Poucos dos que aqui estão talvez tenham assinado essa Constituição, e ninguém tem mais respeito por ela do que eu, Sr. Presidente. O que eu não posso aceitar é que um colega suba à tribuna para criticar os seus colegas que aqui estão pelas suas posições.

Eu venho aqui para exercer um mandato. Com voto ou sem voto, eu estou exercendo esse mandato e não aceito nenhuma censura de colega de nenhuma natureza. Eu tenho assistido à oposição cumprir aqui o seu papel, um papel importante da democracia, mas não posso aceitar de um Senador, que também assina essa Constituição, que venha com desrespeito aos seus colegas, desrespeito de qualquer natureza.

Se continuarmos dessa forma, nós vamos ser piores do que o Supremo Tribunal Federal, criando aquela vergonha que aconteceu há poucos dias naquela Casa, e ele quer reeditar essa vergonha aqui, no Senado Federal. Nós não vamos admitir isso, pelo menos não da minha parte.

Estou aqui para defender a Constituição, defender o meu Estado de São Paulo e defender o povo brasileiro. E não aceito censura de qualquer natureza. E o Sr. Renan Calheiros que vá cuidar da vida dele! Não merece o meu respeito!



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito estranho que as pessoas subam à tribuna e se autointitulem censuradores, como se tivessem mais autoridade ou estivessem em um plano maior.

Eu não tenho absolutamente nenhuma dificuldade em assinar essa carta. E sabe por quê, Sr. Presidente? Porque eu tenho 35 anos de mandatos consecutivos, e não tenho nenhum processo, e não tenho medo de chegar ao Supremo para ser julgado ou ser preso na segunda instância. E, quando o Superior Tribunal de Justiça decidiu pela condenação, qual era o entendimento do Supremo? Qual era o entendimento do Supremo? O Supremo tinha um entendimento e, em função desse entendimento, vários outros foram presos depois de condenados em segunda instância. Por que agora, e somente agora, é que vai se mudar essa posição, se é que vai se mudar?

Eu não aceito censura daqueles que não têm condição nenhuma de fazer crítica a mim – nenhuma!

Eu digo a todos os Senadores aqui: sempre tive respeito pelos colegas, adversários ou não, mas esse tipo de censura eu não vou permitir. E não permito!

O Sr. Renan acha que pode subir à tribuna e colocar-se como se fosse ele o grande defensor da Constituição. O resto, os que assinaram, são traidores e impatrióticos. Ora, meu Deus do céu! Aonde nós vamos chegar? Pergunto: aonde nós vamos chegar? Isto é uma incoerência muito grande: ser aqui censurado por alguém que, se sabe, não tem a menor condição de censurar ninguém, muito menos a mim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Medeiros.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Eunício Oliveira, a Revolução Francesa, descrita em muitos livros, tem uma passagem muito interessante sobre o dia da queda da Bastilha. O oficial de dia descreveu a parte diária daquele dia dizendo o seguinte: "Alguns arruaceiros, algumas brigas de menos importância. De resto, serviço normal, tempo bom, sem alteração." Uma hora e meia depois – vamos diminuir para uma hora, mas o que li foi uma hora e meia –, a cabeça dele estava na ponta de uma lança sendo carregada pelas ruas de Paris.

Bom, por que digo isso? Porque, às vezes, os homens públicos, os agentes públicos, não compreendem o espírito, o anseio, o que as pessoas estão pensando e querendo dos seus representantes. No Brasil, neste momento, Senador Eunício Oliveira, o clamor das ruas está como se fosse uma panela a explodir.

Nesse meio tempo, no meio desse caldeirão todo, desse caldo todo, nós temos, por exemplo, arroubos de toda a sorte. Quando ouvi o Senador Renan – até com justificada indignação –, até direcionaria e falaria a S. Ex^a que toda a sua indignação e experiência que tem poderiam ser direcionadas ao que disse e ao que vem dizendo o Ministro Barroso.



O Ministro Barroso, esses dias, no caderno *Ilustríssima*, disse que o papel do STF é contramajoritário, iluminista e representativo – contramajoritário, tudo bem; representativo, não; iluminista, já faz parte da vaidade, e não vamos nos ater a isso.

Mas, pois bem, esta semana, ele deu mais um salto nessa sandice, – e me perdoem a palavra mais dura –; ele disse o seguinte: que, com o papel representativo que o STF tem, cabe aos ministros interpretar a lei de acordo com os anseios sociais e dar à lei a interpretação que achar...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... porque detém o papel representativo.

Então, quando eu falei sobre a questão da Bastilha é que nós não podemos perder o norte das ruas, nós não podemos perder o norte daqueles que representamos, mas não podemos também deixar de cumprir, de ser escravo do que diz a lei, do que diz o nosso principal pilar do ordenamento jurídico, que é a Constituição. E, neste ponto, permita-me ser mais duro com o Senador Renan: muita gente diz que ele rasgou a Constituição aqui no *impeachment*. Não rasgou. Eu diria que ele foi um lorde, ele foi um cirurgião.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Porque foi bem cirurgicamente cortado, e aí... Porque aquele art. 52, aquilo lá, como dizia o Magri, Senador...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... aquilo era imexível. Aquilo lá era... *(Fora do microfone.)*

"impartível", se é que esse termo existe.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – "Irrasgável".

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – "Irrasgável".

Mas eu gostaria, *data venia*, de discordar, de divergir do Senador Renan no aspecto dessa questão, pontualmente, da segunda instância, do trânsito em julgado.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Porque o direito e o ordenamento jurídico dão margem para várias correntes de entendimento. Por exemplo, o Partido dos Trabalhadores agora virou um apaixonado veemente por José Afonso da Silva, que é um tucano de alta plumagem, e da plumagem mais brilhante que eu possa ver como tucano. Mas ele livrou o cara. Por quê? Porque ele entende que você só pode prender alguém depois de esgotados todos os recursos, inclusive os formais.

Mas o que é que se entende por trânsito em julgado? E é bom que os brasileiros que estão nos assistindo...



(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – O que é que se entende por trânsito em julgado? Trânsito em julgado é quando não se cabe mais recurso. Quando é que se acabam os recursos a respeito da culpa, a respeito de o senhor ter cometido um crime ou não, Senador Cristovam Buarque? Sobre se um homicida cometeu um crime ou não, ou um ladrão? Quando é que se esgotam os recursos? É na segunda instância. Por causa de quê? Porque ali se esgota a questão de apresentação de provas e contraprovas.

O restante disso, daqui para frente, da segunda instância, vai ser a questão das filigranas formais: se houve algum vício processual, alguma coisa assim. Mas a configuração da culpa é na segunda instância, portanto parou ali, morreu Maria Preá.

Então, quem entende assim são vários juristas; outros entendem que não.

Então, assim, eu não me senti ofendido. Pelo contrário...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... me senti honrado e até falei de o ex-Presidente do Senado subir ali e dizer meu nome, que eu estava naquela seleta lista de 20 Senadores que ontem marchou até o STF...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... para dar uma...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. *Fora do microfone.*) – ... força para a Ministra Cármen Lúcia, que está sendo extremamente atacada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para encerrar, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Já encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vou dar a palavra ao Senador Cristovam e vou encerrar a votação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Exato.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Mas só queria dizer o seguinte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a não foi citado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Só dizer o seguinte.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – O Senador Renan me citou, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a não foi citado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Só dizer...



O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Citou.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a não foi citado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Só dizer a V. Ex^a que a Ministra Cármen Lúcia...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a não foi citado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... foi atacada hoje duramente aqui...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Tenho direito como qualquer outro, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... e dizer que aqui nós devemos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Fui citado aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a me citou ou não citou, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu não me lembro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente, esses dois aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para concluir. Para concluir, Senador Medeiros, senão eu vou encerrar a sessão porque aqui não é lugar de bate-boca.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente, só dizer o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Aqui é a Casa da serenidade, não de bate-boca.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Que a Ministra Cármen Lúcia foi atacada hoje... Presidente, a Ministra Cármen Lúcia foi atacada hoje aqui, mas eu queria restaurar – eu sei que não é do seu entendimento, V. Ex^a sempre prezou pelo respeito aos Poderes – e dizer que a Ministra Cármen Lúcia tem feito o que pode, mas a gente tem de ter, como V. Ex^a disse, a serenidade para entender todos os pontos de vista.

E, nesse aspecto, eu digo que, com muita honra, fui ali levar apoio à Ministra Cármen Lúcia e defender o meu posicionamento que, acho, se já transitou em julgado, morreu Maria Preá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cristovam, eu vou encerrar a votação.

V. Ex^a não foi citado. Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a não foi citado, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu fui citado.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não, senhor. Eu estou dando pelo art. 14 e...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a não foi citado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Eu fui citado, eu estou na lista.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Magno Malta está na lista, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Está com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Eu estou na lista, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cristovam.

Aqui não é lugar de bate-boca, pelo amor de Deus!

Senador Cristovam, tem a palavra pelo art. 14.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu tenho direito, sou Senador como você. Eu sou Senador como você. Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cristovam tem a palavra pelo art. 14.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu estou pedindo pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Magno, V. Ex^a não podia nem falar, porque V. Ex^a não está adequadamente vestido para falar aqui, da tribuna.

Senador Cristovam. Tem a palavra o Senador Cristovam

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – O senhor está falando do paletó? Chama o garçom para votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu não vou fazer bate-boca com V. Ex^a, tenho muito respeito por V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Mas eu fui citado e quero o art. 14.

Sou Senador como V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Peça a transcrição da fita para ver.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Eu tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi o discurso do Senador Renan Calheiros.

(*Soa a campainha.*)



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E quero dizer que eu não fui ao Supremo caminhando, eu evito isso, mas eu assinei, sim, o documento.

E não vejo onde está na Constituição que um grupo de Senadores, ou cada um deles, não possa assinar sugerindo e pedindo. Nós podemos até reformar a Constituição! E o Senador Renan Calheiros deve ser autor de muita reforma da Constituição. Já promulgou 37!

Então, a Constituição atual diz, pela interpretação do Supremo, que o preso vai para a cadeia depois da segunda condenação, na segunda instância. É a interpretação dele, Senador. Então, não é anticonstitucional defender isso. Ao contrário, está se defendendo a Constituição em vigor, que hoje à noite pode mudar, do ponto de vista da interpretação dos Srs. Ministros do Supremo, que interpretam aquilo que nós não tivemos competência – eu não estava aqui na época, o Senador Renan estava –, não tiveram competência de escrever de tal maneira que não houvesse dúvida, deixaram dúvida. O que significa transitado em julgado? Deixaram dúvida, porque, no mundo inteiro, é na primeira instância ou na segunda. Aqui é na terceira.

E eu tenho a impressão de que, do ponto de vista da interpretação moral, a legal são eles que fazem, de fato, deixar que vá até as calendas gregas, como se dizia, para quem pode pagar um bom advogado, não é decente, não é ético.

A Constituição não pode ser corroída, para não dizer corrompida, dizendo: "vai para a cadeia na primeira e na segunda instância quem não tem dinheiro para pagar um bom advogado." Mas quem tem vai até a última instância, quando prescreve o crime, que é o que a gente vê todos os dias.

Aliás, qualquer dia alguém vai dizer que, depois do Supremo, pode-se recorrer ao Papa, ou a um rabino, ou a um imã, conforme a religião. Tem de ter um limite! O mundo inteiro tentando dar equidade – conforme a renda do condenado, para que ele não possa prescrever – diz que é a segunda instância. Mas eu não vou dar o meu argumento a favor disso. Eu quero dizer que é o que vale hoje, Senador Renan. A interpretação última do Supremo diz que, na segunda instância, o condenado vai preso.

Então, nós estamos defendendo a Constituição que está aí, tentando fazer com que não mudem para criar a chamada chicana de deixar para as calendas gregas a punição aos criminosos que podem pagar bons advogados.

Então, eu assinei, sim, essa carta. Não fui, porque evito promiscuidade entre os Poderes, mas assinei e assinaria de novo, defendendo a Constituição em vigor...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... conforme a interpretação dos ministros.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Magno, vou dar a palavra a V. Ex^a, porque V. Ex^a foi citado na lista. Não é pela ordem, porque estou dando a palavra para os que foram citados e pediram pelo art. 14.

Então, pelo art. 14, V. Ex^a tem três minutos de palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E foi isto que eu disse a V. Ex^a, que eu havia sido citado e pedi pelo art. 14.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – E mandei verificar exatamente nas notas taquigráficas, para não ter dúvidas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Então verificou-se que foi isso. Não foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para não ter dúvida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Eu não fui citado pejorativamente pelo Senador Renan. O Senador Renan leu uma lista e, com base nisso, o Senador Renan fez o argumento que lhe é próprio, que lhe é provável e do entendimento dele.

A mim me orgulha muito ter assinado a lista; assinado a lista, porque o Brasil se tornou o País da corrupção, o País da violência e, agora, é o País sem lei, porque cada ministro do Supremo é uma Constituição.

O Supremo Tribunal Federal foi constituído para interpretar a Constituição. Agora, cada um é uma constituição particular. Eles fazem leis; eles se metem aqui; eles desfazem o que nós fazemos; eles mentem na CCJ para serem aprovados; para serem aprovados no plenário, vendem a mãe; trazem um currículo desse tamanho; são aprovados aqui, mas, quando chegam lá, viram cavalos do cão. Contra eles ninguém pode nada; ninguém pode falar nada; ninguém pode assinar uma lista; ninguém pode ir sugerir nada, e passar o nosso entendimento. Mas o entendimento...

Para o senhor ter uma ideia, o auxílio-moradia para quem tem mansão aqui em Brasília – juiz – é mantido com uma liminar do Fux. Eles podem tudo. Esta Casa não pode nada. Aliás, pelo art. 52, é a única que pode puni-los, e nunca o fez.

A mim me orgulha muito ter assinado a lista dos 20 e poder ir ao Supremo e dizer: "Olha, isso aqui é uma Casa, não é uma casa de brinquedo de festa de criança de vocês, em que vocês fazem e desfazem na hora em que querem." Uma hora votam – a lei é desse tamanho –, em segunda instância, presos. Agora, vão desfazer tudo e vão pedir perdão a Fernandinho Beira-Mar? Vão pedir perdão a Eduardo Cunha? Vão se ajoelhar e fazer uma missa ecumênica para se penitenciarem diante daqueles que vão entrar na Justiça, porque foram presos ilegalmente, em segunda instância, se eles derrubarem hoje? Foram presos ilegalmente; o cara deixou de trabalhar; houve o tempo perdido com a família; a saúde foi abalada. Nego vai alegar tudo na Justiça! E o Erário vai ter de pagar, porque o Supremo decide, brinca, rasga e faz a hora que quer, a saber, a lambança que o Sr. Lewandowski fez, sentado na cadeira em que V. Ex^a está.

A mim me orgulha muito ter assinado a lista e ter ido lá, até porque o Espírito Santo me mandou aqui não foi para botar o galho dentro. Eu não tenho medo de ministro do Supremo. Eu os respeito. Aqui os indaguei. Votei contra Fachin, votei contra Barroso...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... fiz voto aberto, disse por que votava.

Aliás, quero me penitenciar de um item e parabenizar o Fachin pelo voto que deu como Relator, porque quem rouba tem de pagar pelo roubo, pelo crime que cometeu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Senador Renan, V. Ex^a não tem autoridade para fazer juízo de valor a meu respeito.



O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É, e digo por que. Eu assinei a lista e assinaria de novo para encaminhar o apoio à Ministra Cármen Lúcia, que defendia aquilo que era interpretação até então pelo Supremo.

De 1988, da Constituição cidadã, a que V. Ex^a se referiu, e foi um também dos Parlamentares Constituintes, até 2009 a interpretação era de que, julgado na segunda instância, podia iniciar o cumprimento da pena. De 2009 a 2016, a interpretação foi outra para atender aqueles envolvidos no mensalão, para eles não irem também presos na segunda instância. Em 2016, nós estamos mudando a interpretação novamente para atender o maior corrupto que já se viu na história do Brasil. Ele costumava dizer nos seus pronunciamentos: "nunca dantes" – ele costumava dizer quando alardeava aquilo que não acontecia porque o que acontecia era o que estava por trás. Então, para atender, para não prender, que é o que a Nação brasileira espera que aconteça hoje, o maior corrupto da história do Brasil vai se...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu achei que fosse a mala, eu achei que fosse a mala.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu estou com a palavra Senadora Vanessa. V. Ex^a responde depois.

Vai-se mudar a interpretação de novo.

E, em se tratando de rasgar a Constituição, meu amigo, Senador Renan, eu quero dizer a V. Ex^a, já foi dito aqui por outros Senadores que me antecederam...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... V. Ex^a, quando da tribuna, fez comentários desairosos em relação ao Senador Sandoval por ser suplente do Senador Aloysio Nunes. Ele é tão legítimo quanto o Senador Aloysio para representar São Paulo. Está na Constituição. A Constituição que V. Ex^a tanto protege não define diferenças entre o Senador...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... titular e o Senador suplente.

E, por último, Senador Renan, já foi dito aqui por outros Senadores, V. Ex^a, sentado aqui na cadeira como Presidente do Senado, junto com o Ministro Lewandowski...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... rasgaram a Constituição para proteger a ex-Presidente Dilma. Separaram o julgamento, não dando inelegibilidade a ela, só mantendo o *impeachment*. Isso, sim, é rasgar a Constituição.

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Reguffe, o último.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – O Senador Flexa Ribeiro, que...



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Reguffe está com a palavra, Senador Renan. Senador Renan...

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senador Renan Calheiros, como V. Ex^a me citou, eu queria também poder falar, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Reguffe está com a palavra, Senador Renan. Vamos encerrar essa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Reguffe...

V. Ex^a citou a todos. Eles pediram o art. 14 para responder V. Ex^a, eu estou dando a palavra aos que pediram.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Reguffe está com a palavra. Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, as pessoas ouviram V. Ex^a educadamente. Então, eu pediria que V. Ex^a também me ouvisse educadamente. Se, depois, V. Ex^a quiser falar, V. Ex^a tem o direito de falar.

Eu fui citado pelo Senador Renan Calheiros como um dos defensores da prisão em segunda instância, e eu realmente defendo a prisão em segunda instância, mas não de hoje. Eu não defendo desde agora a prisão em segunda instância, não; eu defendo desde sempre. Eu estou apenas sendo coerente. Alguns podem mudar de acordo com os ventos; eu, não, eu sou coerente. Eu sempre defendi e eu estou apenas mantendo o posicionamento que sempre tive.

O Senador Renan Calheiros tem todo o direito de ter o posicionamento dele contra a prisão em segunda instância. Ele foi eleito democraticamente pelo povo de Alagoas, para representar o povo de Alagoas aqui e poder colocar a opinião dele. Agora, eu também fui eleito pela população do Distrito Federal para representar a população do Distrito Federal e também poder colocar aqui a minha posição.

Então, eu defendo a prisão em segunda instância. Acho que, independentemente do caso, independentemente do caso de "a" ou "b", é um instrumento importante para o nosso ordenamento jurídico. Antes disso, não se viam ricos, não se viam poderosos na cadeia. Raramente se viam, para não cometer uma generalização – raramente se viam. O que se via era só pobre indo para a cadeia. Depois disso, nós tivemos uma menor injustiça, para dizer assim. Nós começamos a ver pessoas que tinham lesado o contribuinte indo para a cadeia. Então, isso não é ruim; isso é algo positivo. Então, independentemente do caso de "a" ou "b", eu considero a prisão em segunda instância importante para o País.

E quem decidiu essa jurisprudência não fui eu, como Senador; foi o próprio Supremo Tribunal Federal, no ano de 2016. Então, se o Supremo Tribunal Federal, que é o órgão guardião da Constituição Federal, em 2016, decidiu assim, eu acho que o Supremo deve ter tido alguma razão naquele momento, porque, senão, o guardião da Constituição não teria votado assim.

Então, V. Ex^a tem todo o direito de ter uma opinião. A minha posição, independentemente do caso de "a" ou "b", é uma posição que eu tenho desde sempre. Acho que é importante para o nosso ordenamento jurídico, para que este não seja o País da impunidade.



(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – V. Ex^a tem todo o direito de ter essa posição, como assim eu também tenho direito de defender aqui a minha e defender a prisão em segunda instância, independentemente do caso de "a" ou do caso de "b". Acho que é importante para o País, para que este não seja o País da impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou conceder a palavra para o Senador Roberto Muniz.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Presidente, eu fui citado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a, Senador Renan....

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Eu fui citado!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vamos evitar! Vamos pôr serenidade. V. Ex^a é um Senador maduro, presidiu esta Casa várias vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – V. Ex^a não tem mais serenidade do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vamos pôr serenidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Eu estou pedindo a palavra exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a agrediu as pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – E V. Ex^a, as pessoas pediram o art. 14, alguns outros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não, V. Ex^a não vai gritar comigo, não.

A palavra está com o Senador Roberto Muniz. V. Ex^a tem a palavra. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a está com a palavra, Senador Roberto Muniz.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Muniz está com a palavra.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Eunício, que, para honra nossa, preside esta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan! Serenidade nesta sessão, Senadores!

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Serenidade.

Senador.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Renan!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Sem revisão do orador.) – Senador Eunício, que, para honra nossa, preside esta sessão, quero saudar meus caros Srs. Senadores, Senadoras aqui presentes, saudar todos também que estão aqui presentes.

Parece que o destino me fez chegar à tribuna – no meu último discurso – em um momento tão singelo, que fez o meu discurso parecer algo que eu estava preparando para este momento.

Quero saudar todos os jornalistas aqui presentes, da agência e televisão desta Casa, que tanto se empenham para aqui acompanhar nossas atividades legislativas.

Srs. Senadores, além da democracia não há nada, apenas o breu, um escuro permanente, apenas a exceção e, por fim, a barbárie.

Aqui, nobres Senadores desta Casa, coexistem palavras, vivências e sonhos. Aqui, nesta Casa, a história é o ator principal da vida contemporânea do nosso querido Brasil. Aqui, no Senado, desaguam afluentes. Esses são os rios caudalosos da democracia, rios imperfeitos, sinuosos, rios trepidantes, como vemos aqui nesta tarde e como estamos acompanhando a decisão no Supremo Tribunal Federal. Rios de palavras que não se calam e que fertilizam o amanhã são os rios que constroem o futuro.

O Senado e o Congresso Nacional são os receptores desses afluentes, receptores dessas palavras, desses lamentos, de gritos e sussurros suplicantes da nossa sociedade. É nesse leito que a democracia dorme, se acalenta no rio chamado Senado.

É aqui que a água se renova a cada quatro anos e só estão aqui aqueles que foram empurrados pela força de um afluente da democracia. Aqui, Srs. Senadores, a democracia não envelhece, porque somos passageiros. Temos tempo finito, temos prazo de validade. Aqui, como em um rio, passam os peixes, passam as pessoas, passa até a água e, a cada dia, de turbidez e qualidade diferente, como estamos vendo hoje, Presidente Eunício, com a turbidez completamente diferente.

O Congresso Nacional é a democracia viva e o rio do Senado é um ente perene. O Congresso Nacional é essa democracia perfeita nas suas imperfeições. O Senado Federal é a materialização, é o símbolo de uma sociedade democrática.

Por isso, devemos lembrar que, além da democracia, não há nada, apenas o breu, um escuro permanente, a exceção e a barbárie.

Por isso, devemos estar sempre atentos a que somos imprescindíveis individualmente, mas o Senado Federal é imprescindível na sua totalidade, pois é peça basilar da democracia e do Estado de direito.

No dia 7 de julho de 2016, tomei posse durante a sessão deliberativa, como 1º Suplente do Senador Walter Pinheiro, que se afastou desta Casa para assumir a Secretaria de Educação do Estado da Bahia. E ele informou que seu retorno seria realizado até o dia 6 de abril, nesta sexta-feira.

São 21 meses, um ano e nove meses nesta Casa. E aqui só não plantei, eu também colhi. Enquanto aqui estive nas comissões, nos corredores, no Plenário do Senado, por este Congresso,



nesta Casa, Sr. Presidente, o Senado para mim foi terra fértil e a minha colheita veio com a ampliação do meu desejo de mais democracia, de mais segurança jurídica, de mais eficiência de gestão, de mais cidadania e de mais justiça para o povo brasileiro.

Aqui, quando cheguei, confesso que tive a percepção de que eu mesmo, como Senador, estando na Câmara Alta Legislativa, era impotente para mover e construir todos esses desejos da sociedade brasileira. Será que uma andorinha só faz verão? Questionei-me à época.

Observei e ainda muito me chama atenção que há uma tendência clara hoje em dia de políticos usarem de uma autocrítica para crescer na própria política. Acompanhamos muitos políticos que estão fazendo carreira nessa corrente, sendo ácido com a própria política e com a democracia, se apresentando como antipolítico *outsider*, buscando, assim, galgar prestígio e poder dentro da política que critica, mas na verdade sendo aproveitadores e antidemocráticos.

Somos pequenos numa engrenagem maior? Uma vez questionei. Individualmente acho que somos pequenos, mas, se o caminho que construímos nos fez chegar aqui, não podemos matar a esperança daqueles que depositaram em nós a confiança de representá-los através da soberania do voto. Não é possível mais atacar a democracia, o Estado de direito e a nossa Constituição e restringir, com isso, a esperança que carregam muitos brasileiros lá fora, muitos jovens que, com certeza, gostariam de estar aqui neste instante – e eles sonham com essas mudanças que a sociedade clama. Não é possível diminuir a política e matar a esperança daqueles que também acreditam que são capazes de movimentar essa máquina e querem trazer essa contribuição democrática para o Parlamento.

Quero aqui deixar meu sentimento de que há esperança na democracia e é, sim, possível fazer, mas, para isso, é possível olharmos com sentimento de promover uma grande transformação, uma grande renovação e uma mudança que vai muito além das pessoas, uma mudança de princípios. Precisamos acreditar que somos capazes de construir um novo Brasil. Só vamos mudar esse cenário de País, Sr. Presidente, se provermos essa mudança de princípios para que possamos tentar dar a verdadeira guinada. Tenho certeza de que devemos ir onde estão os jovens, porque a eles pertence o futuro.

E hoje, daqui desta tribuna, pensando na minha trajetória diante dos caminhos que percorri nas três esferas de gestão – municipal, estadual e federal –, reforço a minha convicção de que a mudança de atitude é urgente. Fui Prefeito da cidade Lauro de Freitas, Deputado Estadual de dois mandatos, Secretário de Estado, Secretário Executivo no Ministério das Cidades. Como em qualquer dessas missões, daqui também saio como entrei, ainda um aprendiz. Continuo jovem e vou seguir o meu destino fazendo o meu caminho.

Aqui, nesta Casa, plantei ideias, e as colheitas foram inúmeras. Não posso sair, Sr. Presidente, sem agradecer àqueles que viabilizaram a tramitação de vários projetos da minha autoria, alguns já aprovados – e hoje estamos aqui discutindo um projeto de nossa autoria.

O primeiro projeto – quero agradecer a V. Ex^a, Presidente – disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, Distrito Federal e Municípios que apoiam as ações de defesa agropecuária. Este não teria surtido tramitação se não fosse o eficiente empenho do Senador Flexa Ribeiro, vital para fazer com que a matéria tenha sido deliberada e remetida à Câmara.

Quero também agradecer à Senadora Ana Amélia e ao Senador Ivo Cassol, que foram Presidentes da Comissão de Agricultura durante a tramitação daquele projeto.

Segundo, o PLS 320, que trata dos processos administrativos sancionadores.



O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Roberto Muniz?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Daqui a pouco, Senador.

Aqui agradeço o empenho da brilhante Relatora, Senadora Simone Tebet.

Ainda no início do mandato, trabalhei também o PLS 445, que cria regras para os serviços de atendimento telefônico e atendimento telefônico gratuito também pelo celular por prestadoras de serviços – e tive a honra do empenho do Senador Otto Alencar, do meu Estado, para relatar esse projeto.

Também destaco o Projeto de Lei 48, de 2018, que inibe práticas abusivas através de *telemarketing* ativo, e contei com a colaboração do Relator, o Senador Armando Monteiro. Projeto esse que já está à disposição para a deliberação dos Deputados Federais. Uma matéria concebida para frear uma realidade que hoje incomoda muitos brasileiros, os quais são diariamente assediados comercialmente, mediante ligações telefônicas produzidas contra a vontade, de forma reiterada e persistente, em horas inoportunas.

E, finalmente, o PLS 488, em cujo processo de votação estamos e para o qual tive o aval do Senador Antonio Anastasia, o que muito me honrou com uma lei, que hoje batizamos de Lei de Responsabilidade Gerencial. Tive a honra de tê-lo como Relator sem nenhuma emenda e aprovado pela Comissão de Justiça desta Casa.

Caros, além desses projetos, quero aqui destacar alguns pontos para que os colegas possam seguir refletindo. E, depois desse debate, Senador Cristovam, Senador Elmano, acho muito importantes esses quatro pontos que quero colocar.

Primeiro, vamos refletir sobre a crise de credibilidade que os políticos enfrentam perante a sociedade. Ela é fruto da incapacidade de movimentarmos as estruturas institucionais em direção a uma nova sociedade: uma sociedade com a participação individual cada vez mais relevante, devido às redes sociais, e que cria uma força de grupos de pressão, que estamos vendo hoje nas ruas. Sociedade que exige mais transparência e agilidade da comunicação, já que urgência e emergência são as tônicas do cotidiano. Diante dessa premissa, o Senado Federal e todas as instituições devem se curvar e ir ao encontro desta nova sociedade.

Entendo que o Senado Federal deve rever seu papel no Congresso Nacional. Entendo ser urgente rever o pacto do bicameralismo.

Não podemos ser apenas, o Senado e a Câmara Federal, instituições-espelho, que tornam o retrabalho um peso e um alto custo para o já delapidado Orçamento Público.

É emergente aperfeiçoar a tramitação de projetos, priorizando debates relevantes em detrimento da pulverização de participações pontuais. Deixo, nesta Casa, a contribuição do Projeto de Resolução nº 32, já aprovado na Comissão, que permite a realização de reuniões virtuais de deliberação eletrônica, proposta de impacto legislativo já aprovada e que se encontra na Mesa Diretora. Modelo semelhante já existe e opera no sistema judiciário.

A segunda observação que trago aqui é o sentimento e a percepção da sociedade de que as estruturas do Estado são caras e obsoletas. Srs. Senadores, infelizmente isso é uma realidade.

E qual deve ser o tamanho do Legislativo do Brasil? Quantos Senadores? Quantos Deputados? Qual o número de vereadores necessários? Quantos devem ser os partidos políticos?

Aqui procurei levantar o debate da necessidade de unificar as eleições, com a proposição de PEC que prevê a coincidência do pleito para todos os cargos, em nível federal, estadual e



municipal. Com isso, a proposta pode ajudar na definição e na realização de políticas públicas para o Brasil, no barateamento do custo das campanhas, no fortalecimento dos partidos e na verticalização do planejamento orçamentário do Estado brasileiro. Essa desagregação é, sem sombra de dúvida, um grande problema para o planejamento do Estado brasileiro.

Há outro debate que deixo aqui: apresentei uma proposta – e quero deixar como lida – sobre as consequências da nulidade do voto, esse instituto que está crescendo enormemente, como pudemos verificar nas últimas eleições. A proposta é verificar se os votos nulos devem impactar sobre a redução do número de cadeiras de Parlamentares por unidade da Federação. Entende-se que o voto nulo trará a leitura do povo daquele Estado, que poderá optar pela redução de sua representatividade junto à Câmara e ao Senado Federal. Daremos, assim, representatividade aos que querem reduzir a máquina pública, sem eliminá-la, tornando-a mais eficiente. Com o impedimento da tramitação das PECs, dou como lida mais essa proposta.

Meus caros, não vou me alongar, mas é preciso ainda debater sobre a eficiência dos gastos públicos e como tornar mais eficiente a atuação das estatais, como torná-las instrumentos de desenvolvimento nacional e regional. Nesse sentido, foi homologada a Lei 13.303, mas não foi suficiente. Apresentei aqui o Projeto de Resolução nº 1, de 2018, que delega uma nova atribuição à Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado. A proposta acrescenta, às suas competências, o acompanhamento e o desempenho das empresas estatais da União.

Por fim, trago aqui uma penúltima sugestão para que este plenário seja palco para debates cada vez mais engrandecedores.

Por isso, sugiro que talvez possamos realizar sessões extraordinárias, Sr. Presidente, quem sabe às sextas-feiras, uma a cada mês, com as presenças de ex-Senadores, com direito de uso da tribuna, como se fosse uma audiência pública permanente. Eu gostaria muito de ter visto aqui nesta Casa e ouvido o Senador Pedro Simon, o Senador Fernando Henrique Cardoso, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador José Sarney e outros Senadores.

Encerro – para dar a palavra a alguns Senadores que me pedem – sugerindo a leitura – e parece que foi uma premonição, Senador Armando Monteiro, a quem também darei a palavra – da reportagem da revista *Exame*, edição 1156, do mês passado. Nesta edição, há uma bela matéria sobre um livro de dois cientistas políticos, ambos de Harvard, cujo título, em tradução livre é "Como as democracias morrem". Eles argumentam sobre os abalos das bases da democracia americana, uma obra indispensável para entender o atual momento político mundial, e serve também para reflexão aqui nesta Casa, para o momento do Brasil.

Ambos alertam que, hoje, duas regras informais da política estão sendo ignoradas nos Estados Unidos – e aqui também –, diante da polarização política. A primeira parece brincadeira, mas está escrita aqui: respeito mútuo, o entendimento de que os partidos e os políticos aceitem os demais como rivais legítimos. Esse é um pilar da democracia. O segundo alerta colocado é o princípio da tolerância, Senadora Lídice da Mata, que evita que iniciativas políticas, embora permitidas pela lei, coloquem em risco todo o sistema democrático.

Não podemos fazer com que discórdias e derrotas dentro do Congresso sejam o caminho fácil do acionamento de outros Poderes. O caminho nesta Casa é o do diálogo, do diálogo, do diálogo, e, por fim, do voto.

Caros, deixo aqui as minhas contribuições.



Senador Eunício, quero agradecer a V. Ex^a, pela possibilidade de usar este tempo, e ao Senador Renan Calheiros, de quem também tive a oportunidade de estar aqui sob sua Presidência.

Quero agradecer ao Partido Progressista e saudá-lo na figura do Presidente Ciro Nogueira; agradecer aos meus correligionários, ao Vice-Governador João Leão – que aqui está, com quem tive a honra de começar a vida pública; quem sabe hoje estou fechando esse livro, mas não a minha amizade nem minha admiração por V. Ex^a –; aos Deputados Federais Cacá Leão e Mário Negromonte Júnior, e ao seu pai e amigo Mário Negromonte; ao Roberto Britto; ao Ronaldo Carletto; aos nossos Deputados Estaduais do nosso Estado; aos prefeitos todos – quero citar o amigo Carroça –; aos ex-prefeitos; ao primeiro prefeito que votou em mim, Presidente, o ex-Prefeito Wilson Moura, da cidade de Santa Inês.

Quero saudar também, oportunamente, dois governadores que me deram oportunidade de ser secretário de Estado: o Senador César Borges – que esteve sentado aqui, e tive a oportunidade de sentar na mesma cadeira que ele –; e o ex-Governador Jaques Wagner, que, com certeza, estará aqui num próximo mandato, abrilhantando ainda mais o Senado.

Quero saudar efusivamente o Senador Walter Pinheiro, meu amigo e companheiro, e os Senadores baianos Otto Alencar – que aqui não está, mas está no coração da gente – e a Senadora Lídice da Mata, amiga de grandes batalhas políticas no nosso Estado, a Bahia.

Quero aqui saudar especialmente os meus professores. Destaquei três: Emerson Palmeira, que foi meu professor de Química na escola e depois tive a honra de tê-lo como Vice-Prefeito; a minha professora Isadora, que foi a minha professora de História e que faz parte ainda da nossa vida atualmente, e o Rev. Celso, que foi Deputado Federal e que foi Constituinte daqui do Congresso Nacional.

Quero saudar os meus amigos do Colégio 2 de Julho, os meus amigos da Universidade Federal da Bahia, do curso de Engenharia Civil.

Quero agradecer a todos os eleitores que um dia acreditaram em mim.

Quero agradecer à minha família e saudá-la, agradecer à minha mãe, à minha esposa Tereza – pelo amor, respeito e carinho mútuos –, e quero saudar às minhas filhas queridas, Bia, Camila e Mariana, às quais oferto todo meu trabalho e dedicação.

Viva o Brasil! Viva a democracia! Viva o povo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (PMDB - PE) – Senador Roberto.

A Sr^a Lídice da Mata (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Também lhe peço inscrição. Senadora Lídice.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Vamos começar aqui, Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (PMDB - PE) – Tenho a alegria de poder fazer este aparte e assistir ao pronunciamento de despedida de V. Ex^a da tribuna principal do Senado Federal. Quero dar aqui um testemunho do convívio que tivemos ao longo desse tempo aqui nesta Casa, no plenário, nas Comissões: uma pessoa correta, sincera, capacitada, preparada, que tem uma biografia política que, de certa forma, o credencia para poder dignificar a representação do povo baiano aqui na Câmara Alta. Eu quero aqui fazer um registro, sobretudo, da colaboração que tive sua numa importante matéria que foi aqui debatida e sobre a qual



deliberou o Plenário do Senado Federal, que foi a revisão da Lei de Licitações. V. Ex^a, de certa forma, foi quase que correlator comigo...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (PMDB - PE) – ... pelo empenho que teve nessa matéria. A matéria se encontra hoje em apreciação na Câmara dos Deputados, e, certamente, as suas contribuições foram muito valiosas para que a gente pudesse chegar a um texto que possa representar um avanço, uma modernização num dos mais importantes instrumentos legais que é reclamado pela Administração Pública Federal, estadual e municipal. Quero também fazer aqui um outro testemunho: o amor que V. Ex^a tem pelo seu Estado, pela Bahia. Sou vizinho ali do Sertão do São Francisco e tive oportunidade de testemunhar várias visitas suas, ao lado do Vice-Governador João Leão – que é uma figura queridíssima e conhecida em todo o São Francisco baiano e pernambucano, até porque ele tem raízes pernambucanas.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ele é também pernambucano.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (PMDB - PE) – Ele também é pernambucano, tem raízes pernambucanas e, portanto, eu posso aqui testemunhar como V. Ex^a empunhou as bandeiras em defesa do desenvolvimento do homem do interior da Bahia. Portanto, vá em paz. Chamou-me a atenção a emoção que embargou a sua voz ao se referir aos amigos, aos seus familiares, àqueles que o ajudaram na sua trajetória política. V. Ex^a sai desta Casa tendo o reconhecimento dos seus pares pelo seu trabalho, pelo seu posicionamento, pela sua coragem de defender com muito brilhantismo o povo baiano. Vá em paz. Os amigos ficarão para sempre.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Roberto Muniz

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Armando Monteiro, por favor.

O Sr. Armando Monteiro (Bloco Moderador/PTB - PE) – Meu caro Senador Roberto Muniz, eu queria começar dizendo que o pronunciamento que V. Ex^a fez hoje, no momento da sua despedida, está à altura do desempenho que V. Ex^a teve nesta Casa, numa curta, mas densa e luminosa passagem por aqui. V. Ex^a trouxe um conjunto de reflexões importantes, que são fruto do seu acúmulo, ao longo da sua vida pública, mas muito da sua acurada e muito lúcida avaliação do que representam hoje as disfunções do próprio Poder Legislativo no Brasil. E V. Ex^a aludia, por exemplo, às dificuldades e à disfuncionalidade, em certa medida, do sistema bicameral, à necessidade de transformar esta Casa num espaço permanente de debate dos grandes temas nacionais, que, infelizmente, nem sempre nós percebemos no debate parlamentar. Quero dizer que V. Ex^a – qualquer que seja a dimensão de avaliação de um mandato – recebeu aprovação inquestionavelmente na coerência e na firmeza dos seus posicionamentos políticos e – poderia dizer – políticos institucionais, e na qualidade da sua participação no debate técnico das comissões. Aqui V. Ex^a agregou uma importante contribuição, na medida em que várias proposições legislativas foram formuladas por V. Ex^a sobre temas da mais alta relevância. E a última das dimensões – e não é a última na ordem e na importância –: o convívio que V. Ex^a pôde ter com seus pares. V. Ex^a deu sempre exemplo de urbanismo, de civilidade, de educação, e, sobretudo, de respeito aos seus pares. Então, meu caro e querido Senador Roberto Muniz, eu



tenho certeza de que V. Ex^a receberá novos chamamentos para novas missões, que seguramente haverá de desempenhar sempre com espírito público, com correção e com grandeza. A Bahia e o Brasil não podem prescindir de V. Ex^a. E eu quero, ao final, fazer o registro de uma presença sempre muito festejada aqui nesta Casa: do nosso Vice-Governador, João Leão, a quem eu sei que lhe ligam laços muito estreitos de amizade e de caminhada ao longo da vida pública. Então, recomende-me à família. Receba o testemunho do meu apreço permanente. Seja muito feliz nos seus próximos passos. Um abraço.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senadora Simone Tebet, por favor.

A Sr^a Simone Tebet (PMDB - MS) – Querido Senador Roberto Muniz, eu quero começar enaltecendo a figura do homem. A minha admiração por V. Ex^a começou não pelo homem público, mas pela conduta de V. Ex^a como homem, como cidadão baiano, pela cordialidade, pelo espírito democrático, pelo diálogo, pela forma afável como se dá toda a relação que permeia a sua conduta. Essa admiração ao homem me levou a admirar o homem público, o Senador da República que chegou aqui com um espírito muito mais de ouvir do que de falar, mas, acima de tudo, de servir e de ajudar. Foi uma honra, para mim, conhecer ambos: o homem e o homem público. Foi uma honra para mim conviver com V. Ex^a. Acima de tudo, foi uma honra ser Relatora de um projeto de fundamental importância que hoje já está na Câmara dos Deputados e que torço para que se transforme em lei. V. Ex^a sai, a princípio temporariamente do Senado Federal, deixando um legado ou talvez dois: o primeiro, acima de tudo, é o exemplo para o povo brasileiro de que há homens públicos sérios, sim, neste País, de que há homens públicos éticos, competentes, que têm no coração amor ao seu povo e vontade de servir. Mas, mais do que isso, V. Ex^a hoje entra para a história do Senado com o discurso que apresentou no momento mais oportuno. V. Ex^a trouxe aqui aquilo que está faltando para todos nós. V. Ex^a disse a todos nós, como um grande professor, mesmo sem querer sê-lo, que é preciso serenidade, que é preciso respeito entre os pares, que é preciso, acima de tudo, diálogo e tolerância. Sim, nós somos a caixa de ressonância do País porque nós somos a mais Alta Corte legislativa. Nós somos, sim, receptores da vontade do povo, mas nós não podemos nos comportar como ele. Nós temos de ser, aqui também, uma caixa capaz de peneirar. E aqui não pode entrar a intolerância, aqui não pode haver hierarquia entre um sobre os outros e, sobretudo, aqui têm que sempre vigorar discursos de alto nível, como os de V. Ex^a. Não cabe no Senado Federal, porque esta não é uma câmara de vereadores, sem demérito nenhum.... Porque lá, sim, pela proximidade que há com a sua comunidade, é o espaço para discutir questões paroquiais. Aqui, no Senado Federal, nós temos que discutir questões institucionais, a começar por nós mesmos. Aqui na fala do Senador Armando, está na hora de começarmos a rediscutir o papel do Senado Federal, com base nesses dois itens que V. Ex^a mencionou: diálogo e tolerância. Parabéns a V. Ex^a pelo trabalho! Não vou aqui me despedir; vou lhe desejar aqui um até breve na esperança de que o povo baiano o traga de volta ao Congresso Nacional.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Senador Flexa Ribeiro, por favor.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Roberto Muniz, sinto-me até suspeito de fazer essa homenagem a V. Ex^a. Não somos vizinhos de Estado, mas



somos vizinhos de Bancada. Todas as conversas que tivemos vão na mesma direção: a de que o nosso País possa retomar o caminho do desenvolvimento econômico e social. V. Ex^a deixa um legado aqui no pouco tempo em que passou conosco. V. Ex^a deixa dois projetos da maior importância. De um deles tive a honra de ser Relator: o da regulamentação da distribuição dos recursos para a sanidade animal e vegetal. Até então, ninguém tinha pensado que era necessário regulamentar a distribuição, que era feita de forma aleatória, pela vontade daqueles que estivessem, à época, no comando. V. Ex^a chegou e disse: "Não." E fez o trabalho, como outros também, ouvindo todos os segmentos: academia, produtor, Legislativo, para que fosse feito um projeto sem emendas e encaminhado à Câmara Federal. O outro projeto que tivemos agora a oportunidade de aprovar é na mesma linha, é um projeto que faz a responsabilidade gerencial. É importantíssimo isso. Importantíssimo, Senador Roberto Muniz. Nós é que agradecemos, o Brasil é que agradece ao meu amigo Roberto Muniz. Está aqui, junto com o Roberto, o meu querido amigo e Deputado permanente, que foi Prefeito de Salvador, agora Vice-Governador,...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – De Lauro de Freitas.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Lauro de Freitas? Mas foi Vice-Prefeito de Salvador, não foi? (*Pausa.*)

Vice-Governador da Bahia, que é um amigo de todos nós e tem uma carreira aqui no Parlamento brasileiro que é reconhecida também por todos. E, Senador Roberto, eu quero parabenizar os meus irmãos da Bahia, que colocaram no Senado Federal para representá-los um Senador da qualidade do amigo Walter Pinheiro, que vai voltar a se sentar aqui ao meu lado. E quando Walter Pinheiro se licenciou para assumir a Secretaria de Educação da Bahia, mandou para substituí-lo V. Ex^a, o meu amigo Roberto Muniz. Não sei, amigo Leão, diferenciar o titular do suplente, ambos da mesma qualidade e representando o Estado da Bahia da forma como V. Ex^a o fez ao longo desse período que passou aqui conosco. Vou dizer como outros que me antecederam: não é até logo, é até breve. Ainda hoje, no corredor aqui do Senado, conversávamos. Encontramo-nos no corredor e tivemos oportunidade de trocar algumas palavras eu, o meu amigo Roberto Muniz e o Vice-Governador Leão, que disse, a essa altura, que V. Ex^a não iria para aposentadoria, não, que outras missões viriam em seguida. Vá com Deus, que Deus o ilumine, o abençoe e a toda a sua família também.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Queria passar a palavra aqui para a Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Roberto Muniz, eu queria fazer uma referência ao gesto do Senador Eunício Oliveira, que, presidindo esta sessão, reservou um espaço importante para a sua despedida – uma despedida breve, eu espero. Mas sobretudo nesse gesto, ele também colocou na Ordem do Dia a votação de um projeto de lei do Senado, na votação complementar, no dia em que V. Ex^a também está dizendo um breve adeus, até breve para todos nós. E também num dia especial, em que a sua presença valorizou enormemente, como a de outros suplentes como o senhor nesta Casa, nesta tarde, valorizaram extremamente a condição de um suplente que tem a mesma legitimidade de um titular: o Senador Airton Sandoval e o Senador José Medeiros. V. Ex^a teve uma produtiva participação legislativa aqui, com leis extraordinariamente oportunas, inteligentes e adequadas para a modernização do Estado brasileiro, até mesmo advindas da sua



experiência como gestor público municipal de um Estado importante como é o da Bahia. Queria saudar aqui a presença e o prestígio do nosso Vice-Governador, meu correligionário, como V. Ex^a, João Leão, o Deputado Cacá Leão e a Bancada da Bahia com esse regozijo todo da sua representação. Tenho muito orgulho desta convivência fraterna, uma convivência de refinamento no relacionamento político institucional. Então, estamos aqui dizendo, como todos disseram, um até breve ao caro amigo, ao caro Senador, meu correligionário, Roberto Muniz, desejando muito boa sorte nos seus desafios futuros, que, claro, serão muito grandes, do tamanho da sua competência, do seu compromisso Nacional e da defesa dos interesses do seu Estado, muito bem representado aqui, a Bahia. Muito obrigada e parabéns.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora Ana Amélia, muito obrigado, também, pelas palavras e pelo convívio aqui nesta Casa. (*Palmas.*)

Queria passar a palavra para a Senadora Lídice da Mata, mas, antes, queria destacar o quanto Deus é importante para mim, porque parece que Ele projeta o lance futuro.

O nome da revista que eu estou terminando e que fala desta passagem por aqui é *Tempo de Conciliar*. É tempo de conciliar!

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A Sr^a Lídice da Mata (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Meu caro e querido amigo Senador Roberto Muniz, certamente Leão estava me dizendo aqui que V. Ex^a, propositalmente, iria me deixar por último, mas eu faço com muita alegria o desejo de saudá-lo neste momento. Primeiro, porque sou sua companheira de Bancada, mesmo sendo suspeita por esse privilégio, eu posso falar de uma convivência com V. Ex^a que antecede esse momento: um momento em que nós não estávamos, digamos assim, no mesmo lado, na mesma batalha política. Justamente por isso eu posso dizer da sua capacidade de convivência democrática, da sua capacidade de colaboração e do seu compromisso com as causas que abraça.

(*Soa a campanha.*)

A Sr^a Lídice da Mata (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Como companheiro de Bancada, eu quero falar da sua alegria, da alegria de conviver com alguém que só se dirige a nós sorrindo. Sorrindo para pedir, sorrindo para ponderar, sorrindo para sugerir. V. Ex^a entrou na política pelas mãos de Leão, que está aqui hoje, o nosso Vice-Governador, um dos mais destacados Líderes do seu Partido nacionalmente e um político que também, na Bahia, tem dado, e ainda dá, permanentemente, essa grande contribuição na vice governadoria do nosso Estado, sendo um grande parceiro do Governador Rui Costa, que vem realizando um projeto vitorioso que nós levamos para a Bahia, todos nós juntos. Mas vem acompanhado de Cacá Leão, para quem o senhor é um verdadeiro irmão mais velho, alguém com quem ele aprende, que me dá o testemunho permanente de como recebe do senhor essa colaboração permanente. E quem tem a lealdade de ter aqui aquele que o conduziu para entrar e hoje a lealdade de ter seu filho lhe seguindo os passos demonstra o caráter que tem. Muitos disseram aqui da sua capacidade de ser gentil, e eu quero dizer que, além de gentil e doce, isso nunca em V. Ex^a significou falta de força. Pelo contrário, é gentil, é doce, é firme, demonstrando que essas características não são contrapostas. Isso é muito importante. Para mim, como sua parceira aqui, também quero lembrar que é um parceiro das causas femininas e feministas neste Senado Federal. Então, quero agradecer ao Senador Pinheiro por ter nos dado também a oportunidade



de conviver com V. Ex^a aqui. Isso me inspirou, Leão, hoje a propor ao nosso querido Senador Randolfe que nós pudéssemos entrar com requerimento pedindo que, em função de Salvador ser a primeira capital, de a Bahia ser o primeiro Estado constituído no Brasil, que nós pudéssemos ter a condição que nos é dada por todo este Plenário de ter quatro Senadores até o final do ano. E Randolfe queria fazer uma emenda no meu requerimento, mas eu não permiti. De forma que isso demonstra o carinho, o respeito, o legado que V. Ex^a deixa para todos nós, baianos, muito felizes com a sua passagem pelo Senado Federal. Deixa aqui, nesta Casa, toda a contribuição e toda a riqueza de depoimentos que nós vimos aqui. O seu discurso consolida tudo isso, toda essa imagem que V. Ex^a criou no Senado Federal. Fico feliz de ser sua amiga e de ter sido a sua parceira aqui, nesta cadeira, no Senado Federal.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Eu queria passar a palavra para o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Roberto Muniz, eu pensava em colocar aqui, nessa despedida sua, cinco qualidades suas que eu aprendi. Mas tem mais uma que eu soube hoje pela manhã, quando encontrei o Vice-Governador João Lira.

O Sr. Armando Monteiro (Bloco Moderador/PTB - PE) – João Leão.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – João Leão, desculpem-me. É Cacá Leão e João Leão. Quando encontrei o João Leão e disse a ele da sua despedida, ele me disse: "Claro que eu vim para isso. Ele é meu filho." Esta é uma qualidade: ter um líder político a quem ele chama de filho. Isso mostra lealdade, mostra relação intrínseca. Das outras qualidades que eu aprendi, a primeira é a lucidez, como a gente conversa com o senhor e que o senhor demonstrou no seu discurso. Lucidez, querendo ser um pouco pretensioso, mostra o engenheiro que o senhor é, mostra o empresário que o senhor é, mostra a capacidade de analisar as coisas. Além da lucidez, é a baianidade, a nordestinidade e a brasilidade. Aqui o senhor conseguiu realizar essas três coisas. Muitos de nós, Senadores, ficamos muito locais, defendemos o nosso Estado. Nós do Nordeste temos a sensação da Região, mais do que muitos outros lugares. Mas o senhor nunca deixou de ser, sobretudo, um Senador da República do Brasil. A outra característica é a coerência. Com todo o respeito aos seus correligionários do PP, o senhor se coloca de uma maneira tal de coerência que a gente não vê as amarras partidárias que alguns de nós, às vezes, têm. O senhor tem uma coerência que casa com o Partido, mas o senhor não é prisioneiro disso. A outra – e o Senador Armando falou – são os seus projetos de lei e relatórios. O senhor fez relatórios em comissão de que eu me lembro demais, que sugeri que fossem publicados – depois, eu tive acesso a eles. Eu quero parabenizá-lo por isso. Finalmente, há uma qualidade que só o senhor pode ter aqui: a de ter substituído ao Walter Pinheiro...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... sem diminuir nada do Walter. O Walter é um colega nosso, companheiro nosso, que todos respeitamos. O senhor chega aqui, e, sinceramente, não sentimos falta do Walter Pinheiro – espero que ele esteja escutando isso. Essa é uma qualidade difícil de encontrar. Eu já disse isso também do Lasier em relação ao Simon. Quando o Simon não vinha mais para aqui, eu disse:



"Caramba, este Senado sem o Simon não vai ser mais o mesmo." O Lasier conseguiu substituí-lo. Pois bem, dessas qualidades nós vamos sentir falta, mas fique certo de que a amizade vai continuar, independente do que aí venha pelo futuro do nosso País, em situação tão complicada como vivemos hoje. E a saída é o que o senhor disse no final, há pouco: conciliação. Eu acho que esse pode ser o título também do seu discurso de despedida...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... que eu espero que o senhor reproduza e nos deixe como uma lembrança de sua passagem por aqui. Muito obrigado por ter ficado conosco esses dias. Muito obrigado ao Vice-Governador João Leão e, obviamente, ao Walter Pinheiro, por ter trazido o senhor para cá. Grande abraço. E vamos estar juntos.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador amigo Cristovam...

O Sr. José Serra (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Serra.

O Sr. José Serra (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu quero aqui me associar às palavras que foram ditas pelos nossos colegas, especialmente pelo Senador Flexa, que aqui falou como uma espécie de representante do PSDB. Só lamento não tenhamos convivido tanto pelo fato de que eu estive ausente do Senado quando estava no Governo, mas sempre acompanhei a qualidade do trabalho, a qualidade da sua formação e me congratulo, inclusive, pela aprovação hoje de um projeto importante para a vida futura, para a qualidade do trabalho legislativo no Brasil.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Serra (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Receba meu abraço forte e minha disposição aqui nesta Casa de permanecer em contato com V. Ex^a. Um abraço.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador Serra.

Senador Reguffe.

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Roberto Muniz, eu acho que os apartes que o Plenário fez a V. Ex^a mostram o quanto V. Ex^a é querido por este Plenário. Como a revista da sua atuação aqui, *É tempo de conciliar*, V. Ex^a é um conciliador. Além de um conciliador, é uma pessoa correta, uma pessoa extremamente educada, uma pessoa extremamente agradável, de que todos gostam. Isso é muito importante nos dias de hoje, porque, em um tempo em que as pessoas querem procurar mais as divergências do que as convergências, em um tempo em que as pessoas querem mais tentar achar o defeito do próximo do que reconhecer a virtude do próximo, é muito importante ter uma pessoa assim como V. Ex^a, que tenta buscar o meio-termo, que tenta sempre buscar a conciliação, sem transigir em princípios, o que é importantíssimo. E, além de uma pessoa extremamente cordial, extremamente cordata, extremamente educada, V. Ex^a é também um idealista, e acho que isso é algo que está em falta hoje neste País. Este País precisa de mais idealismo, de mais senso cívico e de menos interesses pessoais simplesmente. Eu acho que falta um pouco de idealismo hoje neste País. Eu agradeço a convivência aqui com V. Ex^a,



convivência sempre muito fraterna. V. Ex^a sempre me tratou muito bem aqui, nesta Casa. O que eu desejo para o nosso País é que nós tenhamos dias melhores e para V. Ex^a eu desejo que V. Ex^a seja feliz, que seja para a sua felicidade.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

Senador Lasier, por favor.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Roberto Muniz, muito já foi dito de elogioso, a mostrar o quanto V. Ex^a conquistou esta Casa. Eu endosso todas as referências feitas até aqui e quero lhe dizer que a mim sempre chamou a atenção a sua cordialidade. E não é apenas um homem cordial, mas um homem eficiente, participativo em todas as sessões em plenário, de modo que estamos de parabéns com a sua permanência aqui. Eu quero parafrasear o que disse aqui a Senadora Tebet: que os baianos nos devolvam V. Ex^a para cá.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Senadora Rose de Freitas.

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Eu tive a oportunidade de conviver com V. Ex^a neste plenário, e, se alguém quiser saber a importância que teve a sua passagem por aqui, que tenho certeza de que poderá ter um retorno, basta recorrer aos *Anais* desta Casa. V. Ex^a não era ausente, V. Ex^a era presente. V. Ex^a discutia as questões, se envolvia com elas e, junto, encontrava sempre a maneira de construir algo positivo dentro do Parlamento de que V. Ex^a fez parte até o dia de hoje. Eu quero dizer que V. Ex^a ficou para mim como um lutador pela educação – sabe que eu sou da Bancada da educação –, com o seu projeto, o seu Pronatec, o seu pronunciamento, o seu envolvimento, o seu discernimento. Agradeço ao povo baiano, principalmente ao João Leão, Deputado, companheiro de muitos mandatos, e ao Cacá Leão, o seu filho. Digo que a Bahia nos trouxe V. Ex^a por um momento. Agora, acho que nós podemos nos manifestar, um bom manifesto, para que a Bahia também nos devolva em breve também o Roberto Muniz Senador. Muito obrigada. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senadora Rose.

Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Primeiro, Senador Muniz, eu quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro, que possibilitou a nós a convivência com o senhor, e ao Presidente Eunício, até em um dia tão tenso como o de hoje para o Brasil, por ter possibilitado para todos nós fazer esta homenagem ao senhor. O senhor assumiu o mandato em um dos períodos – e está deixando o mandato – mais tensos da história republicana. Eu diria que talvez seja um dos mais tensos desde a promulgação da Constituição. É um período muito difícil para as decisões, principalmente neste plenário. Eu queria aqui saudar todas as decisões que V. Ex^a tomou e, principalmente, a forma educada e cortês...

(Soa a campanha.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ... que diz muito do que deve ser o comportamento, diz muito da reflexão para a serenidade que



todos nós devemos ter neste momento difícil da história nacional. Eu acho que o senhor, nesta breve passagem... Eu espero que seja breve, seja qual for o nosso futuro em comum... Esta Casa, o Senado da República, a mais alta Casa Legislativa do País, precisará muito de suas contribuições no futuro. Tenho certeza de que a Bahia, de tão belas tradições que emprestou ao Brasil, de tão belos exemplos que emprestou ao Brasil, a Bahia de Maria Quitéria e de tantas outras heroínas e heróis, poderá nos dar de presente, quem sabe, mais adiante, um mandato como o de V. Ex^a para conviver aqui no Senado da República. A presença neste Senado, o número de cumprimentos e apartes que V. Ex^a tem recebido neste momento... Já estamos às 19h36, e V. Ex^a está nesta tribuna há quase uma hora e está nesta tribuna há quase uma hora por conta dos apartes. Acho que poucas situações similares ocorreram, pelo menos no tempo que presenciei aqui neste plenário. Eu comparo a passagem de V. Ex^a aqui e a sua despedida agora com a despedida de Pedro Simon, que foi apartado por boa parte dos membros deste Senado, com todos eles, das diferentes posições políticas, saudando a forma como se comportou aqui. Espero que, neste momento difícil da história nacional, nós todos aqui no Senado nos inspiremos na conduta de V. Ex^a para entender que este é um momento de, principalmente, serenidade e união para o Brasil.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador.

Eu queria passar a palavra para o Senador Garibaldi.

Desculpe, Presidente, me perdoe. Agradeço a todos a deferência.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Roberto Muniz, estou aqui em nome do Rio Grande do Norte. Nós não poderíamos, de maneira nenhuma, faltar com esta palavra, já que V. Ex^a tem laços com o Rio Grande do Norte, tem ligações, inclusive, com pessoas que atuam na política...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Familiares também.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – E, antes de V. Ex^a ter essa convivência comigo, eles já me disseram qual seria o perfil de V. Ex^a, o desempenho de V. Ex^a. E agora vejo que isso se confirma. Eu digo, com toda a segurança, que V. Ex^a brilhou neste plenário, nas comissões. Eu fui testemunha disso. E eu quero ressaltar aqui o seu trabalho com relação ao Fórum Mundial da Água. V. Ex^a empenhou-se vivamente para que aquele evento tivesse a participação do Legislativo, ao lado do Senador Jorge Viana, para que aquele evento tivesse o desfecho que todos nós esperávamos que ele realmente tivesse. Eu queria também dizer da preocupação de V. Ex^a com o grande problema hoje do Brasil, talvez o maior deles, que é o da segurança. Lembro a preocupação de V. Ex^a. Inclusive, estivemos juntos com o Ministro Raul Jungmann no seu gabinete, para falar sobre segurança e para solicitar, claro, providências urgentes e inadiáveis. Então, eu quero dizer ao Senador Roberto Muniz, já a esta altura no meu terceiro mandato, que V. Ex^a marcou este mandato com a sua amizade, com o seu convívio e, sobretudo, com este apelo que V. Ex^a fez pela conciliação. Muito obrigado, Senador...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – ... Roberto Muniz. Claro, a presença também aqui do Vice-Governador João Leão deixou a todos nós muito felizes, assim como



também a presença do seu filho, o Deputado Cacá Leão. Conhecemos o nosso Vice-Governador, apenas não sabíamos que ele já tinha idade de ser seu pai. (*Risos.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Obrigado, Senador Garibaldi.

Senador Benedito de Lira.

Presidente, me perdoe, é o último Senador a me apartear.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Meu caro Presidente, Senador Roberto Muniz, Srs. Senadores, meu caro Vice-Governador da Bahia, eu cumprimento aqui os dois Deputados, o filho de um companheiro que, ao longo de muitos anos, conviveu na fileira do nosso Partido e esse jovem Cacá Leão. Meu caro Roberto, a sua origem o qualifica. A Bahia tem história, mas não é uma história de violeiro, não; é uma história das raízes do seu nascedouro que tem produzido extraordinárias figuras na arte, na música, no folclore, na política, no empresariado. Enfim, em todos os segmentos da sociedade brasileira, a Bahia está presente. A maior satisfação que eu tive como Senador do Progressistas foi receber V. Ex^a em substituição a um grande amigo, um companheiro e um grande Senador, o Walter Pinheiro. V. Ex^a, neste momento, diz até logo a nós do Plenário do Senado...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... onde V. Ex^a teve uma convivência extraordinária, com uma capacidade incomparável. Além de tudo, como Líder que sou do nosso Partido, em todos os momentos em que nós precisamos, nas emergências, recorremos a V. Ex^a, e, em nenhum momento, V. Ex^a fez qualquer tipo de gesto que não fosse firmemente apoiando as decisões do Partido, apoiando os diálogos do Partido, fazendo as suas reivindicações. Se eu não cumpri todas, eu lhe peço desculpas agora, mas, sempre que você solicitou uma posição dentro de uma comissão técnica, é porque você tinha e tem a capacidade para o exercício de qualquer função. Agora, é o dia a dia. V. Ex^a se afasta do Senado para cumprir outras missões na Bahia em defesa dos interesses do nosso País. Por isso, Roberto, eu não digo que nós vamos ficar pesarosos com sua ausência, mas ficaremos tristes, sem dúvida nenhuma, e, ao mesmo tempo, felizes porque você demonstrou a capacidade invulgar no exercício da atividade parlamentar. Então, Roberto, até logo nós lhe daremos, porque, quem sabe, breve e breve V. Ex^a deverá retornar à atividade legislativa, retornar à atividade política porque, assim como eu, muitos outros deveriam já estar descansando ou em casa, mas continuamos a fazer política. O País precisa do nosso trabalho, da nossa ação e, acima de tudo, da nossa lealdade. E V. Ex^a, no período em que esteve aqui, representou com muita dignidade, dignificou o povo baiano e o mandato parlamentar. Por essas razões e outras, quero cumprimentá-lo, agradecer a V. Ex^a, nobre Senador Roberto Muniz, a ajuda, o trabalho e a coerência que demonstrou ao longo de todo o período que aqui está como Senador da República. Eu queria dizer aqui ao meu amigo Vice-Governador, e agora há pouco brinquei até com ele: nós somos felizes porque, quando nós não ocupamos os espaços, os nossos filhos ocupam. O Vice-Governador da Bahia tem aquela extraordinária figura como seu filho. O Vice-Governador durante muitos anos, era um dos que estavam à frente da Comissão de Orçamento da União, e nunca teve a oportunidade de ocupar o cargo de Presidente ou de relator. O filho dele, no primeiro mandato, tornou-se, em 2017, Relator-Geral do Orçamento da União. Então, meu caro



Vice-Governador, sei que V. Ex^a se sente orgulhoso como eu, que tenho o meu filho, Arthur Lira. Eu sempre lutei para ocupar o espaço na Câmara dos Deputados. O Arthur chegou e foi Líder de uma Bancada; eu, quando muito, fui Vice-Líder, Presidente. O Arthur foi Presidente da Comissão de Justiça; e em determinado momento, nem membro fui – fui algumas vezes e, depois, não fui mais. O Arthur, hoje, tem uma liderança extraordinária. E, agora há pouco, nós saímos de uma reunião do Partido, Presidente, e nós filiamos mais oito Deputados. E até o próximo sábado, deveremos receber mais alguns Deputados para crescer, porque esse é o desejo dos Progressistas: ajudar o Brasil, que precisa da ação coerente de Parlamentares que têm responsabilidade, não de fazer o incêndio, não de jogar gasolina para incendiar mais, mas de ter precaução, porque o País precisa exatamente da serenidade, da postura de precaução para que possamos reerguer esse gigante, que, na verdade, precisa de apoio de todos nós. E V. Ex^a foi um partícipe dessas ações. Por isso, meu caro Senador, receba os meus cumprimentos, o meu muito obrigado e a minha eterna gratidão por tudo quanto você pôde fazer para ajudar o Partido Progressista aqui, no Senado Federal. Que Deus tome conta de V. Ex^a, que dê mais luzes para continuar ajudando o Brasil e particularmente a Bahia. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senador Benedito.

Só finalizando, Presidente, eu queria, primeiro, agradecer a V. Ex^a a paciência, a amizade que o senhor demonstrou hoje por mim e o carinho.

Quero pedir ao Vice-Governador João Leão que leve também o agradecimento especial ao Governador Rui Costa por estar aqui hoje, fruto também da força, da vontade e da liderança política dele.

Eu queria, só para finalizar, dizer que este projeto, Presidente, que nós estamos votando hoje, não foi feito só por mim. Ele foi feito pelos consultores desta Casa, aos quais quero fazer um agradecimento especial, como também aos técnicos do Tribunal de Contas da União.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, se ao abrir aqui este projeto estiver aprovado, eu quero que V. Ex^a possa creditar a esses técnicos que construíram conosco a possibilidade deste projeto que pode mudar o futuro das políticas públicas no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Em nome da Mesa, eu gostaria também de fazer aqui um agradecimento pela lisura, pelo comportamento, pela forma cordial e serena que V. Ex^a estabeleceu durante esses quatro meses, na ausência do titular, nosso querido amigo Walter Pinheiro. Como disseram alguns aqui, V. Ex^a fez por merecer mais ainda o respeito do povo da Bahia. Portanto,...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... parabéns a V. Ex^a, parabéns aos baianos.

Eu queria aqui agradecer e registrar a presença do meu velho companheiro e amigo João Leão, de quem tive a honra de ser companheiro na Câmara dos Deputados, e do nosso Cacá Leão, que tão novinho aqui chegou e já foi, inclusive, Relator-Geral do Orçamento, um papel difícil de conciliar aqui nesta Casa, e ele se saiu tão bem. Portanto, a presença de todos aqui...



Pede a palavra o Senador Fernando Bezerra.

Ainda temos que votar o projeto em homenagem a ele hoje.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – É uma correção, Presidente. É que nós tivemos o privilégio da convivência com o Senador Roberto Muniz durante um ano e nove meses.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Um ano e nove meses. É porque passou muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Um ano e nove meses? Como esse mandato passa rápido! (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Como o nosso mandato passa rápido!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

Rapidamente, antes de V. Ex^a proclamar o resultado do eminente projeto do Senador Muniz...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Se for sobre a matéria, eu darei agora. Senão, depois da votação, porque eu quero homenagear...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Então, agradeço a V. Ex^a. Há uma outra matéria para solicitar a V. Ex^a que coloque...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Na sequência, eu darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Até para homenagear o Senador Muniz, que eu pensava que estava aqui só há 240 dias... Ele está há muito mais, há um ano e nove meses, como me corrige o meu Líder, Senador Fernando Bezerra.

V. Ex^a conquistou a todos nós e, nessa sua simplicidade, eu tenho convicção de que conquistará todo o povo da Bahia para que essas cadeiras azuis sejam ocupadas por mais um baiano, no caso o nosso querido Roberto Muniz.

Senhoras e senhores, está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.2 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram SIM 52 Sr^{as} e Srs. Senadores; votaram NÃO apenas 1.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o projeto de V. Ex^a. (*Palmas.*)

Há parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental (**Parecer nº 53/2018-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.2 do Sumário**).

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.



As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham.
(*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Em homenagem ao nosso querido Senador Roberto Muniz, que hoje se despede desta Casa por alguns dias.

Senador Randolfe, antes de encerrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de encerrar, há um requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 163, que requer, nos termos do art. 154, inciso III, §5º, do Regimento Interno do Senado, a realização de uma sessão especial em comemoração ao Dia do Orgulho Autista, que ocorre no dia 18 de julho de 2018.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Como todos sabemos, nós também tivemos o dia destinado ao autista, último dia 2 de abril. Essa sessão especial é para haver um debate nesta Casa sobre essa questão da visibilidade sobre as pessoas com autismo.

Então, é o requerimento que solicito que V. Ex^a submeta à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe, V. Ex^a tem tanto prestígio com esta Mesa que não há necessidade de colocar em votação este importante requerimento.

A Mesa vai deferir de ofício e vai verificar apenas se, na data do dia 18, há condição livre para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Claro, na data que melhor se adequar à Mesa.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

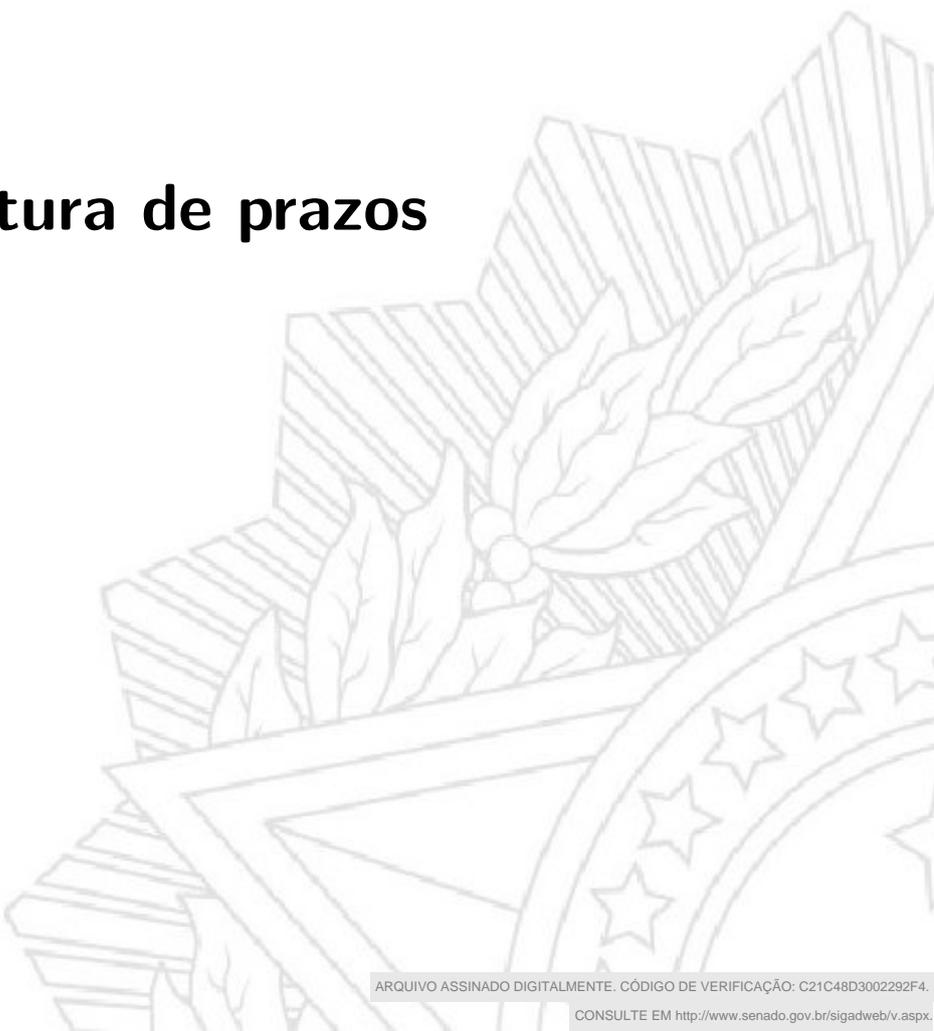
(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 53 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 40ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



- Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 118/2017, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

- Recebido o Memorando nº 9, de 2018, da CCT, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 167/2014.

O Parecer nº 5, de 2018, da CAS, será publicado na forma regimental.

Concluída a deliberação da matéria em turno único, fica aberto o prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CCT, para oferecimento de emendas ao Substitutivo à matéria, nos termos do art. 282 do RISF





Senado Federal
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Memorando n.º 009/2018 – CCT

Brasília, 03 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

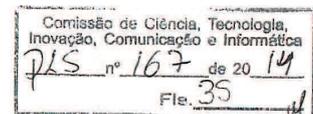
Assunto: Aprovação de Substitutivo em primeiro turno.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em primeiro turno, Substitutivo ao PLS n.º 167, de 2014, que “Autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes”.

Atenciosamente,

SENADOR WALDEMIR MOKA
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática



Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 586/2015, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que continue sua tramitação, nos termos do parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto de Resolução nº 22/2016, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Concluída a instrução, o Projeto de Resolução nº 14/2013 teve parecer contrário da CAE, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que continue sua tramitação, nos termos do parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno.

Concluída a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 188/2017 em turno único, fica aberto o prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CAS, para oferecimento de emendas ao Substitutivo à matéria, nos termos do art. 282 do RISF.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 34 /2018 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 04 de abril de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim, que *acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença.*

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente,


Senadora MARTA SUPLICY
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Comissão de Assuntos Sociais - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Alexandre Costa - Sala 11A
CEP 70165-900-Brasília DF - Tel. (0xx61) 3303 4608- Fax: (0xx61) 3303 3652 - scmicas@senado.gov.br

DS Nº 188 DE 20 17 -

Fls. 11



Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 73/2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.





**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 35 /2018 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 04 de abril de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2011, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que *altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.*

Respeitosamente,

Senadora **MARTA SUPLICY**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PLC Nº 73 DE 20 11

Fis. 26



Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 72/2017 , fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.





**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 36 /2018 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 04 de abril de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2017, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que *altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez, e a Emenda nº 1-CAS.*

Respeitosamente,

Senadora **MARTA SUPLICY**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PLS Nº 72 DE 20 17
Fls. 13



Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 84/2016, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº *46*2018–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, *4* de *abril* de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

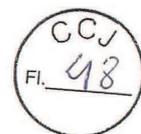
Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o **Substitutivo** do Senador Lasier Martins ao Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2016, que “Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União.”, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Recebido o Ofício nº 47, de 2018, da CCJ, comunicando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 171/2012, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 47/2018–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 4 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o **Substitutivo** da Senadora Ana Amélia ao Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2012, que “Estabelece procedimento licitatório simplificado para a aquisição de material de consumo médico hospitalar mediante fornecimento direto dos fabricantes.”, de autoria do Senador Ivo Cassol.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PDT

A publicação
Em 04/04/18
[Assinatura]

Mem. 01/2018 – GLDPDT

Em 03 de abril de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indicamos a Senadora Ângela Portela
como vice-líder do **PDT** no Senado Federal.

[Assinatura]
Senador ACIR GURGACZ
Líder do PDT no Senado Federal

Excelentíssimo Senhor
EUNÍCIO DE OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Recebido em 4/4/18
Hora: 9:48

[Assinatura]
Juliana Soares Amorim
Matricula: 302809 SLSF/SGM





SENADO FEDERAL
Liderança do PSB

GLPSB Ofício n.º 009/2018

A publicação
Em 04/04/18
[Assinatura]

Brasília (DF), 04 de abril de 2018.

Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de líder

Senhor Presidente,

A Liderança do PSB (Partido Socialista Brasileiro) comunica à Mesa Diretora do Senado Federal que a Bancada do partido no Senado Federal decidiu pela indicação do **Senador Antônio Carlos Valadares** como novo Líder do partido a partir desta data, de acordo com os termos regimentais desta Casa Legislativa.

Respeitosamente,

[Assinatura]
Senadora LÍDICE DA MATA

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

*A Publicar
em 4/4/18*

OF. GLPMDB nº 040/ 2018

Brasília, 4 de abril de 2018.

Ao Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

*A Publicar
Mun*

Senhor Secretário,

Com os cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Senhoria para os devidos fins junto aos registros do Senado Federal e desta Secretaria-Geral que, nos termos do § 6º do Art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal, a Senadora **SIMONE TEBET – PMDB/MS** foi escolhida para exercer a liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - **PMDB** e do Bloco da Maioria, conforme decisão da bancada em anexo.

Atenciosamente,

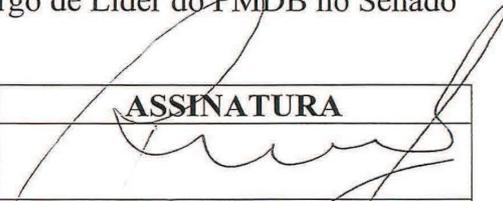
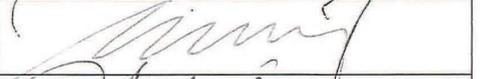
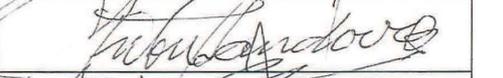
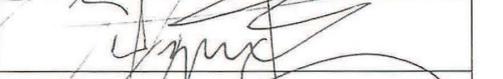
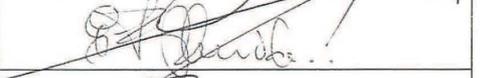
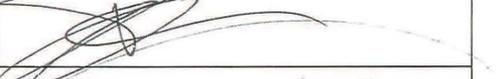
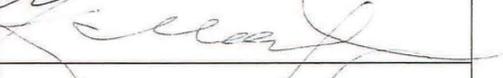
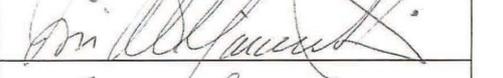
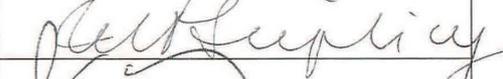
Senador **VALDIR RAUPP**
Líder em exercício do PMDB e do Bloco da Maioria

*Recebido
em 04/04/18
VLS*



Brasília, 03 de abril de 2018.

Nós, Senadores da Bancada do PMDB, apoiamos a indicação da Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) para o Cargo de Líder do PMDB no Senado Federal:

| SENADOR | ASSINATURA |
|-----------------------------------|--|
| 1. <u>Romero Jucá</u> |  |
| 2. <u>Eunício Oliveira</u> |  |
| 3. <u>Airton Sandoval</u> |  |
| 4. <u>Dário Berger</u> |  |
| 5. <u>Eduardo Braga</u> |  |
| 6. <u>Elmano Férrer</u> |  |
| 7. <u>Fernando Bezerra Coelho</u> |  |
| 8. <u>Garibaldi Alves Filho</u> |  |
| 9. <u>Jader Barbalho</u> |  |
| 10. <u>João Alberto Souza</u> |  |
| 11. <u>José Maranhão</u> |  |
| 12. <u>Marta Suplicy</u> |  |
| 13. <u>Renan Calheiros</u> |  |
| 14. <u>Roberto Requião</u> |  |
| 15. <u>Rose de Freitas</u> | |
| 16. <u>Simone Tebet</u> |  |
| 17. <u>Valdir Raupp</u> |  |
| 18. <u>Waldemir Moka</u> |  |
| 19. <u>Zeze Perrella</u> | |



Discurso e documento encaminhados à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrático/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em profundo reconhecimento a mulheres e homens na terceira idade, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei da Câmara número 11, deste ano, que estabeleceu 2018 como o "Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa".

A nobre diretriz parlamentar decorre, igualmente, do processo de adoção, pelo Brasil, da "Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos".

A celebração deste importantíssimo Tratado teve lugar em Washington, nos Estados Unidos, no dia 15 de junho de 2015, e sua composição se completou sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede na capital dos Estados Unidos da América.

Senhoras e senhores, tendo em conta o acirramento das opiniões políticas e a amplificação da cultura do ódio no Brasil, consideramos útil, relevante e válido todo debate acerca dos Direitos Humanos e do papel insubstituível que tais direitos exercem na vida dos indivíduos, em qualquer tempo e lugar.

Conforme ressaltamos na análise do PLC nº 11, de 2018, no Senado:

Abre aspas:

"Em 2018 comemoramos os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento internacional que fortaleceu a compreensão de que todos os seres humanos carecem de direitos mínimos e essenciais para que lhes sejam garantidas a liberdade e a autonomia necessária para viverem.

Ainda neste ano de 2018, comemoraremos 15 anos da publicação do Estatuto do Idoso, projeto de minha autoria, aprovado por meio da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. O Estatuto do Idoso é uma conquista histórica do povo brasileiro, uma política de Estado e não de Governo

Compila as leis como a Política Nacional do Idoso, decretos e até mesmo portarias, e amplia a proteção ao idoso, com novas conquistas da sociedade.

O estatuto estabelece como dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, o efetivo direito à vida, à saúde, à alimentação, ao transporte, à moradia, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária". [Fecha aspas]

Senhoras e Senhores, aplaudimos de pé o estabelecimento de 2018 como o "Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa", e toda e qualquer iniciativa – internacional ou doméstica - que sirva para proteger e garantir todos os mais vividos, mulheres e homens que, no passado, cuidaram de nossas vidas e que, no presente, tanto nos ensinam e nos inspiram, mas também precisam da nossa atenção e dos nossos cuidados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrático/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar artigo de minha autoria publicado no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre. Tolerância, abra as asas sobre nós.

Quão enorme está a intolerância política! Essa intolerância não é de agora. Não importa de onde ela venha. Ela vem de décadas. Mas, aos poucos ela está extrapolando os limites do bom senso.



Honramos as nossas tradições e a nossa história.

As guerras do passado servem hoje para alimentarmos a paz. Os festivais de músicas nativistas são exemplos de que isso já está na nossa cultura.

"Eu quero ser gente igual aos avós, eu quero ser gente igual aos meus pais, eu quero ser homem sem mágoas no peito, eu quero respeito e direitos iguais. Eu quero este pampa semeando bondade, eu quero sonhar com homens irmãos. Eu quero meu filho sem ódio nem guerra, eu quero esta terra ao alcance das mãos".

Por que lutamos pelas Diretas Já? Quando efetivamente o país vai reconhecer, na figura de Ulysses Guimarães, o esteio da nossa democracia?

Queiram ou não, estamos no mais longo período democrático do país. Para que serve a nossa Constituição? Por que entoamos com galhardia "liberdade, abre as asas sobre nós"? Perguntas e perguntas.

A Constituição diz que a liberdade de pensamento e expressão e o direito de ir e vir estão garantidos para todos os brasileiros, sem distinção alguma.

Desrespeitar esses preceitos é calar a voz das ruas e, com a devida licença poética, é silenciar o som das águas e o assoviar dos ventos.

É afiançar as demências da ignorância. É retroceder aos tempos das masmorras e dos cativeiros. É sucumbir aos desumanos cantos dos açoites.

A pregação do ódio e da violência só serve para destruir as pessoas.

Imaginem vocês o que se passa na cabeça de uma criança, de um jovem ou de um adolescente ao ouvirem palavras que não condizem com a espiritualidade do ser humano?

Isso é algo terrível para a construção das suas personalidades. Não nos esqueçamos que eles serão o futuro do Brasil. Que homens serão eles?

O segredo da tolerância política é acreditar no poder da palavra em forma de oração para transformar as pessoas.

Devemos seguir sempre o caminho do bem.

Sim, é possível pintar o mundo em cores vivas de paz, amor, justiça, igualdade e solidariedade.

Mesmo que alguns poucos queiram transformar em ruínas a dignidade das pessoas, eu ainda continuo sonhando nos escaninhos do Diário de Anne Frank: "Apesar de tudo eu ainda creio na bondade humana".

Peço, Sr. Presidente, respeitosamente, que este artigo seja registrado nos *Anais* desta Casa.

Era o que tinha a dizer.



Documento encaminhado pelo Senador Lasier Martins, nos termos do art. 210 do Regimento Interno



OPINIÃO TENDÊNCIAS DEBATES

José Padilha: O mecanismo agradece

Esperava que formadores de opinião da esquerda fossem sair do estupor ideológico e combater o mecanismo de corrupção

Stand da Netflix no desembarque do aeroporto de Brasília faz divulgação da série "O Mecanismo", sobre a operação Lava Jato - Pedro Ladeira - 27.mar.18/Folhapress

1.abr.2018 às 2h00

A série "O Mecanismo" é uma dramatização inspirada em um conjunto de acontecimentos reais, apresentada de forma a ilustrar uma tese. Eis a tese, em cinco enunciados:

- que eu queria comentar.*
- a) No Brasil, a corrupção não ocorre esporadicamente; ela é o mecanismo estruturante da política e da administração pública, um mecanismo que opera nos municípios, nos estados e no governo federal; no Executivo e no Legislativo, e também nas cortes judiciais constituídas por indicações políticas.
 - b) As campanhas de todos os grandes partidos do Brasil são financiadas por empresas que trabalham para o Estado. Uma vez eleitos, políticos desses partidos montam coalizões com base na distribuição de cargos que auferem controle sobre o orçamento público. Quanto mais poderoso for um político, maior o quinhão que lhe cabe.
 - c) O Estado, assim loteado, contrata as mesmas empresas que financiam as campanhas políticas dos grandes partidos, superfaturando orçamentos.
 - d) Parte da fatura se transforma em financiamento de campanha para o próximo ciclo eleitoral, e parte vira caixa dois e propina.





e) O mecanismo não tem ideologia; ele opera nos governos de esquerda e de direita.

Na série "O Mecanismo", assumimos que esses enunciados são verdadeiros. Isso é fato ou ficção? O que aconteceria em um país onde o mecanismo operasse de fato?

No mínimo, três coisas:

- 1) A polícia e a Procuradoria se deparariam constantemente com casos de corrupção sistêmica.
- 2) A classe política criaria legislação específica para impedir que as investigações desses casos gerassem punições para seus membros, pois, na ausência de legislação assim, o mecanismo não sobreviveria.
- 3) Se alguma contingência histórica permitisse que uma investigação de corrupção fosse levada a cabo nesse país, em uma área de orçamento público significativo, a política como um todo seria implicada na investigação.

O Brasil satisfaz essas condições?

Não vou perder tempo analisando as duas primeiras. Sabemos que sim. No que tange à terceira, olhemos para a Lava Jato e a Petrobras.

Que contingência histórica permitiu que a Lava Jato acontecesse? Claramente, foi o fato de uma pessoa sem nenhuma experiência política ter chegado à Presidência. Só pode ter sido por falta de traquejo que Dilma Rousseff sancionou, em 2013, uma emenda à lei de delações premiadas que permitiu que acordos de delação fossem celebrados com doleiros, empreiteiros e administradores públicos.

Foram acordos desse tipo que revelaram um extenso esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo as maiores lideranças políticas do país, inclusive o patrono político de Dilma, Lula da Silva.



MECANISMO: FICÇÃO E REALIDADE

Nas últimas semanas, o lançamento da série original do Netflix O Mecanismo, uma obra ficcional na qual o cineasta José Padilha narra os primeiros anos da Operação Lava-Jato, despertou a ^{curiosidade} ~~curiosidade~~ e gerou ameaças explícitas por parte dos seguidores do PT e do ex-presidente Lula. *e implicados no ST de outubro*

Essas reações contra uma ficção vão além do suposto teor político de O Mecanismo. Trata-se da indisposição contra uma versão artística de uma realidade cruel vinda daqueles já acostumados em produzir narrativas ao seu modo. *Por, o nível é tão instigante, que me traz a ideia*

É óbvio que a Justiça não se posiciona em função de séries televisivas. Também é óbvio que acusar uma ficção de faltar com a verdade é, nesse caso, conspirar, de novo, com a verdade. Ataca-se o detalhe ficcional para negar as referências objetivas ao real.

E o que ficção e realidade mostram com talento na tela é o que já se sabe com riqueza de provas: o mecanismo da corrupção não é algo novo e que, ao longo dos anos, deformou por completo a política no Brasil.

O Brasil retratado por símbolos e personagens inspirados em fatos é o mesmo que está sufocado pelos crimes cometidos ~~pelos~~ ^{por} políticos e empresários corruptos. Não importa se os rostos são os de Ibraim, Rufo, Janete Ruscov ou João Higino. Importa é a sangria aberta pela Lava-Jato e que não pode ser estancada.

Em conclusão, Senhor Presidente, a série o Mecanismo de Corrupção no Brasil é um corajoso documento misto de realismo e ficção, ao realismo do que ocorreu, da autoria do cineasta José Padilha, e a autoria que denuncia nos filmes "A Troje do chafariz", o que era a corrupção na Polícia do Rio de Janeiro. E na época, pouco ou nada se ouvia o que se apurava naquele momento de denúncia



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução da Mensagem nº 9/2018, a matéria será deliberada oportunamente.



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 15, DE 2018

(nº 158/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 158

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Os méritos do Senhor Claudio Frederico de Matos Arruda que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de março de 2018.



EM nº 00055/2018 MRE

Brasília, 28 de Março de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA**

CPF.: 151.054.821-15

ID.: 7123 MRE

1957 Filho de João Tarcísio Cartaxo Arruda e Sílvia Maria de Mattos Arruda, nasce em 20 de setembro, em Fortaleza/CE

Dados Acadêmicos:

1979 Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF
 1980 CPCD - IRBr
 1987 CAD - IRBr
 2004 CAE, IRBr, O Senado Federal e as Relações Exteriores

Cargos:

1981 Terceiro-Secretário
 1985 Segundo-Secretário
 1991 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1997 Conselheiro, por merecimento
 2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2010 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1981 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
 1985 Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário
 1988 Missão junto à OEA, Washington, Segundo-Secretário
 1991 Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares
 1991 Ministério da Justiça, Gabinete do Ministro, Chefe substituto
 1992 Presidência da República, Secretaria de Imprensa, Adjunto
 1992 Departamento do Serviço Exterior, Coordenador Executivo
 1993 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário
 1995 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assessor
 1996 Secretaria-Geral, assessor
 1997 Senado Federal, Presidência do Senado, Chefe do Cerimonial da Presidência
 2001 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
 2002 Reunião do Processo de Kimberley (ONU) sobre diamantes de conflito, Ottawa, Chefe de delegação
 2004 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto e Chefe do Secom
 2009 Câmara dos Deputados, Assessor Técnico da Presidência
 2011 Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República
 2014 Representante Permanente juntos aos Organismos Internacionais sediados em Londres
 2016 Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República

Condecorações

1997 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Comendador



2011 Ordem do Mérito Militar, Exército Brasileiro, Grande-Oficial
2011 Ordem do Mérito Naval, Marinha do Brasil, Grande-Oficial
2011 Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil
2011 Ordem do Mérito da Defesa, Ministério da Defesa, Grande-Oficial
2012 Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2013 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior





Embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda

O Embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda (Fred Arruda), nascido em setembro de 1957, formou-se em Economia pela Universidade de Brasília em 1979 e, no ano seguinte, ingressou no Serviço Exterior Brasileiro, como diplomata de carreira.

No exterior, o Embaixador Arruda serviu na Embaixada do Brasil em Montevidéu (1985-1988); na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington (1988-1991); na Delegação Permanente do Brasil junto às Organizações Internacionais sediadas em Genebra (1993-1995); na Embaixada do Brasil em Ottawa (2001-2004); e no Consulado-Geral do Brasil em Nova York (2004-2009). Entre 2015 e 2016, foi Representante Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres – Organização Internacional do Café, Organização Internacional do Açúcar, Organização Internacional do Cacau, Organização Marítima Internacional, Comissão Internacional da Baleia e Organização Internacional de Comunicações Móveis via Satélite.

Em Brasília, exerceu as funções de assistente na Divisão de Produtos de Base do Itamaraty (1981-1985); Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro da Justiça (1991-1992); Adjunto da Secretaria de Imprensa da Presidência da República (1992); assessor do Secretário-Geral das Relações Exteriores (1996); Chefe do Cerimonial do Senado Federal (1997-2001); assessor diplomático do Presidente da Câmara dos Deputados (2009-2010); e Assessor-Chefe da Assessoria Diplomática do Vice-Presidente (2011-2014). Desde 2016, é Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República.

Ao longo de sua carreira, o Embaixador participou de diversas reuniões internacionais em foros como a Organização Mundial do Comércio (e o antigo GATT), a Organização dos Estados Americanos e a Conferência do Desarmamento, entre outros.

No Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, o Embaixador defendeu, em 2004, a tese “O Senado Federal e as relações exteriores”.

O Embaixador Arruda foi agraciado com a Ordem do Mérito do Rio Branco, no grau de Grã-Cruz; com a Medalha da Vitória; com a Ordem do Mérito da Defesa, no grau de Grande-Oficial; com a Medalha do Mérito Tamandaré; com a Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande-Oficial; com a Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande-Oficial; e com a Ordem do Infante Dom Henrique, da República Portuguesa, no grau de Comendador.

O Embaixador Fred Arruda é filho de João Tarcisio Cartaxo Arruda e Silvia Maria Matos Arruda. É casado com Lenice de Almeida Nobrega Arruda, com quem tem dois filhos, Sarah e Pedro de Nobrega Arruda.

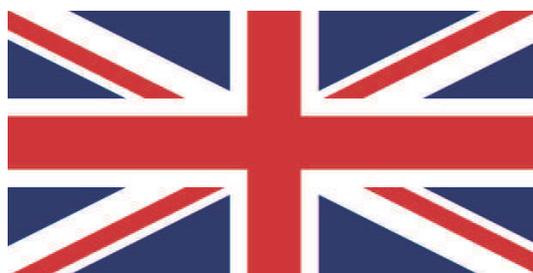
Alexandre José Vidal Porto

Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Setentrional

REINO UNIDO



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA**



Março de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE O REINO UNIDO

| | |
|---|--|
| NOME OFICIAL: | Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte |
| GENTÍLICO: | Britânico |
| CAPITAL: | Londres |
| ÁREA: | 242.534 km ² |
| POPULAÇÃO (2016): | 65,6 milhões de habitantes |
| LÍNGUA OFICIAL: | Inglês. Outras línguas (minoritárias, com algum reconhecimento oficial): galês (País de Gales), gaélico escocês, "scot" (Escócia), gaélico irlandês (Irlanda do Norte) e corno (Cornuália) |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES: | Cristã (anglicana, católica romana, presbiteriana, metodista): 71.6%; muçumana 2.7%; hindu 1%; outras 1.6%; não declarado: 23.1% (2008) |
| SISTEMA DE GOVERNO: | Monarquia parlamentarista |
| PODER LEGISLATIVO: | Parlamento bicameral: Câmara dos Lordes (atualmente com 792 membros não eleitos) e Câmara dos Comuns (com 650 membros eleitos) |
| CHEFE DE ESTADO: | Rainha Elizabeth II (desde 1952) |
| CHEFE DE GOVERNO: | Primeira-Ministra Theresa May (desde 13 de julho de 2016) |
| CHANCELER: | Boris Johnson (desde 13 de julho de 2016) |
| PIB NOMINAL (2016, FMI): | US\$ 2,56 trilhões |
| PIB PPP (2016, FMI): | US\$ 2,88 trilhões |
| PIB PER CAPITA (2016): | USD 40,1 mil (est.) |
| PIB PPP PER CAPITA (2016): | USD 42,5 mil (est.) |
| VARIAÇÃO DO PIB (FMI): | 1,7% (2017, est.); 1,9% (2016); 2,19% (2015); 3,07% (2014); 1,91% (2013) |
| IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2015): | 00,909/16º lugar entre 188 países |
| EXPECTATIVA DE VIDA, 2017: | 80,8 (PNUD) |
| ALFABETIZAÇÃO | 99% (UNESCO) |
| ÍNDICE DE DESEMPREGO: | 4,4% (<i>Office for National Statistics</i> , 2017) |
| UNIDADE MONETÁRIA: | Libra Esterlina |
| EMBAIXADOR EM BRASÍLIA: | Vijay Rangarajan (desde junho de 2017) |
| BRASILEIROS NO PAÍS: | 180 mil (estimativa do Itamaraty) |

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-REINO UNIDO (US\$ milhões) (MDIC)

| Brasil → R.U. | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Intercâmbio | 6.343 | 6.131 | 7.783 | 8.579 | 7.968 | 7.682 | 7.084 | 5.707 | 5.138 | 5.148 |
| Exportações | 3.792 | 3.723 | 4.628 | 5.202 | 4.460 | 4.067 | 3.827 | 2.907 | 2.841 | 2.844 |
| Importações | 2.551 | 2.408 | 3.155 | 3.376 | 3.507 | 3.615 | 3.257 | 2.800 | 2.297 | 2.304 |



| | | | | | | | | | | |
|--------------|-------|-------|-------|-------|-----|-----|-----|-------|-----|-----|
| Saldo | 1.241 | 1.315 | 1.473 | 1.826 | 953 | 452 | 570 | 1.069 | 543 | 540 |
|--------------|-------|-------|-------|-------|-----|-----|-----|-------|-----|-----|

PERFIS BIOGRÁFICOS



Rainha Elizabeth II

Elizabeth II de Windsor é Chefe de Estado do Reino Unido e outros 15 países membros da Commonwealth. Nasceu em 21 de abril de 1926. Sua ascensão ao trono britânico se deu em 1952, após o falecimento de seu pai, Rei George VI. Em junho de 2012 celebrou o Jubileu de Diamante, comemorando seus 60 anos de reinado. É casada com o Duque de Edimburgo, Príncipe Philip, e tem quatro filhos e oito netos. Visitou o Brasil em uma única oportunidade, em novembro de 1968; o roteiro incluiu as cidades de Recife, Salvador, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.



Theresa May Primeira-Ministra

Nasceu em Eastbourne, em 1/10/1956. Estudou Geografia na Universidade de Oxford. Atuou no mercado financeiro antes de dedicar-se à política. Militante do Partido Conservador desde a universidade elegeu-se parlamentar, em 1997. Desde



então, mantém a cadeira de representante do distrito de Maidenhead. Foi dirigente ("Chairman") do Partido Conservador, entre 2002 e 2003. Foi secretária do Interior do governo de David Cameron, em 2010, e no partido, por seu empenho em atacar a questão do fluxo de imigrantes. Em julho de 2016, após a derrota do ex-primeiro-ministro Cameron no plebiscito que determinou a saída da União Europeia e foi eleita primeira-ministra. Casada desde 1980 com Philip May, executivo do setor financeiro, Theresa May não tem filhos.

APRESENTAÇÃO

O Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (Reino Unido) é país soberano da Europa Ocidental que inclui a ilha da Grã-Bretanha, a parte nordeste da ilha da Irlanda e ilhas menores. A Irlanda do Norte é a única parte do Reino Unido que compartilha fronteira terrestre com outro Estado soberano, a República da Irlanda. Com uma área de 242.500 quilômetros quadrados, o Reino Unido é o 78º maior estado soberano do mundo e o 21º país em população, com cerca de 65,6 milhões de habitantes.

O Reino Unido é monarquia constitucional sob o regime de uma democracia parlamentar. A rainha Elizabeth II está no trono desde 1952. A capital e maior cidade do Reino Unido é Londres, centro financeiro com área urbana de cerca de 10,3 milhões de habitantes. Outras grandes áreas urbanas no Reino Unido incluem as aglomerações centradas em Manchester, Birmingham, Leeds, Glasgow e Liverpool.

É um dos principais Estados membros da União Europeia (UE) e seu antecessor, a Comunidade Económica Europeia (CEE), desde 1973. No entanto, um referendo em junho de 2016 resultou em que 51,9% dos eleitores do Reino Unido favoreceram a retirada do país da UE. O Reino Unido e a UE estão atualmente engajados em negociações para definir os termos da retirada do bloco e deverão definir o relacionamento futuro entre as partes preferencialmente antes da data prevista para a retirada do bloco europeu, em 29 de março de 2019.

O Reino Unido detém a sexta maior economia do mundo pelo PIB nominal e a nona pela paridade de poder de compra. Conta com uma economia de alta renda per capita e índice de desenvolvimento humano "muito alto", que ocupa o 16º lugar no mundo. É um dos primeiros países industrializados, berço da Revolução Industrial, e elevado à categoria de potência durante o século XIX e início do século XX. É um Estado de armas nucleares reconhecido e o 6º país em gastos militares no mundo. É membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas desde a sua primeira sessão em 1946. Reino Unido é também membro da *Commonwealth of Nations*, do G7, do G20, da OTAN, da Organização de Cooperação e



Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

RELAÇÕES BILATERAIS

A parceria estratégica que une Brasil e Reino Unido, desde 2012, está assentada em relações históricas entre os dois países. Já em 1825, o Reino Unido reconheceu a independência do Brasil. Em 1919, Brasil e Reino Unido elevaram suas legações em Londres e no Rio de Janeiro, respectivamente, à categoria de Embaixadas.

O século XX representou, não obstante, período de diminuição da presença britânica no Brasil, em linha com o declínio da posição relativa do Reino Unido no mundo. Essa trajetória, porém, passou por uma marcada inflexão no início do novo milênio, fruto da percepção mútua de que ao Brasil e ao Reino Unido interessa a intensificação das relações bilaterais e a construção de parceria estratégica com escopo global.

O governo britânico tem singularizado o Brasil como país prioritário. Além da importância nos domínios do comércio e dos investimentos, o Brasil é identificado como parceiro do Reino Unido nos mais importantes foros internacionais, em vista da convergência de valores (democracia, proteção ao meio ambiente, promoção dos direitos humanos) e da percepção positiva sobre a capacidade diplomática brasileira. Em janeiro de 2017, a PM Theresa May, no discurso de Lancaster House, no qual lançou as diretrizes do Brexit, referiu-se ao futuro Reino Unido como sendo um país com parcerias globais ("global Britain") e singularizou o interesse em parcerias com grandes países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

Brasil e Reino Unido mantêm longa tradição de relações econômico-comerciais. Ao iniciar o ano de 2018, o relacionamento bilateral vê-se influenciado positivamente pela recuperação da economia brasileira. O comércio, que vinha caindo nos cinco anos anteriores, voltou a ter crescimento, ainda que pequeno, ao final de 2017, e mesmo antes foram anunciados novos investimentos britânicos no Brasil, como da Shell e da Jaguar Land Rover, e brasileiros no Reino Unido, como da Natura, que adquiriu a The Body Shop em negócio estimado em € 1 bilhão.

Retomaram-se, por outro lado, contatos entre os dois governos sobre dupla tributação, bem como se passou a examinar oportunidades nas áreas de mercado de capitais e seguro e resseguro. Em fevereiro de 2018, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o BNDES e o UK Export Finance sobre cooperação em matéria de créditos para exportação.

De grande relevância para o adensamento dos laços entre os dois países foi a assinatura do contrato de aquisição, pela Marinha do Brasil do porta-helicópteros HMS Ocean, que contribui para reforçar a cooperação bilateral na área de defesa. A



incorporação do HMS “Ocean” à Marinha do Brasil deverá ocorrer em 29 de junho de 2018 com chegada ao Brasil prevista para agosto próximo.

O Reino Unido é, ademais, o sétimo principal investidor no Brasil. As empresas britânicas presentes no Brasil estão entre as mais importantes em atuação no País em termos de faturamento (Aecom, Anglo American, Arcelor Mittal, Babcock, Balfour Beatty, BG Group, British Airways, BP, Diageo, GSK, HSBC, JCB, Lloyds, Rio Tinto, Rolls-Royce, Shell). De acordo com registros do Banco Central (BACEN), destacam-se nos seguintes setores: serviços relacionados à extração de petróleo e gás, energia, mineração e bancos múltiplos com carteira comercial. O grupo British Gas (BG), um dos maiores produtores mundiais de petróleo e gás, investirá US\$ 30 bilhões no Brasil até 2020. Entre esses investimentos está a construção do seu centro global de desenvolvimento de tecnologia, localizado no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estimado em US\$ 1,5 bilhão. A Shell, por sua vez, como resultado dos segundo e terceiro leilões do pré-sal, no qual a empresa arrematou três áreas em consórcio na Bacia de Santos (Sapinhoá, Gato-do-Mato e Alto de Cabo Frio Oeste), estima investir cerca de US\$2 bilhões ao ano até 2020 no País. A petroleira British Petroleum (BP), ademais, é uma das maiores investidoras do setor de biocombustíveis no Brasil e foi a primeira empresa internacional de energia a investir no etanol brasileiro.

O intercâmbio de visitas de alto nível tem sido significativo. Além das visitas da então presidente Dilma Rousseff a Londres (julho de 2012) e do então primeiro-ministro David Cameron ao Brasil (setembro de 2012), o vice-primeiro-Ministro Nick Clegg esteve no Brasil duas vezes (junho de 2011 e junho de 2012, por ocasião da Rio+20) e o então vice-presidente Michel Temer visitou o Reino Unido em duas oportunidades (agosto de 2012 e junho de 2013). O ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes realizou visita de trabalho a Londres em agosto de 2017. Os ministros do Comércio, Liam Fox, e do Erário, Philip Hamond, do Governo da PM Theresa May, realizaram visitas ao Brasil, respectivamente em dezembro de 2016 e em julho de 2017.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Reino Unido é estimada, pelo Itamaraty, em cerca de 180 mil pessoas – a maior na Europa. O público brasileiro é atendido pelo Consulado-Geral do Brasil em Londres e por quatro consulados honorários, em Cardiff, Edimburgo, Glasgow e Manchester.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros.

POLÍTICA INTERNA

As eleições gerais de maio de 2015 resultaram em ampla vitória do Partido Conservador, do então primeiro-ministro David Cameron, que, entre 2010 e 2015,



havia governado em coalizão com o Partido Liberal-Democrata. No Partido Conservador, a chamada ala "eurocética" se havia fortalecido nas eleições de 2015. Para lograr o apoio deste setor, o primeiro-ministro Cameron assumiu o compromisso de convocar um referendo sobre a participação do Reino Unido na UE até 2017 para efeito de decidir se o país permaneceria na União Europeia ou se sairia dela. O embate entre as duas propostas ("remain" ou "leave") passou então a dominar a vida do país e levou o chefe do governo a tentar superar rapidamente o impasse, antecipando, em um ano, a data da consulta popular. Sofreu um surpreendente revés com a vitória, por estreita margem (51,9%), da opção de retirada do bloco europeu.

O Brexit fora consequência de debate interno que se arrastava desde os anos setenta, quando o Reino Unido, como resultado igualmente de decisão plebiscitária, havia aderido ao projeto da integração europeia. Mas além de sócio tardio, Londres optou por ficar fora da zona do euro e do espaço Schengen. Pouco a pouco, sobretudo a partir do final da era Thatcher, o tema tornou à agenda política do país.

Diante do resultado, o então primeiro-ministro Cameron viu-se forçado a renunciar, sendo substituído por Theresa May, que ocupava, no gabinete Cameron, a pasta da secretária do interior. Fatores inesperados, como a crise da imigração na Europa e o fluxo de refugiados oriundos do Oriente Médio e do norte da África, também influenciaram no resultado da votação.

Em maio de 2017, a primeira-ministra convocou eleições gerais antecipadas, com o intuito de consolidar sua maioria parlamentar, fortalecer sua posição no seio do Partido Conservador e reforçar a posição negociadora do Reino Unido, que se preparava para fase decisiva das negociações com a UE sobre o Brexit. O resultado da eleição, contudo, não foi o esperado. O Partido Conservador perdeu a maioria no Parlamento, sendo levado a formar governo de minoria, com o apoio do "Democratic Unionist Party" (DUP), da Irlanda do Norte.

“BREXIT”

O processo de saída de Estado-Membro é regido pelo artigo 50 do Tratado de Lisboa e consiste em negociação abrangente, com vistas a estabelecer os parâmetros para a saída, bem como o futuro do relacionamento com o bloco. Uma vez alcançado entendimento, este será submetido à apreciação do Parlamento de Estrasburgo (decisão por maioria simples, de 751 deputados, em votação na qual, em princípio, os parlamentares britânicos poderão tomar parte) e, em seguida, do Conselho Europeu (com aprovação por maioria qualificada, por meio do voto favorável de vinte países).

Segundo previsto, o Reino Unido e a União Europeia terão dois anos, até 29 de março de 2019, para negociar os termos da retirada do país do bloco. Os temas prementes das negociações serão o pagamento de compensação para a UE, o futuro



de três milhões de cidadãos europeus no Reino Unido e de um milhão de britânicos na UE, bem como a situação da fronteira com a Irlanda.

A primeira fase das negociações entre o RU e a UE foram concluídas em dezembro de 2017, com a aprovação, pela Comissão Europeia, o que garantiu aval para que se iniciasse a segunda etapa das negociações entre as partes, representando importante vitória da primeira-ministra Theresa May. Nessa etapa, teriam sido obtidos progressos suficientes em relação aos três principais contenciosos: i) compromissos financeiros do RU com a UE; ii) situação da fronteira com a Irlanda e iii) situação dos cidadãos da UE no RU e do RU na UE). Analistas britânicos estimam que tais negociações possam estar concluídas até meados de outubro de 2018, de modo que os países remanescentes da UE (UE-27) possam aprová-las nos seus parlamentos e ratificá-las até março de 2019.

O resultado da negociação dependerá, ainda, das condições a serem estabelecidas para o período de transição - ou, como preferem os britânicos, de implementação - que se seguirá à data de ruptura dos laços com a União Europeia, qual seja, 29 de março de 2019. A partir desta data terá início período no qual o Reino Unido já não será mais formalmente membro da UE. No entanto, está acordado que durante esse interregno continuariam a vigorar no Reino Unido toda a normativa comunitária e os acordos concluídos com terceiros países. Em outras palavras, seria mantido o *status quo*, para efeito de se assegurar estabilidade no campo das relações comerciais e econômicas, embora juridicamente o Reino Unido não mais tenha voz nem voto no seio da União Europeia. Ainda está por definir-se, igualmente, o futuro do relacionamento do Reino Unido com a UE, a partir do final do período de transição.

POLÍTICA EXTERNA

O Brexit colocou a política britânica no centro das atenções internacionais. Foi, de alguma maneira, fenômeno que refletiu novas tendências desagregadoras no mundo. Impuseram-se, assim, desafios além do relacionamento do Reino Unido com a Europa, anunciando um momento de transição para um país com projeção global ("Global Britain").

Tradicionalmente, a política externa do Reino Unido refletiu a posição do país como potência de presença e interesses globais, com assento nas principais instâncias internacionais de deliberação (Conselho de Segurança das Nações Unidas, G7, G20, OMC, etc) e que mantém uma relação sólida, densa e especial com os Estados Unidos. Na Europa, nos últimos dois séculos, o Reino Unido mantinha engajamento pragmático com os parceiros europeus, procurando sempre preservar, entretanto, algum grau de liberdade, decorrente de sua condição de insularidade.



O *Foreign and Commonwealth Office* (FCO) – ministério de Relações Exteriores do RU – é fundamental instrumento para promover e preservar interesses e espaços de influência do Reino Unido em um cenário contemporâneo complexo no quadro do Brexit. O FCO mantém rede de cerca de 270 postos que empregam 14 mil pessoas e, juntamente com outras agências governamentais, em particular o *Department for International Development* (DfID), opera imensa quantidade de recursos a título de cooperação internacional: em 2012, a ajuda oficial britânica para o desenvolvimento somou £8,766 bilhões (cerca de R\$35 bilhões), ou 0,56% do Produto Nacional Bruto.

Para o atual secretário de Estado do Reino Unido Boris Johnson, com o Brexit o Reino Unido deverá manter-se ao mesmo tempo europeu e global. O secretário defende ser equívoco qualquer tentativa de reverter o referendo de 23 de junho de 2016, o que seria interpretado como "traição" pelo povo britânico. Para o chefe da diplomacia britânica, o Brexit: i) não compromete a segurança e a posição estratégica do Reino Unido com a defesa da Europa e o país se manteria envolvido na política externa e de segurança europeia; ii) não se trata de voto em favor do nacionalismo ou da xenofobia, trata-se apenas de reengajar o país com a sua identidade global "; iii) trará de volta prosperidade e liberdade econômica para investir em prioridades domésticas, como o sistema social e controle sobre a imigração de trabalhadores não qualificados. Em referência à união aduaneira e ao mercado comum, o secretário Johnson ponderou que os benefícios econômicos da associação com o bloco europeu não seriam tão óbvios. Comparou que, desde 2010, as exportações britânicas aumentaram mais fora do bloco: UE - 10%; Nova Zelândia - 40%; Arábia Saudita - 41%; EUA - 41%; China - 60%; Japão - 60%; e Coreia - 100%.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com PIB de US\$ 2,56 trilhões, o Reino Unido é a sexta maior economia do mundo, representando cerca de 4% do PIB global.

No quarto trimestre de 2017, dados oficiais estimam ter o PIB do Reino Unido crescido 0,4%. Em termos anuais, a economia teria avançado 1,7% (ligeiramente abaixo do ritmo de 1,9% alcançado em 2016). Embora não se tenham concretizado - até o momento - as previsões relativas ao desempenho da economia britânica divulgadas à época da campanha do referendo, o impacto negativo da decisão de deixar a UE parece fazer-se sentir, especialmente na queda relativa do consumo e na redução do ritmo de crescimento dos investimentos. Os gastos das famílias cresceram 1,8% em 2017, o menor ritmo de crescimento desde 2012 e os investimentos das empresas aumentaram apenas 0,1% no quarto trimestre.



O avanço do PIB em 2017 (1,7%) foi o menor dos últimos cinco anos, na contramão das demais economias desenvolvidas, cujo crescimento se tem acelerado. No âmbito do G7, o PIB britânico foi o que obteve menor taxa de expansão este ano. Em consonância com a estrutura da economia britânica, o setor de serviços, que representa cerca de, aproximadamente, 80% da economia nacional, figurou como o principal vetor do crescimento, avançando 0,6% no último trimestre. O destaque coube, porém, ao setor de manufaturas, que avançou 1,3%, marcando seu sétimo mês de expansão ininterrupta. Foi o setor que mais cresceu, em termos relativos, desde o referendo de 2016.

A recuperação da economia global (com destaque à da UE) foi importante impulsionador para a expansão da produção manufatureira e exportações britânicas. O aumento dos investimentos ao redor do mundo impulsionou a produção de máquinas e equipamentos no Reino Unido, que cresceu 8% (entre junho 2016 e o terceiro semestre de 2017).

No que diz respeito à balança comercial do Reino Unido, obteve-se redução do déficit no comércio de bens e serviços, graças ao aumento das exportações, caindo para £33,7 bilhões em 2017, contra £40,7 bilhões em 2016. As exportações britânicas tem-se beneficiado do cenário de desvalorização da libra, que tornou os produtos britânicos mais competitivos no mercado mundial. Também contribuiu a retomada da economia europeia, que acelerou o crescimento econômico no patamar 2,6% no quarto trimestre de 2017, a qual responde por cerca de 40% das exportações totais de bens e serviços britânicos.

A inflação, que chegou a 3,1% em novembro de 2017, bem acima da meta estabelecida pelo banco (2%), levou o Banco da Inglaterra (BoE) a elevar a taxa de juros de referência de 0,25% para 0,5%, trazendo-a de volta ao patamar pré-referendo. Segundo o BoE, a baixa taxa de desemprego - 4,4% em dezembro de 2017 – deverá exercer, em breve, pressão sobre os salários e, conseqüentemente, também sobre os preços. Na última reunião do Comitê de Política Monetária do BoE, em 8 de fevereiro, decidiu-se, entretanto, pela manutenção da taxa de juros de referência em 0,5%. Permanece, contudo, a preocupação com o avanço da inflação, que se deve, em larga medida, à desvalorização da libra provocada pelo processo do Brexit.

Comércio exterior

Comércio global

Segundo o Departamento Nacional de Estatísticas do governo britânico, o comércio global registrou queda do déficit acumulado da balança comercial do Reino Unido de bens e serviço alcançou £33,7 bilhões em 2017, contra £40,7 bilhões em 2016. O total do intercâmbio britânico em bens e serviços, em 2017, atingiu £1,168 trilhão, cerca de £617,2 bilhões de exportações e £650,9 bilhões de importações.



O total do intercâmbio de bens em 2017 foi de £823 bilhões (£342,5 bilhões de exportações e £480,5 bilhões de importações). O déficit acumulado em bens, exclusivamente, aumentou para £138 bilhões em 2017, comparado com os £135,5 bilhões observado em 2016. No período, tanto as exportações (11,3%) como as importações (9,3%), mostraram crescimento.

O déficit do Reino Unido no comércio de bens com os países da União Europeia caiu em £1,2 bilhões, alcançando o total de £95,3 bilhões, comparado com o déficit de £96,5 bilhões observado em 2016 como consequência no aumento de 14,9% nas exportações contra 8,5% nas importações. Com os demais países (fora da União Europeia) o déficit aumentou, passando £39 bilhões em 2016 para £42,7 bilhões em 2017.

Os principais mercados de destino das exportações britânicas em 2017 foram Estados Unidos, com £48,9 bilhões (aumento de 2,9%); Alemanha, com £37,7 bilhões (aumento de 15,6%); França, com £25,9 (aumento de 33,5%), Países Baixos, com £21,6 bilhões (aumento de 11,9%), República da Irlanda, com £19,6 bilhões (aumento de 15,3%), e China, com £18,2 bilhões (aumento de 34,2%). Cabe ressaltar que o grupo de seis países mencionados foi responsável por 50,1% do total das exportações britânicas em 2017.

No que se referem às importações britânicas, os principais parceiros foram Alemanha, com £69,5 bilhões (aumento de 7,4%); China, com £43,7 bilhões (aumento de 7,6%); Países Baixos, com £41 bilhões (aumento de 16,5%); Estados Unidos, com £38,5 bilhões (aumento de 4,6%), França, com £27,4 bilhões (aumento de 9,2%), e Bélgica, com £26 bilhões (aumento de 6,6%). Este grupo de seis países foi responsável, no ano, por 51,2% do total das importações britânicas.

Ressalte-se o desempenho positivo das transações na área de serviços, que contribuíram para a queda no déficit na balança comercial. As exportações de serviços do Reino Unido alcançaram, em 2017, o valor de £274,8 bilhões com as importações a atingirem £170,4 bilhões, o que resultou em superávit do setor de serviços de £104,3 bilhões.

Comércio bilateral

Uma análise do comércio bilateral entre o Reino Unido e o Brasil, segundo dados do "HM Revenue & Customs (HMRC)" para 2017, revela retração de 3,5% em relação a 2016, alcançando £3,8 bilhões, como consequência da queda mais acentuada das importações britânicas do Brasil. No período, o Reino Unido importou do Brasil bens no valor de £1.875 bilhão (queda de 5,9% em relação a 2016). No mesmo ano, o Reino Unido exportou para o País mercadorias no valor de £1,963 bilhão (queda de 1,2% em relação a 2016).

Em resumo, os resultados apontam para leve queda do comércio exterior do Reino Unido com o Brasil, que perdeu posição como parceiro comercial. O Brasil é o



40º parceiro comercial para as importações do Reino Unido (37º em 2016) e 31º para as exportações (29º em 2016).

Investimentos

O estoque de Investimento Estrangeiro Direto (IED) do Reino Unido no Brasil somou, em 2012, US\$ 46 bilhões, o que torna o país o quarto maior investidor estrangeiro no Brasil. Destacam-se, como principais destinos para investimentos britânicos no Brasil, os seguintes setores: serviços relacionados com a extração de petróleo e gás, energia, mineração e bancos múltiplos com carteira comercial.

| Investimentos Diretos Reino Unido (RU)-Brasil (em US\$ milhões) | | | | | | | | | | |
|---|----------------------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Estoque ¹ | | | Fluxo | | | | | | |
| | 2010 | 2012 | 2015 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Origem: RU | 16.019 | 21.051 | 15.549 | 2.749 | 1.978 | 1.203 | 2.031 | 1.691 | 3.596 | 1.171 |
| Origem: Brasil | 1.065 | 1.558 | | 83 | 339 | 332 | 35 | 143 | 5 015 | 186 |

Dados do Banco Central do Brasil

¹ **Estoque** é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O **fluxo** são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).



CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1707 – O Tratado de União é assinado e une a Inglaterra e a Escócia como o Reino da Grã-Bretanha (1º de maio). Irlanda é incorporada em 1801.
- 1807 – Grã-Bretanha abole o tráfico de escravos (25 de março).
- 1914 – Grã-Bretanha declara guerra à Alemanha (4 de agosto).
- 1921 – Tratado Anglo-Irlandês reconhece o Estado Livre da Irlanda (República da Irlanda) como um país independente, permanecendo a Irlanda do Norte sob o controle do Reino Unido, cujo nome oficial passa a ser Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.
- 1932 – Criada a Comunidade Britânica, associação de estados soberanos independentes, em sua maioria ex-territórios do Império Britânico.
- 1939 – O Reino Unido, junto com Austrália e Nova Zelândia, declara guerra à Alemanha nazista (2 de setembro).
- 1944 – A conferência de Dumbarton Oaks, em Washington, com participação de Reino Unido, China, EUA e União Soviética, discute a ordem internacional no pós-Guerra e elabora um primeiro esboço da futura ONU (7 de outubro).
- 1946 – Londres sedia a primeira reunião das Nações Unidas, da qual participaram mais de 50 delegações, incluindo o Brasil (30 de janeiro).
- 1952 – Coroação da Rainha Elizabeth II, na Abadia de Westminster (2 de junho).
- 1973 – Reino Unido, Dinamarca e Irlanda ingressam na CEE (1º de janeiro).
- 1975 – Realizada em Rambouillet, França, a primeira reunião dos cinco países mais ricos do mundo, que dará origem ao G-7, formado por Reino Unido, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e RFA (17 de novembro).
- 1981 – Casamento do Príncipe Charles com Lady Diana Spencer, a Princesa de Gales.
- 1982 – Guerra das Malvinas (declarada em 2 de abril).
- 1990 – Margaret Thatcher renuncia; John Major torna-se Primeiro-Ministro (22 de novembro).
- 1997 – Diana, Princesa de Gales, morre em acidente de carro em Paris (31 de agosto).
- 1997 – Líder trabalhista Tony Blair é eleito Primeiro-Ministro (1º de maio).
- 2005 – Ataques terroristas atingem o sistema de transporte público, causando a morte de 56 pessoas em Londres (7 de julho).
- 2007 – Término de 10 anos da gestão Tony Blair. Eleito líder do Partido Trabalhista, o PM Gordon Brown assume Downing Street (27 de junho).
- 2010 – Vitória do Partido Conservador nas eleições gerais. Formação de governo de coalizão com o Partido Liberal-Democrata (12 de maio).



-
- 2011 – Referendo sobre o sistema eleitoral alternativo e vitória do Partido Nacional Escocês nas eleições regionais (5 de maio); os distúrbios de rua mais violentos da história recente do país resultam em 4 mortes, centenas de feridos e prejuízos da ordem de bilhões de libras (agosto).
-
- 2012 – Londres sedia os Jogos Olímpicos.
-
- 2014 – A maioria dos escoceses (55,3%) vota pela permanência no Reino Unido em referendo sobre a independência da Escócia (18 de setembro).
-
- 2016 – Referendo em 23 de junho de 2016 decide por maioria estreita (51,9%) pela retirada do Reino Unido da União Europeia.
-
- 2017 – Eleições antecipadas, realizada em junho, resultaram em perda de maioria no Parlamento para o Partido Conservador, sendo levado a formar governo de minoria, com o apoio do "Democratic Unionist Party" (DUP), da Irlanda do Norte.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1825 – Reino Unido reconhece a independência do Brasil.
- 1890 – Reino Unido reconhece, em 3 de dezembro, a República do Brasil.
- 1901 – Arbitramento bilateral da fronteira com a Guiana Inglesa.
- 1919 – Elevada à categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Londres. Reciprocamente, o Reino Unido eleva à Embaixada a Legação no RJ.
- 1944 – Na Conferência de Dumbarton Oaks, britânicos e soviéticos rejeitam proposta norte-americana de assento permanente do Brasil no CSNU.
- 1968 – Rainha Elizabeth II realiza primeira visita oficial de membro da realeza ao Brasil.
- 1982 – Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, embora reconheça a soberania argentina; proibiu pouso e sobrevoo de aviões britânicos.
- 1997 – Visita de Estado do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Reino Unido.
- 2001 – Primeiro-Ministro Tony Blair realiza a primeira visita oficial de Chefe de Governo britânico ao Brasil.
- 2003 – Reino Unido anuncia apoio a um assento permanente do Brasil no CSNU (14 de julho).
- 2003 – Participação do Presidente Lula na Cúpula Governança Progressista (13 e 14 de julho).
- 2005 – Visita do Presidente Lula, durante a Cúpula do G8, em Gleneagles (06 de maio).
- 2006 – Visita de Estado do Presidente Lula a Londres (7 a 9 de março).
- 2007 – Visita privada do Presidente Lula a Londres quando assiste partida de futebol, na reinauguração do estádio de Wembley (BRA 1 x ING 1) (1º e 2 de junho).
- 2007 – Em conversa telefônica, primeiro-ministro Gordon Brown reitera ao Presidente Lula o apoio britânico a assento permanente no CSNU e à presença do país no “outreach” G8+5 (10 de julho).
- 2009 – Quarta visita do Príncipe Charles, após 1978, 1991 e 2002 (11 a 15 de março).
- 2009 – Primeiro-Ministro Gordon Brown viaja ao Brasil em sua primeira visita ao país (25 e 26 de março).
- 2009 – Presidente Lula visita Londres, no contexto da Cúpula do G20 (1º e 2 de abril).
- 2009 – Presidente Lula recebe Prêmio Chatham House e participa de Seminário de Investimentos no Reino Unido (4 e 5 de novembro).
- 2011 – Visita ao Brasil do vice-primeiro-Ministro Nick Clegg, acompanhado de expressiva delegação empresarial (21 a 23 de junho).



- 2012 – Vice-Primeiro Ministro Nick Clegg visita o Brasil novamente, para a Rio+20 (junho).
- 2012 – Presidente Dilma visita o Reino Unido para a abertura dos Jogos Olímpicos (27 de julho).
- 2012 – Vice-Presidente Michel Temer visita o Reino Unido (agosto).
- 2012 – Primeiro-Ministro David Cameron visita o Brasil (setembro).
- 2013 – Vice-Presidente Michel Temer visita novamente o Reino Unido (junho).
- 2014 – Visita do secretário de Estado para Negócios Estrangeiros do Reino Unido, William Hague, a Manaus, Brasília e São Paulo (17 a 19 de fevereiro)
- 2015 – Viagem do ministro Mauro Vieira a Londres, por ocasião do IV Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido (25 de fevereiro)
- 2016 – Viagem do ministro Mauro Vieira a Londres, ocasião em que manteve a reunião com o Ministro de Estado para o Comércio e Investimento do Reino Unido, Lorde Maude, à margem da Conferência Internacional de Apoio à Síria e Região (4 de fevereiro)
- 2016 – Visita do secretário de Estado de Comércio Internacional e presidente do Conselho de Comércio do Reino Unido Liam Fox (7 de dezembro)
- 2017 – O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, visita Londres e mantém reunião de trabalho com o secretário de Estado para o Exterior do Reino Unido, Boris Johnson (25 de agosto)



**ACORDOS
BRASIL-REINO UNIDO**

| Título dos Acordos | Assuntos | Data da celebração | Data da entrada em vigor |
|--|--|---------------------------|------------------------------------|
| Acordo de Coprodução Cinematográfica Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Cooperação Artístico-cultural Cooperação Econômica Cooperação Técnica | 28/09/2012 | 03.01.2017 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação em Matéria de Legado Econômico, Social, Ambiental e Material e Legados Referentes a Atividades Esportivas e Físicas Relativas à Organização das Olimpíadas. | Cooperação Educacional e Esportiva Cooperação Técnica Entendimento | 28/09/2012 | 28.09.2012 |
| Carta de Intenções entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Apoiar a Segurança Alimentar e Nutricional em Países de Baixa Renda | Intenções Direitos Humanos | 12/04/2012 | 12.04.2012 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Parceria para o Desenvolvimento Mundial | Cooperação Artístico-cultural Entendimento | 21/06/2011 | 21.06.2011 |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e Outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional | Aduanas, Impostos e Tarifas | 02/09/2010 | Data de ratificação: 13.12.2011 |



| | | | |
|---|---|------------|------------|
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação para Desenvolver Legados Econômico, Comercial e de Reputação como Anfitriões das Olimpíadas | Cooperação Educacional e Esportiva Cooperação Técnica Entendimento | 25/03/2010 | 25.03.2010 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação em Matéria de Legado Econômico, Social e Material e Legados Referentes a Atividades Físicas e Desportivas, Relativos à Organização das Olimpíadas. | Cooperação Educacional e Esportiva Cooperação Técnica Entendimento | 04/11/2009 | 04/11/2009 |
| Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação em Assuntos Migratórios | Migrações Entendimento | 24/03/2009 | 24/03/2009 |
| Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular | Dependentes - Atividades Remuneradas Relações Diplomáticas e Consulares | 27/03/2007 | 23/10/2009 |
| Carta de Intenções. Programa de Intercâmbio Institucional entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da República Federativa do Brasil e a Comissão para a Igualdade Racial da Grã-Bretanha | Direitos Humanos Declaração Conjunta | 07/03/2006 | 07/03/2006 |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros Decorrentes do Transporte Marítimo e Aéreo | Aduanas, Impostos e Tarifas Transporte Aéreo Transporte Fluvial e Marítimo | 27/07/2005 | 22/07/2008 |



| | | | |
|---|--|------------|------------|
| Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte | Direito Penal | 07/04/2005 | 13/04/2011 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte sobre a Implementação de Isenções Tributárias Recíprocas no Setor de Transporte Aéreo. | Aduanas, Impostos e Tarifas Entendimento Transporte Aéreo | 09/06/2004 | 09/06/2004 |
| Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Wilton Park. | Academias Diplomáticas Cooperação Técnica | 11/12/2002 | 11/12/2002 |
| Plano de Ação Conjunta Brasil-Reino Unido | Declaração Conjunta Comércio Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Educacional e Esportiva Direitos Humanos Meio Ambiente | 30/07/2001 | 30/07/2001 |
| Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Tratado de Extradicação de 18/07/1995, para Extensão de sua Aplicação à Ilha de Man. | Extradicação | 01/08/2001 | 01/08/2001 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Esquema Internacional de Observadores Científicos da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos. | Meio Ambiente Cooperação Científica e Tecnológica Entendimento Pesca | 29/05/2001 | 20/05/2001 |
| Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação em Assuntos de Defesa | Defesa e Assuntos Militares Entendimento | 11/07/2000 | 11/07/2000 |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte Sobre Transferência de Presos | Direito Penal | 20/08/1998 | 11/12/2001 |



| | | | |
|---|--|------------|------------|
| Acordo por Troca de Notas Sobre Isenção de Vistos Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte | Vistos e Imigração | 02/07/1998 | 02/07/1998 |
| Declaração Conjunta Sobre Educação Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte | Declaração Conjunta | 23/04/1998 | 23/04/1998 |
| Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, de 18/01/68, para Implementação de Projetos nas Áreas Circunscritas pela Política de Cooperação Técnica Bilateral Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte. | Cooperação Técnica | 13/02/1998 | 13/02/1998 |
| Plano de Ação Conjunta Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha | Declaração Conjunta | 04/12/1997 | 03/12/1997 |
| Declaração Conjunta Sobre Direitos Humanos Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte. | Declaração Conjunta | 03/12/1997 | 03/12/1997 |
| Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte | Cooperação Científica e Tecnológica | 03/12/1997 | 14/07/2000 |
| Memorando de Entendimento sobre Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte Sobre Assistência Administrativa Mútua Entre Suas Administrações Aduaneiras | Aduanas, Impostos e Tarifas | 03/12/1997 | 03/12/1997 |



| | | | |
|---|--|------------|------------|
| Ajuste Complementar sobre o Projeto "Política de Recursos Naturais- Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente - OEMAS (Roraima, Amapá, Tocantins e Maranhão)" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Recursos Naturais | 01/09/1997 | 30/10/1997 |
| Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte Relativo, por Troca de Notas, sobre o Projeto de Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Bacia do Rio Pirapama | Meio Ambiente | 31/03/1997 | 29/04/1997 |
| Ajuste Complementar Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Entre o Governo do Reino Unido da Grã- Bretanha e a Irlanda do Norte e o Governo da República Federativa do Brasil de Suporte à Reforma do Sistema de Saúde no Brasil. | Saúde | 29/01/1996 | 28/02/1996 |
| Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã- Bretanha e a Irlanda do Norte | Extradicação | 18/07/1995 | 13/08/1997 |
| Ajuste Complementar, por Troca de Notas, Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para Pesquisa em Silvicultura Tropical entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte | Meio Ambiente Cooperação Técnica | 21/10/1993 | 20/11/1993 |
| Ajuste Complementar, por Troca de Notas, relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para o Estudo da Biomassa e Nutrientes de Ecossistemas Florestais da Amazônia Central entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Meio Ambiente Cooperação Técnica | 21/10/1993 | 20/11/1993 |



| | | | |
|--|--|------------|------------|
| Ajuste Complementar, por Troca de Notas, Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para a Preparação de Plano de Manejo da Reserva Ecológica do Lago Mamirauá, nas Florestas Inundadas do Alto Amazonas entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Meio Ambiente | 21/10/1993 | 20/11/1993 |
| Ajuste Complementar, por Troca de Notas, relativo a Projeto de Cooperação Técnica para a Identificação de Espécies Vegetais da Flora Amazônica na Reserva Florestal Adolfo Ducke entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte | Meio Ambiente Cooperação Técnica | 20/07/1992 | 19/08/1992 |
| Ajuste Complementar Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para um Programa de Preservação e Restauração do Meio Ambiente em Áreas de Castanhais Nativas da Região do Rio Tocantins no Estado do Pará. | Meio Ambiente | 11/11/1991 | 11/11/1991 |
| Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para o Estudo de Ecossistemas de Matas de Várzea do Estuário Amazônico | Meio Ambiente | 18/07/1991 | 17/08/1991 |
| Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para o Estudo do Potencial Econômico das Plantas Aromáticas do Estado do Pará | Meio Ambiente | 14/11/1990 | 14/11/1990 |



| | | | |
|--|----------------------|------------|------------|
| Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte, nº 51, ao Acordo de Cooperação Técnica de 18/01/68 Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para Instalação de Estação de Pesquisa Reserva Biológica de Caxiuanã para o Estudo de Ecossistemas da Amazônia | Meio Ambiente | 30/10/1990 | 30/10/1990 |
| Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, ptn., nº 50, ao Acordo de Cooperação Técnica, de 18 de janeiro de 1968, Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para Melhoria do Controle da Poluição Ambiental no Estado de Pernambuco | Meio Ambiente | 30/10/1990 | 30/10/1990 |
| Ajuste Complementar entre a Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e o Governo da República Federativa do Brasil Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para a Observação do Clima Amazônico. | Meio Ambiente | 03/07/1990 | 03/07/1990 |
| Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil através da Agência Brasileira de Cooperação e a Administração de Desenvolvimento Ultramarino do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Meio Ambiente | 05/07/1989 | 05/07/1989 |
| Acordo, por troca de notas, entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte sobre Entorpecentes de 1988. | Entorpecentes | 08/11/1988 | 08/11/1988 |



| | | | |
|--|--|------------|------------|
| Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação Técnica, de 18 de Janeiro de 1968, sobre a Implantação do Complexo Industrial-Portuário de SUAPE, no Estado de Pernambuco, entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Cooperação para Unidades da Federação | 03/09/1982 | 03/08/1982 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Uso Pacífico de Energia Nuclear. | Entendimento | 02/12/1981 | 02/12/1981 |
| Cartas Reversais sobre Cooperação entre o Ministério da Agricultura do Brasil, e o Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentos da Grã-Bretanha. | Pesca | 17/09/1981 | 17/09/1981 |
| Acordo, entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, sobre um Programa de Intercâmbio de Oficiais da Marinha Brasileira e da Marinha Real Britânica. | Defesa e Assuntos Militares | 23/06/1981 | 23/06/1981 |
| Comunicado Conjunto, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Declaração Conjunta | 20/03/1981 | 20/03/1981 |
| Memorandum de Entendimento entre o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e o Governo da República Federativa do Brasil no âmbito do Programa Brasileiro do Carvão. | Energia | 19/03/1981 | 19/03/1981 |
| Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha Modificativa do Anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 31 de outubro de 1946. | Transporte Aéreo | 21/09/1979 | 21/09/1979 |



| | | | |
|---|---|------------|------------|
| Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil, a Alemanha, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e do Reino dos Países Baixos, estes como Partes do Acordo Tripartite de 04/03/70, Relativo ao Processo de Cent. Gasosa. | Energia Nuclear | 01/09/1978 | 01/09/1978 |
| Ajuste entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Emendando a Troca de Notas de 07/09/74 e 14/07/75, no Quadro de Contrato de Empréstimo Brasil-Reino Unido, de 1973, para a Execução do Projeto de Eletrificação do Jequitinhonha. | Empréstimos Transporte Aéreo | 18/05/1977 | 18/05/1977 |
| Troca de Notas, entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil, substituindo o Anexo e os Quadros de Rotas I e II do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 31 de outubro de 1946, anulando o seu Protocolo de assinaturas e a Troca de Notas de 27 de junho de 1952. | Transporte Aéreo | 05/01/1977 | 05/01/1977 |
| Troca de Notas, entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil, anulando a validade de Documentos Relacionados com o Acordo sobre Transportes Aéreos, de 31 de outubro de 1946. | Transporte Aéreo | 05/01/1977 | 05/01/1977 |
| Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Cooperação Artístico-cultural | 14/10/1976 | 07/02/1979 |
| Comunicado Conjunto de Imprensa Brasil-Reino Unido | Declaração Conjunta | 07/05/1976 | 07/05/1976 |
| Comunicado Conjunto de Imprensa Brasil-Reino Unido | Declaração Conjunta | 06/05/1976 | 06/05/1976 |
| Comunicado Conjunto à Imprensa Brasil-Reino Unido | Declaração Conjunta | 22/10/1975 | 22/10/1975 |
| Memorandum de Entendimento sobre Consultas a Respeito de Assuntos de Interesse Comum, entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil. | Consultas Diplomáticas | 21/10/1975 | 21/10/1975 |



| | | | |
|--|------------------------------|------------|------------|
| Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo entre o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil - Projeto de Eletrificação do Vale do Jequitinhonha. | Empréstimos | 14/07/1975 | 14/07/1975 |
| Acordo sobre os Débitos Provenientes da Encampação e Desapropriação de Companhias, entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil. | Pagamentos e Resgates | 01/03/1975 | 01/03/1975 |
| Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo, entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil - Projeto de Eletrificação do Vale do Jequitinhonha. | Empréstimos | 27/09/1974 | 27/09/1974 |
| Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo de 1973, entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil, Relativo ao Projeto Hospitalar do Estado do Piauí. | Empréstimos | 21/05/1974 | 21/05/1974 |
| Acordo Relativo a Empréstimo, Limitado a \$ 10,000,000, para Aquisição de Bens e Serviços no Reino Unido para Ajuda a Projetos de Desenvolvimento nas Regiões Menos Desenvolvidas do Brasil. | Empréstimos | 20/11/1973 | 20/11/1973 |
| Acordo, entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil, para Manutenção em vigor pelo período de um Ano da Seção 2 do Acordo de 21 de maio de 1948. | Meios de Comunicação | 13/04/1951 | 13/04/1971 |
| Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Meios de Comunicação | 26/01/1971 | 26/01/1971 |
| Entendimento sobre Exportação de Carne Relativo a Medidas Preventivas contra a Febre Aftosa e outras Doenças Infecciosas, entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. (Revisão do Acordo de Bledisloe). | Pecuária | 12/12/1968 | 12/12/1968 |



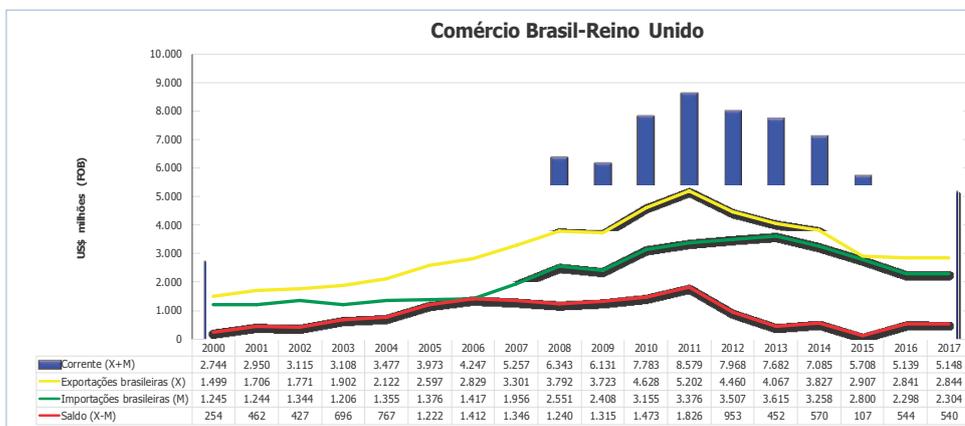
| | | | |
|---|--|------------|------------|
| Acordo sobre Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Cooperação Científica e Tecnológica | 18/01/1968 | 05/09/1968 |
| Acordo, entre a República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, para Evitar a Dupla Taxação de Lucros Decorrentes de Transportes Marítimo e Aéreo. | Aduanas, Impostos e Tarifas | 29/12/1967 | 29/12/1967 |
| Acordo, entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, sobre Concessão de Gratuidade ou Dispensa de Visto em Passaportes. | Vistos e Imigração | 29/08/1961 | 01/09/1961 |
| Acordo sobre Prestação de Serviço Militar, entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. | Defesa e Assuntos Militares | 05/04/1955 | 22/11/1960 |
| Acordo Provisório, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, para Conceder Isenção de Direitos Alfandegários aos Funcionários Consulares de Carreira. | Relações Diplomáticas e Consulares | 31/10/1952 | 31/10/1952 |
| Modificação ao Acordo sobre o Arroz entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã Bretanha. | Produtos Agrícolas | 20/07/1945 | * |
| Acordo para a Fixação dos Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Britânica. | Fronteiras e Soberania Territorial | 15/03/1940 | * |
| Acordo Administrativo entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte para o Transporte de Correspondência Consular em Sacos Especiais. | Malas Diplomáticas | 21/02/1930 | 01/07/1928 |
| Acordo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte. | Malas Diplomáticas | 07/06/1928 | 01/07/1928 |



| | | | |
|---|---|------------|------------|
| Tratado Geral e Convenção Especial e Complementar de Limites entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte Relativo a Linha Divisória entre o Brasil e a Guiana Britânica. | Fronteiras e Soberania Territorial | 22/04/1926 | 16/04/1929 |
| Acordo Relativo à Concessão de Vistos em Passaportes Diplomáticos entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte. | Vistos e Imigração | 21/07/1924 | 01/10/1924 |
| Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte para a Criação de uma Comissão de Paz. | Paz, Amizade, Comércio e Navegação | 04/04/1919 | 11/03/1921 |
| Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. | Arbitragem e Conciliação | 18/11/1909 | 06/05/1911 |
| Tratado de Arbitramento para a Fixação dos Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Britânica, com uma Declaração da Mesma Data. | Fronteiras e Soberania Territorial | 06/11/1901 | * |



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



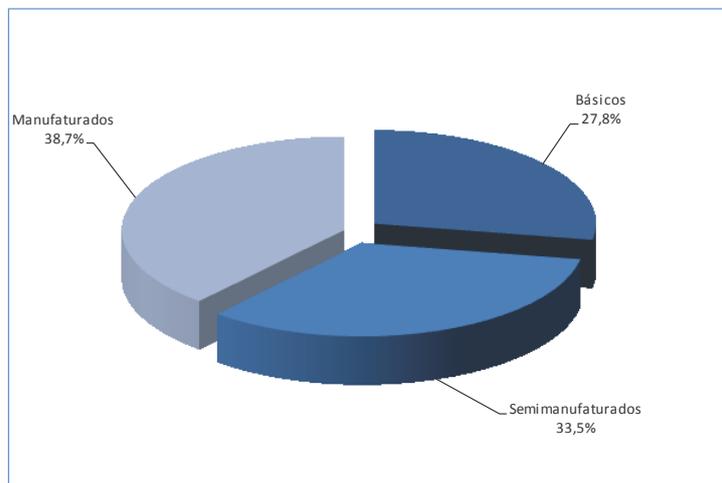
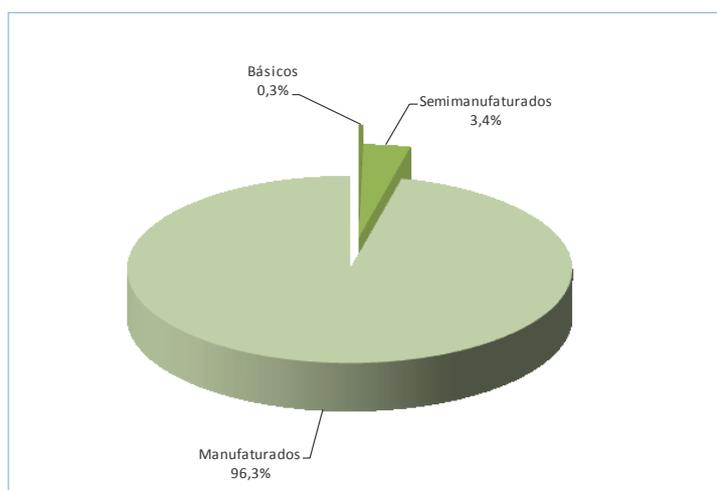
Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

| 2017 / 2018 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|----------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|-------|
| 2017 (jan-fev) | 385 | 256 | 640 | 129 |
| 2018 (jan-fev) | 556 | 332 | 888 | 224 |

Parte integrante do Aduiso da MSF nº 15 de 2018.

Página 36 de 51



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.



Composição das exportações brasileiras para o Reino Unido (SH4)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|--|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó | 715 | 24,6% | 842 | 29,6% | 797 | 28,0% |
| Soja | 144 | 5,0% | 154 | 5,4% | 248 | 8,7% |
| Preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue | 260 | 8,9% | 253 | 8,9% | 225 | 7,9% |
| Minérios de ferro | 272 | 9,4% | 122 | 4,3% | 134 | 4,7% |
| Café em grãos | 145 | 5,0% | 96 | 3,4% | 96 | 3,4% |
| Madeira compensada | 74 | 2,5% | 71 | 2,5% | 84 | 2,9% |
| Carnes e miudezas salgadas / salmoura, secas / defumadas | 88 | 3,0% | 99 | 3,5% | 72 | 2,5% |
| Móveis e outras partes | 82 | 2,8% | 75 | 2,6% | 71 | 2,5% |
| Partes de motores | 74 | 2,5% | 53 | 1,9% | 70 | 2,4% |
| Helicópteros e aviões | 9 | 0,3% | 80 | 2,8% | 67 | 2,4% |
| Subtotal | 1.864 | 64,1% | 1.846 | 65,0% | 1.863 | 65,5% |
| Outros | 1.044 | 35,9% | 996 | 35,0% | 981 | 34,5% |
| Total | 2.907 | 100,0% | 2.841 | 100,0% | 2.844 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

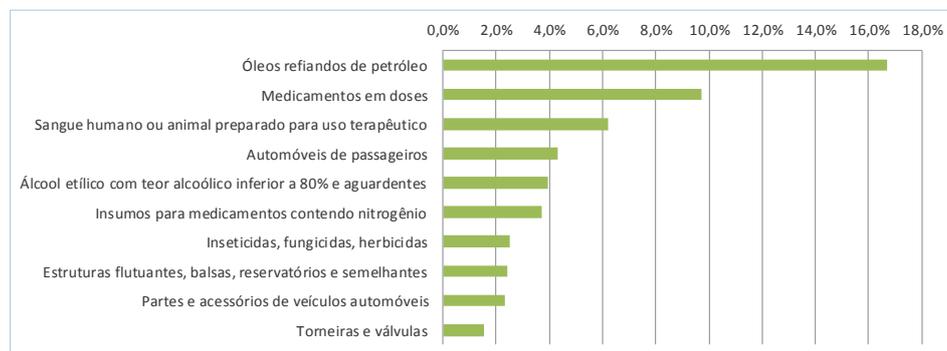


Composição das importações brasileiras originárias do Reino Unido (SH4)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|--|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Óleos refiados de petróleo | 8 | 0,3% | 55 | 2,4% | 385 | 16,7% |
| Medicamentos em doses | 204 | 7,3% | 179 | 7,8% | 223 | 9,7% |
| Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico | 211 | 7,5% | 222 | 9,6% | 143 | 6,2% |
| Automóveis de passageiros | 267 | 9,5% | 111 | 4,8% | 99 | 4,3% |
| Álcool etílico com teor alcoólico inferior a 80% e aguardentes | 96 | 3,4% | 72 | 3,1% | 91 | 3,9% |
| Insumos para medicamentos contendo nitrogênio | 148 | 5,3% | 117 | 5,1% | 85 | 3,7% |
| Inseticidas, fungicidas, herbicidas | 169 | 6,0% | 119 | 5,2% | 58 | 2,5% |
| Estruturas flutuantes, balsas, reservatórios e semelhantes | 130 | 4,6% | 115 | 5,0% | 56 | 2,4% |
| Partes e acessórios de veículos automóveis | 38 | 1,3% | 54 | 2,3% | 54 | 2,3% |
| Torneiras e válvulas | 79 | 2,8% | 55 | 2,4% | 36 | 1,6% |
| Subtotal | 1.348 | 48,1% | 1.099 | 47,8% | 1.231 | 53,4% |
| Outros | 1.452 | 51,9% | 1.199 | 52,2% | 1.073 | 46,6% |
| Total | 2.800 | 100,0% | 2.298 | 100,0% | 2.304 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



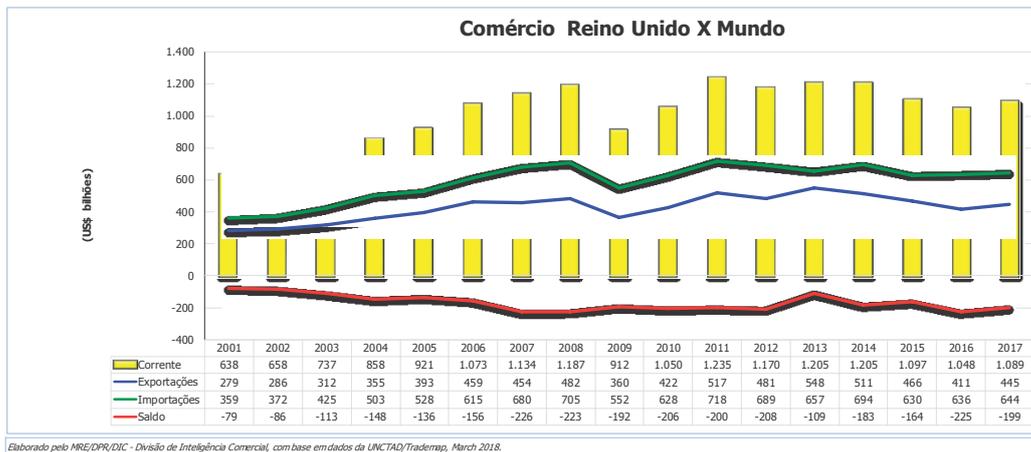
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2 0 1 7 (jan-fev) | Part. % no total | 2 0 1 8 (jan-fev) | Part. % no total | Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018 |
|--|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---|
| Exportações | | | | | |
| Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó | 93 | 24,2% | 209 | 37,5% | Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó 37,5% |
| Soja | 43 | 11,2% | 38 | 6,9% | Soja 6,9% |
| Preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue | 36 | 9,4% | 31 | 5,6% | Preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue 5,6% |
| Minérios de ferro | 19 | 5,0% | 28 | 5,1% | Minérios de ferro 5,1% |
| Hidrogênio para uso industrial | 12 | 3,1% | 25 | 4,5% | Hidrogênio para uso industrial 4,5% |
| Café em grãos | 17 | 4,5% | 16 | 2,9% | Café em grãos 2,9% |
| Madeira compensada | 9 | 2,3% | 15 | 2,8% | Madeira compensada 2,8% |
| Quadros, pinturas e desenhos, feitos inteiramente à mão | 1 | 0,2% | 12 | 2,2% | Quadros, pinturas e desenhos, feitos inteiramente à mão 2,2% |
| Carnes e miudezas salgadas / salmoura, secas / defumadas | 13 | 3,5% | 12 | 2,2% | Carnes e miudezas salgadas / salmoura, secas / defumadas 2,2% |
| Partes de motores | 10 | 2,5% | 12 | 2,1% | Partes de motores 2,1% |
| Subtotal | 254 | 66,0% | 400 | 71,9% | |
| Outros | 131 | 34,0% | 157 | 28,1% | |
| Total | 385 | 100,0% | 556 | 100,0% | |

| Grupos de produtos | 2 0 1 7 (jan-fev) | Part. % no total | 2 0 1 8 (jan-fev) | Part. % no total | Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018 |
|--|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---|
| Importações | | | | | |
| Óleos refinados de petróleo | 9 | 3,5% | 59 | 17,7% | Óleos refinados de petróleo 17,7% |
| Medicamentos em doses | 20 | 7,8% | 41 | 12,3% | Medicamentos em doses 12,3% |
| Estruturas flutuantes, balsas, reservatórios e semelhantes | 13 | 5,0% | 18 | 5,3% | Estruturas flutuantes, balsas, reservatórios e semelhantes 5,3% |
| Partes e acessórios de veículos automóveis | 6 | 2,4% | 12 | 3,5% | Partes e acessórios de veículos automóveis 3,5% |
| Álcool etílico com teor alcoólico inferior a 80% e aguardentes | 7 | 2,6% | 11 | 3,4% | Álcool etílico com teor alcoólico inferior a 80% e aguardentes 3,4% |
| Automóveis de passageiros | 13 | 5,0% | 11 | 3,3% | Automóveis de passageiros 3,3% |
| Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico | 17 | 6,7% | 7 | 2,1% | Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico 2,1% |
| Torneiras e válvulas | 6 | 2,3% | 6 | 1,9% | Torneiras e válvulas 1,9% |
| Bombas e elevadores para líquidos | 3 | 1,0% | 6 | 1,8% | Bombas e elevadores para líquidos 1,8% |
| Fios de ferro ou aço | 2 | 0,9% | 4 | 1,3% | Fios de ferro ou aço 1,3% |
| Subtotal | 95 | 37,2% | 175 | 52,6% | |
| Outros produtos | 161 | 62,8% | 157 | 47,4% | |
| Total | 256 | 100,0% | 332 | 100,0% | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AlcoveWeb, Março de 2018.

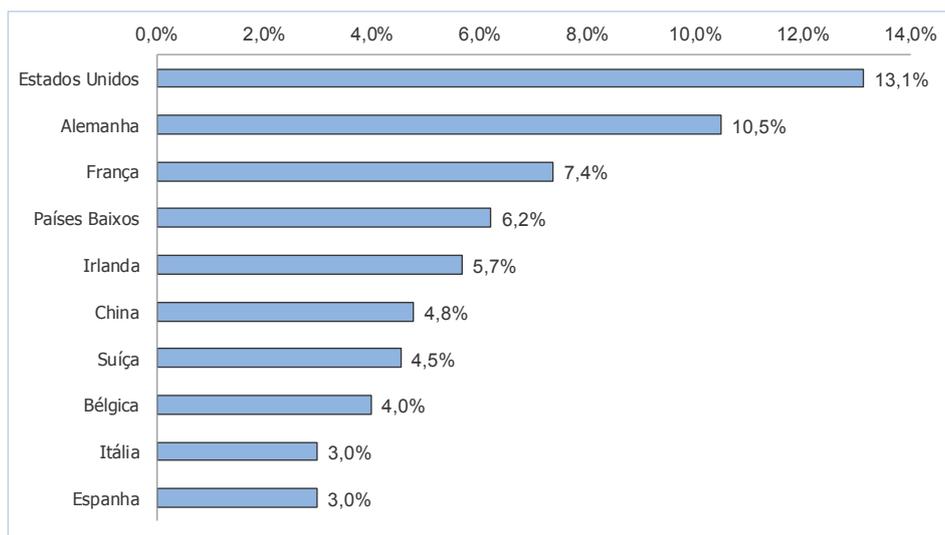




Principais destinos das exportações do Reino Unido
US\$ bilhões

| Países | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------|----------------|----------------------------|
| Estados Unidos | 58,4 | 13,1% |
| Alemanha | 46,6 | 10,5% |
| França | 32,8 | 7,4% |
| Países Baixos | 27,6 | 6,2% |
| Irlanda | 25,2 | 5,7% |
| China | 21,2 | 4,8% |
| Suíça | 20,1 | 4,5% |
| Bélgica | 17,7 | 4,0% |
| Itália | 13,2 | 3,0% |
| Espanha | 13,2 | 3,0% |
| ... | | |
| Brasil (31º lugar) | 2,3 | 0,5% |
| Subtotal | 278,4 | 62,6% |
| Outros países | 166,6 | 37,4% |
| Total | 445,0 | 100,0% |

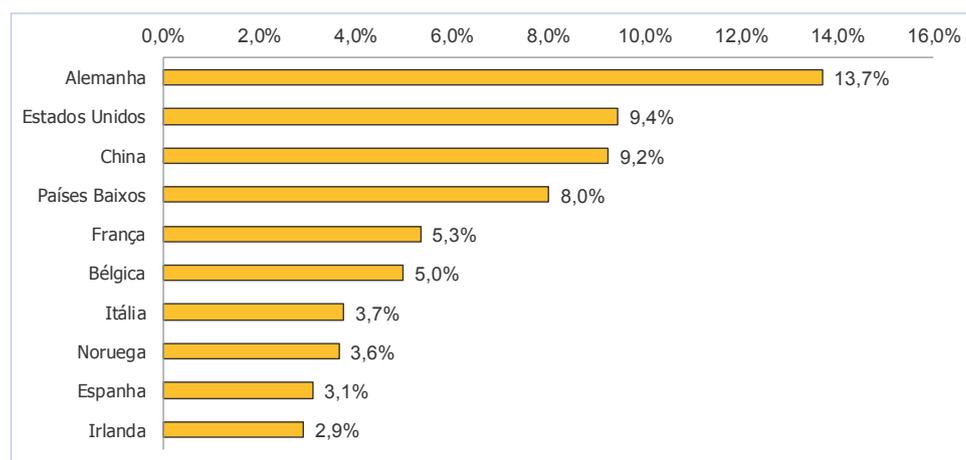
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Principais origens das importações do Reino Unido
US\$ bilhões

| Países | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------|----------------|------------------------|
| Alemanha | 88,2 | 13,7% |
| Estados Unidos | 60,8 | 9,4% |
| China | 59,5 | 9,2% |
| Países Baixos | 51,6 | 8,0% |
| França | 34,4 | 5,3% |
| Bélgica | 32,1 | 5,0% |
| Itália | 24,2 | 3,7% |
| Noruega | 23,5 | 3,6% |
| Espanha | 20,0 | 3,1% |
| Irlanda | 18,8 | 2,9% |
| ... | | |
| Brasil (33º lugar) | 3,2 | 0,5% |
| Subtotal | 416,2 | 64,6% |
| Outros países | 227,9 | 35,4% |
| Total | 644,1 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

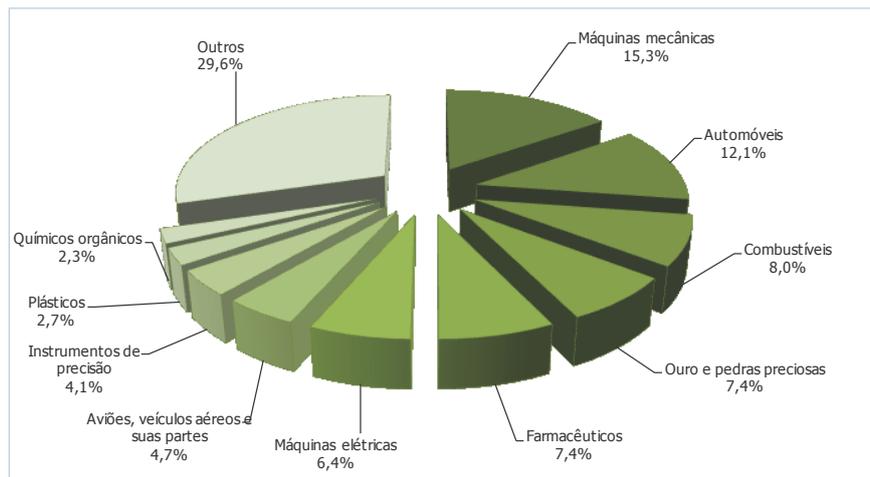


Composição das exportações do Reino Unido (SH2)
US\$ bilhões

| Grupos de Produtos | 2 0 1 7 | Part. % no total |
|---------------------------------------|----------------|-------------------------|
| Máquinas mecânicas | 68,0 | 15,3% |
| Automóveis | 53,7 | 12,1% |
| Combustíveis | 35,6 | 8,0% |
| Ouro e pedras preciosas | 32,8 | 7,4% |
| Farmacêuticos | 32,8 | 7,4% |
| Máquinas elétricas | 28,6 | 6,4% |
| Aviões, veículos aéreos e suas partes | 21,1 | 4,7% |
| Instrumentos de precisão | 18,1 | 4,1% |
| Plásticos | 12,0 | 2,7% |
| Químicos orgânicos | 10,3 | 2,3% |
| Subtotal | 313,1 | 70,4% |
| Outros | 131,9 | 29,6% |
| Total | 445,0 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

10 principais grupos de produtos exportados

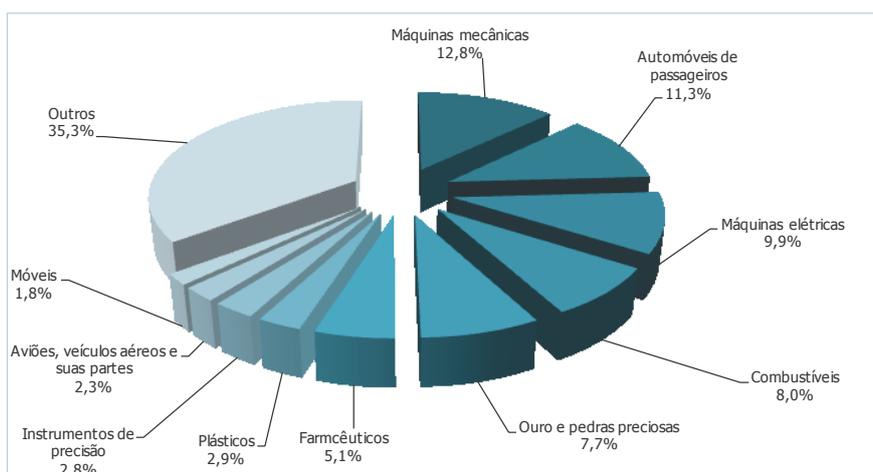


Composição das importações do Reino Unido (SH2)
US\$ bilhões

| Grupos de produtos | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------------------|----------------|------------------------|
| Máquinas mecânicas | 82,5 | 12,8% |
| Automóveis de passageiros | 72,8 | 11,3% |
| Máquinas elétricas | 63,9 | 9,9% |
| Combustíveis | 51,8 | 8,0% |
| Ouro e pedras preciosas | 49,8 | 7,7% |
| Farmacêuticos | 33,1 | 5,1% |
| Plásticos | 18,4 | 2,9% |
| Instrumentos de precisão | 17,8 | 2,8% |
| Aviões, veículos aéreos e suas partes | 14,9 | 2,3% |
| Móveis | 11,6 | 1,8% |
| Subtotal | 416,5 | 64,7% |
| Outros | 227,7 | 35,3% |
| Total | 644,1 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, March 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Reino Unido

| Indicador | 2016 | 2017 | 2018 ⁽¹⁾ | 2019 ⁽¹⁾ | 2020 ⁽¹⁾ |
|--|--------|--------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Crescimento real do PIB (%) | 1,81% | 1,66% | 1,50% | 1,56% | 1,72% |
| PIB nominal (US\$ trilhões) | 2,63 | 2,57 | 2,66 | 2,73 | 2,80 |
| PIB nominal "per capita" (US\$) | 40.050 | 38.847 | 40.026 | 40.800 | 41.624 |
| PIB PPP (US\$ trilhões) | 2,78 | 2,88 | 2,98 | 3,09 | 3,21 |
| PIB PPP "per capita" (US\$) | 42.421 | 43.620 | 44.822 | 46.188 | 47.662 |
| População (milhões habitantes) | 65,65 | 66,03 | 66,49 | 66,93 | 67,36 |
| Desemprego (%) | 4,90% | 4,39% | 4,42% | 4,64% | 4,50% |
| Inflação (%) ⁽²⁾ | 1,21% | 2,84% | 2,55% | 2,06% | 2,10% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -4,36% | -3,56% | -3,25% | -2,94% | -2,77% |
| Câmbio (£ / US\$) ⁽²⁾ | 0,74 | 0,78 | 0,74 | 0,76 | 0,76 |

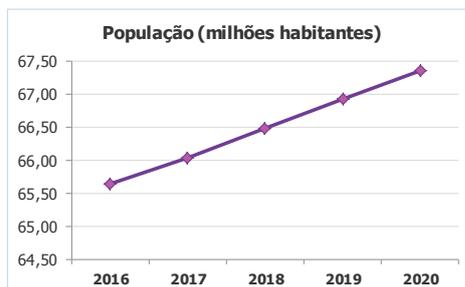
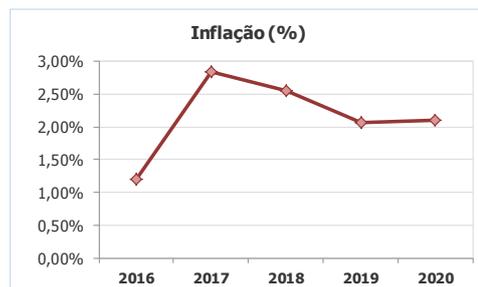
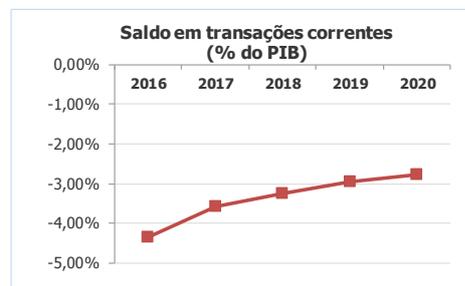
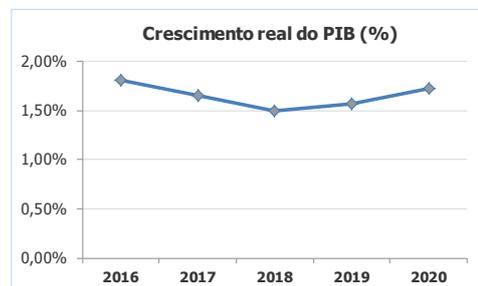
Origem do PIB (2017 Estimativa)

| | |
|-------------|-------|
| Agricultura | 0,6% |
| Indústria | 19,0% |
| Serviços | 80,4% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Oportunidades setoriais de negócio no Reino Unido

Foram identificadas algumas áreas que apresentaram maior potencial de exploração de negócios para o Brasil, no Reino Unido. As oportunidades encontram-se relacionadas, a seguir, com base na importação total do Reino Unido, em 2016. Nesse sentido, o levantamento buscou identificar nichos de mercado eventualmente insuficientemente explorados pela Brasil nesse país.

Oportunidades para o Brasil no Reino Unido

- turbos reatores e turbinas a gás;
- aviões e helicópteros;
- caminhões;
- partes de motores para automóveis;
- torneiras e válvulas para a indústria;
- preparações e conservas de carnes;
- pneumáticos novos, de borracha;
- madeira serrada, aplainada;
- polímeros de etileno;
- carnes de aves;
- papel e cartão;
- calçados.

| Oportunidades setoriais para o Brasil no Reino Unido - Unctad/TradeMap - 2016 | |
|---|----------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 2,869 bilhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 185,235 bilhões |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 636,368 bilhões |
| Fatia de mercado e posição do Brasil no Reino Unido | 0,45% // 35ª |

| NCM/SH-8411 - Turbo reatores, turbo propulsores e outras turbinas a gás. | |
|--|-------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 31,6 milhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 2,50 bilhões |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 17,5 bilhões |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 0,18% |
| Principal concorrente do Brasil | EUA (part. 59,7%) |

| NCM/SH-8802 - Outros veículos aéreos (helicópteros, aviões). | |
|--|--------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 107,0 milhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 4,4 bilhões |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 13,8 bilhões |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 0,78% |
| Principal concorrente do Brasil | EUA (part. 59,4%) |



| NCM/SH-8704 - Veículos automóveis para transporte de mercadorias. | |
|--|----------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 4,0 mil |
| Exportação total do Brasil | US\$ 2,1 bilhões |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 7,0 bilhões |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 0,00% |
| Principal concorrente do Brasil | França (part. 16,9%) |

| NCM/SH-8409 - Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores das posições 8407 ou 8408. | |
|--|------------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 53,2 milhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 1,2 bilhão |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 3,4 bilhões |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 1,55% |
| Principal concorrente do Brasil | Alemanha (part. 32,9%) |

| NCM/SH-8481 - Torneiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes. | |
|--|--------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 1,2 milhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 810,5 milhões |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 3,2 bilhões |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 0,04% |
| Principal concorrente do Brasil | EUA (part. 17,0%) |

| NCM/SH-1602 - Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue. | |
|---|-----------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 253,1 milhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 1,2 bilhão |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 2,4 bilhões |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 10,45% |
| Principal concorrente do Brasil | Irlanda (part. 27,9%) |

| NCM/SH- 4011 - Pneumáticos novos, de borracha. | |
|---|---------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 593,0 mil |
| Exportação total do Brasil | US\$ 1,1 bilhão |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 2,4 bilhões |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 0,02% |
| Principal concorrente do Brasil | China (part. 23,5%) |



| NCM/SH- 4407 - Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente, cortada ou desenrolada, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm. | |
|--|----------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 2,9 milhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 537,2 milhões |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 1,9 bilhão |
| Fatia de mercado e posição do Brasil no Reino Unido | 0,16% |
| Principal concorrente do Brasil | Suécia (part. 34,2%) |

| NCM/SH-3901 - Polímeros de etileno, em formas primárias. | |
|---|-----------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 24,1 milhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 1,2 bilhão |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 1,7 bilhão |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 1,42% |
| Principal concorrente do Brasil | Bélgica (part. 37,2%) |

| NCM/SH-0207 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves. | |
|---|-----------------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 9,9 milhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 6,1 bilhões |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 1,6 bilhões |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 0,63% |
| Principal concorrente do Brasil | Países Baixos (part. 44,9%) |

| NCM/SH-4810 - Papel e cartão revestidos de caulino ou de outras substâncias inorgânicas numa ou nas duas faces, com ou sem aglutinantes, sem qualquer outro revestimento, mesmo coloridos à superfície, decorados à superfície ou impressos, em rolos ou em folhas. | |
|--|-------------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 236,0 mil |
| Exportação total do Brasil | US\$ 375,2 milhões |
| Importação total do Reino Unido | US\$ 1,5 bilhão |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 0,02% |
| Principal concorrente do Brasil | Finlândia (part. 28,1%) |

| NCM/SH-6402 - Outro calçado com sola exterior e parte superior de borracha ou plástico. | |
|--|--------------------|
| Importação do Reino Unido originária do Brasil | US\$ 6,9 milhões |
| Exportação total do Brasil | US\$ 411,6 milhões |



| | |
|---|---------------------|
| Importação total do Reino Unido | US\$ 1,3 bilhões |
| Fatia de mercado do Brasil no Reino Unido | 0,54% |
| Principal concorrente do Brasil | China (part. 53,6%) |

Fonte: Unctad/TradeMap.



Aviso nº 140 - C. Civil.

Em 28 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 16, DE 2018

(nº 168/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 168

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Os méritos do Senhor Luís Henrique Sobreira Lopes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de abril de 2018.



EM nº 00056/2018 MRE

Brasília, 27 de Março de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 152 - C. Civil.

Em 3 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**

CPF.: 221.191.591-49

ID.: 7728 MRE

1958 Filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes, nasce em 28 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr

1984 CAD - IRBr

2004 CAE - IRBr, O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário

1983 Segundo-Secretário

1989 Primeiro-Secretário, por merecimento

1996 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2014 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1980-83 Divisão da África I, assistente

1983 Departamento do Oriente Próximo, assistente

1983-86 Cerimonial, assessor

1986-89 Embaixada em Londres, Segundo Secretário

1989-93 Embaixada em Ottawa, Segundo e Primeiro Secretário

1993-95 Divisão da América Meridional I, assessor

1995-97 Divisão de Protocolo, Chefe, substituto

1995 Instituto Rio Branco, Orientador Profissional

1996-97 Coordenação-Geral de Protocolo, Coordenador-Geral, substituto e Coordenador-Geral

1997-01 Embaixada em Washington, Conselheiro

2001-03 Embaixada em Montevideu, Conselheiro e Encarregado de Negócios

2003-05 Embaixada em La Paz, Conselheiro

2005-07 Instituto Rio Branco, Coordenador-Geral de Ensino e Diretor-Geral Adjunto

2007-10 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2010-13 Missão junto à UE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2012 III Reunião do Conselho de Governadores da Fundação EU-LAC, Bruxelas, Chefe de delegação

2013-14 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2014-2016 Assessor Especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, 2014-2016;

2015-2016 Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos (GTOEV)

2016 Diretor do Departamento da África

Chefias de Delegação:

1993-94 V e VI Reunião das Contrapartes Técnicas sobre Recurso Solo da Bacia do Prata, Buenos Aires

1994 V Reunião das Contrapartes Técnicas de Transporte Terrestre da Bacia do Prata, Buenos Aires

1999-00 32ª e 33ª Sessão do Comitê do Codex Alimentarius sobre Higiene Alimentar, Washington



- 2000 12ª Sessão do Comitê do Codex Alimentarius sobre Resíduos de Drogas Veterinárias em Alimentos, Washington
- 2011 V Reunião de Alto Nível do Diálogo Abrangente e Estruturado sobre Migrações entre a América Latina e o Caribe e a União Européia, Bruxelas
- 2011 XXXV Reunião de Altos Funcionários do Mecanismo de Diálogo entre a América Latina e o Caribe e a União Européia, Bruxelas
- 2012 XXXVIII Reunião de Altos Funcionários do Mecanismo de Diálogo entre a CELAC e a UE

Condecorações:

- 1984 Ordem Alauíta, Marrocos, Cavaleiro
- 1984 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro
- 1985 Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia
- 1986 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
- 1986 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
- 1989 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
- 1995 Ordem ao Mérito da República, Oficial, Itália;
- 1995 Ordem Militar de Cristo, Portugal, Cavaleiro
- 1995 Ordem do Mérito Federal, Alemanha, Oficial
- 1996 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
- 1997 Ordem da Rosa Branca, Finlândia, Comendador
- 2011 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



SUBSECRETARIA-GERAL DA ÁSIA E DO PACÍFICO (SGASP)
Departamento da Ásia do Leste (DAL)
Divisão do Japão e da Península Coreana (DJC)

COREIA DO SUL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março de 2018



| DADOS BÁSICOS SOBRE COREIA DO SUL | |
|---|---|
| NOME OFICIAL | República da Coreia |
| GENTÍLICO | coreano |
| CAPITAL | Seul |
| ÁREA | 99.678 km ² |
| POPULAÇÃO | 50,3 milhões |
| LÍNGUA OFICIAL | coreano |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES | (49,3%) ateísmo, cristianismo (26,3%), budismo (23,2%) |
| SISTEMA DE GOVERNO | República presidencialista |
| PODER LEGISLATIVO | Assembleia Nacional (Kuk Hoe); Parlamento unicameral, composto por 300 membros, eleitos para mandatos de 4 anos |
| CHEFE DE ESTADO | Presidente Moon Jae-in (desde 10 de maio de 2017) |
| CHEFE DE GOVERNO | Presidente Moon Jae-in (desde 10 de maio de 2017) |
| CHANCELER | Kang Kyung-wha (desde 18 de junho de 2017) |
| PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016) | US\$ 1,41 trilhão (2016) (Banco Mundial) |
| PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016) | US\$ 1,87 trilhões (2016) (Banco Mundial) |
| PIB PER CAPITA (2016) | US\$ 27.53 mil (2016) (Banco Mundial) |
| PIB PPP PER CAPITA (2016) | US\$ 36.53 mil (2016) (Banco Mundial) |
| VARIAÇÃO DO PIB | 2,8% (2016); 2,8% (2015); 3,3% (2014); 2,9% (2013) (Banco Mundial) |
| ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016) | 0,901 (18º lugar entre 188 países) |
| EXPECTATIVA DE VIDA (2016) | 82,1 anos (PNUD) |
| ALFABETIZAÇÃO | Dado não disponível |
| ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016) | 3,7% (PNUD) |
| UNIDADE MONETÁRIA | won sul-coreano |
| EMBAIXADOR EM BRASÍLIA | Lee Jeong-gwan (desde 15/05/15) |
| BRASILEIROS NO PAÍS | Há registro de cerca de 1.400 brasileiros residentes na Coreia do Sul. |

| INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - COREIA DO SUL (fonte: MDIC) | | | | | | | | | | |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| BRASIL → REPÚBLICA DA COREIA | 1999 | 2001 | 2003 | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 |



| | | | | | | | | | | |
|--------------------|-------|--------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Intercâmbio | 1.646 | 2.310 | 2.302 | 12.182 | 5.438 | 7.476 | 14.791 | 14.211 | 8.542 | 8.316 |
| Exportações | 0.627 | 0.736 | 1.223 | 1.896 | 2.046 | 2.658 | 4.693 | 4.719 | 3.122 | 3.077 |
| Importações | 1.018 | 1.574 | 1.078 | 8.421 | 3.391 | 4.818 | 10.097 | 9.491 | 5.420 | 5.239 |
| Saldo | -391 | -0.837 | 0.144 | -4.661 | -1.344 | -2.160 | -5.403 | -4.771 | -2.298 | -2.162 |

APRESENTAÇÃO

Com um território de 99.678 km² e uma população de cerca de 50 milhões de habitantes, a Coreia do Sul é, hoje, um dos mais prósperos países do mundo, ocupando a 11^a posição entre as economias mundiais e 4^a na Ásia. Desempenha, ademais, papel de destaque na geopolítica regional, tendo em vista sua proximidade da China, da Rússia e do Japão, além de sua fronteira terrestre com a Coreia do Norte. As constantes tensões na região, decorrentes da Guerra da Coreia (1950-1953), que dividiu a Península Coreana após o fim do domínio colonial japonês, marcam as políticas interna e externa do país.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MOON Jae-in Presidente da República



Nasceu em 1953. É membro do Partido Democrático da Coreia (DPK). Foi eleito presidente em 10 de maio de 2017. Filho de pais norte-coreanos que partiram para o Sul em meio à Guerra da Coreia, cresceu em situação de extrema pobreza. Ingressou, em 1972, na faculdade de Direito da Universidade Kyung Hee, onde combateu o regime militar do General Park Chung-hee (pai da ex-presidente Park Geun-hye). Engajado no movimento contra a ditadura, foi preso em 1975 e forçado a prestar serviço militar após ser solto. Tornou-se advogado em 1980, passando a trabalhar na área de direitos humanos com Roh Moo-hyun, de quem foi secretário de Assuntos Cívicos e, posteriormente, chefe de gabinete, quando este assumiu a Presidência, em 2002.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Sul (República da Coreia) foram estabelecidas em 1959. O Brasil foi o 8.º país do mundo e o 1.º latino-americano a reconhecer oficialmente o país. Por sua vez, a República da Coreia abriu, em 1962, no Rio de Janeiro, sua primeira



embaixada na América Latina. Em 1965, o Brasil abriu sua embaixada em Seul.

As relações Brasil-Coreia do Sul foram progressivamente ganhando densidade com a celebração de diferentes instrumentos bilaterais: Acordo de Comércio, em 1963; Acordo Cultural, em 1966; Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, em 1989 (alterada por Protocolo de 2015); Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, em 1991; Acordo para Serviços Aéreos entre seus Respetivos Territórios e Além, em 1992; Tratado de Extradicação, em 1995; Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, em 1996; Acordo sobre Isenção de Vistos e Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, ambos em 2011; Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, em 2002; Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, em 2006; e Acordo de Previdência Social, em 2012.

O último encontro bilateral de alto nível ocorreu no dia 19/3/2018, no marco da vinda do primeiro-ministro Lee Nak-yon ao Brasil (17-19/3), para participar do 8º Fórum Mundial da Água. Na ocasião, o primeiro-ministro Lee foi recebido, em encontro de cortesia, no Palácio do Planalto, pelo presidente Michel Temer. Antes disso, em 2012, o presidente Temer, à época vice-presidente, manteve encontro com o então primeiro-ministro Kim Hwang-sik, à margem da II Cúpula de Segurança Nuclear, em Seul.

A última visita de um chefe de Estado brasileiro à Coreia do Sul foi em 2010, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no país para participar da Cúpula do G-20. Antes disso, em 2005, o presidente Lula realizara visita estritamente bilateral. Igualmente bilateral foi a visita, em 2001, do então presidente Fernando Henrique Cardoso à Coreia do Sul.

O Brasil recebeu as seguintes visitas de presidentes sul-coreanos: Park Geun-hye, em 2015; Lee Myung-bak, em 2008; Roh Moo-hyun, em 2004; e Kim Young-sam, em 1996.

Entre chanceleres, os contatos em foros multilaterais são frequentes. Exemplo disso ocorreu em 23/9/2017, em Nova York, à margem do Debate Geral da 72ª AGNU, quando o chanceler brasileiro, Aloysio Nunes, e sua homóloga sul-coreana, Kang Kyung-wha, mantiveram encontro bilateral, ocasião em que percorreram temas da agenda comum. Além desses contatos, o Brasil já recebeu três chanceleres da Coreia do Sul (sem considerar as visitas presidenciais, normalmente acompanhadas pelos ministros de relações exteriores): Kim Sung-hwan, em 2012; Gong Rom-yung, em 1995; e Kim Yong-shik, em 1973. Do lado brasileiro, o ministro Francisco Rezek foi o único chanceler a realizar visita oficial ao país asiático, em 1991.

O Brasil e a Coreia do Sul mantêm diversas instâncias de diálogo bilateral: Mecanismo de Consultas Políticas; Fórum Brasil-Coreia; Comitê



Consultivo Agrícola; Comissão Mista de Ciência Tecnologia e Inovação; Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial; e Mecanismo de Consultas sobre Recursos Energéticos e Minerais.

Há três grupos parlamentares dedicados à Coreia do Sul: (a) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul, criado em 1984 e presidido pelo deputado Claudio Cajado (DEM/BA); (b) Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Relações Brasil-Coreia do Sul, criado em 2015 e presidida pelo deputado Raimundo de Matos (PSDB/CE); e (c) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul no Senado, criado em 2017.

Entre 27/2 e 1/3/2018, delegação parlamentar chefiada pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PSC/RJ) e integrada pelos deputados federais Eduardo Bolsonaro (PSC/SP) e Onyx Lorenzoni (DEM/RS), pelo deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) e pelo vereador carioca Carlos Bolsonaro (PSC/RJ) esteve na Coreia do Sul para manter encontros com instituições governamentais e privadas das áreas de educação, inovação, novas tecnologias, entre outros compromissos.

No plano da cooperação descentralizada, cabe destacar a visita oficial a Seul do prefeito de São Paulo, João Dória, entre 12 e 15/4/2017, no marco do 40º aniversário de acordo de cidades-irmãs firmado entre as duas cidades.

Assuntos Consulares

Estima-se que a comunidade brasileira na Coreia do Sul seja de cerca de 1400 pessoas. O contingente populacional de coreanos e descendentes no Brasil, estabelecidos principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 50 mil pessoas. O Brasil conta com a 3ª maior população coreana fora da Ásia e a 11ª no mundo. A Coreia do Sul mantém um Consulado-Geral em São Paulo (estabelecido em 1968) e, desde janeiro de 2018, um Consulado Honorário no Rio de Janeiro. O Brasil, por sua vez, mantém setor consular em sua Embaixada em Seul e dois Consulados Honorários na Coreia do Sul, ambos estabelecidos em 2011: em Busan, no Sul do país, e em Incheon, região portuária próxima à capital.

POLÍTICA INTERNA

Executivo:

A Coreia do Sul é uma república presidencialista. O mandato do presidente da República é de cinco anos, sem reeleição. Apesar de o presidente concentrar as chefias de Estado e de Governo, o país conta com um primeiro-ministro, indicado pelo presidente e primeiro na linha sucessória, já que inexistente a figura do vice-presidente.



Após período de sucessivos governos militares (a partir de 1961), a Coreia do Sul democratizou-se em 1987. Os principais partidos políticos são o "Partido Coreia Liberdade" (LKP), de viés conservador, e o "Partido Democrático da Coreia" (DPK), atualmente no poder, de orientação liberal de centro-esquerda. Em fevereiro de 2016, dissidentes do DPK criaram o "Partido do Povo", liberal e centrista, que tem ganhado relevância no cenário político sul-coreano.

A ex-presidente Park Geun-hye, do "Partido Coreia Liberdade" (LKP), foi destituída por meio de processo de *impeachment* em 10/3/2017, faltando apenas um ano para completar seu mandato. Pouco depois, em 10/5/2017, o liberal Moon Jae-in, do DPK, foi eleito presidente, encerrando ciclo de nove anos de governos conservadores. Moon venceu com a maior margem de votos já registrada na história do país: 5,56 milhões de votos a mais que o segundo colocado, Hong Joon-pyo, do partido da ex-presidente. Durante sua campanha, Moon prometeu maior engajamento nas relações com a Coreia do Norte, reforma das leis que regem os conglomerados econômicos, emenda à Constituição para reduzir os poderes do presidente e mudanças no sistema judiciário.

Legislativo:

O Poder Legislativo é constituído pela Assembleia Nacional (parlamento unicameral), com 300 membros (deputados), cujos mandatos são de 4 anos. Desse total, 246 parlamentares são eleitos por voto majoritário, nas eleições principais, e 54 por sistema de representação proporcional em lista fechada, nas eleições parciais. O "Partido Coreia Liberdade" (LKP), partido da então presidente Park, sofreu recuo na 20ª eleição geral para a Assembleia Nacional, em 13/4/2016, obtendo 122 cadeiras, contra as 146 que ocupava à época. O DPK, por sua vez, assegurou 120 representantes. Posteriormente, em decorrência do processo de *impeachment* contra Park, parlamentares dissidentes se desligaram do LKP, de forma que o DPK passou a ter a maior bancada parlamentar.

Judiciário:

A principal instância do poder judiciário sul-coreano é a Suprema Corte, que conta com um presidente e mais 13 juízes, os quais cumprem mandato de 6 anos. O país também dispõe de uma Corte Constitucional, que, junto com a Suprema Corte, julga casos relacionados a revisões constitucionais. O atual governo defende que sejam mudadas as regras vigentes acerca da nomeação de juízes, mas, em linha com o princípio de separação de poderes, afirma que o processo de reforma deve partir do próprio Judiciário.



POLÍTICA EXTERNA

A política externa sul-coreana é marcada pela aliança político-militar com os Estados Unidos, pelas relações com os vizinhos do Nordeste Asiático (China e Japão) e pela persistência na Península Coreana de um armistício, já que tratado de paz que pusesse fim à Guerra da Coreia (1950-1953) nunca foi assinado.

Após a escalada de tensões na península coreana que marcou os anos de 2016 e 2017, a Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia - RPDC) passou a dar sinais de abertura, expressados na mensagem de Ano Novo do líder Kim Jong-un. Após dois anos de interrupção, as duas Coreias retomaram ligação telefônica direta de que dispunham e mantiveram encontro em 9/1/2018, em Panmunjon, na Zona Desmilitarizada (DMZ) entre os dois países. Na ocasião, concordaram em manter abertos os canais intercoreanos e acertaram a participação de delegação da RPDC nos Jogos Olímpicos de Inverno de PyeongChang, em fevereiro de 2018. As conversações tiveram como resultado, ainda, as visitas à Coreia do Sul, para participar da cerimônia de abertura das Olimpíadas de PyeongChang, de Kim Yong-nam — Chefe de Estado oficial da RPDC — e de Kim Yo-jong — irmã mais nova de Kim Jong-un. Em breve encontro com o presidente sul-coreano, Kim Yo-jong transmitiu-lhe convite para visitar Pyongyang.

Após essa visita, seguiram-se outros encontros entre altas autoridades de ambos os países. Entre os dias 25 e 2/2/2018, delegação de alto nível da RPDC, liderada pelo general Kim Yong Chol (Vice-Presidente do Comitê Central do Partido do Trabalho), participou da cerimônia de encerramento dos Jogos de PyeongChang e manteve encontro com o presidente Moon. O general Kim teria sinalizado, na ocasião, que a Coreia do Norte estaria aberta a diálogo com os Estados Unidos.

Em 5/3/2018, delegação liderada pelo diretor de segurança nacional da Coreia do Sul, Chung Eui-yong, encontrou-se com o líder Kim Jong-un em Pyongyang. Segundo Chung, a Coreia do Norte teria, nessa oportunidade, reafirmado sua disposição de retomar o diálogo com os EUA a propósito da desnuclearização da Península e a suspender os testes nucleares durante o período das conversações. O enviado especial de Moon informou, ainda, ter sido acordada, para o fim de abril/2018, a realização do encontro entre Moon Jae-in e Kim Jong-un, em Panmunjeon, na Zona Desmilitarizada.

Em 9/3/2018, Chung Eui-yong, anunciou que o presidente americano Donald Trump teria concordado em se encontrar com o líder norte-coreano Kim Jong-un em maio/2018.

Para o governo do presidente Moon Jae-in, a distensão em curso na Península Coreana representa uma grande vitória, já que tradicionalmente



defende o chamado "enfoque em duas vias" para as relações intercoreanas. Para o presidente Moon Jae-in, a continuidade das sanções em resposta às ações belicosas da RPDC deve dar-se paralelamente à retomada do diálogo.

A política externa sul-coreana também se caracteriza por viés econômico voltado ao comércio internacional e à negociação de Acordos de Livre-Comércio (ALC). O país possui, atualmente, acordos com parceiros que correspondem a cerca de 76% do PIB mundial (incluindo China, Estados Unidos e União Europeia) e está em conversações para firmar pactos com Indonésia, Israel, Japão, Malásia, México, Conselho de Cooperação do Golfo, além de acordo trilateral Coreia-China-Japão e da Parceria Econômica Compreensiva Regional (RCEP).

Os países latino-americanos adquirem crescente importância para o país. Desde 2014, são realizados encontros anuais entre os chanceleres da Coreia do Sul e dos países do Quarteto da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a última delas em setembro/2017, à margem da 72.^a Assembleia-Geral da ONU. Outro sinal do adensamento das relações da Coreia do Sul com os países latino-americanos foi a realização, em 11/4/2016, do Seminário Acadêmico Trilateral Coreia-CELAC-CEPAL, na sede da CEPAL, em Santiago do Chile. Ademais, a Coreia do Sul busca exercer protagonismo no fortalecimento do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL) como agrupamento de diálogo e de aproximação entre a Ásia e a América Latina. Além de hospedar e coordenar os trabalhos do Secretariado Virtual, Seul atua como Coordenador Regional para a Ásia do Leste.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com PIB nominal de US\$ 1,53 trilhão em 2017 (estimativa do FMI), a Coreia do Sul posicionou-se como a 11.^a maior economia do mundo e a 4.^a maior da Ásia (atrás de China, Japão e Índia).

Tendo em vista a relevância do comércio exterior para seu crescimento, a economia da Coreia do Sul apresenta alto grau de vulnerabilidade em relação a flutuações do mercado global. Apesar da crise de 2008/2009, o país conseguiu manter crescimento, ainda que a taxas menores que no passado: 6,5% (2010); 3,7% (2011); 2,3% (2012); 2,9% (2013); 3,3% (2014); 2,6% (2015); 2,8% (2016). Em 2017, a economia cresceu 3%, superando previsões internacionais (de 2,6%), graças ao bom desempenho do setor externo. Nesse ano, a corrente de comércio entre a Coreia do Sul e o resto do mundo, após hiato de três anos, voltou a alcançar a marca de US\$ 1 trilhão.

De acordo com dados publicados pelo Ministério de Comércio, Indústria e Energia, o valor total exportado aumentou, em 2017, quase 16%



em relação a 2016, alcançando US\$ 574 bilhões, maior cifra da série histórica anual desde 1956, quando os dados começaram a ser compilados. Tal volume equivale a 3,6% das exportações mundiais, o que elevou a Coreia do Sul à condição de 6º maior exportador do mundo. A ampliação das exportações deve-se, sobretudo, a vendas de semicondutores, produtos de petróleo, petroquímicos, embarcações e produtos siderúrgicos. Embora as importações sul-coreanas também tenham tido incremento expressivo (chegando a US\$ 478 bilhões) em 2017, o saldo da balança comercial coreana registrou superávit de US\$ 95,8 bilhões (7,4% a mais que em 2016, quando o saldo positivo atingira US\$ 89,2 bilhões).

Também os investimentos externos foram, em 2017, importante fator para o crescimento da Coreia do Sul. Segundo informado pelo governo, os investimentos estrangeiros diretos destinados ao país alcançaram o maior patamar histórico: US\$ 23 bilhões, um aumento de 7,7% em relação a 2016. Foi o terceiro ano consecutivo em que o ingresso anual de Investimento Externo Direto (IED) superou a marca de US\$ 20 bilhões no país. Os investidores dos Estados Unidos e do Japão foram os principais responsáveis pelo aumento desse fluxo.

Apesar do cenário positivo, o presidente Moon Jae-in tem defendido mudança radical do paradigma econômico do país, ao buscar implementar modelo de crescimento econômico impulsionado pelo aumento da renda e do consumo das famílias, de forma a reduzir o peso do setor externo na economia.

Relações econômicas bilaterais:

A Coreia do Sul é importante parceiro comercial do Brasil na Ásia. Nos últimos anos, o intercâmbio bilateral intensificou-se significativamente, tendo atingido, em 2016 e em 2017, volume de comércio de cerca de US\$ 8,3 bilhões. O país é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, atrás apenas da China e do Japão. O Brasil, por sua vez, é o segundo maior parceiro comercial da Coreia do Sul na América Latina, após o México. Apesar do forte intercâmbio bilateral, o Brasil acumula sucessivos déficits com a Coreia do Sul — de US\$ 2,5 bilhões em 2016 e de US\$ 1,4 bilhão em 2017.

O Brasil tem especial interesse na obtenção de maior abertura do mercado sul-coreano para os produtos agrícolas nacionais. O Brasil é o maior fornecedor externo de frango para a Coreia do Sul, com 85% do mercado local, mas deve enfrentar crescente concorrência de terceiros países: o mercado foi reaberto para a Tailândia no fim de 2016, e as tarifas para os Estados Unidos e a União Europeia serão significativamente diminuídas, em decorrência da assinatura de acordos de livre-comércio. Há interesse em exportar carne bovina e suína brasileira, mas o mercado sul-



coreano permanece fechado aos produtos brasileiros em razão de barreiras sanitárias.

Estão em curso tratativas entre a Coreia do Sul e os países do Mercosul para lançamento de negociações de acordo comercial. O Diálogo Exploratório entre o Mercosul e a República da Coreia foi concluído em março de 2017. Definiram-se parâmetros para negociação de futuro acordo comercial por ocasião de visita de delegação sul-coreana a Buenos Aires.

O estoque de investimentos sul-coreanos no Brasil totaliza US\$ 3 bilhões. Em 2017, o fluxo anual de investimentos sul-coreanos no país totalizou US\$ 454 milhões. No Brasil atuam, entre outras, a Hyundai/KIA, no setor automobilístico; a Samsung e a LG Electronics, com foco em aparelhos eletrônicos (ambas possuem fábricas no Polo Industrial de Manaus); a CJ, no ramo de produtos químicos; a Hyosung, que industrializa látex; e a Doosan Infracore, na área de maquinário pesado; a POSCO, na Companhia Siderúrgica do Pecém (CE), em parceria com a Vale; e a Hana Micron, em parceria com a brasileira Altus/Parit Participações, na área de semicondutores.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|----------------|---|
| 1948 | Proclamação da República da Coreia com soberania sobre o território abaixo do paralelo 38°. |
| 1950-53 | Guerra da Coreia. |
| 1961 | Golpe militar leva o General Park Chung-hee ao poder. |
| 1979 | General Park é assassinado. General Chun Doo-hwan assume o poder. |
| 1986 | Emenda constitucional permite eleição direta para presidente. |
| 1987 | Deposição do presidente Chun, sucedido por Roh Tae-woo, eleito pelo voto popular. |
| 1988 | Jogos Olímpicos de Seul. Primeiras eleições parlamentares livres. |
| 1991 | As duas Coreias tornam-se membros das Nações Unidas. |
| 1993 | Eleição do primeiro presidente civil, Kim Young-sam. |
| 1996 | Acessão da Coreia do Sul à OCDE. |
| 1998 | Presidente Kim Dae-jung lança a <i>Sunshine Policy</i> , que advoga maior abertura em relação à RPDC. |
| 2000 | I Cúpula Intercoreana entre Kim Jong-il e o presidente Kim Dae-jung. Kim Dae-jung recebe o Prêmio Nobel da Paz. |
| 2002 | Incidentes navais entre as duas Coreias. Roh Moo-hyun eleito presidente. |
| 2002 | Coreia do Sul sedia a Copa do Mundo, juntamente com o Japão. |
| 2006 | Chanceler Ban Ki-moon eleito Secretário-Geral da ONU. |



| | |
|-----------------|--|
| | Testes nucleares conduzidos pela Coreia do Norte. |
| Fev/2007 | Definida para 2012 a transferência dos EUA ao governo sul-coreano do controle operacional das forças armadas em tempos de guerra. |
| Jun/2007 | Assinatura do Acordo de Livre Comércio com os EUA. |
| Out/2007 | II Cúpula Intercoreana entre Kim Jong-il e o presidente Roh Moo-hyun. |
| Dez/2007 | Vitória de Lee Myung-bak nas eleições presidenciais. |
| 2008 | Dificuldades no diálogo intercoreano no decorrer do ano. |
| Jan/2009 | A Coreia do Norte declara ser alvo de ameaça militar dos EUA e recua de seus planos de reaproximação com a Coreia do Sul. |
| Abr/2009 | A Coreia do Norte lança foguete, que alega ser veículo lançador de satélites. O Conselho de Segurança da ONU condena o lançamento. A Coreia do Norte se retira das negociações Hexapartites. |
| Mai/2009 | A Coreia do Norte realiza testes nucleares subterrâneos. |
| Mar/2010 | Afundamento da corveta sul-coreana Cheonan eleva as tensões na Península. |
| Jun/2010 | Os EUA acordam em adiar, de abril/2012 para dezembro/2015, a transferência do controle operacional das Forças Armadas sul-coreanas em tempos de guerra. |
| Nov/2010 | Ataque de artilharia norte-coreana à ilha sul-coreana de Yeonpyeong. |
| Dez/2011 | Morte do líder norte-coreano Kim Jong Il. |
| Fev/2012 | Acordo EUA-RPDC pela moratória do programa nuclear e missilístico norte-coreano em troca de ajuda alimentar. |
| Mar/2012 | Entrada em vigor do Acordo de Livre-Comércio com os EUA. |
| Abr/2012 | Tentativa de lançamento do foguete norte-coreano Unha-3, suscitando condenação do CSNU. |
| Fev/2013 | Coreia do Norte realiza seu terceiro teste nuclear subterrâneo. |
| Abr/2014 | Naufração do navio Sewol, com mais de 300 mortos. |
| Ago/2015 | “Acordo de 25 de agosto” entre as duas Coreias, pondo fim às hostilidades desencadeadas pela detonação de mina na Zona Desmilitarizada. |
| Dez/2015 | Entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio com a China. |
| Jan/2016 | Coreia do Norte realiza seu quarto teste nuclear. |
| Fev/2016 | Coreia do Norte lança foguete, que alega, mais uma vez, ser um veículo lançador de satélites. Em represália, Seul anuncia a suspensão das atividades do complexo industrial conjunto de Kaesong. |
| Mar/2016 | CSNU aprova a Resolução 2270 contra a Coreia do Norte. |
| Set/2016 | Coreia do Norte realiza quinto teste nuclear. |



| | |
|-----------------|---|
| Nov/2016 | CSNU aprova a Resolução 2321 contra a Coreia do Norte. |
| Mar/2017 | Park Geun-hye se torna a primeira presidente sul-coreana a ser destituída do cargo em razão de <i>impeachment</i> . |
| Mai/2017 | Moon Jae-in é eleito presidente. |
| Jul/2017 | Coreia do Norte lança primeiro teste de Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM). |
| Ago/2017 | CSNU aprova a Resolução 2371 contra a Coreia do Norte. |
| Set/2017 | Coreia do Norte conduz seu sexto teste nuclear. |
| Jul/2017 | Coreia do Norte conduz dois testes de Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM). |
| Jan/2018 | Reunião intercoreana em Panmunjon. |
| Fev/2018 | Olimpíadas de Inverno de Pyongchang. Desfile conjunto das delegações coreanas com bandeira da Coreia Unificada na cerimônia de abertura e contatos intercoreanos. |
| Mar/2018 | Visita de delegação da Coreia do Sul a Pyongyang e encontro com o líder Kim Jong-un. Anúncio de que o presidente Donald Trump teria concordado em se encontrar com o líder norte-coreano. |

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|-------------|--|
| 1959 | Estabelecimento de relações diplomáticas. |
| 1962 | Abertura da Embaixada da Coreia do Sul no Rio de Janeiro. |
| 1963 | Início da imigração coreana ao Brasil. |
| 1963 | Acordo de Comércio. |
| 1965 | Abertura da Embaixada do Brasil em Seul. |
| 1966 | Acordo Cultural. |
| 1970 | Visita ao Brasil de Paik Too-chin, Enviado Especial do presidente da República da Coreia, Park Chung-hee. |
| 1970 | Abertura do Consulado-Geral da Coreia do Sul em São Paulo. |
| 1973 | Visita do chanceler Kim Yong-shik ao Brasil. |
| 1987 | Convenção para evitar a dupla tributação. |
| 1989 | Estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Coreia. |
| 1991 | Visita a Seul do chanceler Francisco Rezek, ocasião em que foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia. |
| 1992 | Acordo para Serviços Aéreos. |
| 1995 | Visita do chanceler Gong Ro-myung ao Brasil, ocasião em que foi assinado o Tratado de Exatidão. |
| 1996 | Visita do presidente Kim Young-sam ao Brasil. |
| 1996 | Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas. |
| 1996 | Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo. |
| 1997 | I Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul. |



| | |
|-----------------|---|
| 1998 | II Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Brasília. |
| 1999 | Visita ao Brasil do primeiro-ministro Kim Jong-pil. |
| 2000 | III Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul. |
| Set/2001 | IV Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul. |
| Jan/2001 | Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Coreia do Sul, ocasião em que foram assinados o Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e o Acordo sobre Isenção de Vistos. |
| Dez/2002 | Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal. |
| Nov/2003 | IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Coreia (última), em Brasília. |
| Mar/2004 | V Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul. |
| Out/2004 | Visita do presidente Roh Moo-hyun ao Brasil. |
| Nov/2004 | Memorando de Entendimento sobre Energia e Recursos Minerais. |
| Mai/2005 | Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Coreia do Sul. |
| Mai/2005 | Memorando de Entendimento que estabelece Comitê Consultivo Agrícola. |
| Dez/2005 | I Sessão do Fórum Brasil-Coreia, em Brasília. |
| Dez/2005 | Memorando de Entendimento sobre Centro de Tecnologia da Informação no Brasil. |
| Jan/2006 | Visita ao Brasil do vice-chanceler sul-coreano, Lee Kyu-hyung. |
| Mar/2006 | Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa. |
| Set/2006 | II Sessão do Fórum Brasil-Coreia, em Seul. |
| Nov/2007 | VI Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Brasília. |
| Dez/2007 | III Sessão do Fórum Brasil-Coreia, no Rio de Janeiro. |
| Abr/2008 | Visita à Coreia do Sul da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. |
| Jul/2008 | Encontro bilateral entre o presidente Lula e o presidente Lee Myung-bak à margem da Cúpula do G-8, em Hokkaido (Japão). |
| Nov/2008 | Visita do presidente Lee Myung-bak ao Brasil. |
| Mar/2009 | IV Sessão do Fórum Brasil-Coreia, em Gyeongju. |
| Mai/2009 | Abertura da Embaixada do Brasil em Pyongyang, Coreia do Norte |
| Ago/2009 | Visita ao Brasil de Lee Sang-deuk, enviado especial do presidente da República da Coreia, Lee Myung-bak. |
| Fev/2010 | VII Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul. |
| Mai/2010 | Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional, Kim Hyong-O. |
| Set/2010 | V Sessão do Fórum Brasil-Coreia, em Fortaleza-CE. |
| Nov/2010 | Encontro bilateral entre os presidentes Lula e Lee Myung-bak à margem da Cúpula do G20, em Seul. |
| Jan/2011 | Visita ao Brasil do primeiro-ministro Kim Hwang-sik, para participar da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff. |



| | |
|-----------------|---|
| Mai/2011 | Visita à Coreia do Sul do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. |
| Mai/2011 | Visita do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia, para participar da reunião do G20 Parlamentar, em Seul. |
| Jun/2011 | VIII Reunião de Consultas Políticas, em Brasília. |
| Ago/2011 | I Reunião da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia, em Seul. |
| Set/2011 | Encontro bilateral entre os chanceleres Antonio Patriota e Kim Sung-hwan à margem da AGNU, em Nova York. |
| Mar/2012 | Visita à Coreia do Sul do vice-presidente da República, Michel Temer, para a II Cúpula de Segurança Nuclear, ocasião em que manteve encontro com o primeiro-ministro Kim Hwang-sik. |
| Mai/2012 | Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Kim Sung-hwan, ocasião em que manteve encontro com o chanceler Antonio Patriota. |
| Mai/2012 | III Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial. |
| Jun/2012 | Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à Coreia do Sul. |
| Jun/2012 | Participação do presidente Lee Myung-bak na Conferência Rio+20. |
| Nov/2012 | IV Reunião do Comitê de Cooperação Agrícola. |
| Nov/2012 | Assinatura do Acordo de Previdência Social. |
| Fev/2013 | Encontro bilateral entre os chanceleres Antonio Patriota e Kim Sung-hwan à margem do Debate Aberto do CSNU sobre Proteção de Civis em Conflitos Armados, em Nova York. |
| Out/2013 | IV Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial. |
| Nov/2013 | IX Reunião de Consultas Políticas, em Brasília. |
| Abr/2014 | II Reunião da Comissão Mista de Ciência Tecnologia e Inovação, em Brasília. |
| Jul/2014 | Abertura da Adidância de Defesa brasileira residente em Seul. |
| Set/2014 | V Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial, em Seul. |
| Out/2014 | Visita à Coreia do Sul do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski. |
| Dez/2014 | Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Cho Tae-yul. |
| Abr/2015 | Visita ao Brasil da presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye |
| Dez/2015 | VI Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial, em Brasília. |
| Dez/2015 | III Reunião do Mecanismo de Consulta em Energia e Recursos Minerais, em Brasília. |



| | |
|-----------------|---|
| Dez/2017 | Visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul, Lim Sung-nam ao Brasil. |
| Mar/2018 | Visita do primeiro-ministro Lee Nak-yon ao Brasil por ocasião do 8º Fórum Mundial da Água. |



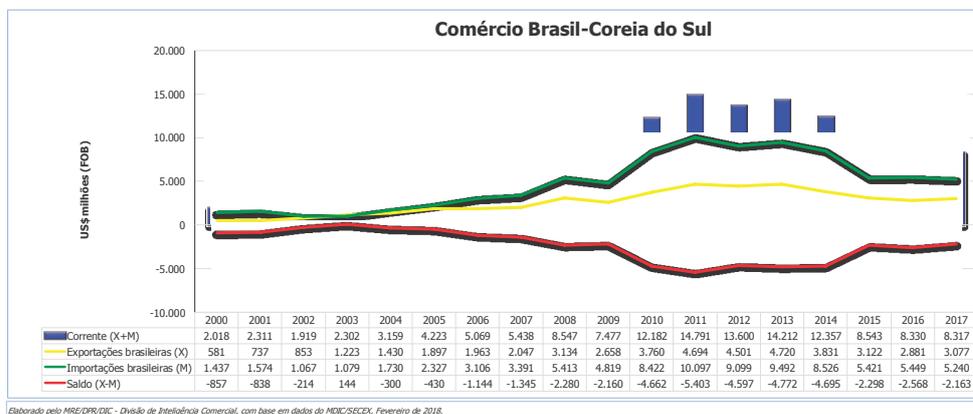
ACORDOS BILATERAIS

| Título | Data de celebração | Entrada em Vigor | Publicação no DOU |
|--|---------------------------|-------------------------|--|
| Acordo de Comércio | 21/05/1963 | 21/05/1963 | 19/06/1963 |
| Acordo Cultural | 07/02/1966 | 20/10/1967 | 17/11/1967 |
| Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda | 07/03/1989 | 21/11/1991 | 03/12/1991 |
| Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia | 08/08/1991 | 30/12/1992 | 23/11/1992 |
| Acordo para Serviços Aéreos entre seus Respetivos Territórios e Além | 11/08/1992 | 31/05/1995 | 08/02/1994 |
| Tratado de Extradicação | 01/09/1995 | 01/02/2002 | 08/03/2002 |
| Acordo sobre Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos de Cobertura Jornalística | 11/09/1996 | 26/12/1997 | 05/11/1997 |
| Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo | 11/09/1996 | 25/11/1997 | 02/05/2005 |
| Acordo sobre Isenção de Vistos | 18/01/2001 | 20/05/2002 | 20/05/2002 |
| Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear | 18/01/2001 | 25/07/2005 | 11/07/2005 |
| Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal | 13/12/2002 | 14/12/2005 | 14/03/2006 |
| Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa | 31/03/2006 | 05/11/2008 | 11/02/2009 |
| Acordo de Previdência Social entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Coreia. | 22/11/2012 | - | Em promulgação (tramitação no Poder Executivo) |
| Protocolo Alterando a Convenção entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Coreia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda | 24/04/2015 | 08/01/2018 | 27/04/2016 |



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS





| 2017 / 2018 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|----------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|-------|
| 2017 (janeiro) | 179 | 448 | 627 | -269 |
| 2018 (janeiro) | 210 | 540 | 749 | -330 |

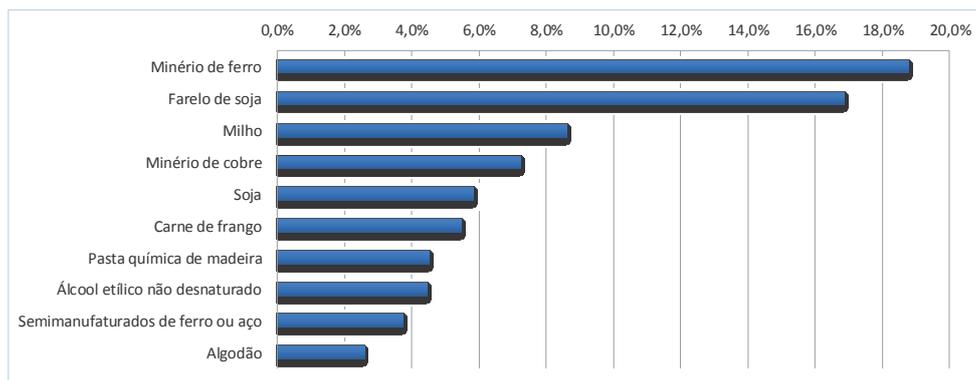


Composição das exportações brasileiras para a Coreia do Sul (SH4)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|-----------------------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|
| | Valor | Part. % no total | Valor | Part. % no total | Valor | Part. % no total |
| Minério de ferro | 501 | 16,0% | 365 | 12,7% | 578 | 18,8% |
| Farelo de soja | 392 | 12,6% | 488 | 16,9% | 519 | 16,9% |
| Milho | 505 | 16,2% | 250 | 8,7% | 265 | 8,6% |
| Minério de cobre | 112 | 3,6% | 155 | 5,4% | 223 | 7,2% |
| Soja | 278 | 8,9% | 198 | 6,9% | 180 | 5,8% |
| Carne de frango | 182 | 5,8% | 170 | 5,9% | 168 | 5,5% |
| Pasta química de madeira | 128 | 4,1% | 123 | 4,3% | 139 | 4,5% |
| Álcool etílico não desnaturado | 213 | 6,8% | 300 | 10,4% | 137 | 4,5% |
| Semimanufaturados de ferro ou aço | 71 | 2,3% | 29 | 1,0% | 115 | 3,7% |
| Algodão | 157 | 5,0% | 173 | 6,0% | 80 | 2,6% |
| Subtotal | 2.539 | 81,3% | 2.251 | 78,1% | 2.404 | 78,1% |
| Outros | 583 | 18,7% | 630 | 21,9% | 673 | 21,9% |
| Total | 3.122 | 100,0% | 2.881 | 100,0% | 3.077 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



Composição das importações brasileiras originárias da Coreia do Sul (SH4)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|---|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Circuitos integrados eletrônicos | 769 | 14,2% | 801 | 14,7% | 1.387 | 26,5% |
| Partes e acessórios de veículos automóveis | 681 | 12,6% | 461 | 8,5% | 653 | 12,5% |
| Aparelhos elétricos para telefonia | 369 | 6,8% | 232 | 4,3% | 278 | 5,3% |
| Partes para aparelhos de radiodifusão, TV | 425 | 7,8% | 165 | 3,0% | 244 | 4,7% |
| Motores de explosão | 165 | 3,0% | 148 | 2,7% | 164 | 3,1% |
| Automóveis de passageiros | 265 | 4,9% | 119 | 2,2% | 105 | 2,0% |
| Sangue humano ou animal preparados para uso terapêutico | 44 | 0,8% | 83 | 1,5% | 89 | 1,7% |
| Polímeros de estireno (insumo plástico) | 74 | 1,4% | 54 | 1,0% | 71 | 1,4% |
| Reagentes de diagnóstico ou de laboratório | 5 | 0,1% | 8 | 0,1% | 58 | 1,1% |
| Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos | 58 | 1,1% | 53 | 1,0% | 55 | 1,0% |
| Subtotal | 2.855 | 52,7% | 2.124 | 39,0% | 3.104 | 59,2% |
| Outros | 2.566 | 47,3% | 3.325 | 61,0% | 2.136 | 40,8% |
| Total | 5.421 | 100,0% | 5.449 | 100,0% | 5.240 | 100,0% |

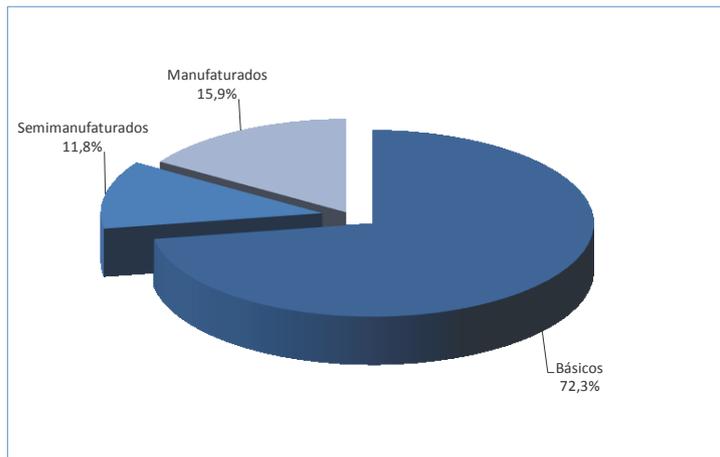
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

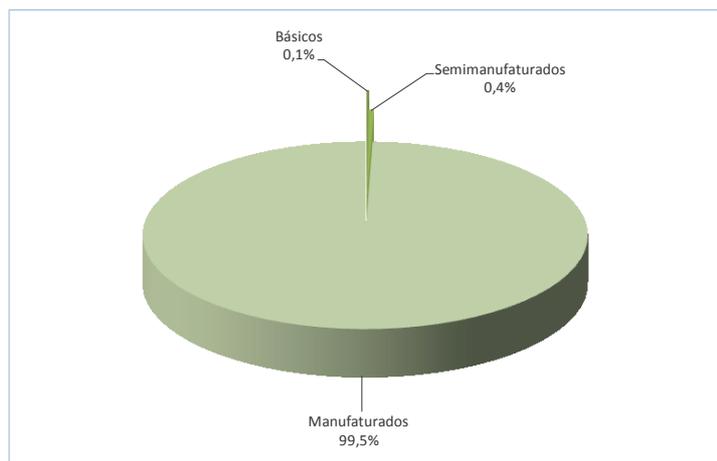


Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.



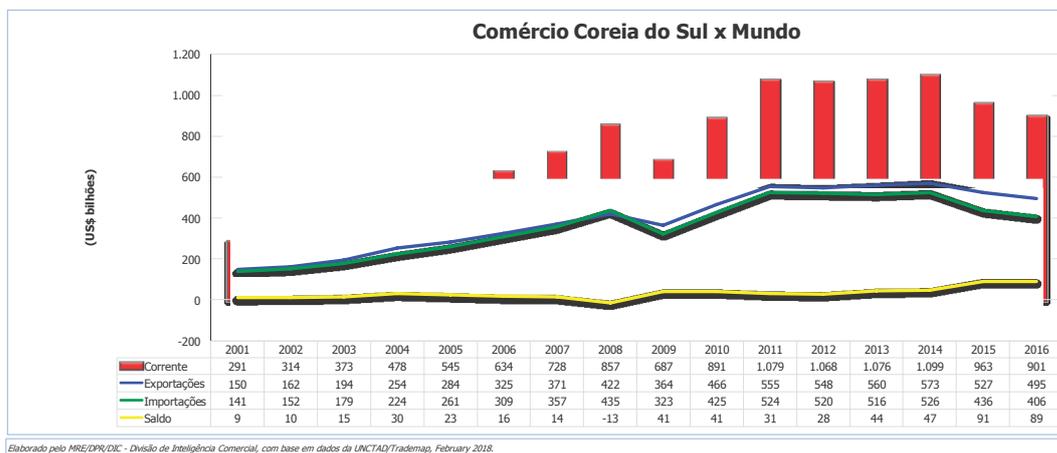
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2 0 1 7 (janeiro) | Part. % no total | 2 0 1 8 (janeiro) | Part. % no total | Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018 |
|--|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---|
| Exportações | | | | | |
| Milho | 0 | 0,0% | 28 | 13,4% | Milho 13,4% |
| Farelo de soja | 49 | 27,3% | 25 | 11,9% | Farelo de soja 11,9% |
| Semimanufaturados de ferro ou aço | 0 | 0,0% | 24 | 11,5% | Semimanufaturados de ferro ou aço 11,5% |
| Álcool etílico não desnaturado | 1 | 0,6% | 22 | 10,5% | Álcool etílico não desnaturado 10,5% |
| Minério de ferro | 39 | 21,8% | 17 | 8,1% | Minério de ferro 8,1% |
| Carne de frango | 18 | 10,0% | 14 | 6,7% | Carne de frango 6,7% |
| Algodão cru | 10 | 5,6% | 13 | 6,2% | Algodão cru 6,2% |
| Pastas químicas de madeira | 9 | 5,0% | 8 | 3,8% | Pastas químicas de madeira 3,8% |
| Insumos para fabricação de solventes e têxteis e polímeros | 2 | 1,1% | 8 | 3,8% | Insumos para fabricação de solventes e têxteis e polímeros 3,8% |
| Sucos de frutas | 0 | 0,0% | 7 | 3,3% | Sucos de frutas 3,3% |
| Subtotal | 128 | 71,5% | 166 | 79,2% | |
| Outros | 51 | 28,5% | 44 | 20,8% | |
| Total | 179 | 100,0% | 210 | 100,0% | |

| Grupos de produtos | 2 0 1 7 (janeiro) | Part. % no total | 2 0 1 8 (janeiro) | Part. % no total | Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018 |
|--|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|--|
| Importações | | | | | |
| Circuitos integrados eletrônicos | 113 | 25,2% | 157 | 29,1% | Circuitos integrados eletrônicos 29,1% |
| Partes e acessórios de veículos automóveis | 45 | 10,0% | 71 | 13,2% | Partes e acessórios de veículos automóveis 13,2% |
| Partes para aparelhos de radiodifusão, TV | 22 | 4,9% | 24 | 4,4% | Partes para aparelhos de radiodifusão, TV 4,4% |
| Automóveis de passageiros | 4 | 0,9% | 24 | 4,4% | Automóveis de passageiros 4,4% |
| Aparelhos elétricos para telefonia | 27 | 6,0% | 14 | 2,6% | Aparelhos elétricos para telefonia 2,6% |
| Hidrocarbonetos cíclicos | 0 | 0,0% | 9 | 1,7% | Hidrocarbonetos cíclicos 1,7% |
| Polímeros de estireno (insumo plástico) | 3 | 0,7% | 9 | 1,7% | Polímeros de estireno (insumo plástico) 1,7% |
| Motores de explosão | 21 | 4,7% | 7 | 1,3% | Motores de explosão 1,3% |
| Assentos | 5 | 1,1% | 7 | 1,3% | Assentos 1,3% |
| Reagentes de diagnóstico ou de laboratório | 8 | 1,8% | 6 | 1,1% | Reagentes de diagnóstico ou de laboratório 1,1% |
| Subtotal | 248 | 55,4% | 328 | 60,8% | |
| Outros produtos | 200 | 44,6% | 212 | 39,2% | |
| Total | 448 | 100,0% | 540 | 100,0% | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2018.

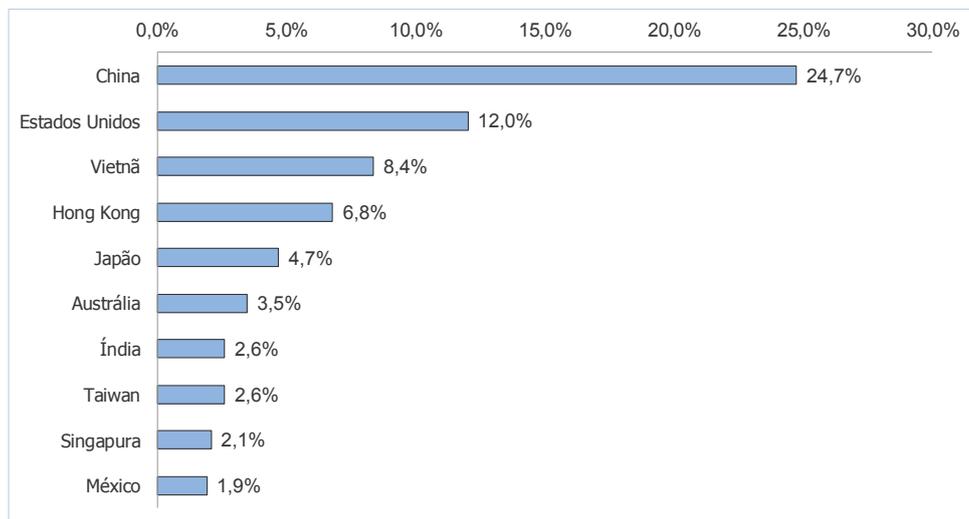




Principais destinos das exportações da Coreia do Sul
US\$ bilhões

| Países | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------|----------------|------------------------|
| China | 142 | 24,7% |
| Estados Unidos | 69 | 12,0% |
| Vietnã | 48 | 8,4% |
| Hong Kong | 39 | 6,8% |
| Japão | 27 | 4,7% |
| Austrália | 20 | 3,5% |
| Índia | 15 | 2,6% |
| Taiwan | 15 | 2,6% |
| Singapura | 12 | 2,1% |
| México | 11 | 1,9% |
| ... | | |
| Brasil (20º lugar) | 6 | 1,0% |
| Subtotal | 404 | 70,3% |
| Outros países | 171 | 29,7% |
| Total | 574 | 100,0% |

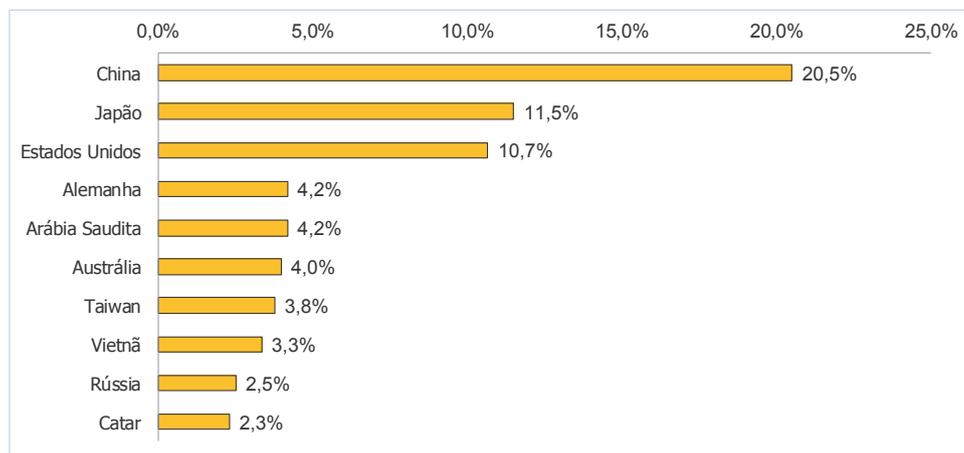
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações da Coreia do Sul
US\$ bilhões

| Países | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------|----------------|------------------------|
| China | 98 | 20,5% |
| Japão | 55 | 11,5% |
| Estados Unidos | 51 | 10,7% |
| Alemanha | 20 | 4,2% |
| Arábia Saudita | 20 | 4,2% |
| Austrália | 19 | 4,0% |
| Taiwan | 18 | 3,8% |
| Vietnã | 16 | 3,3% |
| Rússia | 12 | 2,5% |
| Catar | 11 | 2,3% |
| ... | | |
| Brasil (28º lugar) | 4 | 0,8% |
| Subtotal | 324 | 67,8% |
| Outros países | 154 | 32,2% |
| Total | 478 | 100,0% |

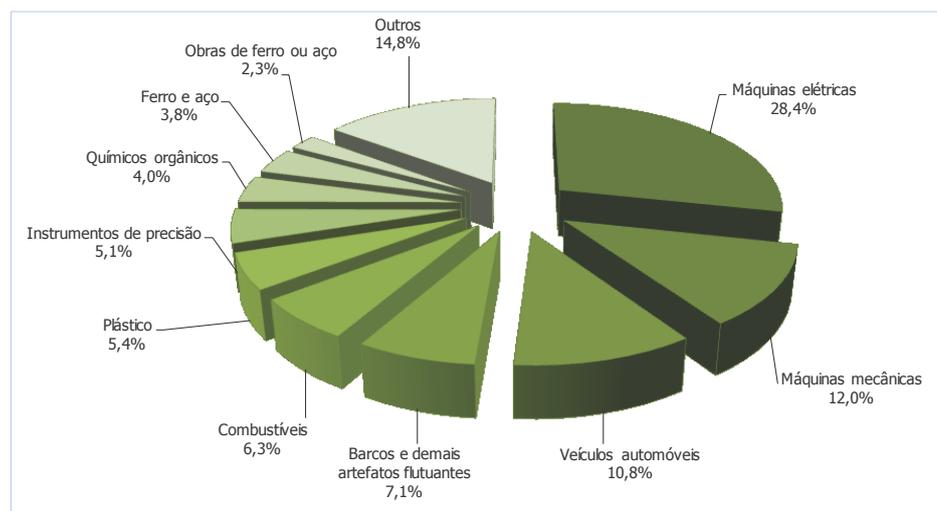
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações da Coreia do Sul (SH2)
US\$ bilhões

| Grupos de Produtos | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|--------------------------------------|----------------|------------------------|
| Máquinas elétricas | 163 | 28,4% |
| Máquinas mecânicas | 69 | 12,0% |
| Veículos automóveis | 62 | 10,8% |
| Barcos e demais artefatos flutuantes | 41 | 7,1% |
| Combustíveis | 36 | 6,3% |
| Plástico | 31 | 5,4% |
| Instrumentos de precisão | 29 | 5,1% |
| Químicos orgânicos | 23 | 4,0% |
| Ferro e aço | 22 | 3,8% |
| Obras de ferro ou aço | 13 | 2,3% |
| Subtotal | 489 | 85,2% |
| Outros | 85 | 14,8% |
| Total | 574 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

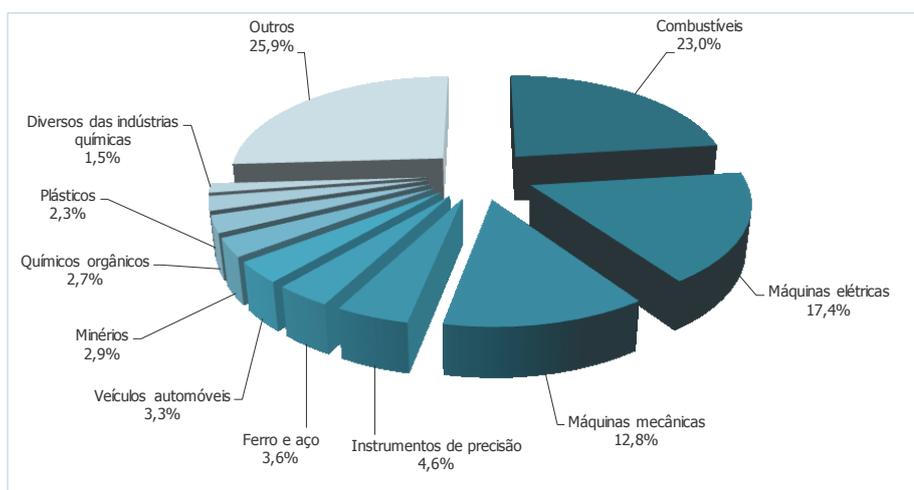


Composição das importações da Coreia do Sul (SH2)
US\$ bilhões

| Grupos de produtos | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|----------------------------------|----------------|------------------------|
| Combustíveis | 110 | 23,0% |
| Máquinas elétricas | 83 | 17,4% |
| Máquinas mecânicas | 61 | 12,8% |
| Instrumentos de precisão | 22 | 4,6% |
| Ferro e aço | 17 | 3,6% |
| Veículos automóveis | 16 | 3,3% |
| Minérios | 14 | 2,9% |
| Químicos orgânicos | 13 | 2,7% |
| Plásticos | 11 | 2,3% |
| Diversos das indústrias químicas | 7 | 1,5% |
| Subtotal | 354 | 74,1% |
| Outros | 124 | 25,9% |
| Total | 478 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Prejudicialidade



A Presidência, nos termos do art. 334 do Regimento Interno, declara prejudicada e encaminha o Projeto de Lei da Câmara nº 318/2016 ao Arquivo.



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2018

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)





PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** O pescador profissional e o extrativista vegetal de que tratam o número 2 da alínea *a* e a alínea *b* do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o número 2 da alínea *a* e a alínea *b* do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerçam sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal ou em regime de economia familiar, farão jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso da atividade pesqueira, para a preservação da espécie, ou extrativista vegetal, durante ou período em que for imprópria ou não recomendável a exploração extrativista.

.....

§ 2º-A. O período de proibição de atividade extrativista vegetal é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), considerando os ciclos biológicos evolutivos e as características climáticas regionais.

.....

§ 4º Somente terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal ou extrativista vegetal que não disponha de outra renda diversa da atividade pesqueira ou extrativista vegetal.

§ 5º O pescador profissional artesanal e o extrativista vegetal não farão jus, no mesmo ano, a mais de um benefício de seguro-desemprego decorrente de defesos ou impedimentos de atividade extrativista relativos a espécies distintas.



§ 6º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca e ao extrativismo vegetal nem aos familiares do pescador profissional ou extrativista vegetal que não satisfaçam os requisitos e condições estabelecidos nesta Lei.

.....” (NR)

“Art. 2º

§ 1º Para fazer jus ao benefício, o pescador ou extrativista vegetal não poderá estar em gozo de nenhuma renda decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente.

§ 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador ou extrativista vegetal deverá apresentar ao INSS os seguintes documentos:

I – registro como pescador profissional, categoria artesanal, devidamente atualizado no Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP, emitido pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, mínima de 1 (um) ano, contado da data do requerimento do benefício, no caso dos pescadores, ou documento que comprove o exercício da atividade de extrativismo vegetal, no caso dos extrativistas há, pelo menos, 1 (um) ano;

II – cópia do documento fiscal de venda do pescado ou do produto extraído a empresa adquirente, consumidora ou consignatária da produção, em que conste, além do registro da operação realizada, o valor da respectiva contribuição previdenciária de que trata o § 7º do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ou comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, caso tenha comercializado sua produção a pessoa física, e

b) que se dedicou à pesca ou extrativismo vegetal durante o período definido no § 3º do art. 1º desta Lei;

c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira ou extrativista vegetal.

§ 3º O INSS, no ato de habilitação do benefício, deverá verificar a condição de segurado pescador artesanal ou extrativista vegetal e o pagamento da contribuição previdenciária, nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício ou desde o último período de defeso ou impedimento de atividade extrativista até o requerimento do



benefício, o que for menor, observado, quando for o caso, o disposto no inciso II do § 2º.

.....
 § 7º O INSS deverá divulgar mensalmente lista com todos os beneficiários que estão em gozo do seguro-desemprego no período do defeso ou impedimento de atividade extrativista, detalhados por localidade, nome, endereço e número e data de inscrição no RGP, se for o caso.

§ 8º Desde que atendidos os demais requisitos previstos neste artigo, o benefício do seguro-desemprego será concedido ao pescador artesanal ou extrativista vegetal cuja família seja beneficiária de programa de transferência de renda com condicionalidades, e caberá ao órgão ou à entidade da administração pública federal responsável pela manutenção do programa a suspensão do pagamento pelo mesmo período da percepção do benefício do seguro-desemprego.

.....” (NR)

“Art. 4º

.....
 IV – desrespeito ao período de defeso ou de impedimento de atividade extrativista vegetal.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego, durante o período de defeso, aos pescadores profissionais que exercem a atividade pesqueira de forma artesanal. Com essa medida, o legislador pretendeu evitar que um significativo número de pessoas ficasse sem renda, em decorrência da interrupção das atividades de pesca, no período de interdição da atividade, estabelecido por norma legal, e que se destina a garantir a reprodução das espécies e consequente manutenção dos estoques.

Em condições similares se encontram, na nossa visão, os trabalhadores do extrativismo vegetal. Apesar das profundas transformações na estrutura produtiva e ocupacional ocorridas na economia brasileira, principalmente nas últimas duas décadas, o extrativismo



continua desempenhando um papel socioeconômico de mais alta importância.

Envolvendo atividades extremamente diversificadas e que apresentam graus variáveis de inserção na economia formal, o extrativismo ainda assegura a subsistência de milhões de brasileiros, alijados do mercado formal de trabalho. O setor torna-se ainda mais importante na medida em que as mudanças tecnológicas e organizacionais na esfera da produção, em curso na economia brasileira, apontam para um decréscimo nas taxas de crescimento da geração de empregos.

Em face do caráter extremamente instável dessas atividades, fica evidente, assim como ocorreu em relação aos pescadores artesanais, a necessidade de se estabelecerem mecanismos capazes de assegurar um fluxo regular de renda para as famílias que dependem do extrativismo.

Afinal, como ocorre na pesca, o extrativismo vegetal sofre com a quebra na regularidade da renda e também envolve um significativo contingente populacional, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste. No extrativismo vegetal, as atividades, além de caracterizadas pela sazonalidade, devem ser, muitas vezes, limitadas ou mesmo proibidas por normas legais, como forma de assegurar sua sustentabilidade.

Assim, entendemos ser de extrema relevância social que o seguro-desemprego seja estendido, também, aos trabalhadores que atuam no extrativismo vegetal, sempre que suas atividades devam ser interrompidas por força de normas emanadas do Poder Público.

Por serem justos e relevantes os motivos que fundamentam a apresentação dessa iniciativa, contamos com o apoio de nossos pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/AM



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
 - alínea a do inciso VII do artigo 12
 - alínea b do inciso VII do artigo 12
 - parágrafo 7º do artigo 30
- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social; Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência - 8213/91
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>
 - alínea a do inciso VII do artigo 11
 - alínea b do inciso VII do artigo 11
- Lei nº 10.779, de 25 de Novembro de 2003 - Lei do Seguro-Defeso - 10779/03
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10779>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2018

Altera o art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para reduzir a alíquota de imposto de renda incidente sobre os ganhos líquidos auferidos em operações day trade de vinte para quinze por cento.

AUTORIA: Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera o art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para reduzir a alíquota de imposto de renda incidente sobre os ganhos líquidos auferidos em operações *day trade* de vinte para quinze por cento.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O disposto no art. 1º desta Lei não se aplica aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas, inclusive *day trade*, que permanecem sujeitos à legislação vigente e serão tributados em 15% (quinze por cento).” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As operações do tipo *day trade*, ou seja, iniciadas e finalizadas dentro de um mesmo dia, são tributadas em vinte por cento sobre os lucros líquidos auferidos, enquanto as demais operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas, são tributadas em apenas quinze por cento. Portanto, legislação vigente faz distinção injustificada entre as alíquotas incidente sobre os lucros auferidos por operações *day trade* e as demais operações.



Não obstante, tal segregação se mostra cada vez mais perniciosa a muitos cidadãos, que têm no *day trade* sua principal fonte de renda. Com a popularização dos *home brokers* e a maior facilidade de acesso às operações em bolsa, número cada vez mais significativo de brasileiros tem migrado para a profissão de *trader*. Assim, as operações *day trade* constituem parte substancial da renda de tais profissionais, as quais são tributadas de modo mais oneroso que em relação ao restante do mercado financeiro.

O próprio Poder Executivo já se mostrou favorável à ideia, uma vez que pretendeu realizar a modificação em debate quando emitiu a Medida Provisória nº 806, de 2017. A MPV, embora tenha falhado em promover a mudança, não implementando a modificação referida modificação no texto legal da MPV, ficando registrado apenas na Exposição de Motivos, no item 8, que afirmou que “atendendo ao objetivo de racionalizar a tributação, o art. 12 equaliza as alíquotas incidentes sobre os ganhos líquidos auferidos nas operações negociadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, estabelecendo a alíquota de 15% (quinze por cento) do IR incidente sobre os ganhos líquidos, eliminando a alíquota de 20% (vinte por cento) incidente sobre as operações de *day trade*. Com isso, há uma simplificação na apuração do IR, não sendo mais necessária a apuração em separado dos ganhos obtidos nas operações de *day trade*”.

Corroborando com a argumentação exposta pelo Poder Executivo, acreditamos que a equalização de alíquotas permitirá redução na burocracia e maior facilidade no cálculo do IR, economizando tempo e recursos financeiros que poderão ser usados de modo mais produtivo e eficiente pelos investidores.

No México, país que em muitos aspectos de assemelha ao Brasil, a alíquota de IR sobre ganhos no mercado de ações é de 10%, não havendo diferenciação na tributação para operações de *daytrade*. Nos EUA, o *Trader Profissional*, se assim classificado pelo Fisco Americano, além de uma tributação diferenciada e abatimento das perdas da base de incidência de IR, pode incluir também as despesas que tem para operar, tais como manter um *home office*.



3

Por fim, mister se faz salientar que, ao igualarmos as alíquotas existentes para operações em bolsa, iremos garantir justiça social ao corrigirmos uma distorção atualmente existente que prejudica profissionais que dependem do *day trade* como principal fonte de renda.

Ante o exposto, em virtude do interesse público envolvido, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador PAULO BAUER



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.033, de 21 de Dezembro de 2004 - Legislação Tributária Federal - 11033/04

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;11033>

- artigo 2º

- urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2017;806

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2017;806>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2018

Institui, o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards".

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Institui, o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica instituído o “Dia Nacional da Conscientização sobre a Síndrome de Edwards”, a ser comemorado, anualmente, em 6 de maio.

Art. 2º. O poder público promoverá, na data referida no art.1º, iniciativas sociais, de pesquisa científica, culturais e de assistência social e à saúde de familiares e pacientes portadores da síndrome de Edwards, com vistas à conscientização coletiva a respeito dessa condição genética.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Enquanto agente público, apenas em 21 de março deste ano fui confrontado com os dilemas e contingências que marcam a luta por sobrevivência de pacientes da chamada síndrome de Edwards e de seus familiares. Cuidou-se, naquela ocasião, de audiência, neste Senado Federal, em que recebi a mãe e ativista dos Direitos Humanos Marília Castelo Branco, que nos apresentou um dos relatos mais afetuosos e comoventes que tive a alegria de presenciar em todos esses anos de vida pública.

Marília Castelo Branco é uma mulher brasileira como outras tantas: publicitária e mãe, sempre teve que se adaptar à dura realidade das duplas jornadas e foi afrentada com um duro diagnóstico durante a gravidez de seu amado filho Thales: seu bebê era dotado de uma condição de saúde muito rara, a chamada síndrome de Edwards.

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 7
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: randolfe.rodrigues@senador.gov.br



SF/18684.33439-60





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Desafiada sistematicamente pelas agruras deste diagnóstico, que lhe rendeu a aspreza desoladora de um vaticínio médico no sentido da inviabilidade da gestação logo de plano, não hesitou em oferecer ao seu rebento toda a assistência e afeto de que pode dispor.

Ao perder seu filho muito cedo, após um duríssimo luto, em vez de encerrar-se numa clausura aceitável de tristeza e desesperança, voltou toda a sua energia e entusiasmo a dar visibilidade à síndrome que ceifou a vida de seu querido Thales, dedicando-se voluntariamente a ajudar famílias que passam pelas mesmas dores que enfrentou, montando, para tanto, a “Síndrome do Amor”, uma belíssima instituição sem fins lucrativos.

Marília resumiu os dois maiores martírios das famílias que recebem esse diagnóstico na gestação ou no parto, que estão longe de se resumir à dor da perda de um ente querido: são elas a desintegração do núcleo familiar, geralmente com o abandono do lar por parte do genitor, e a violência de um diagnóstico médico repentino pela inviabilidade do feto com sugestão clínica de aborto, que abala por completo as esperanças da mãe em lutar pela vida de seu filho.

Por isso, a ONG Síndrome do Amor se mobiliza por meio das redes sociais para desenvolver um protocolo médico de abordagem para a síndrome, para motivação recíproca de pais em dificuldades emocionais e financeiras e para cooperação mútua em compartilhamento de experiência de vida pelas famílias dos pacientes.

A performatividade e impacto social da ONG impressionam pelo alto grau de criatividade, mesmo diante de recursos praticamente inexistentes, já que é integralmente autofinanciada: uma das iniciativas para manter juntos os pais de portadores de Edwards, diante da alta taxa de desagregação familiar, consiste na promoção de pequenas rifas e sorteios, para custear “jantares românticos” dos pais dos pacientes. É uma rede que, nada obstante a escassez de recursos, pulsa abundante em afeto e amor ao próximo, com fartas lições de vida para todos nós.

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 7
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: randolfe.rodrigues@senador.gov.br



SF/18684.33439-60





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Marília alertou, esperançosa, que, embora o prognóstico desta condição genética ainda seja incrivelmente negativo, face a alta e rápida letalidade, trata-se de destino assemelhado ao vivido por acometidos pela síndrome de down há algumas décadas. Relatou crer que, sob essa ótica, **promovendo-se a visibilidade e investimento em pesquisa quanto à Síndrome, seria possível, num horizonte médio de tempo, ampliar razoavelmente a expectativa de vida destes pacientes e conferir-lhes melhores condições de vida e bem-estar.**

A síndrome de Edwards (SE) (ou trissomia 18) é uma síndrome genética resultante de trissomia do cromossoma 18 e é a segunda trissomia autossômica mais frequentemente observada ao nascimento, ficando atrás apenas da síndrome de Down (trissomia do cromossomo 21).

Foi descrita primeiramente em 1960, por John H. Edwards, em recém-nascidos que apresentavam malformações congênitas múltiplas e acomete 1 em cada 8.000 nascidos, sendo o sexo feminino o mais comumente afetado. Nada obstante a expectativa de vida para um portador da síndrome de Edwards seja baixa, já foram descritos casos de adolescentes com 15 anos de idade portadores da afecção.

Diversas malformações congênitas podem ser encontradas, afetando o cérebro, coração, rins e aparelho gastrointestinal. Entre as malformações cardíacas mais frequentes, que normalmente é a causa do óbito nesses pacientes, está a comunicação interventricular e a persistência do ducto arterial. Também se observa com frequência a presença de tecido pancreático heterotrópico, eventração diafragmática, divertículo de Meckel e diferentes tipos de displasias renais.

Ainda dentro da barriga, já é possível detectar e presença de anomalias nos fetos. O exame ultra-sonográfico transvaginal, entre 10 a 14 semanas de gestação, possibilita estimar a espessura do “espaço escuro” existente entre a pele e o tecido subcutâneo, que reveste a coluna cervical fetal, detectando, deste modo, alterações no feto.

O prognóstico para indivíduos que nascem com essa doença genética é ruim, sendo a sobrevida da maioria desses pacientes é de 2 a 3 meses para os meninos e 10

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 7
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: randolfe.rodrigues@senador.gov.br



SF/18684.33-439-60





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

meses para as meninas, muito dificilmente ultrapassando os 2 anos de vida; os pacientes que possuem o mosaïcismo podem sobreviver por mais tempo.

Questionada sobre que recado deixaria à humanidade, em entrevista ao blog “folga na direção”, Marília deixa sua mensagem atemporal: *“Só o amor pode nos salvar. Amor Incondicional, aquele que nos faz agir sabendo que fazemos parte de um todo, portanto temos participação por tudo de bom e ruim que acontece no Universo. Precisamos treinar amor, perdão e humildade. E isso é urgente!”*.

Que essa proposta, ao colaborar num nível muito modesto, na busca da promoção da visibilidade em um tema tão relevante de saúde pública, a partir da criação de uma data para promover o debate público sobre a Síndrome de Edwards, sirva ao fim preconizado por essa mãe inabalável: treinar o amor, o perdão e a humildade.

Dediquemos esse projeto de visibilidade ao jovem Thales, amadíssimo filho de Marília, que, ao deixar sua mãe tão pequenino, pode legar ao mundo essa enorme mensagem de amor ao próximo e empatia, virtudes tão raras em nosso tempo!

Por todos estes motivos, submeto à aprovação dos parlamentares esta proposta legislativa.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

(REDE-AP)

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 7
Tel.: (61) 3303-6568 – CEP 70165-900 – Brasília-DF – e-mail: randolfe.rodrigues@senador.gov.br



SF/18684.33439-60





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2018

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a proibição de produtos saneantes e cosméticos que contenham micropartículas de plástico em sua composição.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a proibição de produtos saneantes e cosméticos que contenham micropartículas de plástico em sua composição.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 86-A:

“**Art. 86-A.** Ficam vedados o registro, a fabricação, a importação, a distribuição, a divulgação e a comercialização de produtos saneantes e cosméticos, relacionados em regulamento, que contenham micropartículas de plástico em sua composição.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – a partir da data da edição do ato regulamentador da matéria, em relação ao registro, fabricação, importação e divulgação dos produtos a que se refere o art. 86-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

II – a partir do primeiro dia do segundo ano subsequente ao ano da edição do ato regulamentador da matéria, relativamente à distribuição e à comercialização dos produtos a que se refere o art. 86-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

JUSTIFICAÇÃO

Micropartículas ou microesferas de plástico (*plasticmicrobeads*, em inglês), geralmente produzidas com polietileno, são



minúsculos grânulos de plástico utilizados principalmente em cosméticos, tais como protetor solar e maquiagem, e produtos de higiene pessoal com a finalidade de esfoliar ou limpar partes do corpo humano, como esfoliante facial e corporal, pasta de dente, gel de banho, sabonete antibacteriano e xampu anticaspa. Outros produtos também podem conter micropartículas plásticas, como domissanitários e abrasivos de uso industrial.

A preocupação com essas micropartículas refere-se ao seu impacto ambiental. Após utilizadas e descartadas, ficam acumuladas em rios, lagos e oceanos, pois, em razão de suas diminutas proporções, não são filtradas pelos sistemas de tratamento de esgotos convencionais. Desse modo, podem ser confundidas com alimentos por peixes e outras formas de vida aquáticas, sendo ingeridas e, por fim, podem entrar na cadeia alimentar humana. Além disso, não se desintegram nem se degradam facilmente, podendo perdurar no ambiente por centenas de anos, juntando-se a microplásticos provenientes de outras fontes, como os resultantes da quebra de lixo plástico por ação de raios ultravioleta e ondas marinhas.

Segundo o *U.S. Food and Drug Administration* (FDA) – agência federal norte-americana responsável pela regulação sanitária de alimentos e medicamentos, entre outros produtos – ainda não há evidências de que os microplásticos, como os usados em cosméticos, representem risco à saúde humana.

A despeito disso, com base em preocupações ambientais, foi aprovado pelo Congresso norte-americano o *Microbead-Free Waters Act of 2015*, que proíbe a fabricação, a embalagem e a distribuição de produtos cosméticos que contenham micropartículas de plástico. Canadá, Irlanda, Reino Unido, Holanda e Nova Zelândia também desencadearam ações de proibição nessa mesma linha.

Por fim, empresas como Unilever, Colgate-Palmolive, Beiersdorf, L'Oréal e Johnson & Johnson já anunciaram a intenção de suprimir as microesferas de plástico de seus produtos.

No Brasil, contudo, ainda não existe legislação a esse respeito. Por esse motivo, apresentamos o presente projeto de lei, com o intuito de suprir essa lacuna e de equiparar nossas normas ao que há de mais atual sobre o tema no mundo.



3

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.360, de 23 de Setembro de 1976 - Lei de Vigilância Sanitária sobre Produtos Farmacêuticos - 6360/76

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1976;6360>

- artigo 86-



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 172, DE 2018

Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 20 de abril de 2018, para compor a delegação que acompanhará a Presidência do Senado em visita oficial ao Japão, conforme convite do Presidente, Senador Eunício Oliveira. Comunica, nos termos do art. 39, do RISF, ausência do País no período mencionado.

AUTORIA: Senador Jorge Viana (PT/AC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR JORGE VIANA

A publicação
Em 09/04/18.

REQUERIMENTO Nº 172 , DE 2018

Conforme Memorando nº 23/2018-PRESID anexo, por meio do qual fui convidado pelo Presidente Eunício Oliveira para compor a delegação que acompanhará a Presidência do Senado em visita oficial ao Japão, tendo em vista o convite da Câmara dos Conselheiros deste país asiático, requiero, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 20 de abril de 2018, para a referida missão oficial.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período mencionado.

Salas das Sessões, 03 de abril de 2018.

Jorge Viana
Senador JORGE VIANA

Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS nº 172 / 2018
Fis. 01

Recebido em 03/04/18
Hora 17:29
Debora Rodrigues Matos - Mat. 257695
SGM - Senado Federal



SF/18698.07423-39

Página: 1/1 03/04/2018 17:18:36

7c93c0bd6dbbaa548ad2e5a82531b1f7e08f92d3





SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO Nº 23 /2018-PRESID

Brasília, 27 de Março de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JORGE VIANA**
Senado Federal

Senhor Senador,

Tendo em vista o convite da Câmara dos Conselheiros do Japão para visita oficial àquele país, na qualidade de hóspedes ilustres, convido Vossa Excelência para compor a delegação que acompanhará esta Presidência na referida missão oficial, no período de 15 a 20 de abril do ano corrente.

Na oportunidade renovo protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS nº 172 / 2018
Fls. 02





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 173, DE 2018

Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 20 de abril de 2018, para compor a delegação que acompanhará a Presidência do Senado em visita oficial ao Japão, conforme convite do Presidente, Senador Eunício Oliveira. Comunica, nos termos do art. 39, do RISF, ausência do País no período de 13 a 23 de 2018.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Serviço de Autuação de Proposições
e Matérias Legislativas
RQS nº 173 de 2018
Em 09/04/2018

REQUERIMENTO Nº 173, de 2018

*A publicação
Em 04/04/18*



Tendo sido convidado para compor a delegação que acompanhará o Presidente do Senado Federal à visita oficial ao Japão, em razão de convite da Câmara dos Conselheiros do Japão, requero, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 15 a 20 de abril de 2018, a fim de atender honrosa missão.

Nos termos do art. 39, comunico que estarei ausente do País no período de 13 a 23 de abril de 2018.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO ANASTASIA

Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS nº 173 / 2018
Fis. 01

Recebido em 4/4/18
Hora 11:40
Paula Póvoa
Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 256149
SGM - Senado Federal





SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO Nº 22/2018-PRESID

Brasília, 27 de Março de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Senador ANTONIO ANASTASIA
Senado Federal

Senhor Senador,

Tendo em vista o convite da Câmara dos Conselheiros do Japão para visita oficial àquele país, na qualidade de hóspedes ilustres, convido Vossa Excelência para compor a delegação que acompanhará esta Presidência na referida missão oficial, no período de 15 a 20 de abril do ano corrente.

Na oportunidade renovo protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS nº 173 / 2018
Fls. 02



SF/18482.59856-53

Página: 2/2 04/04/2018 11:00:23

95bf12c3f0f2f792de1c75d9d9912c68b2290f57





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 174, DE 2018

Requer, nos termos regimentais, a participação como palestrante do "Brazil Fórum UK 2018", a realizar-se nos dias 05 e 06 de maio de 2018, em Londres.

AUTORIA: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

AUTORIZO.

REQUERIMENTO Nº 174/18

Ofício GSRFER-030 /2018

Brasília, 28 de março de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência que recebi o convite para participar como palestrante do **Brazil Fórum UK 2018**, a realizar-se nos dias 05 e 06 de maio do ano em curso, na **London School of Economics and Political Science (LSE) e na Universidade de Oxford**.

Esta edição acontecerá no ano em que a entrada em vigor da Constituição Federal de Brasil completa 30 anos.

Neste sentido o fórum terá como objetivo fazer um balanço dos avanços, retrocessos e desafios sociais, políticos e econômicos no país durante este período.

Assim sendo, manifesto meu interesse em representar esta casa neste expressivo evento.

Na oportunidade renovo meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Ricardo Ferraco
Senador Ricardo Ferraco
PSDB - ES





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2018

Requer, nos termos do inciso IV e do § 7º do artigo 154 do Regimento Interno, a realização de sessão de debate temático para debater o tema "a paz no processo eleitoral", a ocorrer no dia 9 de maio de 2018, às 11 horas.

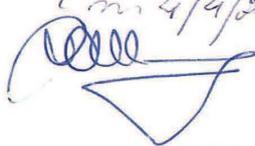
AUTORIA: Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dário Berger (PMDB/SC), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº 175 DE 2018

à Publicação
em 4/4/2018


Requeremos, nos termos do inciso IV e do § 7º do artigo 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debate Temático a ocorrer no dia 9 de maio de 2018, às 11 horas, com a finalidade de debater o tema “a paz no processo eleitoral”.

Para tanto, requeremos que sejam convidados:

- Renato Janine Ribeiro – Professor titular da disciplina Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo (USP);
- Ayres Britto – Jurista, advogado e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);
- Lúcia Hippolito – Cientista Política e apresentadora do programa CBN Rio;
- Ilona Szabó – Cientista Política especialista em segurança pública e política de drogas;
- Tibério Canuto – Assessor de Comunicação da Fundação Astrojildo Pereira.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil inteiro tem visto manifestações violentas, há muitos meses, por grupos corporativos, até por grupos políticos. Eu mesmo já sofri com a violência em momentos de minha vida política, mas o que aconteceu com a caravana do presidente Lula no Sul do Brasil também foi muito grave. Os ataques sofridos com pedras e paus usados como armas e até mesmo com o disparo de tiros nos deixam profundamente preocupados com os rumos da democracia no país, principalmente agora, com o início de uma fase eleitoral.



SF/18348.35145-89

Página: 1/4 03/04/2018 16:19:10

f5373e5787bf0f91d27dcf1fa8564671371b139b



Quando o processo eleitoral cai na violência, a democracia desaparece implicitamente; ou melhor, a democracia fica apenas aparente. Ela deixa de ser realidade. Democracia é feita por meio de urnas, jamais de armas. E há no momento uma violência também nos discursos, quando os candidatos caem no extremismo do discurso, na demagogia e no populismo. Isso é uma violência com o País. Promessas vazias numa campanha são uma violência; promessas irrealizáveis são atos de violência, da violência intelectual, nas ideias, que vem da demagogia, da irresponsabilidade, do populismo e das propostas autoritárias. Eu temo que essas violências levem o Brasil a um momento perigoso no processo eleitoral e para o futuro do País.

Impedir um líder candidato de fazer seus discursos, suas caminhadas, suas passeatas é, não apenas antidemocrático, como deixa a democracia menos plena, além de ser e um ato extremamente preocupante por incitar a violência. A violência se retroalimenta, chegando ao ponto em que domina e inviabiliza o processo eleitoral. E se ela continua – hoje é um grupo contra a caravana de um ex-presidente, amanhã pode ser contra outros opositores – a democracia desaparece explicitamente. Não podemos deixar que isso saia do controle e que o processo democrático da eleição de outubro seja um processo de armas e não um processo de urna.

Por isso, proponho uma sessão especial em defesa da paz no processo eleitoral de 2018, na qual debateremos esse assunto e definiremos uma trégua nos ataques ao processo eleitoral brasileiro, que chegue para diminuir pelo menos as chamadas fake news, os boatos, as maledicências que vão tomar conta e que provavelmente farão com que os candidatos, ao invés de apresentar seus programas, tenham que concentrar esforços para desmentir o que sai contra eles.



SF/18348.35145-89

Página: 2/4 03/04/2018 16:19:10

f5373e5787bf0f91d27dcf1fa8564671371b139b



Os próximos quatro anos serão definitivos para o Brasil. São anos em que nós nos reencontraremos com coesão e rumo ou nos perderemos na desagregação que já toma conta do País, sem rumo.

Sala das Sessões,

Cristovam A.
CRISTOVAM BUARQUE 1
 Senador

Dário Berger
DÁRIO BERGER
 Senador



| | | | |
|-----|-----------------------|----------------|----|
| 1. | <i>Eduardo Amorim</i> | EDUARDO AMORIM | 16 |
| 2. | <i>Capi Beribe</i> | CABI BERIBE | 20 |
| 3. | <i>Elmano</i> | ELMANO | |
| 4. | <i>Lindbergh</i> | LINDBERGH | 12 |
| 5. | | | |
| 6. | | | |
| 7. | | | |
| 8. | | | |
| 9. | | | |
| 10. | | | |
| 11. | | | |
| 12. | | | |



| | |
|-----|--|
| 13. | |
| 14. | |
| 15. | |
| 16. | |
| 17. | |
| 18. | |
| 19. | |
| 20. | |
| 21. | |
| 22. | |
| 23. | |
| 24. | |
| 25. | |
| 26. | |
| 27. | |

Página 5 de 5

Parte integrante do Aviso do RQS nº 175 de 2018.



f5373e5787bf0f91d27dcf1fa8564671371b139b

Página: 4/4 03/04/2018 16:19:10



SF/18348.35145-89

4





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2018

Requer, nos termos dos artigos 154, III e § 5º, 199 e 200, do RISF, a realização de Sessão Especial em homenagem ao nonagésimo aniversário da Polícia Rodoviária Federal.

AUTORIA: Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Aírton Sandoval (PMDB/SP), Senador Cidinho Santos (PR/MT), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

*Gabinete do Senador José Medeiros***REQUERIMENTO N° , DE 2018 – PLEN.**

Requeiro, nos termos dos artigos 154, III e §5º, 199 e 200 todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em homenagem ao nonagésimo aniversário da Polícia Rodoviária Federal, comemorado em 24 de julho, para a qual sugerimos a inclusão na data próxima ao dia 25 de junho.

Sala das Sessões,

Senador José Medeiros
PODE-MT



SF/18417.62655-08





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 177, DE 2018

Requer, nos termos do art. 222, do RISF, inserção em ata de voto de aplauso, à Polícia Militar do Estado do Amazonas, que celebra, no dia 4 de abril, 181 anos de existência.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (PMDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Braga

REQUERIMENTO N° DE

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso, à Polícia Militar do Estado do Amazonas, que celebra, nesta quarta-feira, 4 de abril, 181 anos de existência.

JUSTIFICAÇÃO

Minhas saudações a essa importante corporação, essencial para garantir a segurança e o bem-estar da população do meu estado, o Amazonas. A todos os bravos e comprometidos policiais militares, um abraço fraterno e o reconhecimento pelo importante trabalho que desempenham para preservar a ordem pública e o meio ambiente mediante um policiamento de excelência.

Sala das Sessões, 04 de abril de 2018.

Senador Eduardo Braga
(PMDB - AM)



SF/1804.35517-47



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Parecer nº 40/2018-CCJ





Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 40, de 2018 - Valter Shuenquener de Araújo (CNMP)

Recondução do Juiz Federal Valter Shuenquener de Araújo, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019.

Matéria **PAR 40/2018**

Início Votação **04/04/2018 16:59:35** Término Votação **04/04/2018 17:41:09**

Sessão **40ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/04/2018 07:45:36**

| Partido | UF | Nome Senador | Voto |
|---------|----|-----------------------|---------|
| PMDB | SP | Airton Sandoval | SECRETO |
| PP | RS | Ana Amélia | SECRETO |
| PDT | RR | Ângela Portela | SECRETO |
| PSDB | MG | Antonio Anastasia | SECRETO |
| PSB | SE | Antonio C Valadares | SECRETO |
| PTB | PE | Armando Monteiro | SECRETO |
| PSDB | TO | Ataídes Oliveira | SECRETO |
| PP | AL | Benedito de Lira | SECRETO |
| PR | MT | Cidinho Santos | SECRETO |
| PP | PI | Ciro Nogueira | SECRETO |
| PSDB | SC | Dalirio Beber | SECRETO |
| PMDB | SC | Dário Berger | SECRETO |
| PMDB | AM | Eduardo Braga | SECRETO |
| PRB | RJ | Eduardo Lopes | SECRETO |
| PMDB | PI | Elmano Férrer | SECRETO |
| PMDB | CE | Eunício Oliveira | SECRETO |
| PT | RN | Fátima Bezerra | SECRETO |
| PMDB | PE | Fernando Coelho | SECRETO |
| PSDB | PA | Flexa Ribeiro | SECRETO |
| PMDB | RN | Garibaldi Alves Filho | SECRETO |
| PT | PR | Gleisi Hoffmann | SECRETO |
| PROS | DF | Hélio José | SECRETO |
| PT | PE | Humberto Costa | SECRETO |
| PP | RO | Ivo Cassol | SECRETO |
| PMDB | MA | João Alberto Souza | SECRETO |
| PSB | AP | João Capiberibe | SECRETO |
| PT | AC | Jorge Viana | SECRETO |
| PODE | MT | José Medeiros | SECRETO |
| PT | CE | José Pimentel | SECRETO |
| PSDB | SP | José Serra | SECRETO |
| PSD | RS | Lasier Martins | SECRETO |
| PSB | BA | Lídice da Mata | SECRETO |
| PT | RJ | Lindbergh Farias | SECRETO |
| PR | ES | Magno Malta | SECRETO |
| PMDB | SP | Marta Suplicy | SECRETO |
| PSDB | SC | Paulo Bauer | SECRETO |
| PT | RS | Paulo Paim | SECRETO |
| PT | PA | Paulo Rocha | SECRETO |
| PRB | MS | Pedro Chaves | SECRETO |
| - | PB | Raimundo Lira | SECRETO |
| REDE | AP | Randolfé Rodrigues | SECRETO |

Emissão 04/04/2018 17:41:12



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 40, de 2018 - Valter Shuenquener de Araújo (CNMP)

Recondução do Juiz Federal Valter Shuenquener de Araújo, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019.

Matéria **PAR 40/2018** Início Votação **04/04/2018 16:59:35** Término Votação **04/04/2018 17:41:09**

Sessão **40º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **04/04/2018 07:45:36**

| | | | |
|-------|----|--------------------|---------|
| PT | PI | Regina Sousa | SECRETO |
| - | DF | Reguffe | SECRETO |
| PMDB | AL | Renan Calheiros | SECRETO |
| PSDB | ES | Ricardo Ferraço | SECRETO |
| PP | BA | Roberto Muniz | SECRETO |
| PMDB | PR | Roberto Requião | SECRETO |
| PMDB | ES | Rose de Freitas | SECRETO |
| PSD | AC | Sérgio Petecão | SECRETO |
| PMDB | MS | Simone Tebet | SECRETO |
| PSDB | CE | Tasso Jereissati | SECRETO |
| PMDB | RO | Valdir Raupp | SECRETO |
| PCdoB | AM | Vanessa Grazziotin | SECRETO |
| PR | TO | Vicentinho Alves | SECRETO |
| PMDB | MS | Waldemir Moka | SECRETO |

Presidente: Eunício Oliveira

SIM:48 NÃO:6 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:55

Primeiro-Secretario

Emissão 04/04/2018 17:41:12



Projeto de Lei do Senado nº 488/2017 - Complementar





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 53, DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei do Senado
nº 488 – Complementar, de 2017.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 488 – Complementar, de 2017, que *acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com o intuito de estabelecer normas e diretrizes para encaminhamento de proposições legislativas que instituem políticas públicas, propiciando melhor responsabilidade gerencial na Administração Pública.*

Senado Federal, em 4 de abril de 2018.

JOÃO ALBERTO, PRESIDENTE

JOSÉ PIMENTEL, RELATOR

ANTONIO CARLOS VALADARES

SÉRGIO PETECÃO



ANEXO AO PARECER Nº 53, DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2017 – Complementar.

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o encaminhamento de proposições legislativas que instituem políticas públicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo III-A:

“CAPÍTULO III-A

DOS PROJETOS DE LEI QUE INSTITUEM POLÍTICAS PÚBLICAS”

“Art. 17-A. Os projetos de lei que instituem políticas públicas serão acompanhados de avaliação prévia de impacto legislativo, com o intuito de garantir a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade das ações públicas.

§ 1º Para fins deste artigo, entende-se por:

I – política pública: mobilização político-administrativa para articular e alocar recursos e esforços com vistas a solucionar problema coletivo;

II – economicidade: minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade;

III – eficácia: alcance das metas programadas e cumprimento dos objetivos imediatos;

IV – eficiência: menor relação entre os custos impostos pela lei e os benefícios oriundos dela;

V – efetividade: alcance dos resultados pretendidos, a médio e longo prazo.”



“Art. 17-B. Na concepção das políticas públicas, de forma a incrementar a capacidade de governança e gestão da Administração Pública, devem ser definidos:

I – os responsáveis pela coordenação e pela articulação das ações concernentes às políticas públicas;

II – a atuação dos diversos órgãos, instituições e esferas de governo envolvidos, a fim de garantir coerência e sinergia da ação estatal nas dimensões econômica, social e ambiental e de incentivar a participação social no processo decisório das políticas públicas;

III – as competências das principais partes envolvidas nas políticas públicas, incluindo os respectivos objetivos, papéis, responsabilidades, recursos e obrigações;

IV – o grau de focalização ou universalização das políticas públicas, considerando as necessidades do público-alvo e os recursos disponíveis;

V – a periodicidade da avaliação de desempenho das políticas públicas e a abordagem para solucionar conflitos e estabelecer formas de revisão, de modo a promover ajustes necessários;

VI – o plano de gestão de riscos, identificando-se os principais problemas que podem surgir e as medidas mitigadoras para tratá-los;

VII – os marcos de verificação, os indicadores-chave e as metas para os principais objetivos das políticas públicas, de modo a permitir a medição do progresso e facilitar a identificação de interdependências e obstáculos;

VIII – a formalização de processos decisórios correlatos, incluindo o registro da motivação e do conjunto de evidências que embasam a escolha das políticas públicas;

IX – os mecanismos e os procedimentos internos de integridade e auditoria na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, bem como de formalização de instrumentos de transparência;

X – o plano de gestão documental, com o intuito de preservar a memória unificada de todas as fases das políticas públicas, desde sua concepção.

Parágrafo único. Os órgãos responsáveis pela condução das políticas públicas deverão publicar, para conhecimento de todas as partes interessadas, a estrutura de governança vigente.”

“Art. 17-C. A avaliação prévia de impacto legislativo referida no *caput* do art. 17-A conterà:

I – parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regularidade formal do ato normativo proposto;



II – notas explicativas que demonstrem, no que for pertinente, a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade das medidas constantes do projeto de lei, contendo:

a) síntese qualitativa e quantitativa da situação ou do problema que requer providências;

b) objetivos da proposição e sua vinculação com a situação ou o problema que requer providências;

c) alternativas existentes para a solução da situação ou do problema identificado, com a respectiva previsão dos impactos econômicos e sociais e a comparação das análises de custo-benefício global de cada alternativa, justificando-se a escolha da solução ou da providência contida no projeto proposto;

d) custos administrativos da solução ou da providência contida no projeto proposto;

e) indicação de prévia dotação orçamentária ou da fonte de recursos, quando a solução ou a providência contida no projeto proposto acarretar despesas, e de como a ação se enquadra no plano plurianual vigente.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2017 - Complementar

Altera a Lei da Técnica Legislativa para determinar que as proposições legislativas que instituem políticas públicas contenham a avaliação de impacto legislativo.

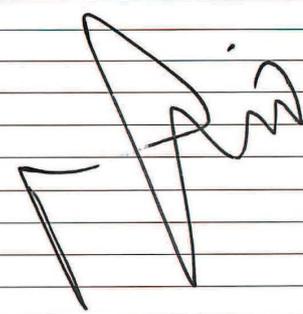
Matéria **PLS 488/2017**

Início Votação **04/04/2018 17:47:37** Término Votação **04/04/2018 19:51:45**

Sessão **40º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/04/2018 07:45:36**

| Partido | Orientação | | |
|---------|------------|-----------------------|------|
| PT | SIM | | |
| Partido | UF | Nome Senador | Voto |
| PSDB | MG | Aécio Neves | SIM |
| PMDB | SP | Airton Sandoval | SIM |
| PP | RS | Ana Amélia | SIM |
| PSDB | MG | Antonio Anastasia | SIM |
| PSB | SE | Antonio C Valadares | SIM |
| PTB | PE | Armando Monteiro | SIM |
| PSDB | TO | Ataídes Oliveira | SIM |
| PP | AL | Benedito de Lira | SIM |
| PSDB | PB | Cássio Cunha Lima | SIM |
| PR | MT | Cidinho Santos | SIM |
| PP | PI | Ciro Nogueira | SIM |
| PPS | DF | Cristovam Buarque | SIM |
| PSDB | SC | Dalirio Beber | SIM |
| PMDB | SC | Dário Berger | SIM |
| DEM | AP | Davi Alcolumbre | SIM |
| PRB | RJ | Eduardo Lopes | SIM |
| PMDB | PI | Elmano Férrer | SIM |
| PT | RN | Fátima Bezerra | SIM |
| PMDB | PE | Fernando Coelho | SIM |
| PSDB | PA | Flexa Ribeiro | SIM |
| PMDB | RN | Garibaldi Alves Filho | SIM |
| PT | PR | Gleisi Hoffmann | SIM |
| PT | PE | Humberto Costa | SIM |
| PP | RO | Ivo Cassol | SIM |
| PMDB | MA | João Alberto Souza | SIM |
| PSB | AP | João Capiberibe | SIM |
| PT | AC | Jorge Viana | SIM |
| PODE | MT | José Medeiros | SIM |
| PT | CE | José Pimentel | SIM |
| PSDB | SP | José Serra | SIM |
| PSD | RS | Lasier Martins | SIM |
| PSB | BA | Lídice da Mata | SIM |
| PT | RJ | Lindbergh Farias | SIM |
| PSB | GO | Lúcia Vânia | SIM |
| PR | ES | Magno Malta | SIM |
| PMDB | SP | Marta Suplicy | SIM |
| PRTB | MA | Pastor Bel | SIM |
| PT | RS | Paulo Paim | SIM |



Emissão 04/04/2018 19:51:49



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2017 - Complementar

Altera a Lei da Técnica Legislativa para determinar que as proposições legislativas que instituem políticas públicas contenham a avaliação de impacto legislativo.

Matéria **PLS 488/2017** Início Votação **04/04/2018 17:47:37** Término Votação **04/04/2018 19:51:45**

Sessão **40º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **04/04/2018 07:45:36**

| | | | |
|-------|----|---------------------|-----|
| PT | PA | Paulo Rocha | SIM |
| - | PB | Raimundo Lira | SIM |
| REDE | AP | Randolfe Rodrigues | SIM |
| PT | PI | Regina Sousa | SIM |
| - | DF | Reguffe | SIM |
| PMDB | AL | Renan Calheiros | SIM |
| PP | BA | Roberto Muniz | SIM |
| PMDB | PR | Roberto Requião | NÃO |
| PODE | RJ | Romário | SIM |
| PMDB | ES | Rose de Freitas | SIM |
| PSD | AC | Sérgio Petecão | SIM |
| PMDB | MS | Simone Tebet | SIM |
| PCdoB | AM | Vanessa Grazziotin | SIM |
| PMDB | MS | Waldemir Moka | SIM |
| PR | MT | Wellington Fagundes | SIM |

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:52 NÃO:1 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:54

[Assinatura]
 Primeiro-Secretario

Emissão 04/04/2018 19:51:49



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

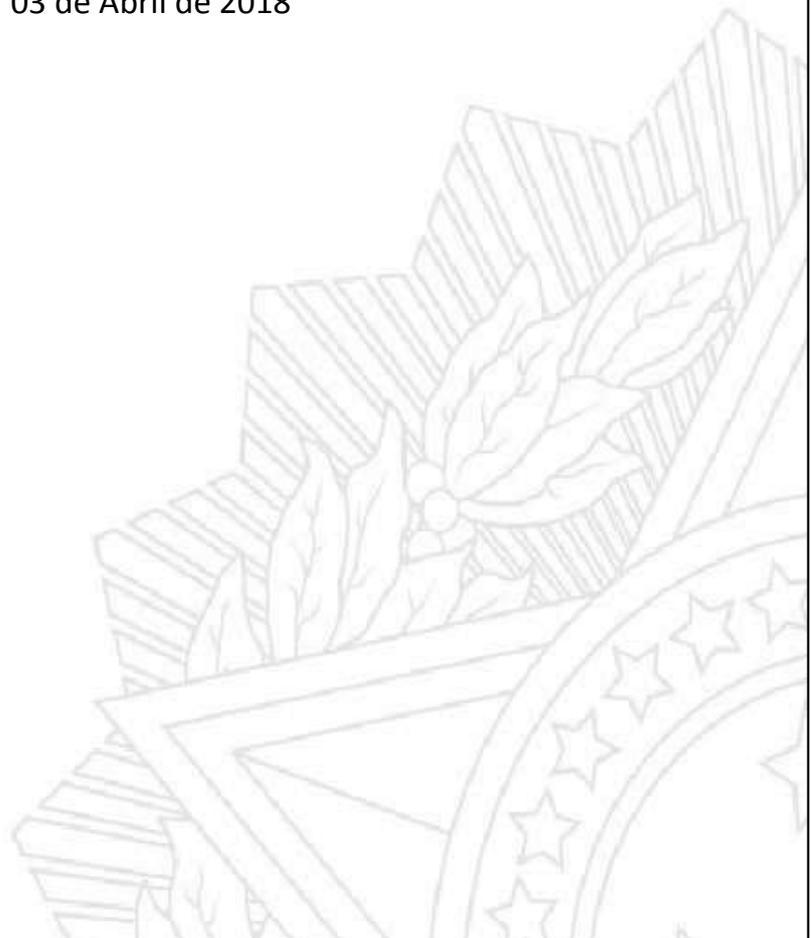
PARECER (SF) Nº 18, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº93, de 2017, que Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Armando Monteiro

03 de Abril de 2018



2



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2017 (nº 5.052, de 2016, na Casa de origem), do Tribunal Superior Eleitoral, que *cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo*.



Relator do Vencido: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

Manifestamo-nos contrariamente ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2017, que propõem a criação de 96 cargos de Analista Judiciário, 129 cargos de Técnico Judiciário, e 121 funções comissionadas todos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP), por julgá-lo incompatível com o cenário fiscal do país e com o que determina a Emenda Constitucional nº 95/2016.

Sala das comissões em 03 de abril de 2018.

Senador Tasso Jereissati, Presidente

Senador Armando Monteiro, Relator





Senado Federal

3

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/04/2018 às 10h - 8ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

| PMDB | | | |
|-------------------------|----------|--------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| RAIMUNDO LIRA | PRESENTE | 1. EDUARDO BRAGA | PRESENTE |
| ROBERTO REQUIÃO | PRESENTE | 2. ROMERO JUCÁ | |
| GARIBALDI ALVES FILHO | | 3. ELMANO FÉRRER | |
| ROSE DE FREITAS | | 4. WALDEMIR MOKA | PRESENTE |
| SIMONE TEBET | PRESENTE | 5. AIRTON SANDOVAL | PRESENTE |
| VALDIR RAUPP | PRESENTE | 6. VAGO | |
| FERNANDO BEZERRA COELHO | | | |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | | | |
|--|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| GLEISI HOFFMANN | | 1. ÂNGELA PORTELA | |
| HUMBERTO COSTA | PRESENTE | 2. FÁTIMA BEZERRA | PRESENTE |
| JORGE VIANA | PRESENTE | 3. PAULO PAIM | PRESENTE |
| JOSÉ PIMENTEL | PRESENTE | 4. REGINA SOUSA | PRESENTE |
| LINDBERGH FARIAS | | 5. PAULO ROCHA | PRESENTE |
| ACIR GURGACZ | PRESENTE | 6. RANDOLFE RODRIGUES | |

| Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | | | |
|--|----------|-------------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| TASSO JEREISSATI | PRESENTE | 1. ATAÍDES OLIVEIRA | PRESENTE |
| RICARDO FERRAÇO | PRESENTE | 2. DALIRIO BEBER | PRESENTE |
| JOSÉ SERRA | | 3. FLEXA RIBEIRO | PRESENTE |
| RONALDO CAIADO | PRESENTE | 4. DAVI ALCOLUMBRE | |
| JOSÉ AGRIPINO | PRESENTE | 5. MARIA DO CARMO ALVES | |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | | | |
|---|--|---------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| OTTO ALENCAR | | 1. SÉRGIO PETECÃO | |
| OMAR AZIZ | | 2. JOSÉ MEDEIROS | PRESENTE |
| CIRO NOGUEIRA | | 3. BENEDITO DE LIRA | |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | | | |
|--|----------|----------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| LÚCIA VÂNIA | PRESENTE | 1. VAGO | |
| LÍDICE DA MATA | PRESENTE | 2. CRISTOVAM BUARQUE | PRESENTE |
| VANESSA GRAZZIOTIN | PRESENTE | 3. VAGO | |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | | | |
|--|----------|-------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| WELLINGTON FAGUNDES | PRESENTE | 1. PEDRO CHAVES | PRESENTE |
| ARMANDO MONTEIRO | PRESENTE | 2. VAGO | |
| TELMÁRIO MOTA | PRESENTE | 3. CIDINHO SANTOS | PRESENTE |





4

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

VICENTINHO ALVES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Relatório ao PLC 93/2017

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|---|-----|-----|-----------|
| RAIMUNDO LIRA | | X | | 1. EDUARDO BRAGA | | | |
| ROBERTO REQUIÃO | | X | | 2. ROMERO JUCÁ | | | |
| GARIBALDI ALVES FILHO | | | | 3. ELMANO FERRER | | | |
| ROSE DE FREITAS | | | | 4. WALDEMIR MOKA | | | |
| SIMONE TEBET | X | | | 5. AIRTON SANDOVAL | | | |
| VALDIR RAUPP | | | | 6. VAGO | | | |
| FERNANDO BEZERRA COELHO | | | | | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| GLEISI HOFFMANN | | | | 1. ANGELA PORTELA | | | |
| HUMBERTO COSTA | | X | | 2. FÁTIMA BEZERRA | | | |
| JORGE VIANA | | X | | 3. PAULO PAIM | | | |
| JOSÉ PIMENTEL | | X | | 4. REGINA SOUSA | | X | |
| LINDBERGH FARIAS | | | | 5. PAULO ROCHA | | X | |
| ACIR GURGACZ | | | | 6. RANDOLFE RODRIGUES | | | |
| TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| TASSO JEREISSATI | | | | 1. ATAÍDES OLIVEIRA | | | |
| RICARDO FERRAÇO | | X | | 2. DALIRIO BEBER | | | |
| JOSÉ SERRA | | | | 3. FLEXA RIBEIRO | | X | |
| RONALDO CAIADO | | X | | 4. DAVI ALCOLUMBRE | | | |
| JOSÉ AGRIPINO | | X | | 5. MARIA DO CARMO ALVES | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| OTTO ALENCAR | | | | 1. SÉRGIO PETEÇÃO | | | |
| OMAR AZIZ | | | | 2. JOSÉ MEDEIROS | X | | |
| CIRO NOGUEIRA | | | | 3. BENEDITO DE LIRA | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LÚCIA VANIA | X | | | 1. VAGO | | | |
| LIDICE DA MATA | | X | | 2. CRISTOVAM BUARQUE | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN | | X | | 3. VAGO | | | |
| TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| WELLINGTON FAGUNDES | | X | | 1. PEDRO CHAVES | X | | |
| ARMANDO MONTEIRO | | X | | 2. VAGO | | | |
| TELMÁRIO MOTA | | | | 3. CIDINHO SANTOS | | | |

Quórum: TOTAL 20

Votação: TOTAL 19 SIM 4 NÃO 15 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Senador Tasso Jereissati
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 03/04/2018

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 93/2017)

A COMISSÃO REJEITA O RELATÓRIO DO SENADOR OTTO ALENCAR, POR 15 VOTOS CONTRÁRIOS, 4 FAVORÁVEIS E NENHUMA ABSTENÇÃO. O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR ARMANDO MONTEIRO RELATOR DO PARECER VENCEDOR, NOS TERMOS DO ART. 128 DO R.I.S.F.

03 de Abril de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 16, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº72, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que Altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez.

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy

RELATOR: Senador Paulo Paim

04 de Abril de 2018



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez.



Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez.

Ao justificar sua iniciativa, a autora alega:

Nos termos do art. 226 da Constituição Federal, a família é a base da sociedade brasileira, merecendo especial proteção do Estado.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Em face disso, toda e qualquer medida destinada a resguarda-la deve ser estimulada pela sociedade e pelo Estado, em especial pelo Parlamento.

Ao projeto, até o momento, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir, em caráter terminativo, parecer sobre projetos de lei que versem sobre matérias atinentes às relações de trabalho e previdência social.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos qualquer óbice de natureza jurídica ou constitucional à proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quanto ao mérito não há reparos a fazer, eis que o comando da família, como bem frisou a autora da proposta, incumbe em igualdade de condições, ao homem e à mulher (art. 1567 do Código Civil - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Sempre no interesse dos filhos menores, necessário conceder ao pai o direito de acompanhar a mãe nas consultas e exames indispensáveis a uma gravidez saudável. É uma medida que estimula a paternidade responsável, inserindo o genitor, desde os primeiros momentos, na rotina de cuidados com o seu filho que irá nascer.



SF/17994.62007-09





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Todavia, cumpre-nos ressaltar que, desde o advento da Lei nº 13.257, de 9 de março de 2016, esse direito já tem sido concedido ao empregado em face da adição do novo inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho:

Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

.....
X - até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;
.....

Quanto ao alongamento do período da licença-maternidade, não é demais ressaltar que, por se tratar esse instituto um instrumento importante de proteção à saúde e integridade da mulher que, por motivos biológicos, necessita se recuperar do desgaste físico e mental provocados pela gravidez e pelo parto, além de proporcionar convívio por tempo integral junto ao filho durante os primeiros meses de vida, deve ser acolhido por este Parlamento.

Convém lembrar que o Programa Empresa Cidadã tem proporcionado bons resultados para empresas e trabalhadoras. Estas desempenham suas atividades com mais satisfação, tendo a certeza de poder ficar com seus filhos nos seis primeiros meses de vida, período esse, aliás, que é o recomendando pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde para a amamentação exclusiva.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, os bebês que ficam seis meses ao lado da mãe têm reduzidas as chances de contrair pneumonia, desenvolver anemia e sofrer com crises de diarreia. O Brasil, como se sabe, gasta somas altíssimas por ano para atender a crianças com doenças que poderiam ser evitadas, caso a amamentação regular tivesse acontecido durante esses primeiros meses de vida.



SF/17994.62007-09





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

A medida preconizada pelo presente projeto merece prosperar eis que dá maior efetividade ao art. 6º da Constituição Federal, que trata a proteção à maternidade como cláusula pétrea e impõe ao Estado o dever de executar ações de proteção não apenas endereçadas à gestante, mas, também ao nascituro, que necessita tanta proteção quanto a própria gestante

A ampliação da licença-maternidade vem também ao encontro da garantia inscrita no art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, impondo-se a sua efetiva aplicação no âmbito da iniciativa privada.

Como vimos acima, desnecessário, na presente proposta, assegurar ao empregado poder se ausentar do trabalho, sem prejuízo do salário, para acompanhar a esposa ou companheira em consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez, tendo em vista a Lei nº 13.257, de 2016, já ter assegurado esse direito, razão pela qual apresentamos emenda suprimindo o dispositivo que se pretende introduzir ao texto celetista.

III – VOTO

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2017, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS

Suprima-se o inciso II do § 4º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 72, de 2017.

Sala da Comissão,



6



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CAS, 04/04/2018 às 09h - 8ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

| PMDB | |
|-----------------|--------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| HÉLIO JOSÉ | 1. GARIBALDI ALVES FILHO |
| WALDEMIR MOKA | 2. VALDIR RAUPP |
| MARTA SUPPLY | 3. ROMERO JUCÁ |
| ELMANO FÉRRER | 4. EDISON LOBÃO |
| AIRTON SANDOVAL | 5. ROSE DE FREITAS |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
|--|---------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| ÂNGELA PORTELA | 1. FÁTIMA BEZERRA |
| HUMBERTO COSTA | 2. GLEISI HOFFMANN |
| PAULO PAIM | 3. JOSÉ PIMENTEL |
| PAULO ROCHA | 4. JORGE VIANA |
| REGINA SOUSA | 5. LINDBERGH FARIAS |

| Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | |
|--|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| DALIRIO BEBER | 1. FLEXA RIBEIRO |
| EDUARDO AMORIM | 2. RICARDO FERRAÇO |
| RONALDO CAIADO | 3. JOSÉ AGRIPINO |
| MARIA DO CARMO ALVES | 4. DAVI ALCOLUMBRE |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
|---|------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| SÉRGIO PETECÃO | 1. OTTO ALENCAR |
| ANA AMÉLIA | 2. WILDER MORAIS |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | |
|--|-----------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| LÍDICE DA MATA | 1. ROMÁRIO |
| RANDOLFE RODRIGUES | 2. VANESSA GRAZZIOTIN |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | |
|--|---------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| CIDINHO SANTOS | 1. ARMANDO MONTEIRO |
| VICENTINHO ALVES | 2. EDUARDO LOPES |

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 72/2017 e Emenda nos termos do Relatório apresentado.

Comissão de Assuntos Sociais - Senadores

| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|--|-----|-----|-----------|
| HÉLIO JOSÉ | X | | | 1. GARIBALDI ALVES FILHO | | | |
| WALDEMIR MOKA | X | | | 2. VALDIR RAUPP | | | |
| MARTA SUPPLY | | | | 3. ROMERO JUÇA | | | |
| ELMANO FERRER | X | | | 4. EDISON LOBÃO | | | |
| AIRTON SANDOVAL | X | | | 5. ROSE DE FREITAS | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ANGELA PORTELA | | | | 1. FATIMA BEZERRA | | | |
| HUMBERTO COSTA | | | | 2. GLEISI HOFFMANN | | | |
| PAULO PAIM | X | | | 3. JOSÉ PIMENTEL | | | |
| PAULO ROCHA | X | | | 4. JORGE VIANA | | | |
| REGINA SOUSA | X | | | 5. LINDBERGH FARIAS | | | |
| TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| DALIRIO BEBER | X | | | 1. FLEXA RIBEIRO | X | | |
| EDUARDO AMORIM | | | | 2. RICARDO FERRAÇO | | | |
| RONALDO CAIADO | | | | 3. JOSÉ AGRIPINO | | | |
| MARIA DO CARMO ALVES | X | | | 4. DAVI ALCOLUMBRE | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| SÉRGIO PETECÃO | | | | 1. OTTO ALENCAR | | | |
| ANA AMÉLIA | X | | | 2. WILDER MORAIS | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LÍDICE DA MATA | | | | 1. ROMÁRIO | | | |
| RANDOLFE RODRIGUES | | | | 2. VANESSA GRAZZIOTIN | | | |
| TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| CIDINHO SANTOS | | X | | 1. ARMANDO MONTEIRO | | | |
| VICENTINHO ALVES | | | | 2. EDUARDO LOPES | | | |

Quórum: **TOTAL 13**

Votação: **TOTAL 12 SIM 11 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

* Presidente não votou

Senadora Marta Suplicy
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 04/04/2018

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



TEXTO FINAL**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72 DE 2017**

Altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 392.** A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

.....
§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 180 (cento e oitenta) dias previstos neste artigo.

.....”(NR)

Art. 2º Os arts. 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 71.** O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 180 (cento e oitenta) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.” (NR)

“**Art. 71-A.** Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

.....”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de abril de 2018.

Senadora **MARTA SUP LICY**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 72/2017)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2017, DE AUTORIA DA SENADORA ROSE DE FREITAS, E A EMENDA NO 1-CAS.

04 de Abril de 2018

Senadora MARTA SUPLICY

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 17, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº73, de 2011, que Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial. .

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy

RELATOR: Senador Humberto Costa

RELATOR ADHOC: Senador Paulo Rocha

04 de Abril de 2018



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2011 (PL nº 5.323, de 2009, na origem), do Deputado Carlos Bezerra, que altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.



SF/17657.92258-90

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2011 (PL nº 5.323, de 2009, na origem), da autoria do Deputado Carlos Bezerra, que altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.

Em suma, o projeto destina-se a modificar a atual regra de que cabe à parte interessada o custeio dos honorários do intérprete nomeado pelo juiz para traduzir o depoimento das partes e de testemunhas que foi feito em língua estrangeira ou, no caso de surdo-mudo ou de mudo, em linguagem de sinais. A proposição entende que esse custeio deve pesar sobre os ombros da parte sucumbente, salvo se for beneficiária da justiça gratuita.

O projeto foi inicialmente distribuído para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, que opinou pela aprovação da matéria. Veio, então, a esta Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

Não há emendas ofertadas por nenhum dos nobres parlamentares.

II – ANÁLISE

À luz do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, é da incumbência da CAS tratar de questões relativas a relações de trabalho, o que justifica o exame da matéria.

Não há nenhuma inconstitucionalidade formal, porque, além de o processo legislativo estar sendo devidamente observado, a proposição – por versar sobre direito do trabalho – se encaixa na competência privativa da União (art. 22, inciso I, da Constituição Federal) e pode nascer de iniciativa parlamentar (art. 48 da Constituição).

Igualmente inexistente qualquer traço de inconstitucionalidade material, diante da sintonia da proposição com as regras e princípios constitucionais.

No mérito, a proposição é irrepreensível e merece aplausos, na medida em que corrige uma injustiça flagrante. É realmente absurdo que o trabalhador, ao necessitar do depoimento de uma testemunha estrangeira, tenha de pagar os honorários do intérprete judicial, quando ele triunfar no processo trabalhista.

Diante da notável sensibilidade de justiça e do espírito social que reveste a matéria, não há outro caminho senão aplaudir a proposição.

III – VOTO

Somos, pois, pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2011.



4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Sala da Comissão, em de setembro de 2017.

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAS, 04/04/2018 às 09h - 8ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

| PMDB | |
|-----------------|--------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| HÉLIO JOSÉ | 1. GARIBALDI ALVES FILHO |
| WALDEMAR MOKA | 2. VALDIR RAUPP |
| MARTA SUPPLY | 3. ROMERO JUCÁ |
| ELMANO FÉRRER | 4. EDISON LOBÃO |
| AIRTON SANDOVAL | 5. ROSE DE FREITAS |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
|--|---------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| ÂNGELA PORTELA | 1. FÁTIMA BEZERRA |
| HUMBERTO COSTA | 2. GLEISI HOFFMANN |
| PAULO PAIM | 3. JOSÉ PIMENTEL |
| PAULO ROCHA | 4. JORGE VIANA |
| REGINA SOUSA | 5. LINDBERGH FARIAS |

| Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | |
|--|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| DALIRIO BEBER | 1. FLEXA RIBEIRO |
| EDUARDO AMORIM | 2. RICARDO FERRAÇO |
| RONALDO CAIADO | 3. JOSÉ AGRIPINO |
| MARIA DO CARMO ALVES | 4. DAVI ALCOLUMBRE |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
|---|------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| SÉRGIO PETECÃO | 1. OTTO ALENCAR |
| ANA AMÉLIA | 2. WILDER MORAIS |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | |
|--|-----------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| LÍDICE DA MATA | 1. ROMÁRIO |
| RANDOLFE RODRIGUES | 2. VANESSA GRAZZIOTIN |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | |
|--|---------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| CIDINHO SANTOS | 1. ARMANDO MONTEIRO |
| VICENTINHO ALVES | 2. EDUARDO LOPES |

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLC 73/2011

Comissão de Assuntos Sociais - Senadores

| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|---|-----|-----|-----------|
| HÉLIO JOSÉ | X | | | 1. GARIBALDI ALVES FILHO | | | |
| WALDEMIR MOKA | X | | | 2. VALDIR RAUPP | | | |
| MARTA SUPPLY | | | | 3. ROMERO JUÇA | | | |
| ELMANO FERRER | X | | | 4. EDISON LOBÃO | | | |
| AIRTON SANDOVAL | X | | | 5. ROSE DE FREITAS | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ÂNGELA PORTELA | | | | 1. FÁTIMA BEZERRA | | | |
| HUMBERTO COSTA | | | | 2. GLEISI HOFFMANN | | | |
| PAULO PAIM | X | | | 3. JOSÉ PIMENTEL | | | |
| PAULO ROCHA | X | | | 4. JORGE VIANA | | | |
| REGINA SOUSA | X | | | 5. LINDBERGH FARIAS | | | |
| TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| DALÍRIO BEBER | | | | 1. FLEXA RIBEIRO | X | | |
| EDUARDO AMORIM | | | | 2. RICARDO FERRAÇO | | | |
| RONALDO CAIADO | | | | 3. JOSÉ AGRIPINO | | | |
| MÁRIA DO CARMO ALVES | X | | | 4. DAVI ALCOLUMBRE | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| SÉRGIO PETECÃO | | | | 1. OTTO ALENCAR | | | |
| ANA AMÉLIA | X | | | 2. WILDER MORAIS | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LÍDICE DA MATA | | | | 1. ROMÁRIO | | | |
| RANDOLFE RODRIGUES | | | | 2. VANESSA GRAZZIOTIN | | | |
| TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| CIDINHO SANTOS | X | | | 1. ARMANDO MONTEIRO | | | |
| VICENTINHO ALVES | | | | 2. EDUARDO LOPES | | | |

Quórum: TOTAL 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Senadora Marta Suplicy
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 04/04/2018

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 73/2011)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 2011, DE AUTORIA DO DEPUTADO CARLOS BEZERRA.

04 de Abril de 2018

Senadora MARTA SUPLICY

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 18, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº318, de 2016, do Senador Cidinho Santos, que Acrescenta art. 879-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista, e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy

RELATOR: Senador Romero Jucá

RELATOR ADHOC: Senador Waldemir Moka

04 de Abril de 2018



2



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2016, do Senador Cidinho Santos, que *acrescenta art. 879-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista, e dá outras providências.*



SF/17926.93787-61

Relator: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 318, de 2016, do Senador Cidinho Santos, que acrescenta o art. 879-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista, e dá outras providências.

De acordo com o projeto, decorridos dois anos sem que o exequente pratique ato de sua responsabilidade para a resolução da demanda, o juiz, ouvido o Ministério Público do Trabalho, poderá declarar, de ofício, a prescrição intercorrente.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se conferir racionalidade ao processo laboral, mediante a extinção de execuções paradas por inércia injustificável da parte credora, positivando, assim, o entendimento firmado na Súmula nº 327 do Supremo Tribunal Federal (STF).

A matéria foi encaminhada para a apreciação desta Comissão, em caráter terminativo.





SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

2³

Até o presente momento, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 22, I, da Carta Magna, compete à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a disciplina da prescrição intercorrente encontra-se dentro do âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, não se trata de matéria afeta à iniciativa privativa do Presidente da República, dos Tribunais Superiores ou do Procurador-Geral da República. Em face disso, aos parlamentares é franqueado, nos termos do art. 48 da Carta Magna, iniciar o processo legislativo sobre a questão em exame.

Não se trata, ainda, de tema cuja inserção no ordenamento jurídico nacional demande a aprovação de lei complementar. A lei ordinária, então, é o instrumento adequado à disciplina do ponto em testilha.

Por fim, os arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, põem a matéria, terminativamente, no escopo deliberativo desta Comissão.

A aprovação do projeto, entretanto, é obstada pelo art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Assim sucede, pois, na tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38, de 2017, conhecido como “reforma trabalhista”, a possibilidade de declaração da prescrição intercorrente foi aprovada por este Congresso Nacional, culminando com a edição da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

No referido diploma normativo, houve a inserção do art. 11-A no bojo da CLT, prevendo medida idêntica àquela tratada no PLS nº 318, de 2016, qual seja, a de que, ultrapassados dois anos sem a prática, por parte do exequente, de ato indispensável ao prosseguimento da execução, poderá o magistrado declarar, de ofício, a prescrição intercorrente.

Com isso, o intuito da proposição, qual seja, o de positivar no ordenamento jurídico nacional do entendimento da Súmula nº 327 do STF, já restou alcançado.

mq2017-09323



SF/17926.93787-61



4



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

3

Assim, nos termos do art. 334, II, c/c o art. 133, III, do RISF, em face de prejulgamento da matéria em deliberação recente do Plenário do Senado Federal, recomenda-se que seja declarada a prejudicialidade da proposição, concluindo-se pelo seu arquivamento.

III – VOTO

Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento do PLS nº 318, de 2017, à Mesa do Senado Federal, para que seja declarada a prejudicialidade da proposição, concluindo-se, conseqüentemente, pelo seu arquivamento.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17926.93787-61

mq2017-09323





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAS, 04/04/2018 às 09h - 8ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

| PMDB | |
|-----------------|-----------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| HÉLIO JOSÉ | PRESENTE 1. GARIBALDI ALVES FILHO |
| WALDEMIR MOKA | PRESENTE 2. VALDIR RAUPP PRESENTE |
| MARTA SUPPLY | PRESENTE 3. ROMERO JUCÁ |
| ELMANO FÉRRER | PRESENTE 4. EDISON LOBÃO |
| AIRTON SANDOVAL | PRESENTE 5. ROSE DE FREITAS |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
|--|------------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| ÂNGELA PORTELA | 1. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE |
| HUMBERTO COSTA | 2. GLEISI HOFFMANN |
| PAULO PAIM | PRESENTE 3. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE |
| PAULO ROCHA | PRESENTE 4. JORGE VIANA PRESENTE |
| REGINA SOUSA | PRESENTE 5. LINDBERGH FARIAS |

| Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | |
|--|------------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| DALIRIO BEBER | PRESENTE 1. FLEXA RIBEIRO PRESENTE |
| EDUARDO AMORIM | PRESENTE 2. RICARDO FERRAÇO |
| RONALDO CAIADO | PRESENTE 3. JOSÉ AGRIPINO |
| MARIA DO CARMO ALVES | PRESENTE 4. DAVI ALCOLUMBRE |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
|---|---------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| SÉRGIO PETECÃO | 1. OTTO ALENCAR |
| ANA AMÉLIA | PRESENTE 2. WILDER MORAIS |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | |
|--|--------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| LÍDICE DA MATA | PRESENTE 1. ROMÁRIO PRESENTE |
| RANDOLFE RODRIGUES | 2. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | |
|--|------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| CIDINHO SANTOS | PRESENTE 1. ARMANDO MONTEIRO |
| VICENTINHO ALVES | 2. EDUARDO LOPES |

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 318/2016)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA PARECER PELA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2016, DE AUTORIA DO SENADOR CIDINHO SANTOS.

04 de Abril de 2018

Senadora MARTA SUPLICY

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 19, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº188, de 2017, do Senador Paulo Paim, que Acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença.

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy

RELATOR: Senador Romário

RELATOR ADHOC: Senador Dalirio Beber

04 de Abril de 2018





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2017, do Senador Paulo Paim, que *acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença.*

Relator: Senador **ROMÁRIO****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 188, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim, que *acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença.*

O projeto visa a incluir um § 14 no art. 60 para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids da avaliação especificada no § 13, incluído na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social), pelo texto original da Medida Provisória (MP) nº 767, de 6 de janeiro de 2017. O referido § 13 determina que o segurado em gozo de auxílio-doença, concedido judicial ou administrativamente, poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do benefício.

Assim, o PLS nº 188, de 2017, pretende excluir as pessoas com HIV/aids da possibilidade de serem convocadas para novo exame pericial para



SF/17016.91799-37



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

fins de avaliação das condições de saúde que motivaram o recebimento de auxílio-doença.

Na justificção da matéria, o autor argumenta que, em princípio, a norma faz sentido à luz das características do auxílio-doença, mas, no caso de pessoa vivendo com HIV/aids, essa medida gera uma injustiça. Acredita que isso decorre do fato de que, em tal caso, não se aplica a hipótese de reversibilidade das condições que ensejaram a concessão do auxílio-doença, uma vez que a ciência não conseguiu alcançar a cura dessa enfermidade.

O projeto foi distribuído exclusivamente para a análise da Comissão de Assuntos Sociais, que decidirá em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS, respectivamente, apreciar o projeto no que tange à previdência social e à proteção da saúde. No presente caso, como a este colegiado cabe a decisão terminativa, também devem ser analisados os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa da proposição.

No que tange à constitucionalidade formal, o projeto não padece de vícios, uma vez que é competência privativa da União legislar sobre seguridade social (inciso XXIII do art. 22) e é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre proteção e defesa da saúde (inciso XII do art. 24 da Constituição Federal), sendo livre a iniciativa parlamentar. Também, nos aspectos da constitucionalidade material, juridicidade e regimentalidade, não há óbices a apontar.

No aspecto formal, o PLS nº 188, de 2017, apresenta problema de técnica legislativa, uma vez que ele busca introduzir alterações na mencionada lei tendo por base o texto original da MP nº 767, de 2017, que, no entanto, foi alterada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 13.457, de 26 de junho de 2017.



SF/17016.91799-37





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

Assim, os dispositivos que o projeto busca alterar não correspondem àqueles existentes na Lei nº 8.213, de 1992, com a redação dada pela Lei nº 13.457, de 2017, já que o projeto tomou por base o texto original da MP e não o texto da lei de conversão aprovada.

Com relação ao mérito do projeto, devemos reconhecer que as pessoas vivendo com HIV/aids merecem proteção especial, tendo em vista a grande vulnerabilidade social decorrente dos processos de estigmatização e discriminação a que estão submetidas. Assim, é louvável a preocupação do seu autor, o Senador Paulo Paim, que demonstra grande sensibilidade no trato das causas sociais e da defesa dos interesses dos trabalhadores.

No entanto, cremos que a medida que o projeto busca inserir no ordenamento jurídico não se justifica à luz dos conhecimentos científicos e do atual estado da arte em relação ao tratamento e à condição de saúde da maioria das pessoas vivendo com HIV/aids.

Isso porque, atualmente, vivemos uma situação bem diferente daquela dos primeiros anos do surgimento da aids, quando o diagnóstico de infecção pelo HIV era uma verdadeira sentença de morte. Hoje, em função das inovações terapêuticas e do amplo acesso ao diagnóstico e ao tratamento, houve melhoria da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV e redução da morbimortalidade associada à infecção.

Assim, é totalmente possível o resgate da capacidade laborativa das pessoas vivendo com HIV/aids, o que lhes propicia o retorno ao mercado de trabalho. Na maioria das vezes, o que dificulta esse retorno é o estigma e a discriminação, ainda presentes na sociedade. É necessário, portanto, combater o preconceito e a discriminação no local de trabalho, de forma a garantir a manutenção das pessoas que vivem como HIV/aids em seus postos de trabalho. A nosso ver, a medida proposta pelo projeto de lei sob análise, por mais bem-intencionada que seja, vai na contramão dessa necessidade.

Ademais, em caso de se considerar irreversível o quadro da pessoa vivendo com HIV/aids em gozo de auxílio-doença, ela deve ser permanentemente afastada do trabalho por meio da aposentadoria por invalidez, e não continuar indefinidamente afastada por meio de auxílio-doença. Essa é uma avaliação que somente a perícia médica pode realizar.



SF/17016.91799-37



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

No entanto, atendendo a sugestão do próprio autor da proposição, após ter ouvido setores diretamente interessados na matéria, como o representante da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos (ANS DH) – entidade que luta pelos direitos das pessoas que vivem com HIV/aids –, entendemos por bem alterar o teor da proposição, para que ela alcance os beneficiários aposentados por invalidez, em vez daqueles em gozo de auxílio-doença.

Nesse caso, é cabível admitir que, uma vez concedida a aposentadoria por invalidez, o trabalhador que vive com HIV/aids fique isento de reavaliação pericial. Isso porque, para ser aposentado por invalidez, ele já deve ter passado por vários períodos de auxílio-doença, o que atestaria a degradação de sua condição de saúde e a irreversibilidade da condição.

Além disso, o retorno à atividade após a desaposeção compulsória da pessoa que vive com HIV/aids pode ser muito difícil, com consequências bastante danosas para a subsistência dessa pessoa e para a sua qualidade de vida, com possíveis repercussões negativas sobre a sua condição de saúde. A ANSDR relata a ocorrência de casos de pessoas vivendo com HIV/aids que estão deixando de tomar a medicação para apresentar piora clínica da doença, pelo medo de perderem a aposentadoria por invalidez.

Assim, em face da necessidade de conferir maior proteção e segurança jurídica à pessoa vivendo com HIV/aids, achamos adequado redirecionar o foco da proposição para os segurados portadores do vírus que estão aposentados por invalidez, que são aqueles cuja incapacidade para o trabalho já foi considerada como permanente pela perícia médica.

Portanto, julgamos que a proposição merece ser aprimorada, tanto no seu conteúdo quanto na técnica legislativa, para o que propomos a sua alteração nos termos especificados.

III – VOTO

Do exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2017, na forma do seguinte substitutivo:



SF/17016.91799-37





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

EMENDA Nº -CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2017

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez.



SF/17016.91799-37

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 43.**

.....

§ 5º É dispensada da avaliação referida no § 4º a pessoa com HIV/aids.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Senadora Marta Suplicy – PMDB/SP, Presidente da CAS

Senador Romário Faria- PODEMOS –RJ, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CAS, 04/04/2018 às 09h - 8ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

| PMDB | |
|-----------------|--------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| HÉLIO JOSÉ | 1. GARIBALDI ALVES FILHO |
| WALDEMIR MOKA | 2. VALDIR RAUPP |
| MARTA SUPPLY | 3. ROMERO JUCÁ |
| ELMANO FÉRRER | 4. EDISON LOBÃO |
| AIRTON SANDOVAL | 5. ROSE DE FREITAS |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
|--|---------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| ÂNGELA PORTELA | 1. FÁTIMA BEZERRA |
| HUMBERTO COSTA | 2. GLEISI HOFFMANN |
| PAULO PAIM | 3. JOSÉ PIMENTEL |
| PAULO ROCHA | 4. JORGE VIANA |
| REGINA SOUSA | 5. LINDBERGH FARIAS |

| Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | |
|--|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| DALIRIO BEBER | 1. FLEXA RIBEIRO |
| EDUARDO AMORIM | 2. RICARDO FERRAÇO |
| RONALDO CAIADO | 3. JOSÉ AGRIPINO |
| MARIA DO CARMO ALVES | 4. DAVI ALCOLUMBRE |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
|---|------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| SÉRGIO PETECÃO | 1. OTTO ALENCAR |
| ANA AMÉLIA | 2. WILDER MORAIS |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | |
|--|-----------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| LÍDICE DA MATA | 1. ROMÁRIO |
| RANDOLFE RODRIGUES | 2. VANESSA GRAZZIOTIN |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | |
|--|---------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| CIDINHO SANTOS | 1. ARMANDO MONTEIRO |
| VICENTINHO ALVES | 2. EDUARDO LOPES |

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Substitutivo ao PLS 188/2017 (Turno único)

Comissão de Assuntos Sociais - Senadores

| TITULARES - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|---|-----|-----|-----------|
| HELIO JOSÉ | X | | | 1. GARIBALDI ALVES FILHO | | | |
| WALDEMIR MOKA | X | | | 2. VALDIR RAUPP | | | |
| MARTA SUPPLY | | | | 3. ROMERO JUCA | | | |
| ELMANO FERRER | | | | 4. EDISON LOBÃO | | | |
| AIRTON SANDOVAL | X | | | 5. ROSE DE FREITAS | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ÂNGELA PORTELA | | | | 1. FÁTIMA BEZERRA | | | |
| HUMBERTO COSTA | | | | 2. GLEISI HOFFMANN | | | |
| PAULO PAIM | X | | | 3. JOSÉ PIMENTEL | | | |
| PAULO ROCHA | X | | | 4. JORGE VIANA | | | |
| REGINA SOUSA | X | | | 5. LINDBERGH FARIAS | | | |
| TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| DALÍRIO BEBER | X | | | 1. FLEXA RIBEIRO | | | |
| EDUARDO AMORIM | | | | 2. RICARDO FERRAÇO | | | |
| RONALDO CAIADO | | | | 3. JOSÉ AGRIPINO | | | |
| MÁRIA DO CARMO ALVES | X | | | 4. DAVI ALCOLUMBRE | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| SÉRGIO PETECÃO | | | | 1. OTTO ALENCAR | | | |
| ANA AMÉLIA | X | | | 2. WILDER MORAIS | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LÍDICE DA MATA | | | | 1. ROMÁRIO | | | |
| RANDOLFE RODRIGUES | | | | 2. VANESSA GRAZZIOTIN | X | | |
| TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| CIDINHO SANTOS | | | | 1. ARMANDO MONTEIRO | | | |
| VICENTINHO ALVES | | | | 2. EDUARDO LOPES | | | |

Quórum: TOTAL 11Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Senadora Marta Suplicy
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 04/04/2018

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 188/2017)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA, EM TURNO ÚNICO, A EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO) AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2017, DE AUTORIA DO SENADOR PAULO PAIM.

A MATÉRIA VAI A TURNO SUPLEMENTAR NOS TERMOS DO ARTIGO 282, COMBINADO COM O ARTIGO 92 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, DURANTE O QUAL PODERÃO SER OFERECIDAS EMENDAS, VEDADA A APRESENTAÇÃO DE NOVO SUBSTITUTIVO INTEGRAL.

04 de Abril de 2018

Senadora MARTA SUPLICY

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 40, DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº12, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Antonio Anastasia

RELATOR: Senador Eduardo Lopes

RELATOR ADHOC: Senador Cidinho Santos

04 de Abril de 2018



PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício S n° 12, de 2018 (n° 340/2017, na Casa de origem), do Supremo Tribunal Federal, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019.*

Relator: Senador **EDUARDO LOPES**

Chega para exame desta Comissão a indicação do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em recondução, no biênio 2017/2019, nos termos do art. 130-A, *caput* e inciso IV, da Constituição Federal. Aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a indicação foi encaminhada ao Senado Federal por meio de ofício assinado pela Presidente daquela Corte, Ministra Carmen Lúcia.

Em atendimento às determinações regimentais, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve promover a sabatina do indicado e avaliar o cumprimento de requisitos de qualificação para o exercício da função almejada.

Para sistematizar essa avaliação, os normativos que regulam a matéria, particularmente o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Resolução n° 7, de 2005, do Senado Federal, e o Ato n° 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão, demandam do indicado a apresentação de uma série de documentos e declarações, bem como de seu *curriculum vitae*



e de uma argumentação escrita que demonstre afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade. De plano, podemos asseverar que a documentação que acompanha o Ofício S (OFS) nº 12, de 2018, atende todas as condições fixadas nas normas que mencionamos. Com efeito, o indicado apresentou declaração de inexistência de parentes que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional, esclarecendo que sua mãe é advogada concursada da Caixa Econômica Federal, mas que sua atividade não se vincula à dele como magistrado.

Declara, também, que não tem parente, cônjuge ou companheira que seja servidor ou ocupante de cargo em comissão no Poder Judiciário, bem como que não é integrante do Poder Legislativo em qualquer esfera nem tem cônjuge, companheira ou parente nessa condição.

Quanto ao exercício de atividade, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, o indicado declara não ter qualquer participação atualmente, embora tenha participado, entre 2008 e 2009, como sócio de empresa dedicada à realização de cursos preparatórios na área jurídica. O indicado apresenta declaração de que se encontra em situação regular quanto aos tributos federais, estaduais e municipais, comprovando esse fato por certidões expedidas pelo Ministério da Fazenda e pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal. Apresenta, também, declaração de que não figura como réu em ações judiciais, ao tempo que indica dois feitos em que é autor. Assevera, ainda, a inexistência de procedimentos administrativo-disciplinares dirigidos à sua atuação.

O Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO apresentou, por fim, a lista de juízos e tribunais nos quais atuou nos últimos cinco anos, da qual destacamos as funções de Juiz Auxiliar do Ministro Luiz Fux no Tribunal Superior Eleitoral, que exerceu até novembro de 2015, e a de Conselheiro do CNMP, de 2015 a 2017. O *curriculum vitae* acostado ao ofício em exame revela que o indicado, a despeito de sua juventude, já acumula vasta experiência acadêmica e profissional.

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1999, o indicado auferiu os títulos de Mestre e Doutor em Direito Público pela mesma instituição, além de ter concluído estudos de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Ruprecht-Karls de Heidelberg, na

fo2018-01620



Alemanha. Antes de ingressar na magistratura federal por concurso público, no início do ano de 2001, o indicado exerceu outras funções, também por concurso, como Advogado da Petrobras Distribuidora S/A, Procurador Federal, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Procurador do Estado do Rio de Janeiro. O indicado angaria, também, experiência como docente. É Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da disciplina de Direito Administrativo, além de Professor conferencista da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e Professor da Pós-Graduação da Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Além de autor dos livros “O Princípio da Proteção da Confiança” e “Novas Dimensões do Princípio da Soberania”, o indicado é também contribuinte frequente de diversos periódicos jurídicos, tendo publicado diversos artigos de caráter científico.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

fo2018-01620



PARECER Nº _____, DE 2018

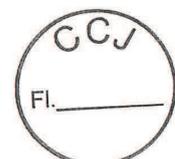
DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 12, de 2018, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 4 de abril de 2018, apreciando o Relatório sobre o Ofício “S” nº 12, de 2018, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Senhor VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 383, II, do Regimento Interno do Senado Federal, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários.

Sala da Comissão, 4 de abril de 2018.

Senador ANTONIO ANASTASIA, Vice-Presidente

Senador Eduardo Lopes, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 04/04/2018 às 10h - 10ª, Ordinária
 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Maioria (PMDB) (PMDB, PSD) | |
|---|--|
| TITULARES | SUPLENTES |
| JADER BARBALHO | 1. ROBERTO REQUIÃO PRESENTE |
| EDISON LOBÃO | 2. ROMERO JUCÁ |
| EDUARDO BRAGA PRESENTE | 3. RENAN CALHEIROS |
| SIMONE TEBET PRESENTE | 4. GARIBALDI ALVES FILHO |
| VALDIR RAUPP PRESENTE | 5. WALDEMIR MOKA PRESENTE |
| MARTA SUPPLY PRESENTE | 6. ROSE DE FREITAS |
| JOSÉ MARANHÃO | 7. RAIMUNDO LIRA |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
|---|---|
| TITULARES | SUPLENTES |
| JORGE VIANA PRESENTE | 1. HUMBERTO COSTA PRESENTE |
| JOSÉ PIMENTEL PRESENTE | 2. LINDBERGH FARIAS PRESENTE |
| FÁTIMA BEZERRA | 3. REGINA SOUSA PRESENTE |
| GLEISI HOFFMANN PRESENTE | 4. HÉLIO JOSÉ PRESENTE |
| PAULO PAIM PRESENTE | 5. ÂNGELA PORTELA PRESENTE |
| ACIR GURGACZ PRESENTE | 6. SÉRGIO PETECÃO |

| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
|--|--|
| TITULARES | SUPLENTES |
| AÉCIO NEVES | 1. RICARDO FERRAÇO PRESENTE |
| ANTONIO ANASTASIA PRESENTE | 2. CÁSSIO CUNHA LIMA |
| FLEXA RIBEIRO PRESENTE | 3. EDUARDO AMORIM PRESENTE |
| RONALDO CAIADO PRESENTE | 4. DAVI ALCOLUMBRE |
| MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE | 5. JOSÉ SERRA |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
|--|---|
| TITULARES | SUPLENTES |
| LASIER MARTINS PRESENTE | 1. IVO CASSOL |
| BENEDITO DE LIRA PRESENTE | 2. ANA AMÉLIA PRESENTE |
| CIRO NOGUEIRA | 3. OMAR AZIZ |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | |
|--|---|
| TITULARES | SUPLENTES |
| LÚCIA VÂNIA | 1. ALVARO DIAS |
| LÍDICE DA MATA | 2. JOÃO CAPIBERIBE |
| RANDOLFE RODRIGUES | 3. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR) | |
|--|---|
| TITULARES | SUPLENTES |
| ARMANDO MONTEIRO PRESENTE | 1. CIDINHO SANTOS PRESENTE |
| EDUARDO LOPES | 2. VICENTINHO ALVES |
| MAGNO MALTA | 3. WELLINGTON FAGUNDES |





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ATAÍDES OLIVEIRA

PAULO ROCHA





Senado Federal

7

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Indicação para o cargo de Conselheiro do CNMP

OFS 12/2018 - VALTER DE ARAÚJO

Início da votação: 04/04/2018 10:56:20

Fim da votação: 04/04/2018 13:02:58

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|---|-------|---|--------------------|
| Maioria (PMDB) (PMDB, PSD) | | Maioria (PMDB) (PMDB, PSD) | |
| JADER BARBALHO | | 1. ROBERTO REQUIÃO | votou |
| EDISON LOBÃO | | 2. ROMERO JUCÁ | |
| EDUARDO BRAGA | votou | 3. RENAN CALHEIROS | |
| SIMONE TEBET | votou | 4. GARIBALDI ALVES FILHO | |
| VALDIR RAUPP | votou | 5. WALDEMIR MOKA | votou |
| MARTA SUPLYCY | votou | 6. ROSE DE FREITAS | |
| JOSÉ MARANHÃO | | 7. RAIMUNDO LIRA | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, | | Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, | |
| JORGE VIANA | votou | 1. HUMBERTO COSTA | |
| JOSÉ PIMENTEL | | 2. LINDBERGH FARIAS | voto não computado |
| FÁTIMA BEZERRA | | 3. REGINA SOUSA | votou |
| GLEISI HOFFMANN | votou | 4. HÉLIO JOSÉ | votou |
| PAULO PAIM | votou | 5. ÂNGELA PORTELA | |
| ACIR GURGACZ | | 6. SÉRGIO PETECÃO | votou |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | | Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| AÉCIO NEVES | | 1. RICARDO FERRAÇO | votou |
| ANTONIO ANASTASIA | votou | 2. CÁSSIO CUNHA LIMA | |
| FLEXA RIBEIRO | votou | 3. EDUARDO AMORIM | |
| RONALDO CAIADO | votou | 4. DAVI ALCOLUMBRE | |
| MARIA DO CARMO ALVES | votou | 5. JOSÉ SERRA | |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | | Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| LASIER MARTINS | votou | 1. IVO CASSOL | |
| BENEDITO DE LIRA | votou | 2. ANA AMÉLIA | |
| CIRO NOGUEIRA | votou | 3. OMAR AZIZ | |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, | | Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, | |
| LÚCIA VÂNIA | | 1. ALVARO DIAS | |
| LÍDICE DA MATA | votou | 2. JOÃO CAPIBERIBE | |
| RANDOLFE RODRIGUES | | 3. VANESSA GRAZZIOTIN | votou |
| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR) | | Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR) | |
| ARMANDO MONTEIRO | votou | 1. CIDINHO SANTOS | votou |
| EDUARDO LOPES | | 2. VICENTINHO ALVES | |
| MAGNO MALTA | | 3. WELLINGTON FAGUNDES | |

Votação:

TOTAL 24 SIM 21 NÃO 2 ABSTENÇÃO 1

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 04/04/2018

Senador Antonio Anastasia
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 12/2018)

NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO PARA EXERCER O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 130-A, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM 21 (VINTE E UM) VOTOS FAVORÁVEIS E 2(DOIS) VOTOS CONTRÁRIOS.

04 de Abril de 2018

Senador ANTONIO ANASTASIA

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 41, DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº148, de 2017, que Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir os Municípios do Vale do Rio Doce, Estado de Minas Gerais, e Municípios do Estado do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Antonio Anastasia

RELATOR: Senador José Pimentel

21 de Março de 2018



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

RELATÓRIO DO VENCIDO

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 148, de 2017 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2007, na Casa de origem), do Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira, que *altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir os Municípios do Vale do Rio Doce, Estado de Minas Gerais, e Municípios do Estado do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).*

Relator: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do dia 21 de março de 2018, foi rejeitado o relatório oferecido pelo Senador Aécio Neves ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 148, de 2017 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2007, na Casa de origem). O relator havia se manifestado favoravelmente à proposição com uma emenda de redação e rejeitado as Emendas nº 1 e 2, de autoria dos Senadores Eduardo Amorim e Davi Alcolumbre, respectivamente. Na mesma ocasião, durante a discussão da matéria, o Senador Aécio Neves rejeitou oralmente a Emenda nº 3, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Trata-se de proposição que altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, que instituiu, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para incluir, em sua área de atuação, municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.



SF/18207.05882-57





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

No relatório que ofereceu, o Senador Aécio Neves argumentou que o PLC nº 148, de 2017 – Complementar, não apresentava vícios de constitucionalidade formal, de juridicidade ou de regimentalidade. Com exceção de uma pequena emenda de redação, o relator não fez ressalvas quanto à técnica legislativa usada no PLC nº 148, de 2017 – Complementar, e argumentou que a proposição seria convergente com a redução das desigualdades regionais que a Constituição de 1988 consagrou, no inciso III de seu art. 3º, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Encerrada a discussão, a matéria foi submetida à votação com nove votos SIM e 11 votos NÃO. Com isso, o PLC nº 148, de 2017 – Complementar, recebeu parecer contrário à sua aprovação, ficando vencido o relator originalmente designado.

Nessas circunstâncias, o Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece, em seu art. 128, que *vencido o relator, o Presidente da comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação a parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no parecer.* O § 5º do art. 132 do RISF, por sua vez, estabelece que *verificando-se a hipótese prevista no art. 128, o parecer vencedor deverá ser apresentado na reunião ordinária imediata, salvo deliberação em contrário.* Em face do que preveem os dispositivos mencionados, fomos designados para exercer a função de relator do vencido, cabendo-nos reproduzir, neste relatório, as decisões da Comissão sobre a matéria.

O PLC nº 148, de 2017 – Complementar, foi objeto de uma discussão bastante aprofundada na CCJ. Por essa razão, optamos por um relatório pormenorizado sobre a matéria.

O Brasil é um País marcado por profundas desigualdades regionais. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* proporcionalmente reduzido nas regiões Norte e Nordeste é um indicador que não deixa dúvida quanto a essa percepção. De fato, o PIB *per capita* nessas regiões é inferior à média nacional (relações de 0,63 e 0,51, respectivamente), ao passo que o PIB *per capita* das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste é superior à média nacional (relações de 1,29, 1,18 e 1,28, respectivamente).

lk2018-01839



SF/18207.05882-57





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Esses dados resultam de um descompasso entre a participação no PIB e na população. No caso da região Nordeste, por exemplo, a participação no PIB do Brasil é da ordem de 14%, ao passo que a participação na população do País alcança quase 28%. Para que se possa ter uma ideia, registramos a seguir a participação dos nove estados que compõem a região Nordeste no PIB do Brasil: Maranhão, 1,31%; Piauí, 0,65%; Ceará, 2,18%; Rio Grande do Norte, 0,95%; Paraíba, 0,94%; Pernambuco, 2,62%; Alagoas, 0,77%; Sergipe, 0,64%; e Bahia, 4,09%. Suas participações na população do País correspondem a, respectivamente, 3,38%; 1,57%; 4,36%; 1,68%; 1,94%; 4,57%; 1,63%; 1,10%; e 7,44%. Desse modo, o PIB *per capita* desses estados situa-se na faixa entre 0,39 e 0,59 da média nacional, conforme podemos constatar ao registrarmos esse dado para cada um deles: Maranhão, 0,39; Piauí, 0,42; Ceará, 0,50; Rio Grande do Norte, 0,57; Paraíba, 0,48; Pernambuco, 0,57; Alagoas, 0,47; Sergipe, 0,59 e Bahia, 0,55. Essa listagem aparentemente exaustiva serve para ressaltar que em nenhum estado do Nordeste o PIB *per capita* alcança 60% da média nacional. Por outro lado, o PIB *per capita* em São Paulo, por exemplo, é cerca de 50% maior do que a média do País. No Distrito Federal, o PIB *per capita* é mais do que 2,50 vezes a média nacional.

As evidências das desigualdades regionais no País não se limitam, porém, aos indicadores de PIB *per capita*. A análise dos dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) reafirma a percepção de que persistem, no Brasil, grandes disparidades regionais. Trata-se de uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano que oferece um contraponto ao PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH resulta da ponderação de três pilares (saúde, educação e renda) mensurados da seguinte forma: *i*) uma vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida; *ii*) o acesso ao conhecimento medido pela média de anos de educação de adultos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar; e *iii*) o padrão de vida, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*.

A análise dos dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com base no censo demográfico mostra que são também os estados do Norte e do Nordeste que exibem, de forma geral, os indicadores mais baixos do País. Ao se listarem as 27 unidades da federação por ordem decrescente de IDHM relativos a 2010, os estados do





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Nordeste não aparecem senão a partir da 16ª posição. Entre os cinco últimos, quatro pertencem à região Nordeste e um à região Norte.

Dados sobre os níveis de qualificação da mão de obra ajudam a explicar porque essas regiões detêm indicadores inferiores à média nacional. A porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com nível superior completo, que no Brasil corresponde a 13,5%, alcança apenas 9,4% e 8,3% nas regiões Norte e Nordeste. Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, esse indicador corresponde a 16,7%, 16,3% e 15,0%, respectivamente.

Da mesma forma, o número de doutores nas regiões Norte e Nordeste é muito inferior à média nacional. De acordo com dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) referentes a 2014, nas regiões Norte e Nordeste há, respectivamente, 39,8 e 47,1 doutores por cem mil habitantes. A média no País corresponde a 69,2 doutores por cem mil habitantes, e esse indicador alcança, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 98,6, 78,4 e 76,4, respectivamente.

É por razões dessa natureza que é preciso oferecer às regiões menos desenvolvidas do País compensações que se materializam na forma de incentivos fiscais, como aqueles oferecidos no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Sudene, e financeiros, como aqueles associados aos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Alguns municípios do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo já foram incluídos na área de atuação da Sudene. De fato, a Lei Complementar nº 125, de 2007, menciona municípios de Minas Gerais incluídos na região do semiárido pela Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, antes mesmo da criação da Sudene, e municípios incluídos na área de atuação dessa Superintendência pela Lei nº 6.218, de 7 de julho de 1975. Menciona ainda municípios mineiros e capixabas incluídos na área de atuação da Sudene pela Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, e outros indicados no próprio art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007. Trata-se de municípios situados em regiões como o Vale do Jequitinhonha, cujos indicadores de desenvolvimento são semelhantes aos da região Nordeste. O PIB *per capita*, no caso dos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo já incluídos na área de atuação da Sudene, corresponde a 47% da média nacional. Entretanto, a extensão da área de atuação da Sudene não pode ser

lk2018-01839



SF/18207.05882-57





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

ilimitada, sob pena de banalizar o alcance de um instrumento originalmente concebido para a região Nordeste.

Nós verificamos a existência de um grande número de projetos de lei e de projetos de lei complementar em tramitação que visam a ampliar a área de atuação da Sudene. No Senado Federal, além do PLC nº 148, de 2017 – Complementar, que corresponde ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 76, de 2007, na Casa de origem, nós identificamos as seguintes proposições:

- Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 504, de 2017 (complementar), que *altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para acrescentar à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e à área de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) os municípios situados nas mesorregiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.*
- Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 276, de 2014 (complementar), que *altera a Lei Complementar 125, de 03 de janeiro de 2007, para incluir todo o Estado do Espírito Santo na área de atuação da SUDENE.*

Já na Câmara dos Deputados, identificaram-se, além do próprio PLP nº 76, de 2007, as seguintes proposições em tramitação que dispõem sobre a ampliação da área de atuação da Sudene:

- Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 440, de 2017, que *altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir os municípios Brasilândia de Minas, João Pinheiro, Joaquim Felício, Augusto de Lima e Buenópolis, do Estado de Minas Gerais, na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).*
- Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 460, de 2017, que *acrescenta ao art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007,*

lk2018-01839





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

alguns municípios da região norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro.

- Projeto de Lei (PL) nº 4.961, de 2013, que *altera o art. 10 da Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, que define as diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.* Essa proposição inclui na área de atuação da Sudene todos os municípios da região norte de Minas Gerais.
- Projeto de Lei (PL) nº 88, de 2011: *Dispõe sobre a inclusão de municípios do Estado de Minas Gerais na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.* A proposição inclui municípios mineiros que integram a microrregião do médio Rio das Velhas na área de abrangência da ADENE.
- Projeto de Lei (PL) nº 7.368, de 2002: *Altera o art. 2º da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001.* A proposição inclui outros Municípios do Estado de Minas Gerais no Plano de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

Há também proposições que, embora não explicitamente ampliando a área de atuação da Sudene, podem estender seus benefícios a outros municípios eventualmente situados fora dessa área ou da área de atuação da Sudam. Esse é o caso, por exemplo, do Projeto de Lei (PL) nº 1.807, de 2015, que *estabelece incentivos fiscais para empreendimentos localizados em Municípios com menos de dez mil habitantes.* Essa proposição estende a redução de 75% do imposto de renda aos municípios com menos de dez mil habitantes, ainda que localizados fora das áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

Já houve diversas outras proposições com propósito semelhante que tramitaram no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Alguns desses projetos são:

- Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 403, de 2008, que *modifica o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007.* Nesse caso, propunha-se a inclusão, na área de atuação da



SF/18207.05882-57





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Sudene, de todos os municípios do Espírito Santo. A proposição foi arquivada.

- Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 128, de 2015, que *modifica o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir o Estado do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene*. Essa proposição foi apensada ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 403, de 2008, que foi arquivado.
- Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 380, de 2008: *Modifica o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007*. A proposição, que visava a incluir os municípios do Estado do Rio de Janeiro na região de atuação da Sudene, foi apensada ao PLP nº 76, de 2007.

Há alguns anos, houve, inclusive, uma proposição que tramitou na Câmara dos Deputados que visava a estender os incentivos fiscais e os programas de desenvolvimento regional que beneficiam as áreas de atuação da Sudam e da Sudene para a metade sul do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se do Projeto de Lei nº 4.240-A, de 2004.

No caso dos municípios que seriam incluídos na área de atuação da Sudene pelo PLC nº 148, de 2017 – Complementar, os indicadores, embora ainda inferiores à média nacional, são superiores àqueles relativos à região Nordeste e mesmo àqueles relativos aos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo indicados no art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007. Com efeito, a relação entre o PIB *per capita* dos 84 municípios mencionados no PLC nº 148, de 2017 – Complementar, e o PIB *per capita* médio do país é da ordem de 0,58, ao passo que, para os municípios que compõem atualmente a área de atuação da Sudene, essa relação é de apenas 0,51.

Além disso, há casos – de resto mencionados na discussão do PLC nº 148, de 2017 – Complementar, na CCJ – que evidenciam as distorções que potencialmente resultariam da aprovação dessa proposição. Trata-se, por exemplo, do caso de Aracruz e de Governador Valadares. Esses municípios, por estarem mais próximos dos mercados consumidores e por contarem com melhor dotação de infraestrutura, seriam, se contassem com os mesmos incentivos fiscais, mais atrativos para os empresários do que os

lk2018-01839





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

municípios da região Nordeste. No caso de Aracruz, em particular, o PIB *per capita* é mais do que 90% superior à média nacional.

Conforme evidenciou a discussão ocorrida na reunião da CCJ do dia 21 de março de 2018, não se trata, aqui, de negar aos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo as condições para que possam atrair investimentos e promover seu desenvolvimento. Trata-se, a nosso ver, de identificar o instrumento mais apropriado para isso. Em lugar de incluir novos municípios nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene – que têm um foco específico nas peculiaridades da Amazônia Legal e do Nordeste do Brasil – pode-se considerar a possibilidade de um diálogo com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), cujo foco de atuação nos parece ter mais afinidade com os municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo mencionados no PLC nº 148, de 2017 – Complementar. Essa percepção ampara-se na convergência de indicadores de desenvolvimento econômico e social das regiões Centro-Oeste e Sudeste, que, conforme se evidenciou ao longo desta análise, são superiores à média nacional. No caso do Nordeste, o foco recorrente na escassez hídrica – que é um problema seguramente nacional, mas que assume contornos mais dramáticos naquela região – nos leva a entender que a área de atuação da Sudene deve ser mantida, sem prejuízo de iniciativas que visem ao desenvolvimento de outras regiões do País.

Discussões dessa natureza foram objeto da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo (CEAPF), cujos resultados podem nos ajudar a identificar formas de apoiar o desenvolvimento dos municípios do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo – e de outros municípios que eventualmente se situem abaixo dos níveis médios de desenvolvimento do País – sem sacrificar o foco de atuação de instituições como a Sudene.

Pelas razões expostas neste relatório, o PLC nº 148, de 2017 – Complementar, foi rejeitado na CCJ, ainda que se reconheça a necessidade de se buscarem instrumentos capazes de promover o desenvolvimento de todas as regiões do Brasil.

lk2018-01839



SF/18207.05882-57



10

9



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Sala da Comissão, de de 2018.

, Presidente

, Relator



lk2018-01839





Senado Federal

11

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 21/03/2018 às 10h - 9ª, Ordinária
 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Maioria (PMDB) (PMDB, PSD) | |
|---|--|
| TITULARES | SUPLENTES |
| JADER BARBALHO | 1. ROBERTO REQUIÃO |
| EDISON LOBÃO | 2. ROMERO JUCÁ PRESENTE |
| EDUARDO BRAGA PRESENTE | 3. RENAN CALHEIROS |
| SIMONE TEBET PRESENTE | 4. GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE |
| VALDIR RAUPP PRESENTE | 5. WALDEMIR MOKA PRESENTE |
| MARTA SUPPLY PRESENTE | 6. ROSE DE FREITAS PRESENTE |
| JOSÉ MARANHÃO | 7. RAIMUNDO LIRA |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
|--|---|
| TITULARES | SUPLENTES |
| JORGE VIANA | 1. HUMBERTO COSTA PRESENTE |
| JOSÉ PIMENTEL PRESENTE | 2. LINDBERGH FARIAS PRESENTE |
| FÁTIMA BEZERRA PRESENTE | 3. REGINA SOUSA PRESENTE |
| GLEISI HOFFMANN | 4. HÉLIO JOSÉ PRESENTE |
| PAULO PAIM PRESENTE | 5. ÂNGELA PORTELA PRESENTE |
| ACIR GURGACZ | 6. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE |

| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
|--|--|
| TITULARES | SUPLENTES |
| AÉCIO NEVES PRESENTE | 1. RICARDO FERRAÇO PRESENTE |
| ANTONIO ANASTASIA PRESENTE | 2. CÁSSIO CUNHA LIMA PRESENTE |
| FLEXA RIBEIRO PRESENTE | 3. EDUARDO AMORIM PRESENTE |
| RONALDO CAIADO PRESENTE | 4. DAVI ALCOLUMBRE |
| MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE | 5. JOSÉ SERRA |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
|--|---|
| TITULARES | SUPLENTES |
| LASIER MARTINS PRESENTE | 1. IVO CASSOL |
| BENEDITO DE LIRA | 2. ANA AMÉLIA PRESENTE |
| CIRO NOGUEIRA | 3. OMAR AZIZ |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | |
|--|---|
| TITULARES | SUPLENTES |
| LÚCIA VÂNIA PRESENTE | 1. ALVARO DIAS |
| LÍDICE DA MATA PRESENTE | 2. JOÃO CAPIBERIBE |
| RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE | 3. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR) | |
|--|---|
| TITULARES | SUPLENTES |
| ARMANDO MONTEIRO PRESENTE | 1. CIDINHO SANTOS PRESENTE |
| EDUARDO LOPES PRESENTE | 2. VICENTINHO ALVES PRESENTE |
| MAGNO MALTA | 3. WELLINGTON FAGUNDES |





12

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

DÁRIO BERGER
ATAÍDES OLIVEIRA
PAULO ROCHA
JOSÉ MEDEIROS



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLC 148/2017 (nos termos do Parecer)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

| TITULARES - Maioria (PMDB) (PMDB, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Maioria (PMDB) (PMDB, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|-----|-----|-----------|---|-----|-----|-----------|
| JADER BARBALHO | | | | 1. ROBERTO REQUIAO | | | |
| EDISON LOBÃO | | | | 2. ROMERO JUCA | X | | |
| EDUARDO BRAGA | | | | 3. RENAN CALHEIROS | | | |
| SIMONE TEBET | X | | | 4. GARIBALDI ALVES FILHO | | X | |
| VALDIR RAUPP | | | | 5. WALDEMIR MOKA | X | | |
| MARTA SUPLICY | | X | | 6. ROSE DE FREITAS | X | | |
| JOSÉ MARANHÃO | | | | 7. RAIMUNDO LIRA | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JORGE VIANA | | | | 1. HUMBERTO COSTA | | X | |
| JOSÉ PIMENTEL | | X | | 2. LINDBERGH FARIAS | | | |
| FÁTIMA BEZERRA | | X | | 3. REGINA SOUSA | | X | |
| GLEISI HOFFMANN | | | | 4. HÉLIO JOSÉ | X | | |
| PAULO PAIM | | X | | 5. ÂNGELA PORTELA | | | |
| ACIR GURGACZ | | | | 6. SÉRGIO PETEÇÃO | | | |
| TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| AÉCIO NEVES | X | | | 1. RICARDO FERRAÇO | X | | |
| ANTONIO ANASTASIA | | | | 2. CÁSSIO CUNHA LIMA | | | |
| FLEXA RIBEIRO | | | | 3. EDUARDO AMORIM | | | |
| RONALDO CAIADO | X | | | 4. DAVI ALCOLUMBRE | | | |
| MARIA DO CARMO ALVES | | | | 5. JOSÉ SERRA | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LASIER MARTINS | X | | | 1. IVO CASSOL | | | |
| BENEDITO DE LIRA | | | | 2. ANA AMÉLIA | | | |
| CIRO NOGUEIRA | | | | 3. OMAR AZIZ | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LÚCIA VÂNIA | | | | 1. ALVARO DIAS | | | |
| LÍDICE DA MATA | | | | 2. JOÃO CAPIBERIBE | | | |
| RANDOLFE RODRIGUES | | X | | 3. VANESSA GRAZZIOTIN | | X | |
| TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ARMANDO MONTEIRO | | X | | 1. CIDINHO SANTOS | | X | |
| EDUARDO LOPES | | | | 2. VICENTINHO ALVES | | | |
| MAGNO MALTA | | | | 3. WELLINGTON FAGUNDES | | | |

Quórum: TOTAL 21

Votação: TOTAL 20 SIM 9 NÃO 11 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Senador Antonio Anastasia
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 21/03/2018

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 148/2017)

NA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, DURANTE A DISCUSSÃO DA MATÉRIA, O SENADOR AÉCIO NEVES REJEITA ORALMENTE A EMENDA N° 3, DE AUTORIA DO SENADOR RICARDO FERRAÇO.

A COMISSÃO REJEITA O RELATÓRIO DO SENADOR AÉCIO NEVES E A PRESIDÊNCIA DESIGNA O SENADOR JOSÉ PIMENTEL RELATOR DO VENCIDO, NOS TERMOS DO ART. 128, DO RISF.

21 de Março de 2018

Senador ANTONIO ANASTASIA

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - João Alberto Souza*
-PRTB - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-S/Partido - Raimundo Lira* (S)
-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
-PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
-PMDB - Waldemir Moka*
-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

| | | | |
|--|-----------|---|------------|
| PMDB - 20 | | Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11 | |
| Airton Sandoval. | SP | PP-7 / PSD-4 | |
| Dário Berger. | SC | Ana Amélia. | PP / RS |
| Eduardo Braga. | AM | Benedito de Lira. | PP / AL |
| Elmano Férrer. | PI | Ciro Nogueira. | PP / PI |
| Eunício Oliveira. | CE | Gladson Cameli. | PP / AC |
| Fernando Bezerra Coelho. | PE | Ivo Cassol. | PP / RO |
| Garibaldi Alves Filho. | RN | Lasier Martins. | PSD / RS |
| Jader Barbalho. | PA | Omar Aziz. | PSD / AM |
| José Maranhão. | PB | Otto Alencar. | PSD / BA |
| João Alberto Souza. | MA | Roberto Muniz. | PP / BA |
| Marta Suplicy. | SP | Sérgio Petecão. | PSD / AC |
| Renan Calheiros. | AL | Wilder Morais. | PP / GO |
| Roberto Requião. | PR | Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10 | |
| Romero Jucá. | RR | PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1 | |
| Rose de Freitas. | ES | PODE-3 | |
| Simone Tebet. | MS | Alvaro Dias. | PODE / PR |
| Valdir Raupp. | RO | Antonio Carlos Valadares. | PSB / SE |
| Waldemir Moka. | MS | Cristovam Buarque. | PPS / DF |
| Zeze Perrella. | MG | João Capiberibe. | PSB / AP |
| Bloco Social Democrata - 16 | | José Medeiros. | PODE / MT |
| PSDB-12 / DEM-4 | | Lídice da Mata. | PSB / BA |
| Aécio Neves. | PSDB / MG | Lúcia Vânia. | PSB / GO |
| Antonio Anastasia. | PSDB / MG | Randolfe Rodrigues. | REDE / AP |
| Ataídes Oliveira. | PSDB / TO | Romário. | PODE / RJ |
| Cássio Cunha Lima. | PSDB / PB | Vanessa Grazziotin. | PCdoB / AM |
| Dalirio Beber. | PSDB / SC | Bloco Moderador - 9 | |
| Davi Alcolumbre. | DEM / AP | PTB-2 / PR-4 / PSC / PRB-2 | |
| Eduardo Amorim. | PSDB / SE | PTC-1 | |
| Flexa Ribeiro. | PSDB / PA | Armando Monteiro. | PTB / PE |
| José Agripino. | DEM / RN | Cidinho Santos. | PR / MT |
| José Serra. | PSDB / SP | Eduardo Lopes. | PRB / RJ |
| Maria do Carmo Alves. | DEM / SE | Fernando Collor. | PTC / AL |
| Paulo Bauer. | PSDB / SC | Magno Malta. | PR / ES |
| Ricardo Ferraço. | PSDB / ES | Pedro Chaves. | PRB / MS |
| Roberto Rocha. | PSDB / MA | Telmário Mota. | PTB / RR |
| Ronaldo Caiado. | DEM / GO | Vicentinho Alves. | PR / TO |
| Tasso Jereissati. | PSDB / CE | Wellington Fagundes. | PR / MT |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12 | | S/Partido - 1 | |
| PT-9 / PDT-3 | | Raimundo Lira. | PB |
| Acir Gurgacz. | PDT / RO | Reguffe. | DF |
| Ângela Portela. | PDT / RR | PRTB - 1 | |
| Fátima Bezerra. | PT / RN | Pastor Bel. | MA |
| Gleisi Hoffmann. | PT / PR | PROS - 1 | |
| Humberto Costa. | PT / PE | Hélio José. | DF |
| Jorge Viana. | PT / AC | TOTAL | |
| José Pimentel. | PT / CE | PMDB. | 19 |
| Kátia Abreu. | PDT / TO | Bloco Social Democrata. | 16 |
| Lindbergh Farias. | PT / RJ | Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. | 12 |
| Paulo Paim. | PT / RS | Bloco Parlamentar Democracia Progressista. | 11 |
| Paulo Rocha. | PT / PA | Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania. | 10 |
| Regina Sousa. | PT / PI | Bloco Moderador. | 9 |
| | | S/Partido. | 2 |
| | | PROS. | 1 |
| | | PRTB. | 1 |
| | | TOTAL | 81 |



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

| | | |
|--|---------------------------------------|--------------------------------------|
| Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO) | Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN) | Paulo Paim* (Bloco-PT-RS) |
| Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG) | Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC) | Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA) |
| Airton Sandoval* (-PMDB-SP) | Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR) | Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS) |
| Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR) | Hélio José* (-PROS-DF) | Raimundo Lira* (-S/Partido-PB) |
| Ana Amélia* (Bloco-PP-RS) | Humberto Costa* (Bloco-PT-PE) | Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP) |
| Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR) | Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO) | Regina Sousa* (Bloco-PT-PI) |
| Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG) | Jader Barbalho* (-PMDB-PA) | Reguffe** (-S/Partido-DF) |
| Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE) | João Alberto Souza* (-PMDB-MA) | Renan Calheiros* (-PMDB-AL) |
| Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE) | João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP) | Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES) |
| Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO) | Jorge Viana* (Bloco-PT-AC) | Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA) |
| Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL) | José Agripino* (Bloco-DEM-RN) | Roberto Requião* (-PMDB-PR) |
| Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB) | José Maranhão** (-PMDB-PB) | Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA) |
| Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT) | José Medeiros* (Bloco-PODE-MT) | Romário** (Bloco-PODE-RJ) |
| Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI) | José Pimentel* (Bloco-PT-CE) | Romero Jucá* (-PMDB-RR) |
| Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF) | José Serra** (Bloco-PSDB-SP) | Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO) |
| Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC) | Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO) | Rose de Freitas** (-PMDB-ES) |
| Dário Berger** (-PMDB-SC) | Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS) | Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC) |
| Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP) | Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA) | Simone Tebet** (-PMDB-MS) |
| Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE) | Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ) | Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE) |
| Eduardo Braga* (-PMDB-AM) | Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO) | Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR) |
| Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ) | Magno Malta* (Bloco-PR-ES) | Valdir Raupp* (-PMDB-RO) |
| Elmano Férrer** (-PMDB-PI) | Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE) | Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM) |
| Eunício Oliveira* (-PMDB-CE) | Marta Suplicy* (-PMDB-SP) | Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO) |
| Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN) | Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM) | Waldemir Moka* (-PMDB-MS) |
| Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE) | Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA) | Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT) |
| Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL) | Pastor Bel* (-PRTB-MA) | Wilder Morais* (Bloco-PP-GO) |
| Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA) | Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC) | Zeze Perrella* (-PMDB-MG) |

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

| | | |
|---|---|---|
| <p style="text-align: center;">PMDB - 20</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)</p> | <p style="text-align: center;">Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Amorim - PSDB (69,100,140)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Davi Alcolumbre (75,85,133,150) Ataídes Oliveira (74)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,86,112,159) Roberto Rocha (37,54,111,158,160)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (101)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p> | <p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder Wilder Morais - PP (39,122,132,151)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Benedito de Lira (103) Otto Alencar (49)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 7 Benedito de Lira (103)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,106)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)</p> |
| <p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Lindbergh Farias - PT (27,59,63,89,125,134,135)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,25,116) Regina Sousa (35)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (27,59,63,89,125,134,135)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PT Paulo Rocha (31,41,55,60,126)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,25,116)</p> | <p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10</p> <p style="text-align: center;">Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Graziotin (17,21,156)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (12,19,146)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Graziotin (17,21,156)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,66,136)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p> | <p style="text-align: center;">Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,109)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Telmário Mota (4,29,34,44,56,84,99,127)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 0</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,8,67,72)</p> |
| <p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Romero Jucá - PMDB (120)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (75,85,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Morais (39,122,132,151)</p> | <p style="text-align: center;">PROS - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Hélio José - PROS (43,48,87,155)</p> | |
| <p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT (15,18,50,53,79,90,115)</p> | | |

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
25. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysius Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
58. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| PMDB | |
| Senador Dário Berger ⁽³⁾ | 1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾ |
| Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾ | 2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾ |
| Senador Roberto Requião ⁽³⁾ | 3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾ | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾ |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾ | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾ |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | 1. |
| | 2. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) | 1. |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) | |
| | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾ | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾ |

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

| TITULARES | SUPLENTEs |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Maioria (PMDB) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| VAGO | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| VAGO | 1. |
| VAGO | 2. VAGO |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| | 2. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾ | |
| | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| VAGO | 1. VAGO |

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

| TITULARES | SUPLENTEs |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|



7) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|------------------|
| Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾ | 1. |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾ | 2. |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾ | 3. |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾ | 4. |

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



8) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

| |
|---------------------------------------|
| Admar Gonzaga Neto |
| Arnaldo Versiani Leite Soares |
| Carlos Caputo Bastos |
| Carlos Mário da Silva Velloso |
| Edson de Resende Castro |
| Fernando Neves da Silva |
| Hamilton Carvalhido |
| Joelson Costa Dias |
| José Antonio Dias Toffoli |
| José Eliton de Figuerêdo Júnior |
| Luciana Müller Chaves |
| Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho |
| Márcio Silva |
| Marcus Vinicius Furtado Coelho |
| Roberto Monteiro Gurgel Santos |
| Raimundo Cezar Britto |
| Torquato Lorena Jardim |
| Geraldo Agosti Filho |
| José Rollemberg Leite Neto |
| Walter de Almeida Guilherme |
| Roberto Carvalho Velloso |
| Henrique Neves da Silva |
| Ezikelly Silva Barros |

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojotos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| PMDB | |
| Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾ | 1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾ |
| Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾ | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾ | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | |

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 14/03/2018



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| PMDB | |
| Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) ^(5,25) | 1. Senador Eduardo Braga ^(5,8) |
| Senador Roberto Requião ^(5,8) | 2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾ |
| Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾ | 3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾ |
| Senadora Rose de Freitas ^(5,20) | 4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾ |
| Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾ | 5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24) |
| Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾ | 6. |
| Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾ | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾ |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾ | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾ |
| Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾ | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾ |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾ | 5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾ |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14) | 6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾ | 1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾ |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27) | 2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27) |
| Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾ | 3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾ |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾ | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾ |
| Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾ | 5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾ |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾ | 2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾ | 3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾ | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾ | 1. VAGO ⁽¹⁸⁾ |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 3. ^(7,15) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾ |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾ | 2. VAGO ^(4,9,10) |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13) | 3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾ |

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| Maioria (PMDB) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| VAGO | 1. |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾ | |
| | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| VAGO | 1. |

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE
LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| PMDB | |
| Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾ | 1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾ |
| Senador Waldemir Moka ^(8,11) | 2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾ |
| Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾ | 3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾ |
| Senador Elmano Férrer ^(8,14) | 4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾ |
| Senador Airtton Sandoval ^(8,12) | 5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾ |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾ | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾ |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾ | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾ |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾ | 4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾ |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾ | 5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾ |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾ | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾ |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾ | 2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21) |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾ | 3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾ |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾ | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾ | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾ |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16) | 2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾ | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾ |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾ | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾ | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾ |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾ |

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾ | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾ |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾ | 3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾ |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾ | 4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾ |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾ | 5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|--|
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾ | 1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾ |
| Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾ | 2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾ | 3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾ |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾ | 4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾ |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾ | 5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾ |
| Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾ | 6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾ |
| Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾ | 7. Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) ^(1,44) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾ | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19) |
| Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾ | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾ | 3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19) |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17) | 4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾ | 5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27) | 6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33) | 1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47) |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾ | 2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾ |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26) | 3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾ |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾ | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾ |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾ | 5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾ |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾ | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46) | 3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾ | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41) | 1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34) |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30) | 2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾ |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾ | 3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾ | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16) |
| Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10) | 2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10) |
| Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾ | 3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40) |

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPRD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD)
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| PMDB | |
| Senadora Rose de Freitas (7,12) | 1. Senador Valdir Raupp (7) |
| Senador Dário Berger (7) | 2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7) |
| Senadora Marta Suplicy (7) | 3. Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) (15) |
| Senador José Maranhão (7) | 4. Senadora Simone Tebet (18) |
| Senador Edison Lobão (7,15,18) | 5. |
| Senador João Alberto Souza (7) | 6. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4) | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4) | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4) | 3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (4) | 4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4) | 5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4) | 6. |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1) | 1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1) | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6) |
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19) | 3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21) |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6) | 4. |
| Senador José Agripino (DEM-RN) (6) | 5. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador José Medeiros (PODE-MT) (5) | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5) |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5) | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5) | 3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17) | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2) | 1. VAGO (2,16,22,23,26) |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2) | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19) |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2) | 3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3) | 1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3) |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8) | 2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25) |
| Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3) | 3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24) |

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|--|
| PMDB | |
| Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾ | 1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14) |
| Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾ | 2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾ |
| Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾ | 3. |
| Senador Valdir Raupp ^(11,14) | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾ | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾ |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾ | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾ |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾ | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾ |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾ | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾ |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9) | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾ | 1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾ |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10) | 2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾ | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾ | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾ |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾ | 2. VAGO ^(2,21) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15) | 1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18) |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾ | 2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16) |

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| PMDB (21) | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22) | 1. Senador Valdir Raupp (6) |
| Senadora Marta Suplicy (6) | 2. |
| Senador Hélio José (PROS-DF) (6) | 3. |
| VAGO (6,9) | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4) | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4) | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (4) | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4) | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19) | 1. |
| Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25) | 2. |
| VAGO (1,12) | 3. |
| VAGO (7,14) | 4. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24) | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3) |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20) | 2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17) | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16) |
| Senador Romário (PODE-RJ) (2) | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (18) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Magno Malta (PR-ES) (5) | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5) |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15) | 2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26) |

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------|
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| VAGO | 2. VAGO |
| Maioria (PMDB) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| VAGO | 1. VAGO |

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| PMDB | |
| Senador Valdir Raupp ⁽²⁾ | 1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾ | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) ⁽¹⁾ | |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾ | 1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾ |

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
 **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-------------------------------------|
| PMDB | |
| | 1. Senador Hélio José (PROS-DF) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) | |
| Senador Romário (PODE-RJ) | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) |
| | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) | |

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| PMDB | |
| Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾ | 1. Senador Renan Calheiros ^(7,13) |
| Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾ | 2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾ |
| Senador Roberto Requião ^(7,13) | 3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾ |
| Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾ | 4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾ | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾ |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16) | 2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾ |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾ | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾ |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾ | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾ | 1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾ |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾ | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾ |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23) | 3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾ |
| Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾ | 4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾ | 1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾ |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾ | 2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾ | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾ | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾ |
| ^(4,18) | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾ | 1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19) |
| Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾ | 2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾ |

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾ | 1. |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾ | 2. |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾ | 3. |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3) | 4. |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾ | 5. |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾ | 6. |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾ | 7. |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾ | 8. |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾ | 9. |
| Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾ | 10. |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾ | 11. |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾ | 12. |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾ | 13. |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾ | 14. |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾ | 15. |
| Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾ | 16. |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾ | 17. |

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| PMDB | |
| Senador Renan Calheiros (7) | 1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7) |
| Senador Eduardo Braga (7) | 2. VAGO (7,9,10,23) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15) | 3. Senadora Rose de Freitas (7) |
| Senador Elmano Férrer (7) | 4. Senador Jader Barbalho (7) |
| Senador Raimundo Lira (S/Partido-PB) (7) | 5. Senador Valdir Raupp (10) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3) | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3) |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) (3) | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3) |
| Senador José Pimentel (PT-CE) (3) | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3) | 4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3) | 5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2) | 1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25) | 2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2) | 3. |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6) | 4. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4) | 1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4) |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) (4) | 2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4) |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4) | 3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17) | |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1) | 1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21) |
| (1,16) | 2. |
| VAGO (14,18) | 3. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5) | 1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22) |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5) | 2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13) |
| Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5) | 3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5) |

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

| TITULARES | SUPLENTEs |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) |
| Maioria (PMDB) | |
| Senador Hélio José (PROS-DF) | 1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Wilder Morais (PP-GO) | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| PMDB | |
| Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14) | 1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾ |
| Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾ | 2. Senadora Simone Tebet ^(8,14) |
| Senador Waldemir Moka ^(8,10) | 3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾ |
| Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾ | 4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12) | 1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾ |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾ | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾ | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾ |
| VAGO ^(5,11) | 2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15) | 3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾ | 1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾ | 2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾ | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾ | 1. VAGO ^(19,22,23,26) |
| ^(2,18) | 2. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾ | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾ |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25) | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾ |

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|--|
| PMDB | |
| Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾ | 1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾ |
| Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾ | 2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾ |
| Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾ | 3. |
| Senador Dário Berger ⁽⁶⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾ | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾ |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾ | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾ |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾ | 4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾ |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾ |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾ |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾ | 1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾ |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾ | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾ | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾ | 1. |
| (2,9) | 2. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11) |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾ | 2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾ |

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| PMDB (22) | |
| Senador Waldemir Moka (8) | 1. Senador Airtton Sandoval (10) |
| VAGO (8,12) | 2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11) |
| Senador Valdir Raupp (8) | 3. Senador Dário Berger (16) |
| Senador João Alberto Souza (8) | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15) | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1) |
| VAGO (1,14) | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1) |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) (1) | 3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1) | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4) | 1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20) | 2. |
| Senador José Agripino (DEM-RN) (7) | 3. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2) | 1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2) | 2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9) | 1. VAGO (3,18) |
| | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| VAGO (5,13,19,21) | 1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5) |
| Senador Magno Malta (PR-ES) (5) | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5) |

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

| TITULARES | Suplentes |
|---|--|
| PMDB | |
| Senador Valdir Raupp ⁽³⁾ | 1. VAGO ^(6,14) |
| Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾ | 2. |
| Senador João Alberto Souza ^(3,6,9) | 3. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾ |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾ | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾ |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾ | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾ |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾ | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾ |
| VAGO ^(7,12) | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾ | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾ | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾ | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾ | 1. VAGO ^(5,10) |

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|--|
| PMDB | |
| Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾ | 1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾ |
| Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾ | 2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾ |
| Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾ | 3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾ |
| Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾ | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾ |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾ | 3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾ |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾ | 4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾ | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾ |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾ | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾ |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾ | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾ | 1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾ |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾ | 2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾ | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾ | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13) | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16) | 1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾ |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14) | 2. |

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

| SENADORES | CARGO |
|---------------------------------|-----------------------|
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) | CORREGEDOR |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| PMDB | |
| Senador Airton Sandoval (SP) | 1. Senador Jader Barbalho (PA) |
| Senador João Alberto Souza (MA) | 2. Senador Eduardo Braga (AM) |
| Senador Romero Jucá (RR) | 3. VAGO ⁽¹⁵⁾ |
| Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾ | 4. (1) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | 1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾ |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) | 2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) | 3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12) | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13) |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3) | 2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador José Pimentel (PT-CE) | 1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) | 2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) | |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11) | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17) |
| Senador Pedro Chaves (PRB-MS) | 2. |
| Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93) | |
| Senador Roberto Rocha (PSDB/MA) | |

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

| MEMBROS |
|---------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| REDE |
| PRB |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

| MEMBROS |
|---------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PRB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

| MEMBROS |
|---------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PRB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |



Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

| MEMBROS |
|---------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PRB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

| MEMBROS |
|---------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PRB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

| MEMBROS |
|---------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PRB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PROS |
| PRTB |

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|---------|-----------------|
| VAGO | PMDB |
| VAGO | PMDB |
| VAGO | PT |
| VAGO | PSDB |
| VAGO | PSD |

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

| SENADOR | CARGO |
|---------|-------------|
| | PROCURADORA |

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

| SENADOR | CARGO |
|-----------------------------------|---------------|
| Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) | OUVIDOR-GERAL |

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

| MEMBROS |
|----------------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PRB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

| MEMBROS |
|----------------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PRB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

| MEMBROS |
|---------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PROS |
| REDE |
| PSC |
| PRB |
| PTC |
| PODE |



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros: 19 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

| MEMBROS |
|----------------|
| DEM |
| PCdoB |
| PDT |
| PMDB |
| PPS |
| PP |
| PRTB |
| PRB |
| PROS |
| PSC |
| PSD |
| PSB |
| PTB |
| PTC |
| PR |
| PSDB |
| PT |
| PODE |
| REDE |



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

| MEMBROS |
|---------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PSB |
| PDT |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PRB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

| MEMBROS |
|---------|
| DEM |
| PCdoB |
| PDT |
| PMDB |
| PP |
| PPS |
| PR |
| PRB |
| PSB |
| PSD |
| PSDB |
| PT |
| PTB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

| MEMBROS |
|---------|
| PMDB |
| PT |
| PSDB |
| PDT |
| PSB |
| PR |
| PSD |
| DEM |
| PP |
| PTB |
| PPS |
| PCdoB |
| PRB |
| REDE |
| PTC |
| PODE |
| PRTB |
| PROS |

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561

E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

